



EMBU DAS ARTES/SP

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

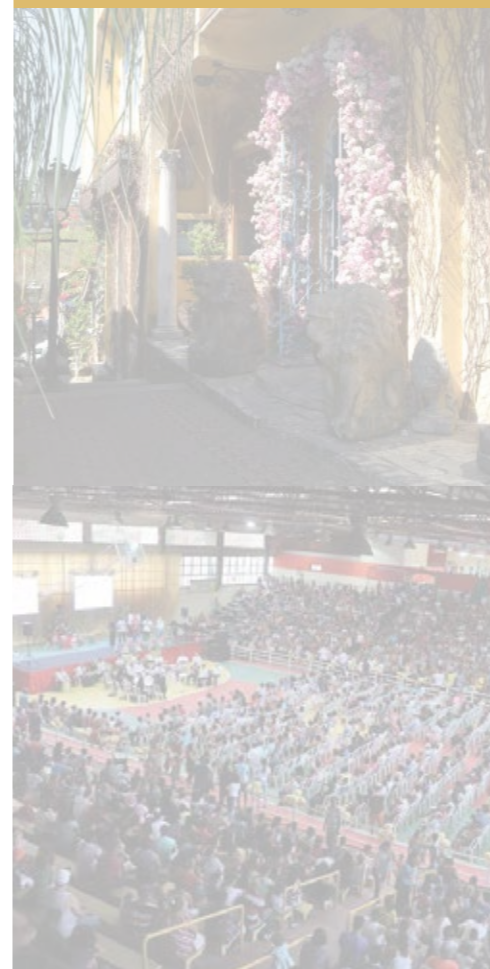


**Perfil Demográfico, Socioeconômico e
Estatísticas da Rede Socioassistencial**

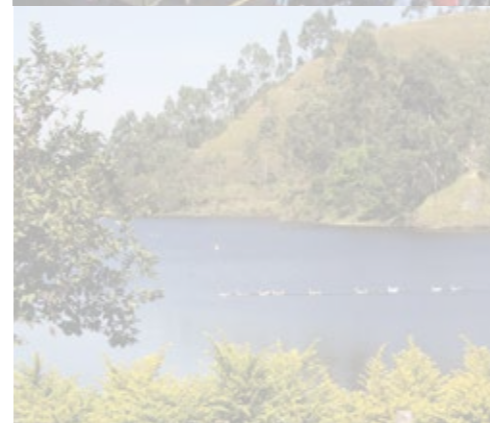


EMBU DAS ARTES/SP

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



Perfil Demográfico, Socioeconômico e Estatísticas da Rede Socioassistencial



EMBU DAS ARTES/SP
**DIAGNÓSTICO
SOCIOTERRITORIAL**

Embu das Artes - SP, 2020.



EMBU DAS ARTES/SP

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



Perfil Demográfico, Socioeconômico e Estatísticas da Rede Socioassistencial

Idealização:



Realização:



Secretaria de Desenvolvimento Social
Embu das Artes

Financiamento:



Apoio e Assessoria Técnica



**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Diagnóstico socioterritorial da assistência social de Embu Das Artes-SP / [equipe Painel Pesquisas e Consultoria]. -- Joinville, SC : Painel Pesquisas e Consultoria, 2020.

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-990487-1-5

1. Assistência social - Embu das Artes (SP)
2. Ciências sociais 3. Indicadores sociais - Embu das Artes (SP) 4. Municípios - Brasil 5. Pesquisa - Metodologia 6. Políticas públicas 7. Trabalho social I. Consultoria, equipe Painel Pesquisas e.

20-51319

CDD-361.698161

Índices para catálogo sistemático:

1. Embu das Artes : São Paulo : Diagnóstico socioterritorial : Assistência social 361.698161

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Diagnóstico Socioterritorial da Assistência Social de Embu das Artes
Volume 1: Perfil Demográfico, Socioeconômico e Estatísticas da Rede Socioassistencial

1ª Edição, Município de Embu das Artes - SP

20-51319 CDD- 361.698161

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

361.698161

Município de Embu das Artes

Expediente

Prefeito: Claudinei Alves Santos

Vice-Prefeito: Peter Motta Calderoni

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social: Paulo Silas Alvarenga de Melo

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Diretoria de Vigilância Socioassistencial: Jane Freitas de Melo

Diretoria de Proteção Social Básica: Adriano Mendes de Freitas

Diretoria de Proteção Social Especial: Simone Jorge da Rocha Nunes

Diretoria de Gestão de Benefícios e Transferência de Renda: Thalita Rugani Bayona Shiraishi

Diretoria de Articulação de Rede: Alice Aparecida Soares Lima

Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional: Samuel Brasil

Diretoria de Gestão Financeira e Orçamentária: Ghellem C. Pires
e Luana Lúcia Rosa L. Graziano

Diretoria de Gestão de Pessoas: Daniele Sousa Barbosa

Diretoria de Compras e Suprimentos: Tiago dos Santos Jardim

Diretoria Administrativa: Daiani Cardozo Oliveira de Sales

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social: Adriano Mendes de Freitas

Ficha Técnica

Coordenação Geral do Diagnóstico Socioterritorial: Jane Freitas de Melo

Assessoria Técnica: Painel Pesquisas e Consultoria: Ermelinda Maria Uber Januário

Supervisão e Validação do Conteúdo: Maria Helena Provenzano e Lourdes Grabowski

Análise Estatística: Guilherme Parreira da Silva, Felipe de Ávila e Rodolfo Uber Januário

Equipe Técnica: Lourdes Grabowski, Rodolfo Uber Januário, William Spiess

Identidade Visual: Isabela Bortoletto Bozzola, Rafael Uber e Wilson Rolf Noernberg

Revisão Textual e Ortográfica: Daniella Caniver Cardoso

Apoio Administrativo: Diana Maria Garbin

Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico:

Secretaria de Desenvolvimento Social: Jane Freitas de Melo, Alexandre Ramos da Silva, Thalita Rugani Bayona Shiraishi, Adriano Mendes Freitas, Álvaro Hideki Odasaki, Viviane Araújo da Silveira, Gabriela Fieri de Oliveira e Alessandro Chiva de Lima

Secretaria de Educação: Manoel Batista dos Santos

Secretaria de Planejamento: Fernanda Fontebassi

Grupo de Trabalho

Secretaria de Desenvolvimento Social Gestor

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social: Adriano Mendes de Freitas

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social: Marisa Araujo Silva

Banco de Alimentos: Maria Aparecida de Jesus Pereira

Centro Dia para PcD e suas famílias: Eula Regina Lemos Fernandes

Centro Pop/Abrigo Institucional: Alessandro Chiva de Lima

CRAS Centro: Enaide Andrade Neves

CRAS Casa Branca: Cileni Fatima da Cruz Gaspar

CRAS Colégio: Ivan Lopes de Oliveira

CRAS Dom José/Santo Eduardo: Olga Antonia Campos Castro Andrade

CRAS Fátima: Cristiane Regina Maschio

CRAS Pinheirinho: Adriana Pereira Alves dos Santos e Luciene Carmelita da Silva

CRAS São Marcos: Maria de Lourdes Souza Moreira

CRAS Vazame: Angelica Mondeck Campanha e Nadia Santana

CRAS Vista Alegre: Edilene do Sacramento

CREAS: Sariene Pinheiro Levy

Família Acolhedora: Juliana Maria Santos da Costa

Restaurante Popular: Cislai Camargo

Segurança Alimentar: Gabriela Fieri

Agradecimentos

Aos trabalhadores do SUAS da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Aos gestores e trabalhadores do SUAS das organizações da sociedade civil parceiras

Aos usuários da Política Municipal de Assistência Social

Às secretarias de Planejamento Urbano, Saúde, Educação, Habitação, Mulher

Aos Conselhos Tutelares I e II

À Delegacia da Mulher, 01ª DP - Embu e Del. Pol. Embu Central.

EPÍGRAFE



A nobreza de nosso ato profissional está em acolher aquela pessoa por inteiro, em conhecer a sua história, em saber como chegou a esta situação e como é possível construir com ela formas de superação deste quadro.



Maria Lucia Martinelli



A Secretaria de Desenvolvimento Social de Embu das Artes, tendo como meta a modernização e a atualização dos serviços prestados que visam o melhor atendimento aos munícipes de forma digna e humanitária, promoveu a elaboração do 1º DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE EMBU DAS ARTES sendo compromisso a qualificação da execução das políticas públicas.

O diagnóstico socioterritorial é uma pesquisa realizada a partir de dados coletados nos sites oficiais, dados primários e secundários; bem como em pesquisa realizada com trabalhadores e usuários da assistência social de Embu das Artes.

Utilizando-se da riqueza de informações encontradas nos diversos sites de pesquisa e, somando-se a esses, os dados disponíveis nos órgãos e equipamentos que compõem a rede de atendimento do município, este documento robusto e conciso foi elaborado.

Os dados organizados permitem olhar para a realidade e compreendê-la a partir de cada território, garantindo a formulação de políticas públicas descentralizadas e destacando temas prioritários para o atendimento.

Com o presente diagnóstico, efetiva-se um compromisso com a política social moderna, comprometida com os mais vulneráveis da cidade. Este "RETRATO" possibilita, a partir de agora, o planejamento de ações com vistas à emancipação de cada cidadão.

Paulo Silas
Gestor

Secretaria de Desenvolvimento Social



BPC	Benefício da Prestação Continuada
BO	Boletim de Ocorrência
CECAD	Consulta Extração Seleção de Informações do CadÚnico
CF	Constituição Federal
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDI	Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos
COMSEA	Conselho Municipal da Segurança Alimentar e Nutricional
CMC	Conselho Municipal da Cultura
CAE	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CMS	Conselho Municipal de Saúde
COMAM	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus denominado SARS-CoV-2
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MSE	Medidas Socioeducativas
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PcD	Pessoa com Deficiência
PDU	Plano de Desenvolvimento do Usuário
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSB	Proteção Social Básica
SPSB	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos
RDJ	Razão de Dependência Jovem
RDT	Razão de Dependência Total
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEAS	Serviço Especializado em Abordagem Social
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TNSS	Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
UBS	Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA EMBU DAS ARTES/SP	15
2. NOTAS METODOLÓGICAS	18
2.1. DEFINIÇÃO DAS REGIÕES GEOGRÁFICAS	18
2.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO E DE APOIO SOCIOASSISTENCIAL	20
2.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	20
2.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE	21
3. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO	22
3.1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	22
3.2. PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO POR REGIÃO DEMOGRÁFICA	26
3.3. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	40
3.4. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	41
3.5. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO E DE APOIO	43
3.5.1. REDE INTERSETORIAL DE ATENDIMENTO	45
3.5.2. REDE DE APOIO	48
4. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	49
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	49
4.2. ESTRUTURA, RECURSOS HUMANOS E FINANCIAMENTO	52
5. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	55
5.1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)	56
5.2. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFC)	66
5.3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM DOMICÍLIO PARA PESSOAS DEFICIENTES E IDOSAS	73
6. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL	78
6.1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	78
6.1.1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS	79
6.1.2. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL	86
6.1.3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)	88
6.1.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS	96
6.1.4.1. CENTRO DIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E SUAS FAMÍLIAS	99
6.1.5. SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	100
6.2. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	101
6.2.1. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	102
6.2.2. SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA PARA CRIANÇAS E	
6.2.3. SERVIÇO DE ABRIGO INSTITUCIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	104
6.2.4. SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIA	106
7. SERVIÇO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	107
7.1. SERVIÇOS EXECUTADOS PELO BANCO DE ALIMENTO	107
7.2. SERVIÇOS EXECUTADOS PELO RESTAURANTE POPULAR - JOSUÉ CASTRO	110
8. PROGRAMAS SOCIAIS	112
8.1. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS - CADÚNICO	112
8.1.1. DADOS PESSOAIS DE PESSOAS CADASTRADAS	116
8.1.2. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	124
8.2. PROGRAMA FEDERAL: ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI	129
8.2.1. CONTEXTO DO TRABALHO INFANTIL EM EMBU DAS ARTES	130
8.2.2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO, CONSIDERANDO O PÚBLICO A SER ATENDIDO	130
8.2.3. OBJETIVOS DA GESTÃO DO PETI	130
8.3. PROGRAMA RENDA CIDADÃ	134
8.4. PROGRAMA ESTADUAL: AÇÃO JOVEM	134
9. BENEFÍCIOS EVENTUAIS	133
10. BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÕES CONTINUADAS	134
10.1. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	134
10.2. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC IDOSOS	134
11. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DA ASSISTÊNCIA	137
12. INDICADORES DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS	140
12.1. COMPARATIVO DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA	150
12.2. SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA	151
12.2.1. DELEGACIA DA MULHER	152
13. SECRETARIA DA MULHER	160
14. CONSELHO TUTELAR	163
15. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DE VIOLAÇÕES DE DIREITO DO SINAN E DA MULHER	166
16. MAPA SOCIAL GERAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO, DA ASSISTÊNCIA E DE VIOLAÇÕES DO DIREITO	167
17. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	168
18. SECRETARIA DA HABITAÇÃO	170
19. CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
20. REFERÊNCIAS	179

1. INTRODUÇÃO AO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA EMBU DAS ARTES/SP

O diagnóstico socioterritorial ora apresentado é resultado do interesse da gestão do município de Embu das Artes, a qual vislumbrou a importância de compilar informações sobre o desenvolvimento e aprimoramento da Política Municipal da Assistência Social, no que diz respeito à rede de atendimento e indicadores sociais, estruturando e apresentando a realidade do município de maneira regional, a fim de apoiar o planejamento estratégico da Secretaria de Desenvolvimento Social no próximo quadriênio, subsidiando a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS), no período que compreende os anos de 2022 a 2025, além de servir como principal ferramenta de gestão para as áreas técnicas de aprimoramento da política de assistência social.

Tal interesse segue uma tendência brasileira, apontada nos documentos normativos básicos das políticas públicas, a exemplo da Política Nacional de Assistência Social – PNAS. A importância de implantar sistemas de informação é alimentada pela necessidade dos governos de utilizarem esses instrumentos para o planejamento, formulação, avaliação e monitoramento de políticas públicas. Sua importância se justifica ainda pela amplitude dos dados coletados, pela possibilidade de encontrá-los no mesmo lugar e com linguagem acessível; assim a sociedade pode realizar uma leitura da realidade do município, favorecendo a transparência da gestão pública, o exercício da cidadania e o controle social.

O conhecimento e/ou reconhecimento da realidade local é base fundamental para a construção de ofertas que contemplem as necessidades da população, além de contribuir para a assertividade e eficiência das proposituras; subsidiando, assim, o processo de tomada de decisões municipal e embasando os processos de trabalho dos gestores e técnicos das políticas públicas, além do mais evita o desperdício de recursos.

Este diagnóstico evidencia, além das ações do governo, a contribuição do segundo e do terceiro setor da sociedade por meio de dados das mais variadas atividades.

Os dados aqui elencados pretendem traduzir a realidade do ano de 2019 e algumas informações de 2020, tendo sido esse recorte temporal acordado entre a empresa e a comissão local. Não se tem com ele a pretensão de esgotar dados, mas se intenciona apresentar um documento de grande autenticidade e qualidade, podendo ser utilizado nos próximos anos; além do mais, deve servir de inspiração ao município para novas pesquisas e, principalmente, chamar a atenção para a importância de uma rotina qualificada de registros qualitativos e quantitativos sobre as ofertas de políticas públicas municipais.

Portanto este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional por território, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos com o objetivo de identificar o número e o perfil daqueles que estão sujeitos às vulnerabilidades sociais, bem como as demandas para a rede de proteção e programas socioassistenciais.

Nessa perspectiva, é importante introduzir primeiro o conceito de indicador social que, nas palavras de Jannuzzi (2004, p. 15), é definido como:

[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

Na concepção de Soligo (2012), o crescimento da visibilidade de inúmeras questões sociais – como distribuição de renda, miséria, criminalidade, qualidade da educação, violação de direitos, entre outras – reforça a importância e a necessidade dos dados estatísticos fazerem parte do monitoramento e planejamento, como subsídio para as ações governamentais e da sociedade civil, o que justifica a necessidade da produção das informações pertinentes neste estudo, além de ser uma forma de acompanhar as mudanças da realidade social da população.

Cabe destacar que o ano de 2020 foi um período atípico, em função da Covid-19, que afetou diretamente milhões de pessoas no território nacional. Aqui, destaca-se que, mesmo em meio a esse momento delicado, o município solicitou a aplicação de pesquisa com os trabalhadores sobre a percepção do SUAS, e com os usuários quanto à satisfação dos serviços ofertados, considerando a política de assistência social como área de atividades essenciais e a relevância das ações dessa política no município. Durante a aplicação da referida pesquisa, apesar dos desafios, a mesma foi concluída com êxito, respeitando todos os protocolos de segurança na coleta dos dados. As preocupações abordadas na pesquisa apontam como a pandemia tem alterado a relação entre os trabalhadores e os usuários; demais informações e análises dos resultados estão na íntegra no Volume 2.

Diante do exposto, este diagnóstico social foi desenvolvido a partir da exploração de pesquisas, análise de dados coletados da rede de atendimento e pesquisas de percepção realizadas com os trabalhadores que atuam na rede socioassistencial do município e usuários dos serviços socioassistenciais.

Outrossim, durante o projeto foram realizadas reuniões de planejamento e articulação, entre a Diretoria de Vigilância Socioassistencial do município em conjunto com os membros da Comissão de Acompanhamento do diagnóstico, demais Diretorias da Secretaria de Desenvolvimento Social, a empresa Painel Pesquisas e Consultoria e demais atores que compõem a rede de formulação, monitoramento e execução da política de assistência social, conferindo à sua elaboração um

caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização. Os resultados deste diagnóstico são apresentados em três volumes, sendo:

Volume 01 – esse volume contempla o Perfil Demográfico, Socioeconômico e as Estatísticas da rede socioassistencial; inclui todas as informações complementares para a análise da situação da Política da assistência social no município.

Volume 02 – inclui os resultados das Pesquisas de Percepção com os trabalhadores da Secretaria de Desenvolvimento Social e com os usuários da assistência social, os quais avaliaram os serviços, as condições de trabalho, satisfação interna, comunicação, capacitações, formas de atendimento, estrutura física, entre outros temas.

Volume 03 - Plano Municipal da Assistência Social do município Embu das Artes-SP, período 2022 a 2025.



2. NOTAS METODOLÓGICAS

Adiante são apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração deste projeto de pesquisa, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento socioassistencial, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados, as técnicas estatísticas aplicadas na análise e na apresentação dos resultados.

2.1. DEFINIÇÃO DAS REGIÕES GEOGRÁFICAS

A definição das regiões geográficas ou territorialização é a primeira etapa do projeto, sendo imprescindível para a apresentação dos resultados, pois possibilita que os mesmos sejam comparados entre as regiões geográficas de modo a identificar as potencialidades, oportunidades e fragilidades existentes em cada território.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2008, p.10-11).

A importância do conceito de território na perspectiva de Santos (*apud SAQUET; SILVA, 2008*) coaduna com a notoriedade do conceito para a Política Pública de Assistência Social, que objetiva tanto observar e conhecer o território ou os territórios (e microterritórios) geográficos em que atua, atentando para as especificidades de cada “chão”, quanto às relações vivenciadas nesses espaços. Isso equivale a dizer que a perspectiva, sob a qual o conceito de território foi utilizado neste diagnóstico, alternará entre as características do município e as vivências estabelecidas entre os indivíduos e todo o universo coexistente.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformadores para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas existentes entre os bairros e áreas, limitando e engessando as ações do poder público.

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país, cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário¹; a divisão territorial de Embu das Artes foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

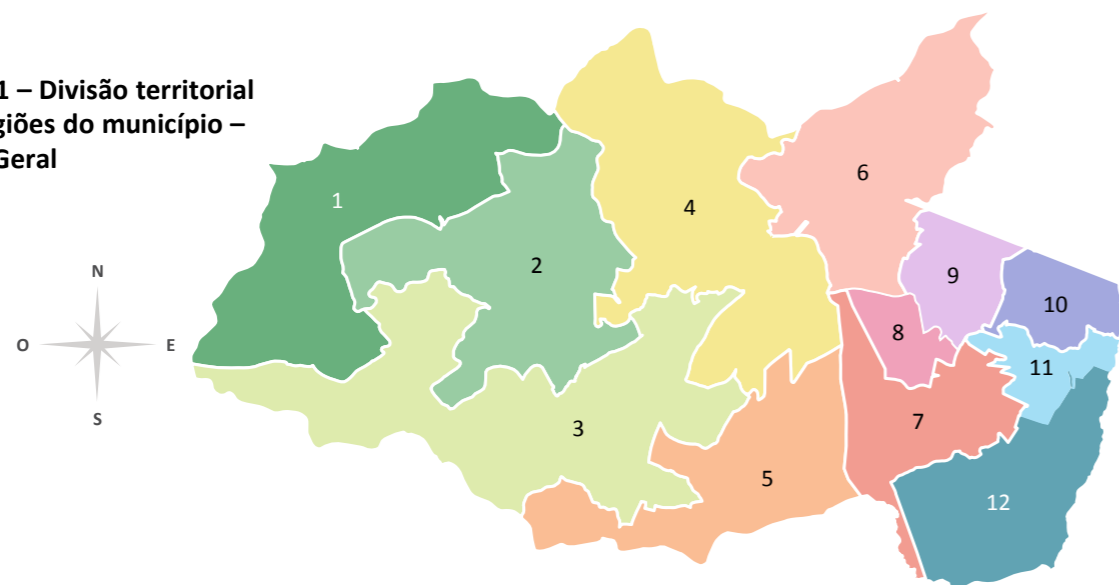
¹ Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

A divisão territorial para fins do diagnóstico resultou em doze unidades geográficas com perfil socioeconômico homogêneo entre si.

Quadro 1 – Classificação das regiões geográficas, CRAS e localidades

Região	Nome do CRAS	Principais Bairros ou Localidades	Situação
Região 1	CRAS Centro I (Itinerante)	Bosque Capuava, Capuava, Chácara São Cristóvão, Itatuba, Jardim dos Ipês, Parque dos Caetés, Parque São Leonardo, Pedreira, Perove, Ponta Porã.	Urbano
Região 2	CRAS Centro II (Itinerante)	Caminho do Índio, Chácara Ana Lucia, Chácara Aurora, Chácara Bartira, Invernada, Jardim Indaiá, Vale do Sol.	Urbano
Região 3	CRAS Centro III	Água Espreada, Centro, Embu Colonial, Engenho Velho, Ressaca, Jardim Itatiaia, Maria Auxiliadora, Maranhão, Parque Francisco Rizzo, Pindorama, Quinhau, Tingidor, Votorantim.	Urbano
Região 4	CRAS Centro IV	Água Morna, Bosque do Embu, Cercado Grande, Embuema, Estância de Emburama, Gramado, Granja Nossa Senhora Aparecida, Jardim Colibri, Jardim Elisa, Jardim Magaly, Jardim Novo Embu, Jardim Recanto da Fonte, Jardim Sadie, Jardim Santa Luzia, Jardim Silvia, Jardim Tomé, Prado Rangel, Vila Bonfim, Vila Real.	Urbano
Região 5	CRAS Pinheirinho	Cooperativa, Embu-Mirim, Jardim Pinheirinho, Jardim Pinheiros, Jardim Santa Clara, Jardim Santo Antônio, Maria Imaculada, Pataxos, Quinta do Morro, Parque Industrial do Pinheirinho.	Urbano
Região 6	CRAS Vista Alegre	Esplanada, Jardim de Lourdes, Jardim dos Oliveiras, Jardim Ferreira, Jardim Lavorato, Jardim Mimas, Jardim Santa Bárbara, Jardim Santa Maria, Jardim Vista Alegre, Moinho Velho, Moinho Real.	Urbano
Região 7	CRAS São Marcos	Chácara Caxingui, Jardim São Francisco, Jardim São Marcos, Parque das Chácaras	Urbano
Região 8	CRAS Jardim do Colégio	Jardim do Colégio, Jardim dos Moraes, Vila Isis Cristina.	Urbano
Região 9	CRAS Nossa Senhora De Fatima	Jardim Castilho, Jardim Nayara, Jardim Nossa Senhora de Fátima, Jardim São Luiz, Parque Luiza, Parque Pirajussara, Vila Pereque.	Urbano
Região 10	CRAS Casa Branca	Jardim Casa Branca, Jardim Fabiana, Jardim Flórida, Jardim Independência, Jardim Laila, Jardim Santa Tereza, Jardim Vitória, Santa Rosa, Vila Olinda, Vila Regina.	Urbano
Região 11	CRAS Vazame	Jardim Julia, Jardim Jurema, Jardim Marina, Jardim Novo Campo Limpo, Jardim Valo Verde, Jardim Vazame, Paranapanema, Jardim São Vicente.	Urbano
Região 12	CRAS Dom José	Jardim Emilio Carlos, Jardim Ângela, Jardim Batista, Jardim da Luz, Jardim Presidente Kennedy, Jardim Santa Emília, Jardim Santa Rita, Jardim Santo Eduardo, Jardim Taimá.	Urbano

Mapa 1 – Divisão territorial das regiões do município – Visão Geral



2.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO E DE APOIO SOCIOASSISTENCIAL

Nesta etapa, foi realizado o mapeamento de toda a rede socioassistencial e intersetorial no município, incluindo os serviços, programas e projetos existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida.

A composição e o detalhamento da rede de atendimento e de apoio socioassistencial estão detalhadas neste volume, no capítulo 3 – item 3.5.

2.3. COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

O diagnóstico foi realizado no ano de 2020 e os dados coletados, primários e secundários², correspondem ao período de 2019 e 2020. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estão sempre referenciados ao final de cada tabela.

Quadro 2 – Fonte completa dos dados utilizados nos volumes 01 e 02

Volume 01 Pesquisa documental de dados primários	Dados de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar;
	Registros de atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS;
	Registros de atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS;
	Registros de atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
	Registro dos benefícios ofertados;
	Registro de atendimento das unidades de acolhimento;
	Base de dados da Segurança Pública do Estado de São Paulo referente aos boletins de ocorrências registrados nas delegacias de Embu das Artes/SP;
Mapeamento da rede governamental e não governamental do município.	
Volume 01 Pesquisa documental de dados secundários	Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados;
	Cadastros (CadÚnico) da Secretaria Municipal de Assistência Social;
	Bases de dados do DATASUS (SINAN) do Ministério da Saúde;
Volume 02 Pesquisa de Percepção com os trabalhadores da rede socioassistencial SUAS	Pesquisa de percepção com os trabalhadores da rede socioassistencial de Embu das Artes-SP. Autopreenchimento com abrangência do Universo dos trabalhadores da SMDS;
	Pesquisa de percepção com os usuários do Serviço de Assistência Social de Embu das Artes-SP. Pesquisa por amostra, estratificada conforme o público atendido em cada uma das Instituições ou serviços selecionados que prestaram atendimento antes e durante a Pandemia

² Primários são dados brutos obtidos coletados pela Painel Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitos deles encontram-se em fichas físicas. E secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

2.4. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE

Os dados coletados foram tratados e processados a partir de técnicas estatísticas, com o objetivo de traduzir e mensurar em números os aspectos da realidade social do município. Os resultados estão apresentados na forma de cartogramas por região geográfica (indicadores), análises descritivas em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão.

Os indicadores são proporcionalmente calculados com base no total da população residente em cada região territorial – o que permite compará-las de forma equalizada – por meio de taxas percentuais, por mil ou cem mil habitantes. Sua classificação será apresentada em Quantil (separatriz que divide o intervalo de frequência de uma população, ou de uma amostra, em partes iguais). Os Quantis mais utilizados têm nomes especiais, conforme o número de partes que são divididos:

- *Percentil* para 100 grupos ou partes, cada uma com 1% dos dados;
- *Quintil* para 5 grupos ou partes, cada uma com 20% dos dados;
- *Quartil* para 4 grupos ou partes, cada uma com 25% dos dados;
- *Tercil* para 3 grupos ou partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Considerando o número de divisões territoriais deste diagnóstico, priorizou-se a utilização do *Quintil*³ (quadro abaixo), todavia, nas situações em que houver muitas taxas iguais a "zero", os dados poderão ser apresentados em menos divisões, para maior uniformidade na visualização e classificação dos grupos.

Quadro 3 – Ilustração do método *Quintil*.

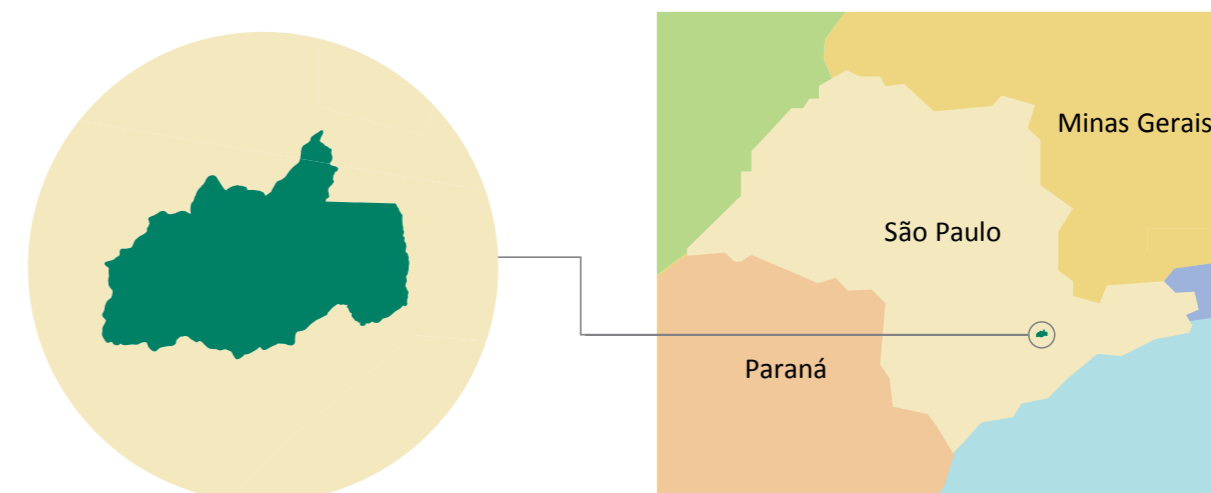
Primeiro <i>Quintil</i>	Segundo <i>Quintil</i>	Terceiro <i>Quintil</i>	Quarto <i>Quintil</i>	Quinto <i>Quintil</i>
É o valor até ao qual se encontra 20% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 40% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 60% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 80% da amostra ordenada	É o valor até ao qual se encontra 100% da amostra ordenada
Muito Baixo Indicadores na extremidade inferior à mediana	Baixo Indicadores em torno da mediana	Médio Indicadores em torno da mediana	Alto Indicadores na extremidade superior à mediana	Muito Alto Indicadores na extremidade superior à mediana
Os 20% menores	Dos 21% até os 40% maiores	De 41% até 60%	61% até 80% maiores	Dos 81% até os 100%

Para identificar a variação entre o maior e o menor valor entre as regiões geográficas, foi utilizado o cálculo da razão. Neste cálculo foi desprezado o(s) indicador(es) igual(is) a 0 (zero), ou seja, foi considerado como o menor indicador da série aquele que apresenta o menor número diferente de 0 (zero).

Fórmula cálculo da razão: $\frac{\text{Maior indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Razão}$

3 TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

3. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO



Este capítulo tem como finalidade apresentar as informações gerais do município, que inclui o descritivo histórico e cultural da população, assim como as suas principais características; o perfil demográfico e socioeconômico – representado em cartogramas, tabelas, gráficos e infográficos –, a fim de identificar as potencialidades, as fragilidades e as necessidades de cada região geográfica; e por fim, apresentar o mapeamento da rede de atendimento socioassistencial e breve descrição sobre a política Nacional de Assistência Social. Na sequência (capítulo 4), serão apresentados os resultados das demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social.

3.1. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O município⁴ localiza-se na Sub-região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo, distante cerca de 27 km da Praça da Sé, marco central da capital paulista, com extensão territorial de 70,4km². Na última estimativa populacional do IBGE, Censo Demográfico – 2010, a cidade contava com 276.535 mil habitantes.

Situada em terras de uma fazenda que pertencera a Fernão Dias Paes Leme, o povoado inicial de Embu das Artes só começou a se desenvolver a partir do século XVIII. Em 1624, Fernão Dias e sua mulher, Catarina Camacho, proprietários de largas extensões de terras da região, doaram à igreja uma quadra de terras para construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, iniciada em 1628, pelo Padre Belchior de Pontes que transferiu para suas proximidades a aldeia de M'Boy, que na língua tupi significa cobra. A aldeia contava, nessa época, com o importante impulso oferecido pelo cultivo do algodão em grande escala, cuja produção manufaturada era enviada para grandes centros, como Rio de Janeiro e Bahia. No entanto, seu prestígio junto à corte portuguesa perdeu forças, em meados do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas. Nesse período de declínio, a vida do lugarejo passou a girar em torno de uma pequena atividade agrícola e da exploração de lenha e de carvão, uma vez que, as terras locais eram impróprias para a cafeicultura, tida como principal atividade econômica da época.

4 Fonte: Embu das Artes (SP). Prefeitura. 2011. Acesso em: junho 2020. Confederação Nacional de Municípios. 2011. Disponível em: <http://www.cnm.org.br>.

O início de seu desenvolvimento administrativo foi marcado pela criação da freguesia, em 19 de julho de 1869, pertencente ao município de São Paulo, quando possuía a denominação de Nossa Senhora do Rosário de M'Boy. Em 1938, o então distrito M'Boy passa a se chamar Embu; mais tarde, inicia-se o movimento de emancipação política administrativa de Itapeperica da Serra e no ano de 1959, Embu é, finalmente, declarada município.

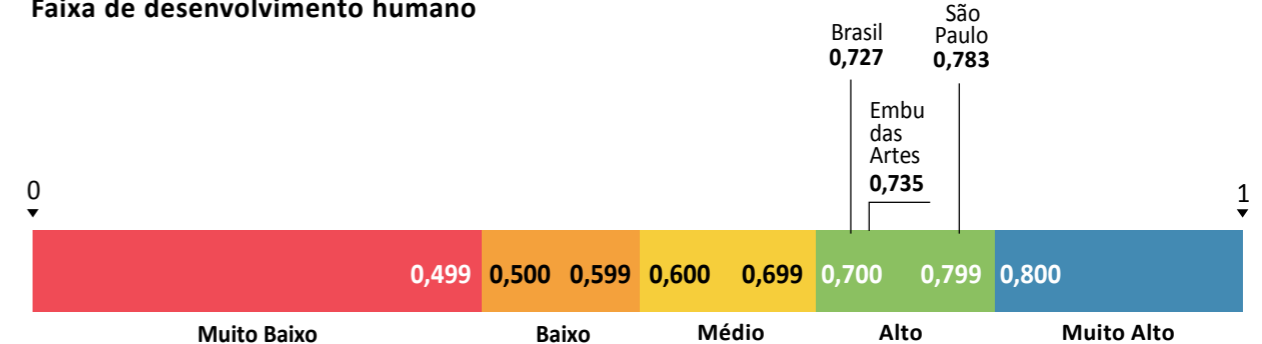
Com a economia em baixa, Embu entrou noutro período de retração durando até meados do século XX, época em que a capela e o convento foram tombados pelo estado que procedeu às restaurações nas edificações. Com esse evento, a comunidade local, liderada por Annis Neme Bassith, que mais tarde tornou-se prefeito da cidade, começou a desenvolver atividades artísticas, explorando o turismo como fonte de renda do município. A vocação artística da cidade iniciou em 1937, quando Cássio M'Boy, santeiro de Embu, ganhou o primeiro grande prêmio na exposição internacional de artes técnicas em Paris. Depois veio Sakai de Embu, reconhecido internacionalmente como um dos grandes ceramistas-escultores brasileiros. O poeta Solano Trindade chegou a Embu, em 1962, e traz a cultura negra, congregando grande grupo de artistas em seu redor, e assim, encontrou na cidade de Embu, atmosfera propícia para produzir e divulgar as mais diversas formas de manifestações artísticas e culturais. Assim, a cidade passou a ser conhecida como Embu das Artes e, em 2011, pela lei 14.537, foi alterada para Embu das Artes.

Quadro 4 – Imagens do Município



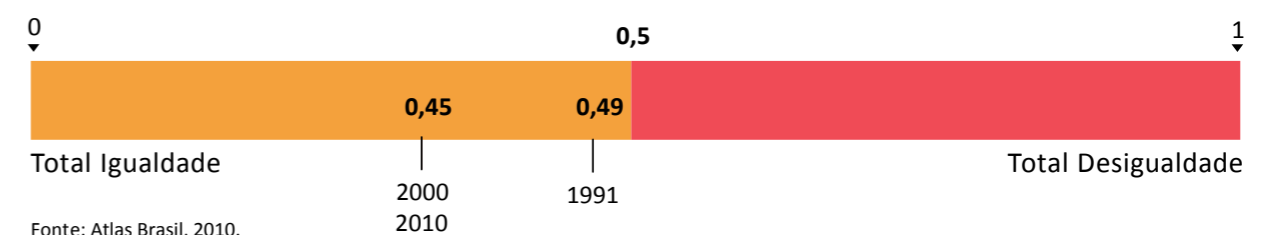
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)⁵ de Embu das Artes, em 2010, foi de 0,735, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade, com índice de 0,839, seguida pela renda, com 0,700, e educação, com índice de 0,676. O município ocupa a 897ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul-SP) e o menor é 0,418 (Melgaço-PA).

Faixa de desenvolvimento humano



Outro índice comumente utilizado, principalmente na investigação sobre a distribuição de renda entre a população, é o índice de Gini⁶, que consiste em um número entre 0 (zero) e 1 (um), em que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Em 1991 Embu das Artes apresentava o índice de 0,49, diminuindo nos anos de 2000 e 2010, para 0,45.

Representação em escala de 0 a 1 do índice de Gini



⁵ Calculado pela Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD Brasil, considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda - mas sua metodologia foi adaptada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

⁶ Índice usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

3.2. PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO POR REGIÃO DEMOGRÁFICA

Os indicadores do perfil têm por objetivo mostrar as principais características demográficas da população residente no município. Os dados são referentes ao censo demográfico e estimativas populacionais do IBGE, por ser essa a fonte oficial de informações sociodemográficas, além de servir de comparativo na construção de séries históricas.

Inicia-se a apresentação dos dados analisando a população. Embu das Artes possui 240.230 habitantes, conforme dados apontados pelo IBGE (2010), sendo esta totalmente urbana.

Tabela 1 – População residente, por situação

Área	Total	(%)
Urbana	240.230	100%
Rural	-	-
Município	240.230	100%

Fonte: IBGE, 2010.

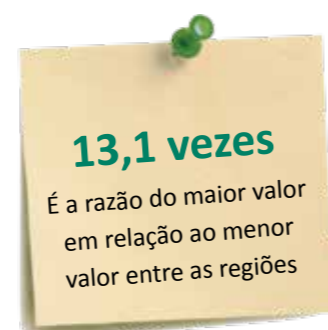
Segundo dados do Censo 2010 (IBGE), entre as 12 regiões definidas para este diagnóstico, a mais populosa é a região 12 (18,3% do total de residentes) e a menos populosa é a região 2 (1,4%). A diferença entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 13,1 vezes.

Tabela 2 – População residente, por região

	Região geográfica	População residente	
		2010	(%)
Muito Baixo	Região 2	3.313	1,4%
	Região 1	3.605	1,5%
	Região 3	7.761	3,2%
Baixo	Região 8	9.531	4,0%
	Região 5	15.301	6,4%
Médio	Região 7	16.396	6,8%
	Região 4	20.819	8,7%
Alto	Região 6	23.434	9,8%
	Região 9	28.827	12%
Muito Alto	Região 11	30.237	12,6%
	Região 10	37.158	15,5%
	Região 12	43.848	18,3%
	Município	240.230	100%

Fonte: IBGE, 2010.

Menor Valor Região 2 1,4%
 Maior Valor Região 12 18,3%



Em relação ao sexo da população, os números, em geral apontam uma igualdade nas regiões, sendo que, em 2010, concentrava 51,40% no sexo feminino e 48,60% no sexo masculino.

Tabela 3 – População total residente, segundo o sexo

Região geográfica	Feminina		Masculina	
	Total	(%)	Total	(%)
Região 1	1.788	49,6%	1.817	50,4%
Região 2	1.698	51,3%	1.615	48,7%
Região 3	4.063	52,4%	3.698	47,6%
Região 4	10.746	51,6%	10.073	48,4%
Região 5	7.796	51,0%	7.505	49,0%
Região 6	11.859	50,6%	11.575	49,4%
Região 7	8.378	51,1%	8.018	48,9%
Região 8	4.760	49,9%	4.771	50,1%
Região 9	14.841	51,5%	13.986	48,5%
Região 10	19.281	51,9%	17.877	48,1%
Região 11	15.621	51,7%	14.616	48,3%
Região 12	22.671	51,7%	21.177	48,3%
Município	123.502	51,4%	116.728	48,6%

Fonte: IBGE, 2010.



Indicador 1: Densidade domiciliar

A densidade domiciliar ou média de moradores no município é de 3,5 pessoas, sendo homogênea entre as regiões. Em seis regiões ela é maior do que a média geral, e a variação em relação à média é de - 9,4% e + 5,7%, considerada baixa variação ou homogênea entre as regiões.

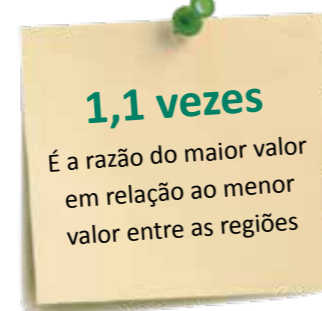
	Região geográfica	Total de domicílios	Total de moradores	Indicador (Média moradores)
Muito Baixo	Região 3	2.372	7.761	3,3
	Região 1	1.062	3.605	3,4
	Região 10	10.915	37.158	3,4
Baixo	Região 4	6.089	20.819	3,4
	Região 11	8.665	30.237	3,5
Médio	Região 2	946	3.313	3,5
	Região 9	8.108	28.827	3,6
Alto	Região 12	12.207	43.848	3,6
	Região 6	6.483	23.434	3,6
Muito Alto	Região 5	4.233	15.301	3,6
	Região 7	4.535	16.396	3,6
	Região 8	2.610	9.531	3,7
	Município	68.225	240.230	3,5

Fonte: IBGE, 2010.

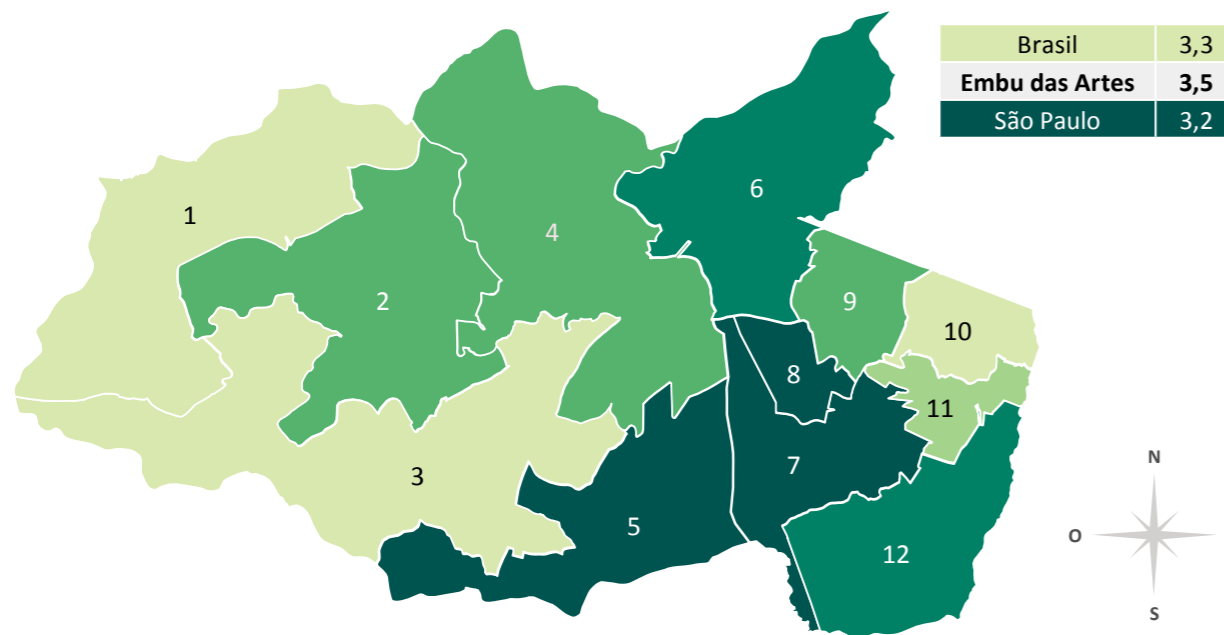
Definição

Total da população residente, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados.

Menor Valor	Região 3	3,3
Média	Embu das Artes	3,5
Maior Valor	Região 8	3,7



Brasil	3,3
Embu das Artes	3,5
São Paulo	3,2



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 2: População residente de 0 a 17 anos de idade

A região 7 tem a maior população na faixa etária de 0 a 17 anos, com 33,0% do total da população residente que compreende essa faixa etária (5.412); e a região 3 tem o menor valor (24,5%) da população de 0 a 17 anos na região (1.902). Já as Regiões 1 a 4 e 10 têm participação menor nesta população em relação à média geral; e os valores das demais são na média e acima da média, indicando prioridade nas ações voltadas a esta população.

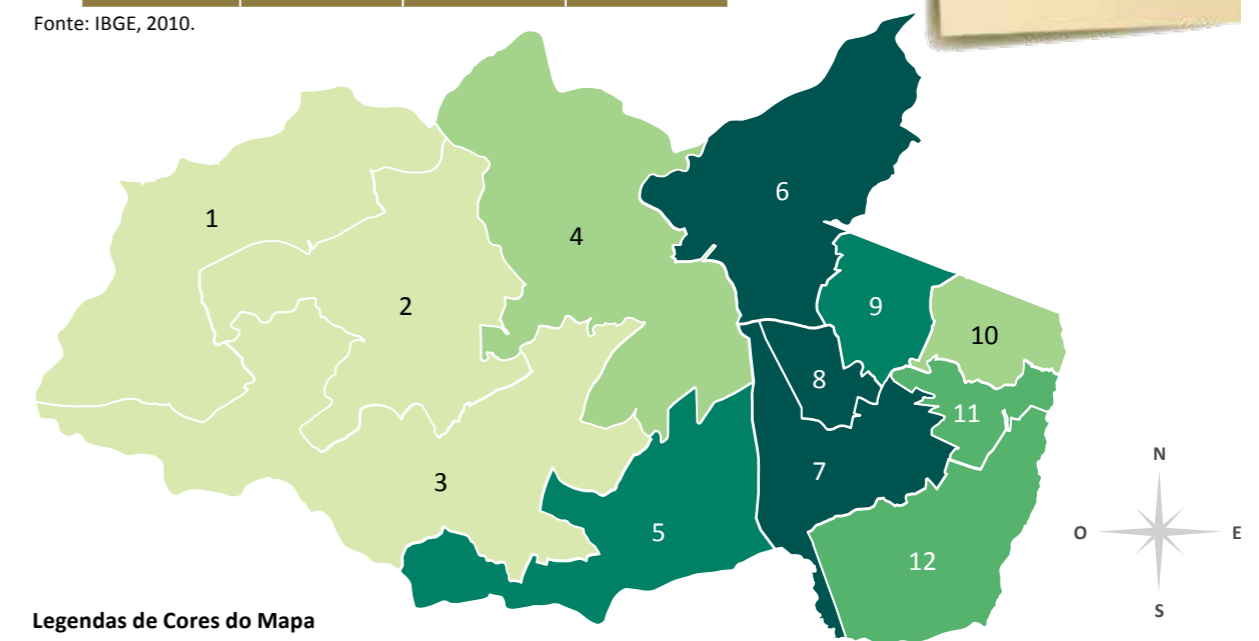
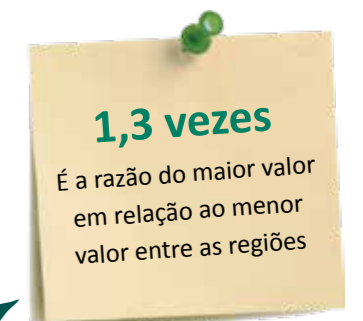
	Região geográfica	Total da população residente	População residente de 0 a 17 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 3	7.761	1.902	24,5%
	Região 2	3.313	878	26,5%
	Região 1	3.605	961	26,7%
Baixo	Região 4	20.819	6.120	29,4%
	Região 10	37.158	11.221	30,2%
Médio	Região 11	30.237	9.369	31,0%
	Região 12	43.848	13.830	31,5%
Alto	Região 5	15.301	4.850	31,7%
	Região 9	28.827	9.196	31,9%
Muito Alto	Região 8	9.531	3.129	32,8%
	Região 6	23.434	7.694	32,8%
	Região 7	16.396	5.412	33,0%
	Município	240.230	74.562	31,0%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

Total da população residente de 0 a 17 anos de idade, dividido pelo total da população residente, vezes 100.

Menor Valor	Região 3	24,5%
Média	Embu das Artes	31,0%
Maior Valor	Região 7	33,0%



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 3: População residente de 0 a 5 anos de idade

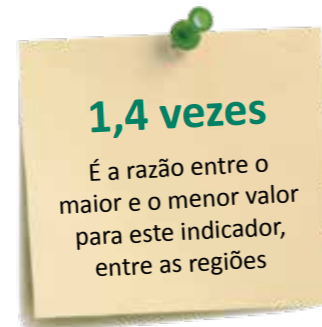
A média geral da população de 0 a 5 é 9,3%. A Região 5 apresenta o maior valor da série (9,8%), e a Região 3 o menor valor (7,2%). A razão entre as regiões de maior e menor valor é de 1,4 vezes.

	Região geográfica	Total da população residente	População residente de 0 a 5 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 3	7.761	556	7,2%
	Região 1	3.605	293	8,1%
	Região 2	3.313	284	8,6%
Baixo	Região 8	9.531	825	8,7%
	Região 6	23.434	2.175	9,3%
Médio	Região 10	37.158	3.454	9,3%
	Região 4	20.819	1.943	9,3%
Alto	Região 12	43.848	4.119	9,4%
	Região 9	28.827	2.725	9,5%
Muito Alto	Região 11	30.237	2.929	9,7%
	Região 7	16.396	1.591	9,7%
	Região 5	15.301	1.493	9,8%
Município		240.230	22.387	9,3%

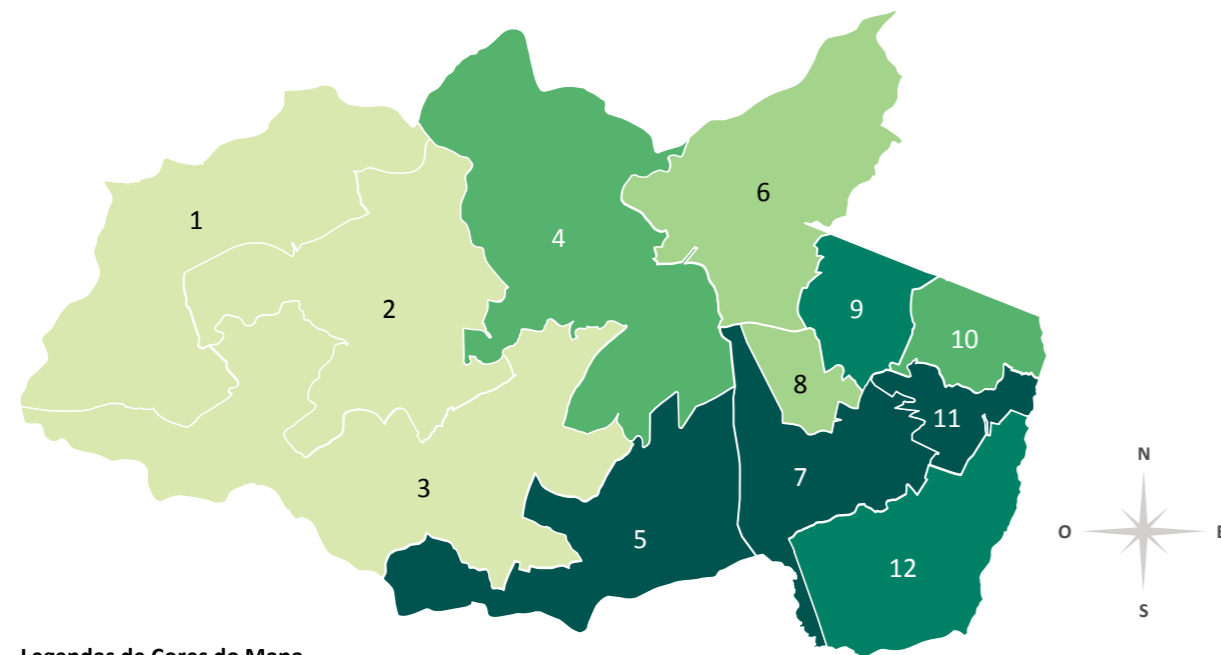
Definição

Total da população residente de 0 a 5 anos de idade, dividido pelo total da população residente, vezes 100.

Menor Valor	Região 3	7,2%
Média	Embu das Artes	9,3%
Maior Valor	Região 5	9,8%



Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |

Indicador 4: População residente de 6 a 11 anos de idade

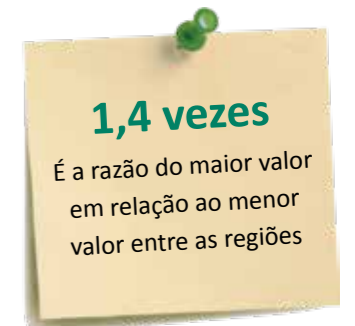
A população na faixa etária de 6 a 11 anos apresenta uma média de 10,4%, sendo que a região 7 tem o maior valor (11,4%), e a região 3 tem o menor (8,3%). A razão entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 1,4 vezes.

	Região geográfica	Total da população residente	População residente de 6 a 11 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 3	7.761	641	8,3%
	Região 1	3.605	305	8,5%
	Região 2	3.313	292	8,8%
Baixo	Região 4	20.819	2.042	9,8%
	Região 10	37.158	3.766	10,1%
Médio	Região 5	15.301	1.572	10,3%
	Região 11	30.237	3.145	10,4%
Alto	Região 8	9.531	1.010	10,6%
	Região 9	28.827	3.089	10,7%
Muito Alto	Região 12	43.848	4.703	10,7%
	Região 6	23.434	2.657	11,3%
	Região 7	16.396	1.875	11,4%
Município		240.230	25.097	10,4%

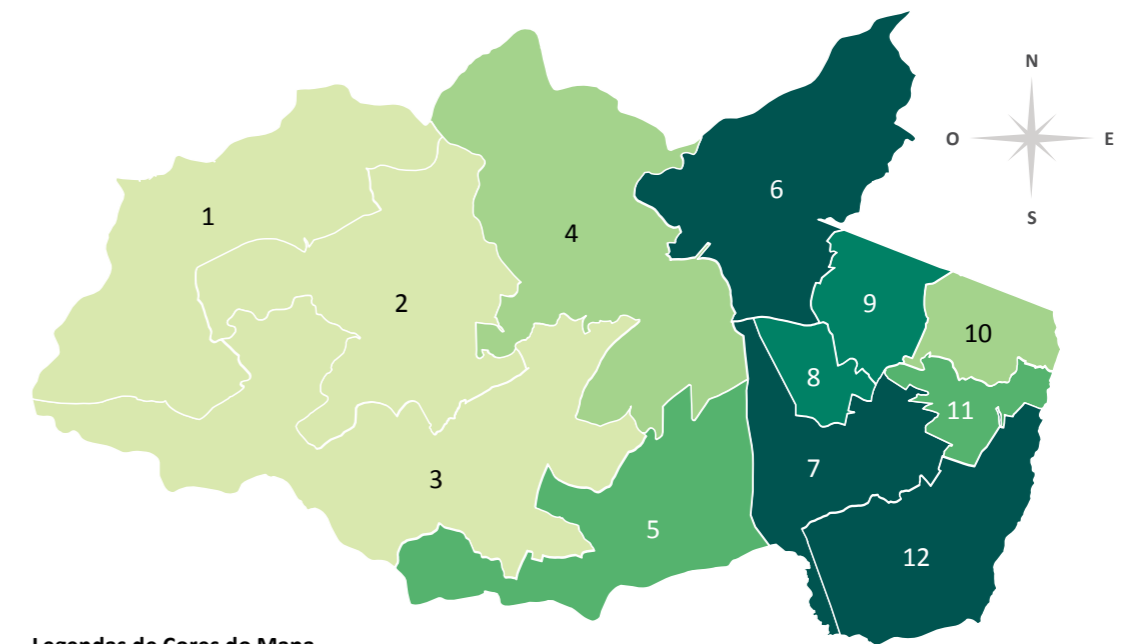
Definição

Total da população residente de 6 a 11 anos de idade, dividido pelo total da população residente, vezes 100.

Menor Valor	Região 3	8,3%
Média	Embu das Artes	10,4%
Maior Valor	Região 7	11,4%



Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |

Indicador 5: População residente de 12 a 17 anos de idade

Quanto à população de 12 a 17 anos, a região 8 possui o maior valor (13,6%), já a região 3 tem o menor valor (9,1%), sendo assim a média do município é 11,3%. A razão entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 1,5 vezes.

	Região geográfica	Total da população residente	População residente de 12 a 17 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 3	7.761	705	9,1%
	Região 2	3.313	302	9,1%
	Região 1	3.605	363	10,1%
Baixo	Região 4	20.819	2.135	10,3%
	Região 10	37.158	4.001	10,8%
Médio	Região 11	30.237	3.295	10,9%
	Região 12	43.848	5.008	11,4%
Alto	Região 5	15.301	1.785	11,7%
	Região 9	28.827	3.382	11,7%
Muito Alto	Região 7	16.396	1.946	11,9%
	Região 6	23.434	2.862	12,2%
	Região 8	9.531	1.294	13,6%
	Município	240.230	27.078	11,3%

Definição

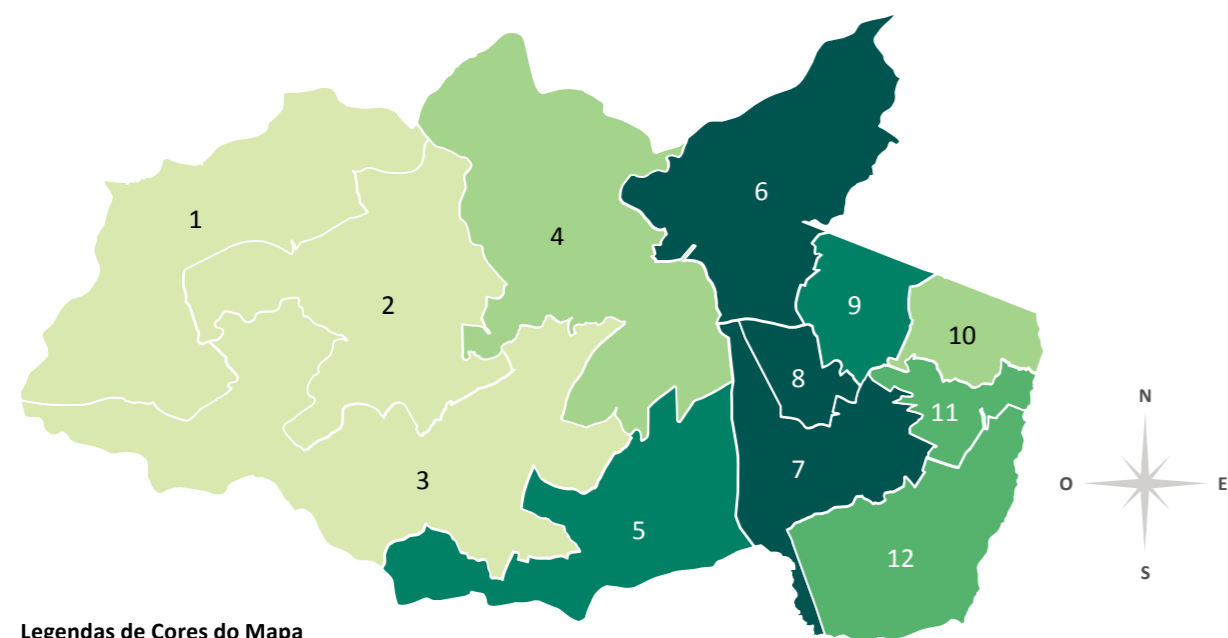
Total da população residente de 12 a 17 anos de idade, dividido pelo total da população residente, vezes 100.

Menor Valor	Região 3	9,1%
Média	Embu das Artes	11,3%
Maior Valor	Região 8	13,6%

1,5 vezes

É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 6: População residente de 18 a 29 anos de idade

Sobre a população na faixa etária de 18 a 29 anos, o maior valor é na Região 11 (23,7%) e o menor é na Região 2 (15,0%). A razão entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 1,6 vezes, e a média geral fica em torno de 22 pessoas a cada cem habitantes.

	Região geográfica	Total da população residente	População residente de 18 a 29 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 2	3.313	496	15,0%
	Região 3	7.761	1.510	19,5%
	Região 1	3.605	709	19,7%
Baixo	Região 5	15.301	3.280	21,4%
	Região 6	23.434	5.060	21,6%
Médio	Região 8	9.531	2.071	21,7%
	Região 9	28.827	6.402	22,2%
Alto	Região 4	20.819	4.665	22,4%
	Região 7	16.396	3.694	22,5%
Muito Alto	Região 12	43.848	9.919	22,6%
	Região 10	37.158	8.559	23,0%
	Região 11	30.237	7.159	23,7%
	Município	240.230	53.524	22,3%

Definição

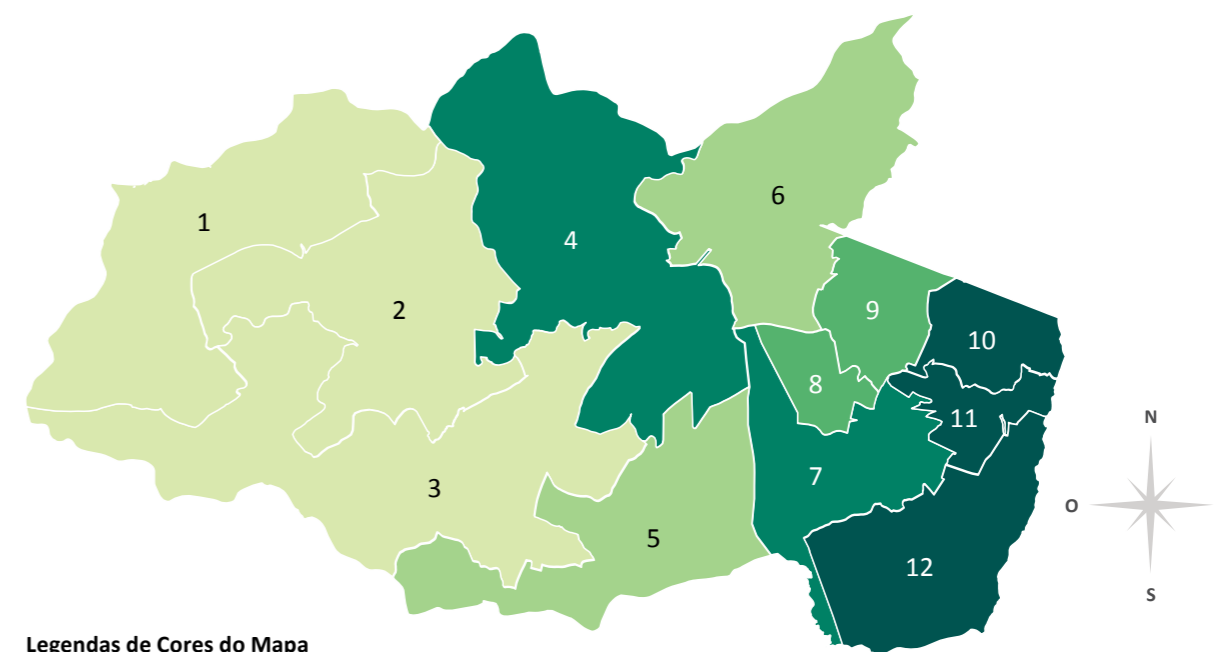
Total da população residente de 18 a 29 anos de idade, dividido pelo total da população residente, vezes 100.

Menor Valor	Região 2	15,0%
Média	Embu das Artes	22,3%
Maior Valor	Região 11	23,7%

1,6 vezes

É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 7: População residente de 30 a 59 anos de idade

Quanto à população de 30 a 59 anos, de acordo com os dados apresentados, o maior percentil está na Região 2 (44,3%) e o menor na Região 5 (35,7%). A média do município é de 39 pessoas a cada cem habitantes.

	Região geográfica	Total da população residente	População residente de 30 a 59 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 5	15.301	5.461	35,7%
	Região 1	3.605	1.327	36,8%
	Região 12	43.848	16.989	38,7%
Baixo	Região 11	30.237	11.730	38,8%
	Região 4	20.819	8.085	38,8%
Médio	Região 9	28.827	11.229	39,0%
	Região 7	16.396	6.396	39,0%
Alto	Região 10	37.158	14.535	39,1%
	Região 3	7.761	3.081	39,7%
Muito Alto	Região 6	23.434	9.415	40,2%
	Região 8	9.531	3.856	40,5%
	Região 2	3.313	1.468	44,3%
	Município	240.230	93.572	39,0%

Definição

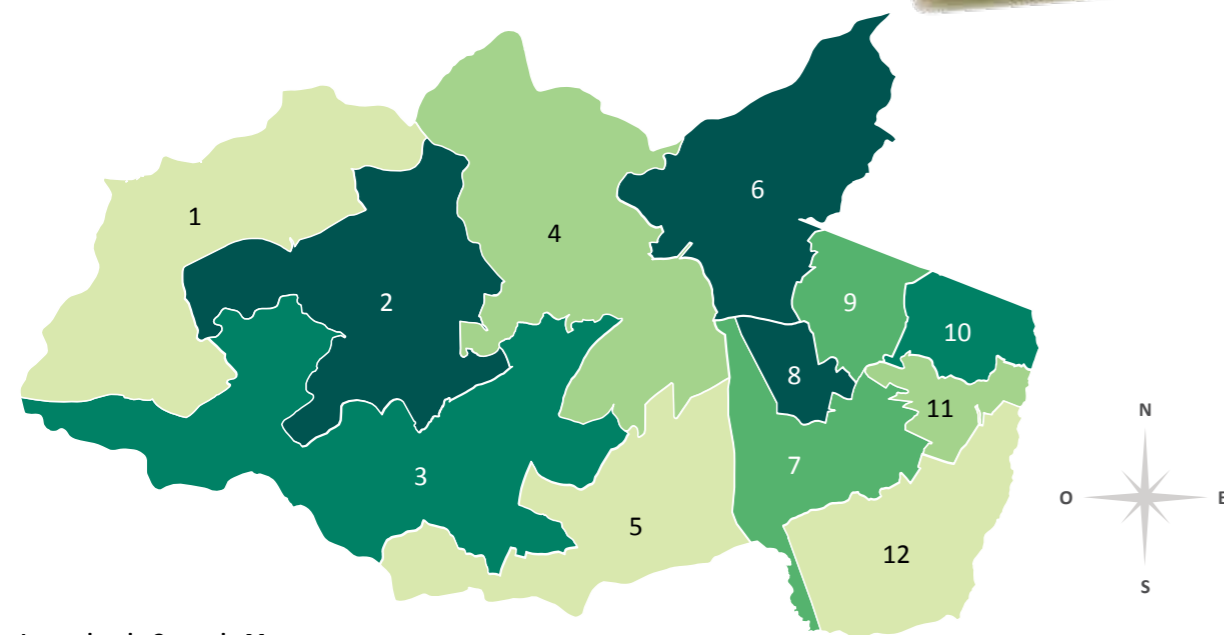
Total da população residente de 30 a 59 anos de idade, dividido pelo total da população residente, vezes 100.

Menor Valor	Região 5	35,7%
Média	Embu das Artes	39,0%
Maior Valor	Região 2	44,3%

1,2 vezes

É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 8: População residente de 60 anos e mais de idade

A média de residentes de 60 anos e mais, segundo dados do Censo 2010 (IBGE), está próxima a 7 pessoas a cada cem habitantes. A Região 3 destaca-se com o maior percentual (10,3%), e a Região 8 com o menor (5%). A razão entre os limites da série é de 2,1 vezes.

	Região geográfica	Total da população residente	População residente de 60 anos ou mais	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 8	9.531	475	5,0%
	Região 6	23.434	1.248	5,3%
Baixo	Região 7	16.396	894	5,5%
	Região 9	28.827	1.705	5,9%
Médio	Região 5	15.301	967	6,3%
	Região 11	30.237	1.979	6,5%
Alto	Região 12	43.848	3.110	7,1%
	Região 1	3.605	275	7,6%
Muito Alto	Região 10	37.158	2.843	7,7%
	Região 4	20.819	1.646	7,9%
	Região 2	3.313	338	10,2%
	Região 3	7.761	801	10,3%
	Município	240.230	16.281	6,8%

Definição

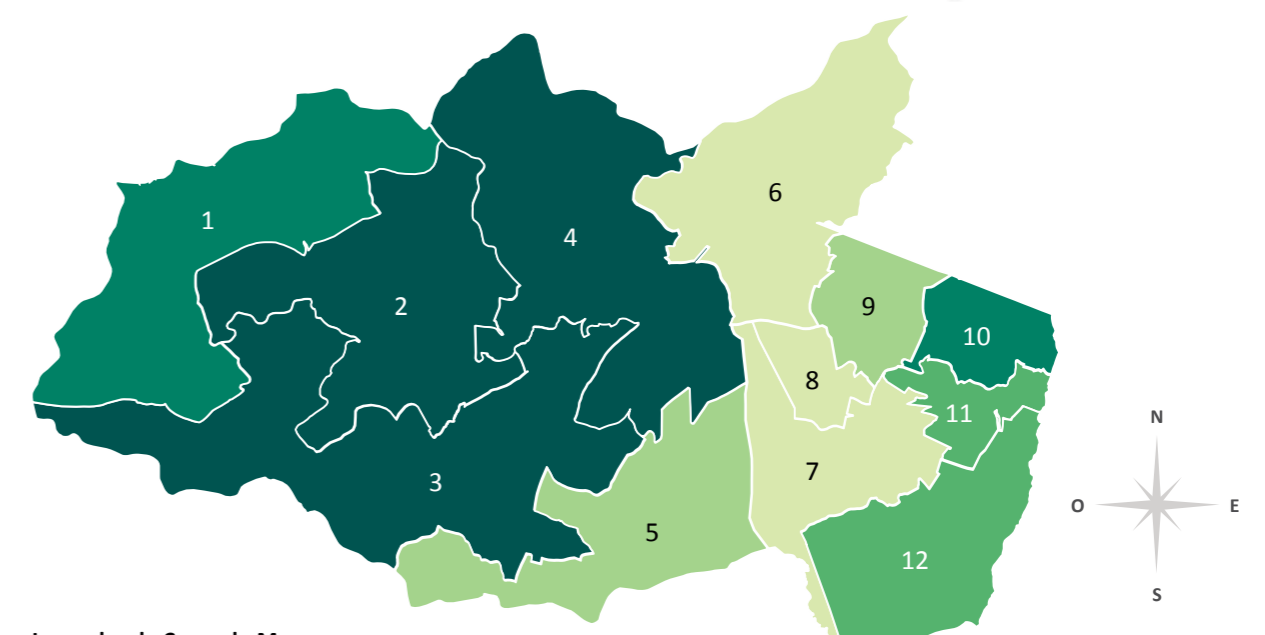
Total da população residente de 60 anos e mais de idade, dividido pelo total da população residente, vezes 100.

Menor Valor	Região 8	5,0%
Média	Embu das Artes	6,8%
Maior Valor	Região 3	10,3%

2,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 9: Razão de Dependência Jovem (RDJ)

A média do município neste indicador fica em torno de 38 pessoas a cada cem habitantes. Os destaques de maior e menor valor são a Região 5 (40,9 %) e a Região 3 (32,1%) respectivamente, sendo que a razão entre as duas regiões é de 1,4 vezes.

Definição

Total da população residente de 0 a 14 anos dividido pelo total da população de 15 a 59 anos, vezes 100.

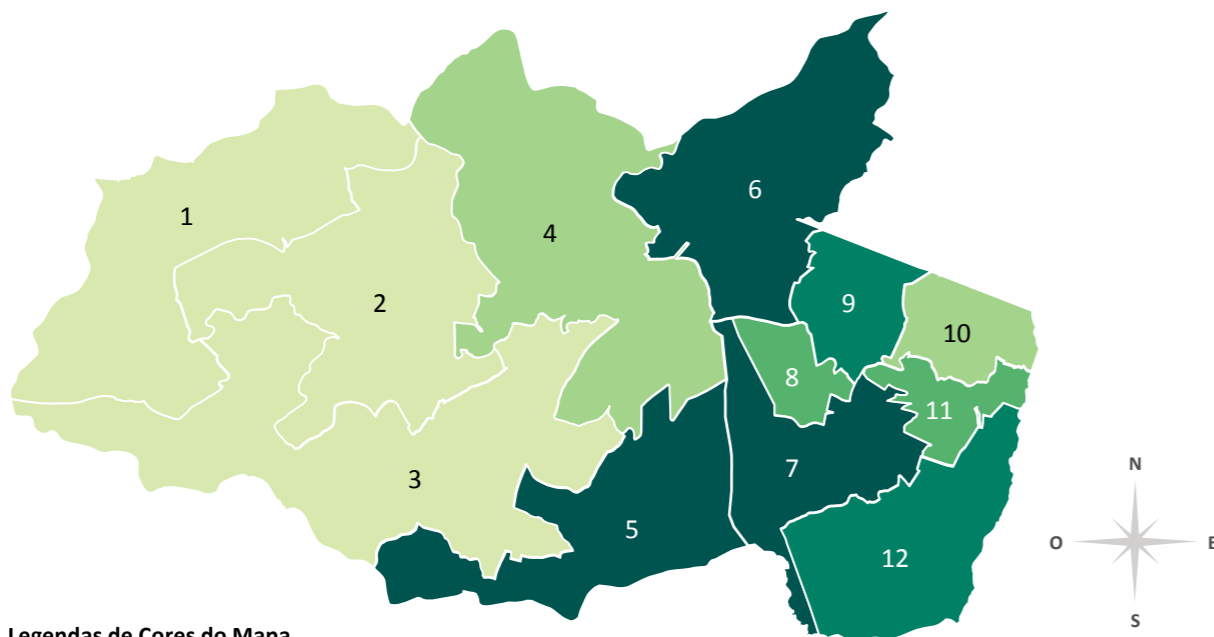
	Região geográfica	População de 15 a 59 anos	População de 0 a 14 anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 3	4.915	1.578	32,1%
	Região 2	2.103	739	35,1%
	Região 1	2.215	782	35,3%
Baixo	Região 4	13.852	5.018	36,2%
	Região 10	25.083	9.232	36,8%
Médio	Região 8	6.614	2.442	36,9%
	Região 11	20.512	7.746	37,8%
Alto	Região 9	19.324	7.503	38,8%
	Região 12	29.338	11.400	38,9%
Muito Alto	Região 6	15.893	6.276	39,5%
	Região 7	11.035	4.467	40,5%
	Região 5	9.644	3.947	40,9%
	Município	160.528	61.130	38,1%

Menor Valor	Região 3	32,1%
Média	Embu das Artes	38,1%
Maior Valor	Região 5	40,9%

1,4 vezes

É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 10: Razão de Dependência Total (RDT)

Os destaques para este indicador ficam com as Regiões 2 e 8, que apresentam o maior e menor valor da série, 51,2% e 44,1% respectivamente; tendo uma razão de 1,2 vezes, o que representa uma variação pequena entre as regiões. A variação em torno da média geral de (-) 8,5% a (+) 6,2% significa que os valores são homogêneos de baixa variação.

Definição

Total da população residente de 0 a 14 anos e de 60 anos e mais, dividido pelo total da população residente de 15 a 59 anos, vezes 100.

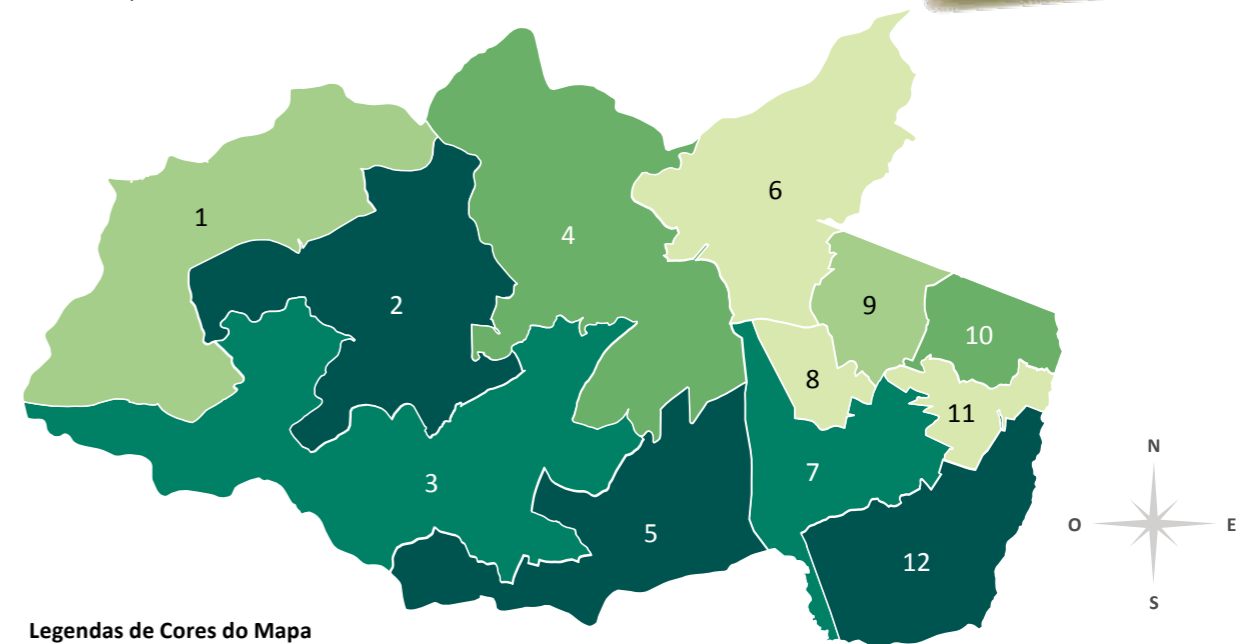
	Região geográfica	Total da população de 15 a 59 anos	População de 0 a 14 e 60 ou mais anos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 8	6.614	2.917	44,1%
	Região 6	15.893	7.524	47,3%
	Região 11	20.512	9.725	47,4%
Baixo	Região 9	19.324	9.208	47,7%
	Região 1	2.215	1.057	47,7%
Médio	Região 4	13.852	6.664	48,1%
	Região 10	25.083	12.075	48,1%
Alto	Região 3	4.915	2.379	48,4%
	Região 7	11.035	5.361	48,6%
Muito Alto	Região 12	29.338	14.510	49,5%
	Região 5	9.644	4.914	51,0%
	Região 2	2.103	1.077	51,2%
	Município	160.528	77.411	48,2%

Menor Valor	Região 8	44,1%
Média	Embu das Artes	48,2%
Maior Valor	Região 2	51,2%

1,2 vezes

É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 11: Responsável Adolescente

Neste indicador, os destaques de maior e menor valor estão nas Regiões 10 e 7, cujos valores apresentam variação de 3,7 vezes.

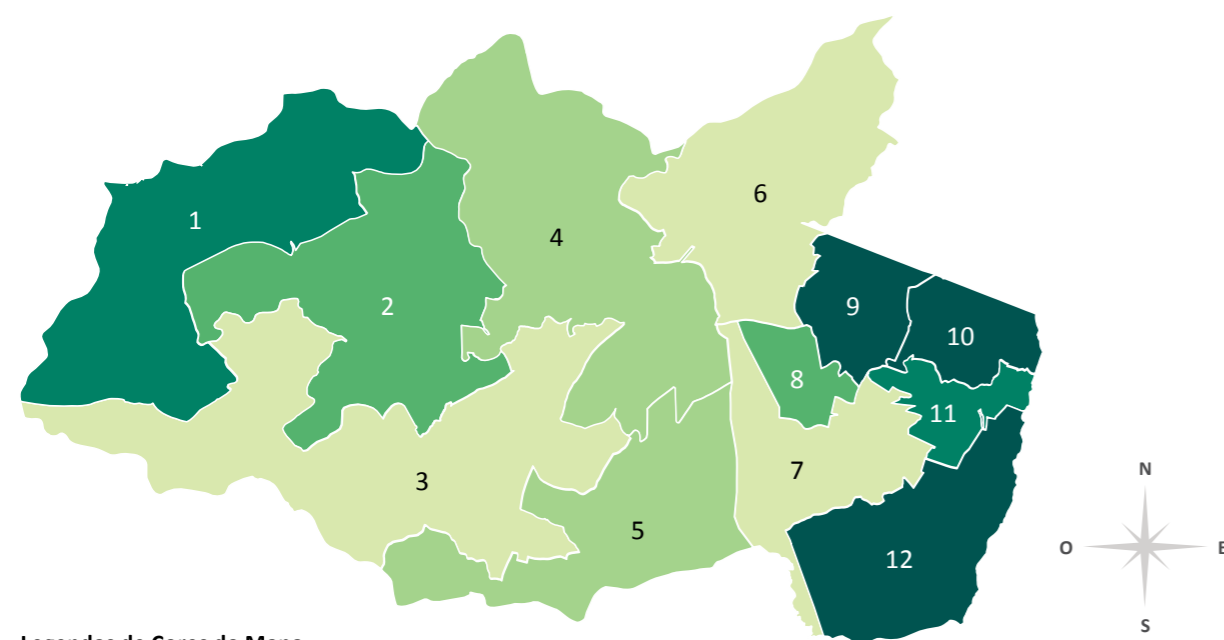
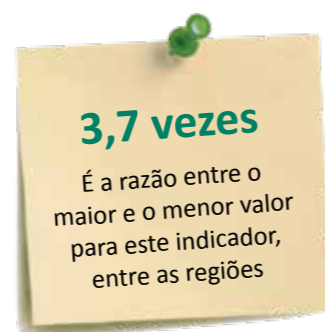
	Região geográfica	Total de Responsáveis por domicílio	Responsáveis Adolescentes	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 7	4.536	29	0,6%
	Região 3	2.375	16	0,7%
	Região 6	6.484	55	0,8%
Baixo	Região 4	6.099	55	0,9%
	Região 5	4.234	45	1,1%
Médio	Região 2	950	13	1,4%
	Região 8	2.612	40	1,5%
Alto	Região 1	1.065	18	1,7%
	Região 11	8.670	171	2,0%
Muito Alto	Região 12	12.209	252	2,1%
	Região 9	8.114	172	2,1%
	Região 10	10.920	241	2,2%
	Município	68.268	1.107	1,6%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

Total de responsáveis adolescentes, dividido pelo total de responsáveis por domicílio, vezes 100.

Menor Valor	Região 7	0,6%
Média	Embu das Artes	1,6%
Maior Valor	Região 10	2,2%



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

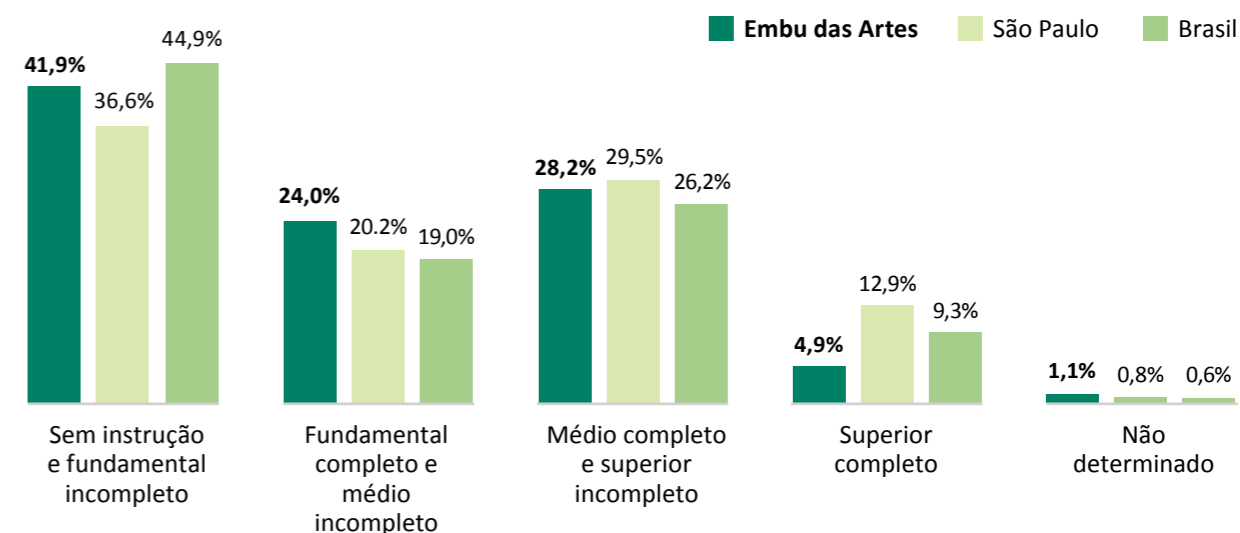
Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Tabela 4 – População alfabetizada com idade de 10 anos ou mais, por região

Instrução	Embu das Artes		São Paulo		Brasil	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sem instrução e fundamental incompleto	74.683	41,8%	11.852.137	36,6%	65.043.145	44,9%
Fundamental completo e médio incompleto	42.842	24,0%	6.550.337	20,2%	27.511.216	19,0%
Médio completo e superior incompleto	50.250	28,2%	9.572.342	29,5%	37.963.308	26,2%
Superior completo	8.669	4,9%	4.171.221	12,9%	13.463.757	9,3%
Não determinado	1.959	1,1%	251.660	0,8%	832.737	0,6%
Total	178.403	100,0%	32.397.696	100,0%	144.814.164	100,0%

Fonte: IBGE, 2010.



Indicador 12: Famílias com renda per capita domiciliar até ¼ do salário mínimo

A média geral das famílias com renda per capita domiciliar de até ¼ de SM é de, aproximadamente, 5 famílias a cada cem residentes no município. A razão entre o maior e o menor valor é de 4,1 vezes, sendo estes as Regiões 5 (6,2%) e 2 (1,5%) respectivamente. Assim, confirma-se a prioridade de ações de atenção voltadas à geração de renda para as famílias residentes na Região 5.

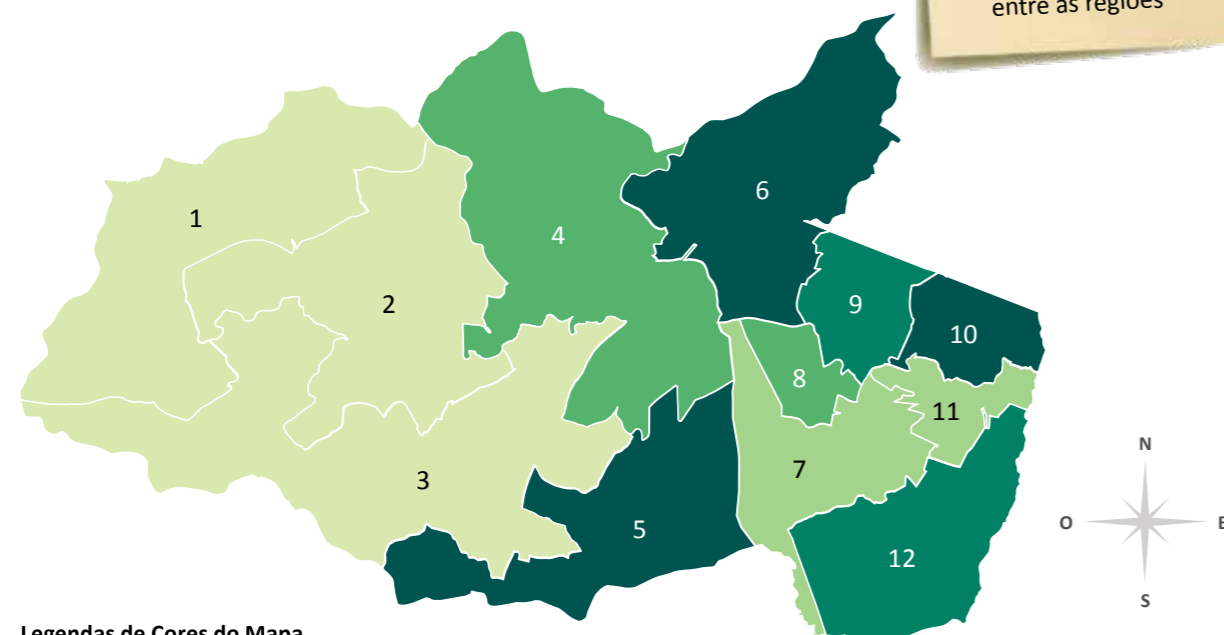
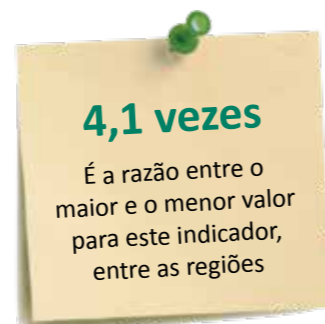
	Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	Renda per capita de até 1/4 SM	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 2	946	14	1,5%
	Região 3	2.372	55	2,3%
	Região 1	1.062	47	4,4%
Baixo	Região 7	4.535	209	4,6%
	Região 11	8.665	431	5,0%
Médio	Região 4	6.089	331	5,4%
	Região 8	2.610	142	5,4%
Alto	Região 12	12.207	667	5,5%
	Região 9	8.108	452	5,6%
Muito Alto	Região 10	10.915	613	5,6%
	Região 6	6.483	377	5,8%
	Região 5	4.233	262	6,2%
	Município	68.225	3.600	5,3%

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

Total de domicílios particulares ocupados, com renda per capita de até 1/4 salário mínimo, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100.

Menor Valor	Região 2	1,5%
Média	Embu das Artes	5,3%
Maior Valor	Região 5	6,2%



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

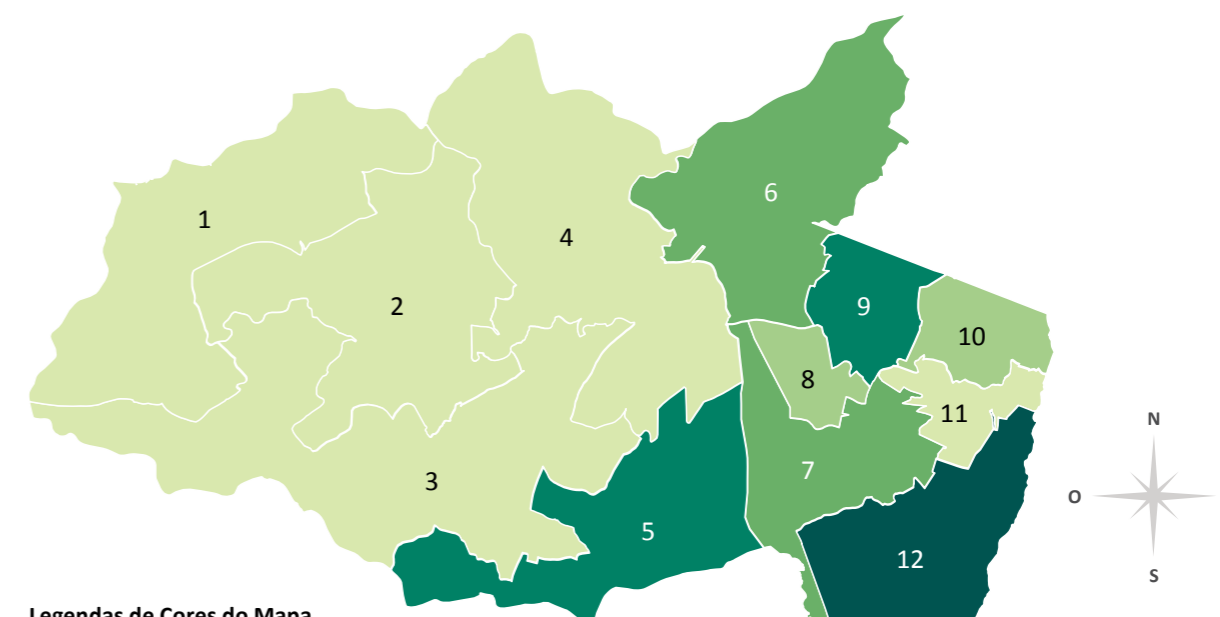
3.3. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

A matriz apresenta, de forma sucinta, o perfil econômico das famílias residentes, sendo selecionados apenas indicadores relacionados à condição econômica da família, como: densidade domiciliar, dependência econômica, responsabilidade pela família e renda.

Matriz de indicadores econômicos acima da média geral do município						Contagem de Indicadores acima da média	
Região geográfica	Densidade domiciliar	Razão de dependência Jovem - RDJ	Razão de dependência Total	Responsável adolescente	Renda domiciliar de até 1/4 de SM	Contagem	Participação
Parâmetro/Média	>3,5	> 38,1%	>48,2%	>1,6	>5,3%		
Região 1	3,4	35,3%	47,7%	1,7	4,4%	1	20,0%
Região 2	3,5	35,1%	51,2%	1,4	1,5%	1	20,0%
Região 3	3,3	32,1%	48,4%	0,7	2,3%	1	20,0%
Região 4	3,4	36,2%	48,1%	0,9	5,4%	1	20,0%
Região 11	3,5	37,8%	47,7%	2,0	5,0%	1	20,0%
Região 8	3,7	36,9%	44,1%	1,5	5,4%	2	40,0%
Região 10	3,4	36,8%	48,1%	2,2	5,6%	2	40,0%
Região 6	3,6	39,5%	47,3%	0,8	5,8%	3	60,0%
Região 7	3,6	40,5%	48,6%	0,6	4,6%	3	60,0%
Região 5	3,6	40,9%	51,0%	1,1	6,2%	4	80,0%
Região 9	3,6	38,8%	47,7%	2,1	5,6%	4	80,0%
Região 12	3,6	38,9%	49,5%	2,1	5,5%	5	100,0%
Média do Município	3,5	38,1%	48,2%	1,6	5,3%	5 indicadores	

Fonte: Diagnóstico Socioterritorial de Embu das Artes, SP – 2020

Nota: foi considerado na contagem apenas os indicadores classificados pelo método Quintil, com valores acima da média geral do



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

3.4. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O final dos anos 80 é marcado pela redemocratização do país, tendo como marco fundamental a promulgação da Constituição Federal de 1988, considerada o marco legal para as políticas de participação popular no Brasil.

Essa Constituição, também denominada de Constituição Cidadã, traz o reconhecimento e ampliação dos direitos sociais, bem como inovações significativas ao instituir espaços de participação popular na formulação, gestão e controle das políticas sociais.

O objetivo principal da participação popular é o de concretizar o mais direita e cotidianamente possível o contrato entre os cidadãos e as instituições públicas, de maneira a considerar os interesses e concepções político-sociais populares no seu processo decisório. Duas condições, no mínimo, são fundamentais para viabilizar a participação popular: a existência de organizações populares capazes de representar realmente os interesses dos segmentos sociais dos quais são mandatárias (...) e uma administração pública que reconheça como legítimas e pertinentes demandas apresentadas pela população, por meio de seus grupos organizados (CAMPOS apud FREITAS, 2015, p. 120).

É nesse contexto de reconhecimento dos direitos sociais que, por meio dos dispositivos constitucionais, a inclusão de uma nova seguridade social no país foi possível, sendo essa alicerçada no tripé Saúde, Previdência e Assistência Social.

Nesse sentido a Seguridade Social implica que todo cidadão tenha acesso a um conjunto de certezas e seguranças que venham cobrir, diminuir ou precaver os riscos e as vulnerabilidades sociais. A partir dessa nova concepção foi instituído o reconhecimento do direito universal, independente se o cidadão contribuiu com o sistema previdenciário ou não (YASBECK, 1997, p. 13).

São os artigos 203 e 204 da CF/88 que transformam e redefinem o perfil histórico da Assistência Social, qualificando-a como política pública. Buscando a regulamentação dos referidos artigos, após anos de luta, discussão e negociação de vários projetos e emendas, a Lei Orgânica da Assistência Social foi sancionada, pelo então Presidente Itamar Franco, em 7 de dezembro de 1993, projetando a atribuição de caráter legal dos serviços socioassistenciais. Portanto a Lei 8.742/93 pretendeu regulamentar as conquistas do âmbito assistencial, asseguradas pela Constituição Federal, para a proteção daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social.

A consolidação da Assistência Social como direito fundamental e política pública pauta-se, conjuntamente, nas diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), na NOB/SUAS - aprovada pela Resolução CNAS nº 33/2012 do Conselho Nacional de Assistência

Social (CNAS) - e na implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), cuja gestão e operacionalização são de competência conjunta das três esferas de governo - federal, estadual/distrital e municipal - cada qual com sua responsabilidade, não deixando de se observar o princípio da descentralização administrativa ocorrida com a aprovação da PNAS, em 2004 .

Nesse cenário de conquistas, evidencia-se a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Essa normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais; bem como as provisões, aquisições, condições e formas de acesso, unidades de referência para a sua realização, período de funcionamento, abrangência, a articulação em rede, o impacto esperado e suas regulamentações específicas e gerais.

A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma conquista importante para a Assistência Social brasileira, alcançando um novo patamar e estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial.

Como visão geral, é a partir desses marcos normativos que se apresenta o desenvolvimento da Política de Assistência Social no município de Embu das Artes-SP.



3.5. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO E DE APOIO

A rede de atendimento e de apoio do município não tem a pretensão de esgotar sua totalidade, devido à dinamicidade da sociedade e, por consequência, à composição das redes, tanto de atendimento quanto de apoio. Optou-se por apresentar as unidades e as organizações sob a perspectiva de rede de atendimento e rede de apoio por se entender que ambas se complementam e colaboram para o alcance de uma sociedade mais justa, igualitária e equânime, conforme objetiva a Política de Assistência Social, foco principal deste diagnóstico.

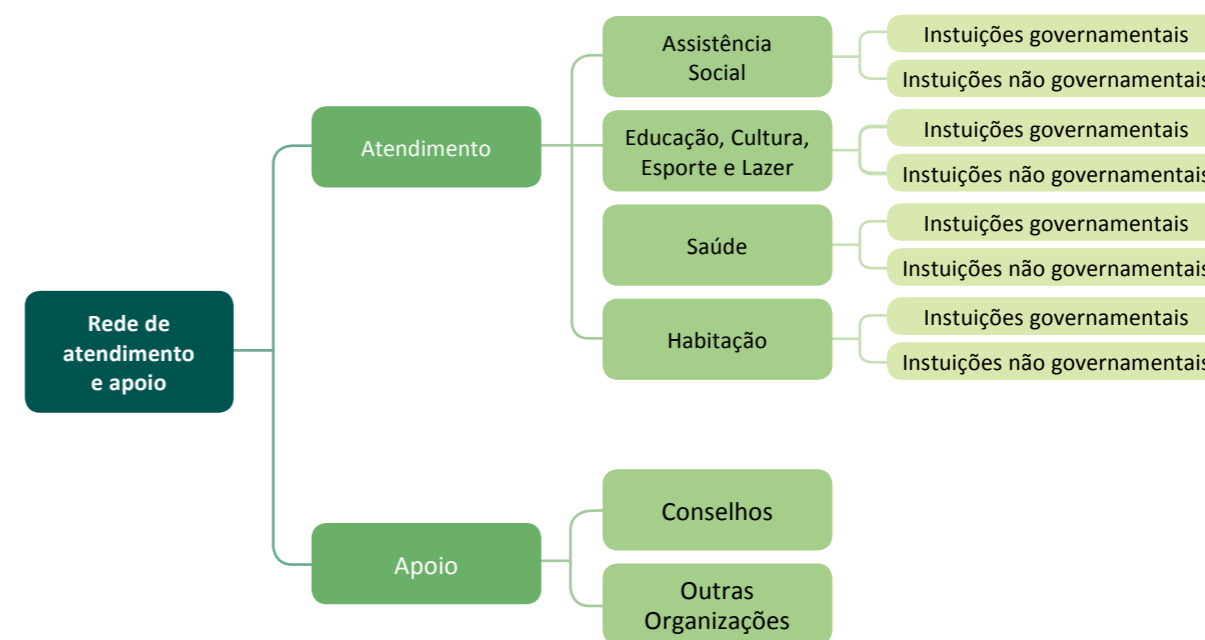
Nesse sentido, a PNAS (2004) sugere que o Estado deve ser o coordenador dos esforços para a articulação e integração entre as ações do próprio Estado e as iniciativas da sociedade, de modo que essa integração resulte em garantia dos direitos de todos os cidadãos que necessitam da Assistência Social. Desse modo, apresentar-se-á, abaixo, a rede de atendimento, composta pelas políticas públicas sociais – tanto executadas pelo Estado quanto pela sociedade civil, por meio de parcerias com as OSC's –, e a rede de apoio existente na comunidade, que não necessariamente realiza atendimentos, mas esteia e complementa as ações com o público da Assistência Social. Vale ressaltar que a rede de apoio é aqui entendida como um conjunto de organizações sociais, juridicamente constituídas ou não, que possuem como foco a promoção dos cidadãos, realizando orientações, fazendo defesa de direitos e controle social, objetivando melhorias coletivas que incidam nas vidas das pessoas e comunidades, colaborando, assim, para a construção de um mundo melhor.

A **rede de atendimento e apoio**, no município de Embu das Artes, foi dividida em duas categorias: atendimento e apoio, como descrito nas tabelas seguintes.

Em tempo, ressalta-se que essa divisão foi realizada tão somente a título de organização das informações, e a apresentação a seguir não esgota a totalidade de instituições existentes no município.

O mapeamento da rede de atendimento e apoio buscou informações do município, as quais foram validadas pela Comissão de Acompanhamento, referentes às instituições, órgãos e entidades que compõem o atual desenho organizacional da rede do município.

Quadro 5 – Classificação da rede de atendimento

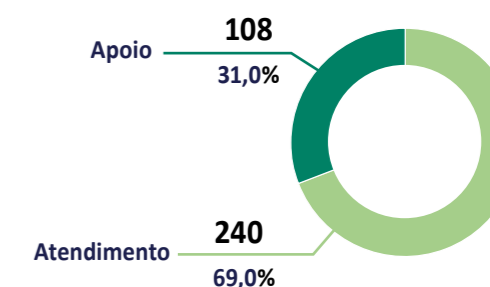


Com relação à rede do município de Embu das Artes, 69,0% dos equipamentos mapeados configuram-se como **rede de atendimento**, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 5 – Rede de Embu das Artes

Rede	Total	(%)
Atendimento	240	69,0%
Apoio	108	31,0%
Total Geral	348	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2020.



3.5.1. Rede Intersectorial de Atendimento

Na sequência, as tabelas – na próxima página – demonstram a composição da rede de atendimento, tendo as seguintes políticas públicas: Assistência Social; Educação; Cultura; Esporte e Lazer; Saúde. Ainda quanto às ações da rede de apoio, contam com: Conselhos Municipais, Conselho Tutelar e as demais organizações da sociedade civil ou do governo que não estão categorizadas na rede de atendimento.

Tabela 6 – Políticas Públicas Intersectoriais de Atendimento

Rede Intersectorial de Atendimento de Embu das Artes			
Políticas Públicas	Total	(%)	
Assistência Social	24	10,0%	<div style="width: 10%;"></div>
Educação	149	62,0%	<div style="width: 62%;"></div>
Cultura, Esporte e Lazer	34	14,2%	<div style="width: 14.2%;"></div>
Saúde	33	13,8%	<div style="width: 13.8%;"></div>
Total Geral	240	100,0%	

Fonte: Painel Pesquisas, 2020.

3.5.2. Rede de Atendimento Política Pública da Assistência Social

A rede de atendimento na área da **Assistência Social** oferta, por meio dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, as ações socioassistenciais de forma direta (governamental) e de forma indireta (em parceria com as organizações da sociedade civil), formando, então, a rede socioassistencial, de acordo com a previsão das normativas do SUAS, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 7 – Equipamentos da Política Pública de Assistência Social

Rede Socioassistencial	Total	(%)
CRAS	9	37,3%
CREAS	1	4,2%
Banco de Alimentos Herbert José de Souza "Betinho"	1	4,2%
Restaurante Popular "José de Castro"	1	4,2%
Centro de Quarentena	1	4,2%
Centro POP	1	4,2%
Abrigo Institucional para População em Situação de Rua	1	4,2%
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	4	16,6%
Centro Dia - SPSE para PcD e suas Famílias	1	4,2%
Unidade de Acolhimento (Família Acolhedora)	1	4,2%
Unidade de Acolhimento	2	8,3%
Centro-Dia - Três AAA	1	4,2%
Total	24	100,0%

Fonte Vigilância Socioassistencial 2020



Tabela 8 – Rede Socioassistencial e os Serviços ofertados

Assistência Social e os serviços ofertados			
Rede Socioassistencial	Natureza	Equipamentos	Serviços ofertados
Proteção Social Básica - PSB	Governamental	Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Proteção Social Básica no domicílio
	Não Governamental	Associação Amigos de Bairro do Jardim Silvia; Fraternidade Assistencial Rio Pequeno; Casa do Caminho Irmãos Samaritanos; CoopJovem	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Governamental	Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS; Centro Pop; Centro Dia para Pessoas com Deficiência	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI; Medidas Sócio Educativas - MSE; Serviço Especializado para Pessoa Idosa Serviço Especializado em Abordagem Social- SEAS
	Não Governamental	Centro Dia - Três AAA	Centro Dia para Pessoas com Deficiência
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Governamental	Unidade de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua	Abrigo Institucional para População em Situação de Rua
	Não Governamental	Lar Batista de Criança Centro Educacional à Criança e Adolescente - Ceca	Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente

Fonte Vigilância Socioassistencial 2020



A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos equipamentos que compõem a Política Pública de Educação no município. O maior percentual apresenta-se nas Escolas Estaduais, com 29,4%.

Tabela 9 – Equipamentos da Política Pública de Educação

Unidades Educacionais	Total	(%)
Creches Municipais	12	8,1%
Creches Conveniadas	29	19,5%
Ensino Infantil	19	12,8%
Ensino Fundamental	20	13,4%
Escolas Estaduais	44	29,4%
Escolas Particulares	25	16,8%
Total	149	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2020.

A tabela abaixo apresenta os equipamentos pertencentes à Política Pública de Saúde no município.

Tabela 10 – Equipamentos da Política Pública de Saúde

Rede de Atendimento	Total
Ambulatório de Especialidade (CAST e Conviver)	2
Central de Regulação	1
Centro de Especialidades (Valo Verde)	1
Centro de Atenção Psicossocial (II e AD)	2
Hospital Geral (PS Central e Hospital Leito Irmã Anette)	2
Policlínica (Independência)	1
SAMU Central de Regulação	1
SAMU Unidade Móvel de Nível Pré Hospitalar	3
Secretaria de Saúde	1
Serviço de Atenção Especializada em DST (SAE)	1
Unidade Básica de Saúde	16
Unidade de Vigilância (CCZ)	1
UPA (Unidade de Pronto Atendimento)	1
Total Geral	33

Fonte: Painel Pesquisas, 2020.

Abaixo segue a tabela com os equipamentos e serviços da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

Tabela 11 – Cultura, Esporte e Lazer

Rede	Total	(%)
Núcleos esportivos	24	70,7%
Centro Convivência do Idoso – CCI	1	2,9%
Espaços culturais	6	17,6%
Brinquedoteca	2	5,9%
Biblioteca Viva e Cidadã	1	2,9%
Total Geral	34	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas, 2020..

3.5.3. Rede de Apoio

A rede de apoio do município é composta pelos Conselhos de Controle Social, Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar, assim como pelas organizações da sociedade civil, unidades governamentais, e também a **Secretaria Executiva** como apoio aos conselhos. Abaixo, segue a descrição:

Tabela 12 – Composição da rede de apoio

Conselhos de Direito	
Conselho Municipal da Pessoa Idosa	1
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	1
Total Conselho de Direito	2
Conselhos Setoriais	
Conselho Municipal da Assistência Social	1
Conselho Municipal de Defesa Civil	1
Conselho Municipal de Educação	1
Conselho Municipal de Saúde	1
Conselho Municipal de Proteção Ambiental Embu das Artes - APA	1
Conselho Municipal da Cultura	1
Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE	1
Conselho Municipal Segurança Alimentar e Nutricional	1
Conselho Municipal do Meio Ambiente	1
Conselho Municipal de Orçamento	1
Conselho Municipal de Turismo	1
Total Conselho Setorial	11
Conselho Tutelar	
Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente I -Central	1
Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente II	1
Conselho Tutelar	2
Organizações da Sociedade Civil	
Inscritas no CMDI	8
Inscritas no CMDCA	39
Inscritas no CMAS	46
Total OSC's	93
Total Geral	108

Fonte: Secretaria Executiva, 2019.



4. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O objetivo deste capítulo é apresentar o histórico da consolidação da estrutura organizacional municipal, o qual envolve a operacionalização da Política de Assistência Social de Embu das Artes. Como metodologia foi utilizada a pesquisa documental, por meio da leitura das atas do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, legislações municipais e relatos dos funcionários antigos que acompanharam os processos de transformação.

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à dignidade humana como um dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, entretanto para que essa garantia seja atingida Estados, Municípios e o Distrito Federal devem ter uma conduta ativa, caminhando alinhados na construção de eficientes Políticas Públicas de Assistência Social.

Tradicionalmente, Embu das Artes é conhecida como terra das artes e da mata, a história da cidade é composta por uma série de relações sociais, políticas, econômicas e ambientais, que a torna um território extremamente dinâmico, em constante transformação.

Os problemas presentes no município compõem as complexidades proporcionais ao mega sistema urbano da cidade de São Paulo, destacam-se, entre tantos, as questões de moradia, desemprego, desigualdade social, saúde, educação, violência e exclusão social. Nesse cenário de contrastes, foi sendo construída a Política Municipal de Assistência Social.

De acordo com a lei nº 94, de 21 de outubro de 1974, no regimento dos serviços internos da Prefeitura do Município de Embu, estava o departamento de Promoção Social alinhado com as tendências históricas da prática do assistencialismo comuns ao período político da Assistência Social, cujo objetivo era a mobilização da comunidade para, assim, atender às necessidades e aos problemas sociais locais imediatos.

O Atendimento à população era realizado por meio de plantão social, com entrega de cestas de alimentos e medicamentos. A primeira-dama, em parceria com empresas locais, realizava bazares para captação de recursos e doações.

A partir de 1982, o departamento de Promoção Social torna-se uma Secretaria, a equipe foi ampliada, projetos para a comunidade foram elaborados (Centro de Integração a Criança - CINC, Casa da Juventude e Núcleos de Vivências) e houve formação de entidades – SABS são incentivadas.

De 1988 a 1992, a administração pública passa a ser regulada pelas novas orientações da Constituição Federal. Nesse período, os Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos são priorizados.

A partir de 1992, grande parte dos bairros começa a receber infraestrutura, como asfaltos e ampliação de creches municipais conveniadas. A equipe técnica da secretaria realizava, exclusivamente, o monitoramento e a supervisão das unidades de creches.

Em 1997, tem-se dois marcos significativos para o município: a lei nº 1.682 que cria o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) – Órgão deliberativo de caráter permanente e composição paritária entre o Governo Municipal e as entidades e organizações de Assistência Social – e a lei nº 1683 que cria o Fundo Municipal da Assistência Social.

Percebe-se, nesse período, por meio dos registros nos livros atas do CMAS, um empenho significativo dos técnicos no estudo das legislações que estavam sendo lançadas, a fim de aprimorar os serviços e entender o que de fato era responsabilidade da então Secretaria de Promoção Social, que na época realizava a gestão das creches municipais.

Conforme os preceitos estabelecidos na Constituição Federal, foi regulamentada, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que estabelece diretrizes, normas e critérios para a aplicabilidade da assistência social como direito do cidadão, além do mais define a primazia da responsabilidade do Estado na condução política de assistência social, institui o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) como órgão central de gestão do financiamento dessa Política, e estabelece que deve ser realizada por meio de um sistema descentralizado e participativo.

Em 2004, foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que expressa a materialidade das diretrizes da LOAS, cujos objetivos são:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural, e; assegurar que as ações no âmbito de assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, online).

Um ano após a aprovação da PNAS, é aprovada, em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), a qual regula e organiza: “os serviços, programas

projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, normatiza os padrões nos serviços, qualidade no atendimento aos usuários, indicadores de avaliação e resultados, nomenclatura dos serviços e da rede prestadora de serviços socioassistenciais” (NOB-SUAS, 2005, online) em todo o território nacional.

A fim de garantir que a Assistência Social seja concretizada como responsabilidade pública e estatal, é imprescindível que estados e municípios capacitem-se, para gerir com habilidade, atitude e responsabilidade com a Política Nacional de Assistência Social, visando solidificar os seus objetivos e prestar os serviços com qualidade a quem deles necessitar.

Em 2007, com a aprovação da lei nº 11.494 do Fundeb, que cria um padrão de financiamento para toda a Educação Básica, passa-se a discutir o processo de transição para que o Estado assumisse integralmente a responsabilidade pela educação infantil.

Em 2009, o recurso financeiro repassado via Piso Básico de Transição, que até então financiava a educação, foi destinado ao desenvolvimento de ações socioeducativas de apoio às famílias e suas crianças ou grupos de convivência para idosos, por meio das Organizações Sociais inscritas no CMAS.

A implantação do SUAS foi marcada, em âmbito nacional, com diversas leis, decretos, resoluções, normas operacionais e deliberações das Conferências. Em 2016, a lei nº 2.938 regulamentou o Sistema Único de Assistência Social no Município de Embu das Artes.

Nas últimas quatro décadas, a Política Municipal de Assistência Social de Embu das Artes passou por profundas transformações, conforme relatam funcionários que vivenciaram tal período, dentre o qual, destacam-se:

Implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Unidade de acolhimento para a população em situação de rua (Centro Pop) e para pessoas com deficiência (Centro Dia), possibilitando atendimento qualificado e proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa com deficiência; participação da população, por meio de organizações representativas, nas formulações das políticas e no controle das ações realizadas; aumento de alocação de recursos no orçamento; ampliação de pessoal concursado, com salários compatíveis com o mercado, garantindo estabilidade ao quadro de recursos humanos; efetivação do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional que atua, desde 2002, no combate à fome e ao desperdício de alimentos; e criação, no âmbito municipal, do Programa Bolsa Cidadã, promulgado em 26 de dezembro de 2019.

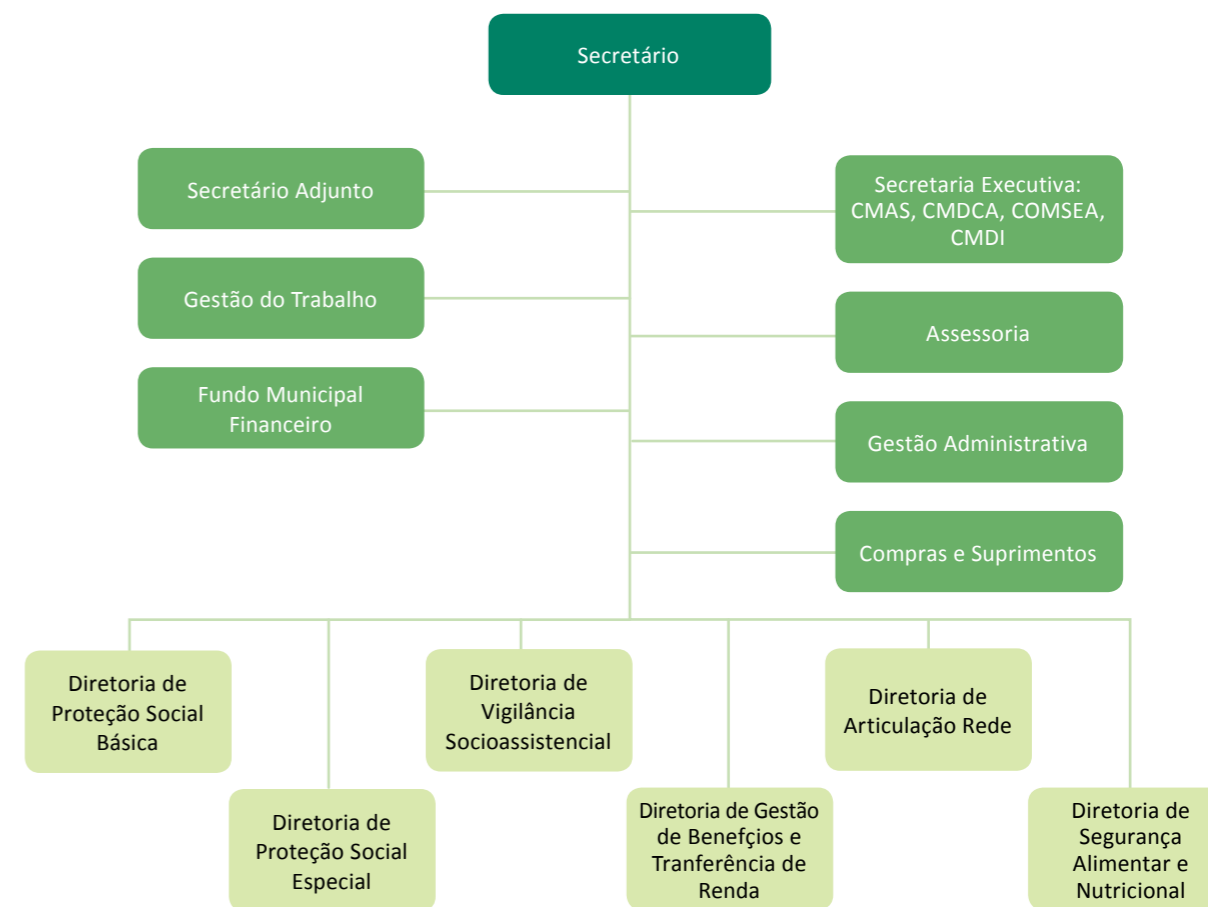
Percebe-se, portanto, que o Sistema Único de Assistência Social Municipal, ao longo das décadas, tem progredido na oferta de direitos socioassistenciais por meio dos serviços, programas,

projetos, benefícios e transferência de renda, rompendo com a cultura do voluntarismo e amadorismo, no qual foi formado, avançando na profissionalização da área e na ampliação de práticas democráticas, participativas e inclusivas. Verifica-se abaixo o organograma atual da Secretaria de Desenvolvimento Social:

4.2. ESTRUTURA, RECURSOS HUMANOS E FINANCIAMENTO

A estrutura organizacional (Quadro 6) e de Recursos Humanos (Quadros 7 ao 9, na próxima página) atendem aos critérios estabelecidos na legislação e na política socioassistencial, sendo que atuam em diversas frentes com uma equipe de profissionais qualificados em suas respectivas áreas de atuação, agregado à formação complementar representativa, pois dos que concluíram o ensino superior, 52% possuem pós graduação em especialização e mestrado/ doutorado.

Quadro 6 – Organograma da Secretaria de Assistência Social



Quadro 7 – Recursos Humanos (não inclusos voluntários e estagiários)

Atuação	Fundamental Incompleto ou Completo	Ensino Médio Incompleto ou Completo	Ensino Superior Completo	Ensino Superior Incompleto	Especialização, MBA ou Pós-Graduação	Mestrado ou Doutorado	Total
Abrigo para pessoa em Situação de Rua - Acolhimento Institucional	1	3	6	4	-	-	24
Banco de Alimentos	-	6	2	2	-	-	10
CadÚnico e/ou unidades de Cadastros Sociais	1	3	-	-	1	-	5
Centro Dia Pessoa com Deficiência e Suas Famílias	1	1	4	-	1	-	7
Centro POP		3	6	-	2	-	11
Cooperativa	7	14	2	-		-	23
CRAS	3	9	37	8	19		76
CREAS	2	2	9	4	5	-	22
Organização da Sociedade Civil – OSC	1	4	10	3	7	-	25
Restaurante Popular	--	2	-	1	1	-	4
Secretaria de Desenvolvimento Social (sede)	1	6	11	6	9	1	4
Total	17	63	87	28	45	1	241

Fonte: Edita Pesquisas/pesquisa com os trabalhadores do SUAS, 202

Quadro 8 – Área de formação dos trabalhadores que possuem nível superior

Quant.	Área de Formação
65	Serviço Social
25	Psicólogo (a)
13	Pedagogo (a)
5	Administrador (a)
5	Educador(a) Físico
3	Advogado (a)
2	Gestão de Recursos Humanos
2	Nutricionista
1	Artes
1	Direito
1	Gestão Financeira
1	História
1	Letras
1	Logística
1	Produtora Editorial
1	Professor de Português
1	Radialista
1	Secretaria Executiva
1	Tecnólogo em RH
1	Tecnólogo em Segurança Privada
1	Turismóloga
1	Psicopedagogia
2	Não informado

Fonte: Edita Pesquisas/pesquisa com os trabalhadores do SUAS, 202

Quadro 9 – Tipo de vínculo dos trabalhadores

Quant.	Tipo de vínculo
137	Estatutários
47	CLT
17	Estagiário
16	Cooperativa de Alimentos
15	Comissionados
12	Contrato Temporário
11	Prestadores Pessoa Jurídica
3	Prestadores Pessoa Física

Fonte: Edita Pesquisas/pesquisa com os trabalhadores do SUAS, 2020

No Quadro 10 apresentam-se os valores executados no ano de 2019. O município tem a maior participação (88,3%) comparando com os entes governamentais do Estado e Federal, sendo que a maior participação entre todos os serviços é o da Proteção Social Básica, com destinação de 60% do total geral.

Quadro 10 – Financiamento

Origem dos Recursos	Destinações	Valores Executados (R\$)
Recursos Municipais (FMAS)	Serviços Proteção Social Básica	12.075.018,06
	Serviços Proteção Social Especial de Média Complexidade	3.183.890,67
	Serviços Proteção Social Especial de Alta Complexidade	2.523.226,53
	Totais	17.782.135,26
Recursos Estaduais (FEAS)	Serviços Proteção Social Básica	227.839,68
	Serviços Proteção Social Especial de Média Complexidade	136.800,00
	Serviços Proteção Social Especial de Alta Complexidade	377.220,18
	Totais	741.859,86
Recursos Federais (FNAS)	Serviços Proteção Social Básica	711.205,29
	Serviços Proteção Social Especial de Média Complexidade	542.726,73
	Serviços Proteção Social Especial de Alta Complexidade	366.555,55
	Totais	1.620.487,57
Total de Recursos	Total Geral	20.144.481,00

Fonte: Estado de São Paulo - PMAS WEB - 2019 – Execução Financeira

5. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica tem como objetivo oferecer serviços para a prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como público-alvo a população que vive em situações de vulnerabilidade social, pobreza, privação ou precariedade de renda, fragilização de seus vínculos relacionais ou de pertencimento social. Os serviços ligados à proteção social básica são de caráter continuado, tendo a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos vínculos, bem como promover o acesso e usufruto dos direitos, visando a contribuição para a melhoria da qualidade de vida dessas famílias e suas comunidades.

É a partir do trabalho social com famílias no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) que se organizam os serviços referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da política de assistência social.

A articulação dos serviços socioassistenciais do território com o PAIF garante o desenvolvimento do trabalho social com as famílias dos usuários desses serviços, permitindo identificar suas necessidades e potencialidades dentro da perspectiva familiar, rompendo, portanto, com o atendimento segmentado e descontextualizado das situações de vulnerabilidade social vivenciadas.

As portas de acesso aos serviços da Proteção Social Básica (PSB) são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que se configuram em unidades públicas territoriais estrategicamente alocadas em regiões de vulnerabilidade social, os quais são responsáveis por organizar e coordenar a Proteção Social Básica, por meio da oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), do Serviço de Proteção Social Básica em domicílio para pessoas deficientes e idosas, da inserção das famílias no cadastro dos programas de transferência da renda, bem como orientar e encaminhar a população para as demais políticas públicas e sociais.

Os serviços referenciados ao CRAS podem ser executados de forma direta, ou seja, na própria unidade do CRAS, ou de forma indireta, por meio de parcerias e termos de colaboração com organizações da sociedade civil. Cabe lembrar que o PAIF deve ser executado no próprio equipamento.

Em Embu das Artes, na perspectiva da Proteção Social Básica, são ofertados os seguintes serviços: PAIF, SCFV e SPSB em domicílio para pessoa idosa. A seguir, seguem: descrição e dados referentes aos serviços ofertados no município.

5.1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o PAIF consiste no trabalho social contínuo com as famílias, tendo o objetivo de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de vínculos, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria da qualidade de vida dessas famílias; além de que prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (CNAS, 2009). Como já apontado anteriormente, o PAIF é um serviço que necessariamente deve ser desenvolvido no CRAS.

A seguir, apresentam-se os indicadores, representados em cartogramas e análises complementares, referentes aos dados dos serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica. Os principais indicadores foram extraídos das bases dos atendimentos realizados nos equipamentos existentes.

Indicador 13: Famílias acompanhadas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

A média geral de famílias acompanhadas no PAIF é 9 (nove) a cada mil famílias residentes no município. As maiores taxas de famílias acompanhadas estão nas Regiões 5 e 7, com 20 (vinte) famílias a cada mil. A razão entre o maior e menor valor é de 21,0 vezes.

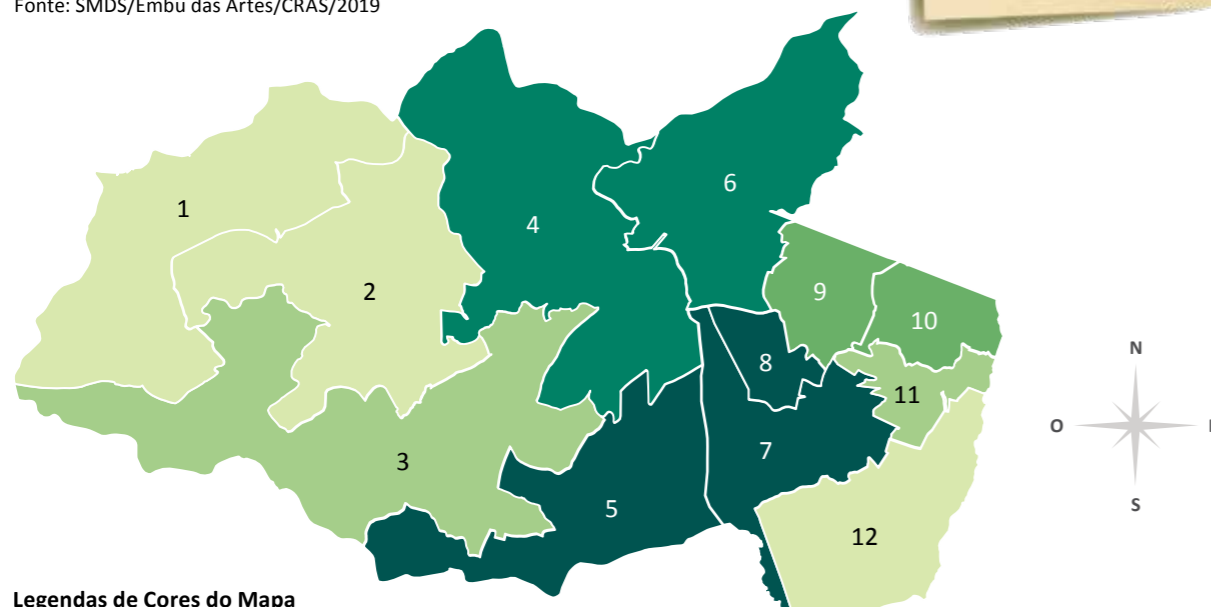
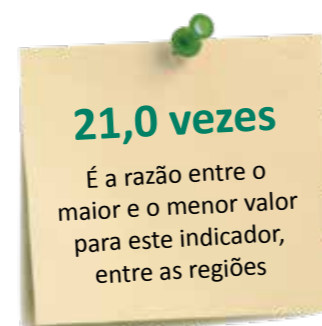
	Região Geográfica	Total de domicílios	Famílias acompanhadas no PAIF	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 2	946	1	1,1
	Região 12	12.207	24	2,0
	Região 1	1.062	4	3,8
Baixo	Região 11	8.665	38	4,4
	Região 3	2.372	11	4,6
Médio	Região 9	8.108	53	6,5
	Região 10	10.915	108	10,0
Alto	Região 6	6.483	82	12,6
	Região 4	6.089	84	13,8
Muito Alto	Região 8	2.610	48	18,4
	Região 5	4.233	85	20,1
	Região 7	4.535	94	20,7
	Não informado	-	2	-
	Município	68.225	634	9,3

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CRAS/2019

Definição

Total de famílias acompanhadas no PAIF, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000.

Menor Valor	Região 2	1,1
Média	Embu das Artes	9,3
Maior Valor	Região 7	20,7



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Em relação às demandas de atendimento do PAIF, no ano de 2019, foram acompanhadas 634 famílias no município de Embu das Artes, como já mencionado. No que diz respeito aos responsáveis pelas famílias acompanhadas, conforme informações disponibilizadas pelo CRAS, 73,7% deles encontram-se na faixa etária de 30 e 59 anos, e a maioria é do sexo feminino (92,4%).

Tabela 13 – Faixa etária do responsável familiar acompanhado no PAIF

Faixa etária	Quant.	(%)
De 18 a 29 anos	95	14,9%
30 a 59 anos	467	73,7%
De 60 anos ou mais	69	10,9%
Não informado	3	0,5%
Total	634	100%

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

Tabela 14 – Sexo do responsável familiar acompanhado no PAIF

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	586	92,4%
Masculino	48	7,6%
Total	634	100%

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

Ainda citando-se a tabela 13, os resultados mostram que, dos responsáveis familiares acompanhados no PAIF, 88,6% estão em idade produtiva, isso equivale a dizer que são indivíduos que devem estar inseridos no mercado de trabalho, observando-se apenas o critério de idade, em um país como o Brasil, cujo sistema econômico é o capitalismo; nos casos em que não há essa inserção, ou seja, o indivíduo não está economicamente ativo, corre-se o risco de se ter uma família em situação de ausência ou insuficiência de renda, sendo essa elegível na Política de Assistência Social, tanto para ofertas de transferência de renda quanto para ofertas de acesso e integração no mercado de trabalho.

Referente à tabela 14, sobre o alto percentual de mulheres declaradas como responsáveis familiares (92,4%), faz-se necessário atentar para o fato de que essa é uma realidade encontrada em todas as regiões do país. Nem sempre as mulheres declaradas pelas políticas públicas como responsáveis familiares são chefes de família, porém as pesquisas em nível nacional demonstram que essa é uma realidade com grande incidência, especialmente nas famílias menos favorecidas economicamente. Nesse sentido, a Revista Serviço Social e Sociedade apresenta uma comunicação de pesquisa, na qual as autoras referem-se às famílias chefiadas por mulheres nas camadas mais pobres da população:

são em grande parte associadas às situações de vulnerabilidade econômica, pois a mulher, como único membro adulto do domicílio, é sua provedora, além de assumir funções domésticas e o cuidado com os filhos, o que implica sua vinculação em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente, gerando assim maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família (CARVALHO apud PINO; MECHELETTI et al, 2011, online).

Essa realidade exige dos gestores e trabalhadores do SUAS um olhar atento e cuidadoso, para que sejam evitados os ciclos geracionais de **reprodução de situações de vulnerabilidade e risco**. Outro fato a se considerar, em um resultado com alta incidência do sexo feminino apresentado como responsável familiar, é a sobrecarga dos papéis assumidos por essas mulheres, sobre as quais, algumas vezes, **as políticas públicas atribuem a obrigação de cumprir as deliberações dos profissionais, sem ponderar se está sob sua possibilidade o cumprimento de tais decisões**.

Quanto à raça ou cor das pessoas acompanhadas pelo PAIF, 48,3% são da cor parda.

Tabela 15 – Raça ou cor das famílias acompanhadas pelo PAIF

Raça ou cor	Quant.	(%)
Parda	306	48,3%
Preta	148	23,3%
Branca	145	22,9%
Não informado	32	5,0%
Indígena	2	0,3%
Amarela	1	0,2%
Total	634	100%

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

Dentre os diferentes tipos de família em acompanhamento no PAIF, a prevalência é da monoparental (48,7%), seguida pela tradicional ou nuclear (35,3%).

Tabela 16 – Tipos de família em acompanhamento no PAIF

Tipo de família	Quant.	(%)
Monoparental	308	48,7%
Tradicional ou nuclear	224	35,3%
Não informado	63	9,9%
Multiparental	30	4,7%
Unipessoal	9	1,4%
Total	634	100%

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

Sobre o número de membros familiares nas famílias acompanhadas pelo PAIF, a maioria possui “de 2 a 4 membros familiares” (47,6%), seguida por “de 5 a 7 membros familiares” (32,2%).

Tabela 17 – Quantidade de membros familiares nas famílias acompanhadas pelo PAIF

Membros familiares	Quant.	(%)
De 2 a 4 membros familiares	302	47,6%
De 5 a 7 membros familiares	204	32,2%
Mora sozinho	80	12,6%
De 8 membros familiares ou mais	31	4,9%
Não informado	17	2,7%
Total	634	100%

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.



Em relação aos membros das famílias acompanhadas pelo PAIF, verifica-se, no quadro abaixo, que o total de membros familiares por região conforme o público – crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência – está representado, em sua maioria, pelo público de crianças e adolescentes (55,2%).

Tabela 18 – Membros familiares das famílias acompanhadas pelo PAIF

Regiões	Total de membros familiares		Crianças e adolescentes		Pessoas Idosas		PCD	
	Quant.		Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Região 1	10		6	60,0%	-	-	1	10,0%
Região 2	2		-	-	2	100,0%	1	50,0%
Região 3	34		19	55,9%	1	2,9%	1	2,9%
Região 4	267		152	56,9%	6	2,2%	7	2,6%
Região 5	323		171	52,9%	24	7,4%	23	7,1%
Região 6	355		199	56,1%	10	2,8%	12	3,4%
Região 7	333		171	51,4%	31	9,3%	21	6,3%
Região 8	210		122	58,1%	4	1,9%	16	7,6%
Região 9	204		102	50,0%	6	2,9%	28	13,7%
Região 10	410		227	55,4%	20	4,9%	18	4,4%
Região 11	171		96	56,1%	4	2,3%	5	2,9%
Região 12	115		78	67,8%	5	4,3%	9	7,8%
Total	2.434		1.343	55,2%	113	4,6%	142	5,8%

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

A tabela 19 apresenta os perfis das famílias acompanhadas no PAIF, ou seja, o público prioritário para o acompanhamento, segundo a Tipificação Nacional dos serviços Socioassistenciais (TNSS).

Tabela 19 – Perfil das famílias acompanhadas no PAIF

Perfil das famílias	Quant.	(%)
Família beneficiária de programas de transferência de Rende e Benefícios Assistenciais	568	89,6%
Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;	449	70,8%
Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social	118	18,6%
Famílias que atendem aos critérios de elegibilidade nos programas de Transferência de Renda, mas que não foram contempladas	84	13,2%
Total	634	-

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

Nota: Uma família pode estar inserida em mais de um perfil



Sobre os principais motivos de acompanhamento no PAIF, a maior demanda de procura é a “insegurança alimentar” (30,4%), seguida por “situação de extrema pobreza” (25,4%) e “descumprimento de condicionalidade para fruição de benefício social - Bolsa Família/BPC/outros” (20,7%) respectivamente.

Tabela 20 – Demanda ou Motivo de acompanhamento no PAIF

Demanda ou Motivo	Quant.	(%)
Insegurança alimentar	193	30,4%
Situação de extrema pobreza	161	25,4%
Descumprimento de condicionalidades para fruição de benefício social (Bolsa Família/BPC/outros)	131	20,7%
Família com membros familiares beneficiários do BPC	65	10,3%
Desemprego	57	9,0%
Conflito familiar	56	8,8%
Outros	33	5,2%
Uso de álcool e/ou outras drogas de membro(s) familiar(es)	30	4,7%
Não informado	28	4,4%
Situação de isolamento	26	4,1%
Demandas de saúde	19	3,0%
Vulnerabilidade às crianças ou adolescentes com deficiência	18	2,8%
Demandas configuradas como atendimento de média ou alta complexidade	12	1,9%
Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;	9	1,4%
Demandas habitacionais	7	1,1%
Criança fora da escola	5	0,8%
Demanda reprimida de vaga em creche	4	0,6%
Gravidez na adolescência	4	0,6%
Egressos de medida socioeducativa	3	0,5%
Trabalho infantil	3	0,5%
Transtornos mentais	2	0,3%
Egressos situação prisional	2	0,3%
Família beneficiária do PBF	1	0,2%
Transtornos mentais ou psicológicos em familiares	1	0,2%
Transtornos mentais ou psicológicos	1	0,2%
Adolescente fora da escola	1	0,2%
Evasão escolar	1	0,2%
Demandas educacionais	1	0,2%
Uso de SPA dos pais, responsáveis ou familiares	1	0,2%
Tráfico de drogas	1	0,2%
Total	634	-

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

Nota: soma superior a 100% pela opção de múltiplas respostas

Entre as demandas pontuadas na Tabela 21, os resultados merecem especial atenção, pois o atendimento e o acompanhamento de famílias pelo PAIF têm como objetivo realizar a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco, provendo aquisições e acessos aos direitos para indivíduos e famílias e, assim, ampliar os laços de proteção e vínculo positivo entre as famílias e a comunidade. Para tal, devem estar no radar das ações do PAIF todas as famílias reconhecidas como público potencial da Proteção Social Básica (PSB), não devendo se limitar aos benefícios eventuais ou continuados nem ao descumprimento de condicionalidades; esse apontamento pretende despertar uma reflexão sobre o processo preventivo do PAIF. Outra questão que merece atenção é a distinção entre o motivo pelo qual as famílias adentram ao PAIF e os motivos pelos quais as famílias são acompanhadas sistematicamente, pois, muitas vezes, após a inserção das famílias nas atividades, exprimem-se sobre diversas situações de vulnerabilidade para a equipe de referência, o que implica em escuta, diagnóstico social familiar qualificado e resposta adequada para cada situação acompanhada/atendida. Sendo assim é imprescindível que o município realize a busca ativa do público potencial para a PSB, realizando atividades comunitárias e intersetoriais proativamente.

Entre os principais benefícios de transferência de renda para as famílias acompanhadas no PAIF, 63,6% dos responsáveis são beneficiários do PBF e 11,0% possuem membros familiares que recebem o BPC. Cabe apontar para uma intervenção, junto às equipes dos CRAS, sobre os indivíduos apresentados como “não informado” (21,0%).

Tabela 21 – Responsáveis acompanhados no PAIF que recebem benefício de transferência de renda

Transferência de renda	Quant.	(%)
Programa Bolsa Família	404	63,6%
Não informado	133	21,0%
BPC	70	11,0%
Renda Cidadã	13	2,1%
Não	13	2,1%
Frente de trabalho	5	0,8%
Ação Jovem	2	0,3%
Total	634	100,0%

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.



Sobre os benefícios eventuais que o município oferece, apresentados na tabela 22, a prevalência é da “cesta de alimentos” (42,0%). Cabe frisar que uma quantidade significativa de famílias aparece como “não informado” (40,2%), sendo relevante a aplicação de um estudo e avaliação, junto às equipes dos CRAS, sobre esse dado. Além do mais, 15,0% das famílias não recebem benefícios eventuais.

Tabela 22 – Responsáveis acompanhados no PAIF que recebem algum benefício eventual

Benefício eventual	Quant.	(%)
Cesta de Alimentos – Programa de Segurança Alimentar	266	42,0%
Não informado	255	40,2%
Não recebe	95	15,0%
Vulnerabilidades temporárias (passagem municipal, cesta de alimentos, recâmbio, transporte interno para SCFV, expedição de documentações, foto 3x4)	9	1,4%
Fraldas	6	0,9%
Auxílio Natalidade – Assistência Social	3	0,5%
Total	634	100%

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

Promover o acesso das famílias aos serviços ofertados pelas políticas públicas é uma das funções inerentes aos serviços da proteção social básica. Partindo do mesmo tema, o Gráfico abaixo mostra que 322 das 634 famílias acompanhadas no PAIF, que corresponde a 50,8% do total das famílias, informaram ter alguma dificuldade de acesso às políticas públicas e entre as declaradas, sendo que a principal dificuldade é o acesso ao Trabalho e Emprego, que impacta diretamente nos programas de Geração e Renda. A de se pensar em ações estratégicas direcionadas à qualificação dessa população e, assim, facilitar a sua inserção no mercado de trabalho.

Dificuldade de acesso das famílias em acompanhamento no PAIF frente às políticas públicas

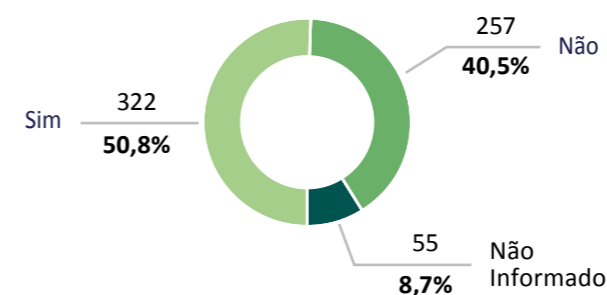


Tabela 23 – Dificuldade de acesso às políticas públicas, declaradas pelas famílias acompanhada no PAIF

Se sim, qual dificuldade?	Quant.	(%)
Trabalho e Emprego	143	44,4%
Saúde	101	31,4%
Educação	45	14,0%
Habitação	44	13,7%
Assistência Social	23	7,1%
Outros	11	3,4%
Transporte	9	2,8%
BPC	8	2,5%
INSS	4	1,2%
Saneamento básico	4	1,2%
Não informado	3	0,9%
Emissão de Documentação Civil	2	0,6%
Total	322	(*)

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

(*) a soma superior a 100% pela opção de múltiplas respostas.

Referente aos objetivos do acompanhamento familiar no PAIF, 31,1% foram fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da qualidade de vida; de igual importância, outro objetivo elencado, com 28,4%, foi o de promover acesso aos benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social.

Tabela 24 – Objetivos do acompanhamento das famílias no PAIF frente as políticas públicas

Objetivos	Quant.	(%)
Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida	197	31,1%
Promover acessos aos benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social	180	28,4%
Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades	99	15,6%
Não informado	70	11,0%
Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas	48	7,6%
Apoiar famílias que possuem dentre seus membros indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares	36	5,7%
Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos	35	5,5%
Auxiliar a família para proteção e acesso aos seus direitos	8	1,3%
Acompanhar a família que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica	7	1,1%
Total	634	-

Fonte: CRAS (PAIF), 2019.

5.2. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), o SCFV define-se como: “o serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social” (TNSS,2009, online). O serviço pode ser desenvolvido por meio de execução direta, nos CRAS, ou por meio de parcerias com organizações da sociedade civil.

Os usuários do SCFV são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vidas. O trabalho nos grupos é planejado de forma coletiva, contando com a participação ativa do técnico de referência, dos orientadores sociais e dos usuários, de forma a estimular as trocas culturais e o compartilhamento de vivências, desenvolver junto aos usuários o sentimento de pertença e de identidade, assim como fortalecer os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

Os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos vivenciam as diversas situações de vulnerabilidade, porém algumas situações de risco social são prioritárias no atendimento, como: isolamento, trabalho infantil, violência e/ou negligência, criança ou adolescente fora da escola, defasagem escolar, em acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, egressos de medidas socioeducativas, abuso e/ou exploração sexual, em situação de rua, em medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e vulnerabilidades que diz respeito às pessoas com deficiência. Os grupos são constituídos da seguinte forma:

- Crianças de até 6 anos;
- Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos;
- Adolescentes de 15 a 17 anos;
- Jovens de 18 a 29 anos;
- Adultos de 30 a 59 anos;
- Pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos.

Além do estabelecimento do público prioritário, anteriormente citado, para cada um dos grupos supramencionados, há também a previsão do chamado público em especial, o qual será descrito no decorrer da apresentação dos dados de cada um deles.

Vale ressaltar que o SCFV sofreu um reordenamento, e cada município deveria fazer um planejamento para tal. Cabe destacar aqui sobre esse planejamento e em qual fase se encontra o município, tendo como finalidade a execução dos serviços de acordo com esse planejamento de atividades continuadas, em unidade física e referenciada ao CRAS; além do mais, consiste ainda na organização, alinhamento metodológico e qualificação continuada da rede prestadora existente no município.

Embu das Artes conta com parceria para o desenvolvimento do SCFV. As Osc's realizam as atividades pertinentes às crianças e adolescentes, são elas: Fraternidade Assistencial Rio Pequeno, Associação Jardim Sílvia, Casa do Caminho e CoopJovem.

Indicador 14: Crianças e adolescentes acompanhadas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

O SCFV acompanha 4 pessoas de 0 a 17 anos a cada mil habitantes do mesmo grupo de idade. A razão entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 55,2 vezes.

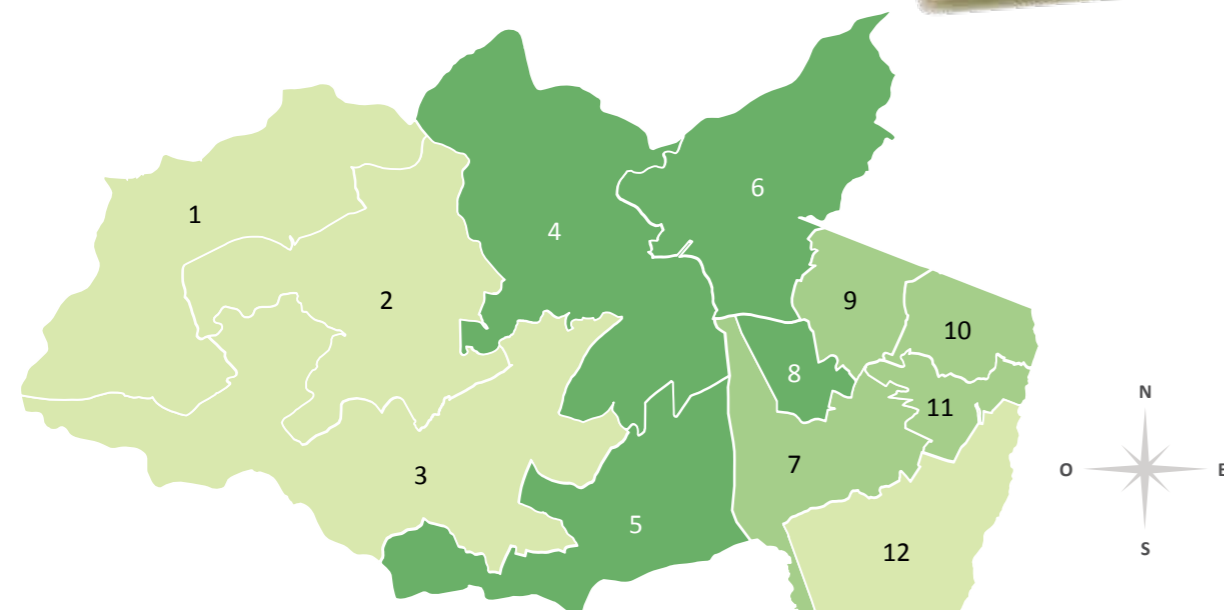
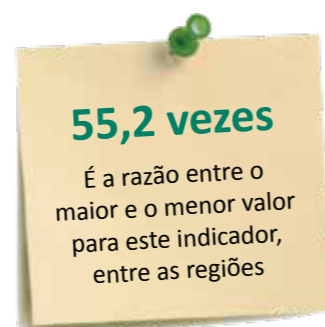
	Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	População de 0 a 17 anos no SCFV	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 12	13.830	-	-
	Região 1	961	-	-
	Região 2	878	-	-
	Região 3	1.902	-	-
Baixo	Região 11	9.369	4	0,4
	Região 9	9.196	7	0,8
	Região 10	11.221	9	0,8
	Região 7	5.412	5	0,9
Médio	Região 8	3.129	4	1,3
	Região 6	7.694	16	2,1
	Região 5	4.850	94	19,4
	Região 4	6.120	135	22,1
	Não informado	-	1	-
	Município	74.562	275	3,7

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

Total da população residente de 0 a 17 anos de idade, acompanhadas pelo SCFV, dividido pelo total da população residente da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 11	0,4
Média	Embu das Artes	3,7
Maior Valor	Região 4	22,1



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Em 2019, o município atendeu 275 crianças e adolescentes em SCFV, sendo a maioria da faixa etária de 7 a 14 anos (64,4%).

Tabela 25 – Faixa etária das crianças e adolescentes acompanhadas no SCFV

Faixa etária	Quant.	(%)
Até 6 anos	8	2,9%
De 7 a 14 anos	177	64,4%
De 15 a 17 anos	90	32,7%
Total	275	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

Do total de crianças e adolescentes acompanhadas no SCFV, 56,7% são do sexo masculino.

Tabela 26 – Sexo das crianças e adolescentes acompanhadas no SCFV

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	156	56,7%
Feminino	119	43,3%
Total	275	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

As ações pertinentes ao SCFV no município são realizadas por meio de parceria. Como se pode verificar na tabela abaixo, esse público é atendido em sua totalidade pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC's). Como já mencionado, são quatro instituições que desenvolvem as atividades para o público de crianças e adolescentes.

Tabela 27 – Instituições que desenvolvem o SCFV no município

Nome da instituição	Quant.	(%)
Casa do Caminho Irmãos Samaritanos	91	33,2%
Associação Amigos de Bairro do Jardim Silvia	68	24,7%
Associação Fraternidade	62	22,5%
COOPJOVEM	54	19,6%
Total	275	100,0%

Fonte: SCFV, 2019

Não se pode perder de vista que o SCFV é complementar ao PAIF, e as famílias dos indivíduos nele inseridos devem estar referenciadas ao CRAS do território. Isso implica em considerar que os técnicos de referência do SCFV e os técnicos de referência do PAIF devem realizar, sistematicamente, a discussão dos casos acompanhados de maneira simultânea, observando se os objetivos específicos de cada um deles estão sendo alcançados. Esse processo tem suma importância, pois os casos de indivíduos acompanhados no SCFV devem ser periodicamente avaliados, com a finalidade de reconhecer se a situação de vulnerabilidade, que envidou o encaminhamento e a inserção dos mesmos no serviço, foi minimizada e se os vínculos familiares e comunitários foram ou estão sendo fortalecidos. A Proteção Social Básica (PSB) tem como maior objetivo a prevenção de situações de violação de direitos e risco social, portanto o trabalho técnico realizado, tanto público quanto privado, tem o seu objetivo claro, com as aquisições devidamente previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, e deve ser avaliado constantemente, criando-se indicadores para tal.

Indicador 15: Crianças e adolescentes das famílias acompanhadas no PAIF versus crianças e adolescentes inseridas no SCFV

Ao considerar a proporcionalidade de crianças e adolescentes que compõem as famílias acompanhadas no PAIF sobre o total de crianças e adolescentes inseridas no SCFV, a taxa de acompanhamento do SCFV é de 20,5%. Vale observar a proporcionalidade da Região 7 que, das 171 crianças e adolescentes pertencentes às famílias do PAIF, apenas 2,9% estão inseridas no serviço.

	Região geográfica	Crianças e adolescentes acompanhadas no PAIF	Crianças e adolescentes no SCFV	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 2	-	-	-
	Região 1	6	-	-
	Região 3	19	-	-
	Região 12	78	-	-
Baixo	Região 7	171	5	2,9%
	Região 8	122	4	3,3%
	Região 10	227	9	4,0%
	Região 11	96	4	4,2%
Médio	Região 9	102	7	6,9%
	Região 6	199	16	8,0%
	Região 5	171	94	55,0%
	Região 4	152	135	88,8%
	Não informado	-	1	-
	Município	1.343	275	20,5%

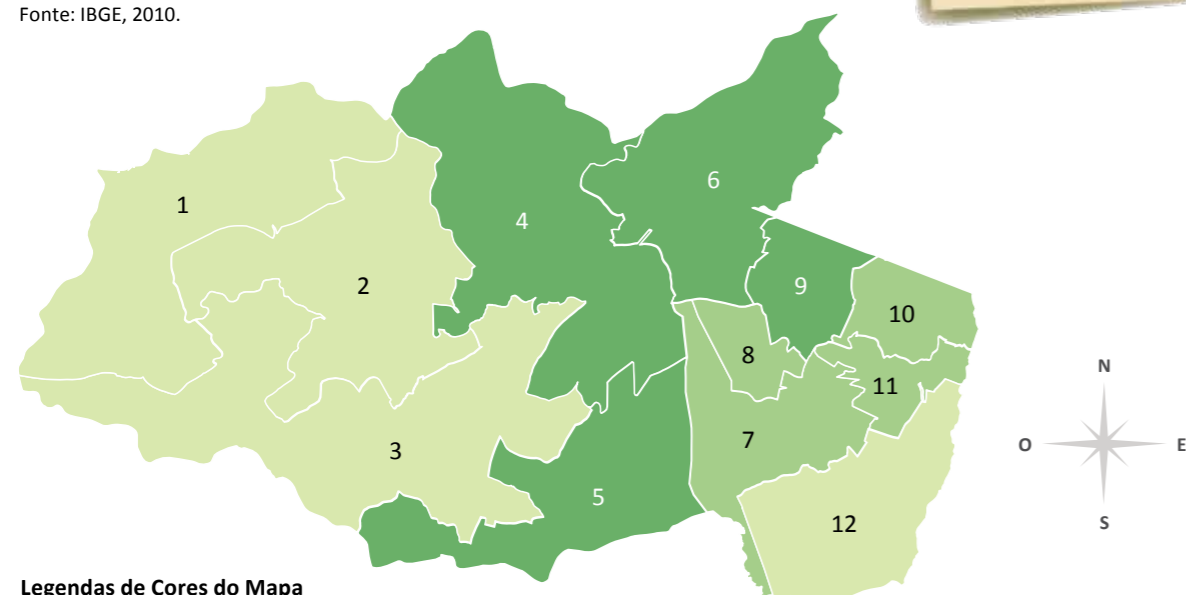
Definição

Total de crianças e adolescentes inseridas no SCFV, dividido pelo total de crianças de 0 a 17 anos das famílias acompanhadas no PAIF, vezes 100.

Menor Valor	Região 7	2,9%
Média	Embu das Artes	20,5%
Maior Valor	Região 4	88,8%

30,6 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Dentre as situações prioritárias de crianças e adolescentes que foram atendidas no SCFV, a maior demanda foi a “situação de isolamento” (34,1%), seguida pela “vivência de violência ou negligência” (30,9%), “trabalho infantil” (16,6%), “medidas de proteção do ECA” (9,4%) e “fora da escola ou defasagem escolar superior a 2 anos” (6,7%) respectivamente, a qual chama a atenção, como pode-se verificar na tabela abaixo, sendo que esse fato merece atenção especial da gestão do SUAS de Embu das Artes, em conjunto com a Diretoria da Proteção Básica e o Setor de Vigilância Socioassistencial, a fim de avaliar os territórios de maior existência dessa situação e articular, com as demais áreas, para a minoração dessa incidência, a qual pode levar a situações complexas.

Cabe mencionar que as regiões 4 e 5 merecem atenção, conforme demonstra o Indicador referente aos SCFV para crianças e adolescentes, pois apontam os maiores valores de crianças e adolescentes no serviço, sendo assim devem ser propostas ações junto às famílias. A análise dessa ocorrência deve levar em conta o conceito de vulnerabilidade para a Política de Assistência Social, pois as situações de vulnerabilidade estão estreitamente ligadas aos territórios de moradia e de vivência dos indivíduos, tendo incidência sobre eles e suas famílias. Portanto não se pode investir apenas nos indivíduos que estão submetidos às situações de vulnerabilidade, mas também em suas famílias e no território em que estão inseridos. A intervenção, junto à política de educação, torna-se essencial para o alcance de resultados promissores relacionados ao sucesso das crianças e adolescentes que se encontram fora da escola, bem como sobre as que estão em situação de trabalho infantil, sendo necessária a inclusão na política educacional e social.

Tabela 28 – Crianças e adolescentes em situação prioritária

Situação prioritária	Quant.	(%)
Situação de isolamento	76	34,2%
Vivência de violência ou negligência	69	31,0%
Trabalho Infantil	37	16,6%
Medidas de proteção do ECA	21	9,4%
Fora da escola ou defasagem escolar superior a 2 anos	15	6,7%
Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência	3	1,3%
Situação de abuso e/ou exploração sexual	1	0,4%
Não informado	1	0,4%
Total	223	100,00%

Fonte: SCFV, 2019



Analisando-se as crianças e adolescentes inseridas no SCFV e que estão em situações prioritárias, destacam-se as seguintes situações por região:

- Na Região 4, 60,2% estão em situação de isolamento;
- Na Região 5, 92,2% estão em situação de vivência de violência ou negligência;
- Na Região 6, 87,5% estão em situação de trabalho infantil

Como já mencionado, verificar as demandas sociais com distinção de território contribui no trabalho da equipe técnica do CRAS, de modo a identificar as principais demandas sociais já manifestas nos serviços socioassistenciais ofertados no município.



Tabela 29 – Situação prioritária por região

Parte 1.1

Situação prioritária	Região 4		Região 5		Região 6		Região 7		Região 8	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Situação de isolamento	68	60%	1	2%	2	12%	3	60%	-	-
Vivência de violência ou negligência	10	9%	59	92%	-	-	-	-	-	-
Trabalho Infantil	6	5%	1	2%	14	87%	1	20%	2	50%
Medidas de proteção do ECA	21	19%	-	-	-	-	-	-	-	-
Fora da escola ou defasagem escolar superior a 2 anos	5	4%	2	3%	-	-	1	20%	2	50%
Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência	2	2%	1	2%	-	-	-	-	-	-
Não informado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Situação de abuso e/ou exploração sexual	1	1%	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	113	100%	64	100%	16	100%	5	100%	4	100%

Parte 1.2

Situação prioritária	Região 9		Região 10		Região 11		Total Geral
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.
Situação de isolamento	-	-	-	-	1	25%	75
Vivência de violência ou negligência	-	-	-	-	-	-	69
Trabalho Infantil	5	71%	8	89%	-	-	37
Medidas de proteção do ECA	-	-	-	-	-	-	21
Fora da escola ou defasagem escolar superior a 2 anos	2	29%	1	11%	2	50%	15
Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência	-	-	-	-	-	-	3
Não informado	-	-	-	-	1	25%	1
Situação de abuso e/ou exploração sexual	-	-	-	-	-	-	1
Total Geral	7	100%	9	100%	4	100%	222

Nota: Foi excluído um caso de situação de isolamento, com a localidade "não informada".

Fonte: CRAS/SCFV, 2019



Conforme demonstrado na tabela a seguir, a maioria dos participantes do SCFV é público prioritário (81,1%); atendendo, assim, a meta de atendimento do MDS, em que a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) pactuou e o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) deliberou, que consiste em, dos usuários identificados nas situações prioritárias, inclusão mínima de 50% da capacidade de atendimento do município e Distrito Federal.

Tabela 30 – Crianças e adolescentes em situação prioritária com relação ao total acompanhada no SCFV, por faixa etária

Faixa etária	Total	Situação prioritária	(%)
Até 6 anos	8	7	87,5%
De 7 a 14 anos	177	144	81,4%
De 15 a 17 anos	90	72	80,0%
Total	275	223	81,1%

Fonte: SCFV, 2019

É significativo lembrar que, além do público prioritário, o técnico de referência do CRAS para os SCFV ofertados pelas OSC's e, não menos responsável, a equipe técnica dos SCFV (técnico de nível superior e educador social) devem conhecer profundamente a situação de vulnerabilidade de cada um dos indivíduos inseridos no serviço, identificando se compõem o denominado público especial, o qual, para a faixa etária estabelecida, é composto por:

Crianças e adolescentes encaminhados pelos serviços da Proteção Social Especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; e outros; Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda; Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso à renda e a serviços públicos. (MDS, 2015, online)

Como se pode observar, a PNAS está organizada de modo tal que indica claramente quem é o público foco das suas ofertas, o qual, no que se pode chamar de “modo mais amplo”, define que a Assistência Social é ofertada para os cidadãos que dela precisarem, estreitando, mais adiante, esse público para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Ao estudar o SCFV, além do público em geral da Assistência Social, deve-se observar o público em especial e o público prioritário, ou seja, para ser inserido nessa oferta especificamente, é necessário que a situação de vulnerabilidade do indivíduo seja devidamente estabelecida pelos trabalhadores do SUAS, responsáveis pela execução, sendo exigido o que se chama de diagnóstico situacional.

Ao analisar os indicadores do SCFV, ressalta-se um aspecto a ser considerado e verificado pela equipe do CRAS que acompanha as famílias das Regiões 5 e 7. Tais regiões são aquelas que apresentam maiores taxas de famílias acompanhadas no PAIF e, segundo a tabela da

proporcionalidade de crianças e adolescentes por membros familiares, mais de 50% das famílias são compostas por criança e adolescente, todavia, observando-se a taxa de acompanhamento de crianças e adolescentes no SCFV, apenas 3,3% (Região 8) e 2,9% (Região 7) estão inseridas nesse serviço. Reforça-se, portanto, a necessidade de verificar se há a necessidade de inserir essas crianças nos serviços ofertados pelo município para contribuir no atendimento complementar do PAIF. Outrossim, observa-se também que as regiões 8 e 9 foram as que tiveram as maiores taxas de adolescentes que cometeram ato infracional e estão em cumprimento de MSE.

Outro apontamento relevante, quanto aos atendimentos no SCFV, como já pontuado no parágrafo anterior, sobre o percentual da composição de membros familiares acompanhados no PAIF – 55% são crianças e adolescentes –, merece uma reflexão sobre ampliar a inserção desse público no SCFV, sendo aplicável também às pessoas idosas, outro público prioritário para tal atendimento.

5.3. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA EM DOMICÍLIO PARA PESSOAS DEFICIENTES E IDOSAS.

Este serviço tem por objetivo prevenir o isolamento e os agravos provocados pelo rompimento de vínculos e abandono familiares e comunitários, bem como a negligência sofrida pelas pessoas com deficiência e pessoas idosas. No município de Embu das Artes, esse serviço atua de forma a prevenir a exclusão e a invisibilidade dos idosos nas suas famílias e na comunidade onde vivem. As atividades são desenvolvidas no domicílio do usuário e seguem as devidas normas e planejamento.

Os CRAS são os responsáveis pela inclusão dos usuários no serviço, os quais possuem o seguinte perfil: membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e de prestação continuada. Lembrando que é fundamental nesse serviço: a articulação com a política pública da saúde, entre outras.

Segundo a Tipificação Nacional dos serviços Socioassistenciais:

[...] o serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entres ela: saúde, educação, trabalho, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamentos, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço.(TNSS, 2009, online).

Na outra página, apresentam-se os dados relativos a esse serviço.

Indicador 16: População de 60 anos e mais atendida no Serviço de Proteção Social Básica (SPSB) em Domicílio

Sobre o SPSB prestado em domicílio para pessoas idosas, a média do município é de duas pessoas a cada mil habitantes da mesma idade. A razão entre o maior e menor valor entre as regiões e representativa (15,5 vezes).

	Região geográfica	População de 60 anos ou mais	Idosos atendidos no SPSB em Domicílio	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 1	275	-	-
	Região 7	894	-	-
	Região 10	2.843	1	0,4
Baixo	Região 6	1.248	1	0,8
	Região 9	1.705	2	1,2
Médio	Região 3	801	1	1,2
	Região 11	1.979	3	1,5
Alto	Região 12	3.110	6	1,9
	Região 4	1.646	4	2,4
Muito Alto	Região 2	338	1	3,0
	Região 8	475	2	4,2
	Região 5	967	6	6,2
	Município	16.281	27	1,7

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CRAS/2019

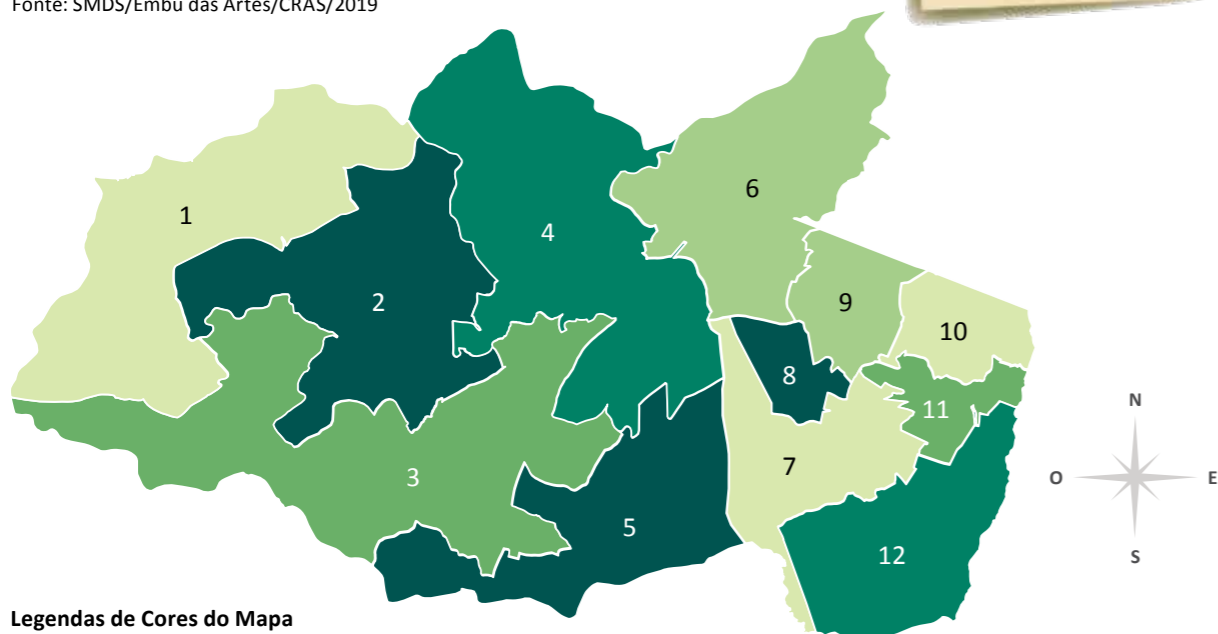
Definição

Total da população de 60 anos e mais atendida no SPSB em Domicílio, dividido pela População de 60 anos e mais, vezes 1000.

Menor Valor	Região 10	0,4
Média	Embu das Artes	1,7
Maior Valor	Região 5	6,2

15,5 vezes

É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Quanto ao Serviço de Proteção Social Básica em Domicílio para Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência, os dados da SMDS indicam que 77 indivíduos estão incluídos no SPSB em Domicílio, sendo que a maioria das pessoas acompanhadas são adultas e idosas (67,5%).

Tabela 31 – Faixa etária das pessoas idosas e pessoas com deficiência no SPSB em Domicílio

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	-	-
De 4 a 5 anos	2	2,6%
De 6 a 11 anos	5	6,5%
De 12 a 17 anos	3	3,9%
De 18 a 29 anos	9	11,7%
De 30 a 59 anos	25	32,5%
60 anos ou mais	27	35,0%
Não informado	6	7,8%
Total	77	100,0%

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CRAS/2019

Conforme mostra a tabela abaixo, o sexo feminino representa a maioria dos inseridos no SPSB em Domicílio (68,8%).

Tabela 32 – Sexo das pessoas inseridas no SPSB em Domicílio

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	53	68,8%
Masculino	24	31,2%
Total	77	100,0%

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CRAS/2019

Quanto a raça ou cor das pessoas inseridas no SPSB no Domicílio, 45,5% são da cor parda

Tabela 33 – Raça ou cor das pessoas inseridas no SPSB em Domicílio

Raça ou cor	Quant.	(%)
Parda	35	45,5%
Branca	20	26,0%
Preta	11	14,3%
Não informado	11	14,3%
Total	77	100,0%

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CRAS/2019

O principal motivo de inserção dos indivíduos no SPSB em domicílio é a “falta de acesso aos direitos e serviços socioassistenciais e setoriais” (48,1%); seguido pela “prevenção a situações de risco”, “negligência”, “abandono” e “exclusão”, todos com percentuais equivalentes (28,6%).

Tabela 34 – Motivo de inserção das pessoas no SPSB em Domicílio

Motivo de entrada na instituição	Quant.	(%)
Falta de acesso aos direitos e serviços socioassistenciais e setoriais	37	48,1%
Prevenção a situações de risco	22	28,6%
Negligência	22	28,6%
Abandono	22	28,6%
Exclusão	22	28,6%
Isolamento	13	16,9%
Vínculos familiares e sociais fragilizados vinculados à situação de dependência	7	9,1%
Sobrecarga dos cuidadores	7	9,1%
Histórico de situações de risco	3	3,9%
Abuso financeiro	2	2,6%
Ausência de participação e integração comunitária;	1	1,3%
Vínculos familiares fragilizados	1	1,3%
Total	77	-

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CRAS/2019

Nota: percentual maior de 100%, porque uma pessoa pode ter mais de um motivo de entrada

Considerando que o SPSB em Domicílio para pessoas idosas e pessoas com deficiência contribui consideravelmente para a promoção do acesso desses usuários aos serviços e a toda rede socioassistencial, é imprescindível a articulação com as demais políticas públicas, em especial a de saúde, que, em conjunto, podem programar ações preventivas às situações de risco, isolamento, exclusão, negligência e abandono, possibilitando, assim, a inserção e a habilitação social e comunitária dos usuários.



6. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Diferentemente da Proteção Social Básica, que atua no âmbito preventivo, o atendimento da Proteção Social Especial é um conjunto de serviços, programas e projetos que têm a finalidade de contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução nº 109/2009, os Serviços da Proteção Social Especial se dividem em: **Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade** e **Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade**.

6.1. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE

Em Embu das Artes, os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade são ofertados pelo CREAS, unidade pública de abrangência municipal ou regional, que tem como característica constituir-se em lócus de referência, nos territórios. Deve trabalhar segundo eixos norteadores, delineados em consonância com os princípios e diretrizes da PNAS e conceitos e parâmetros do SUAS, quais sejam: atenção especializada e qualificação do atendimento, território e localização, acesso aos direitos socioassistenciais, centralidade na família, mobilização e participação social e trabalho em rede. Conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social, o trabalho social no CREAS é realizado a partir de três principais dimensões: Acolhida, Acompanhamento Especializado e Articulação em Rede; atuando de forma complementar, essas três dimensões devem organizar e orientar o trabalho social especializado desenvolvido no âmbito dos serviços do CREAS.

O município possui um CREAS de abrangência municipal, com atendimento à população, em funcionamento cinco dias na semana, 8 horas por dia, que executa os serviços do PAEFI, de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Vale destacar que o município atua conforme as considerações e orientações técnicas, as quais apontam atribuições para o trabalho dos técnicos de nível superior nos serviços ofertados pelo CREAS. Entretanto as diferentes áreas de atuação da equipe contribuem tecnicamente, por meio de suas especificidades, para a qualidade dos atendimentos às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos.

Considerando a competência relativa à oferta e ao referenciamento dos serviços especializados, a seguir, apresentam-se os dados referentes aos serviços executados de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cujos dados estão dispostos nas tabelas subsequentes:

6.1.1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

O PAEFI é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Seu foco é a orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais, assim como prevenção de reincidências.

Com relação aos dados de atendimento no PAEFI, as informações são apresentadas por indivíduos que foram acompanhados no serviço, considerando as violações de direito sofridas por cada um. Vale reforçar que os dados representam as pessoas vitimadas e não as famílias acompanhadas, pois uma família pode ter mais de uma pessoa vitimada.

Assim como no capítulo referente ao PSE - Média Complexidade, apresentam-se os indicadores e análises complementares referentes às bases de dados dos serviços, programas e projetos dessa proteção. Ainda, os principais indicadores aqui apresentados são extraídos das bases de dados de atendimentos realizados nos equipamentos existentes no município. A apresentação inicia-se com três indicadores que trazem as informações por região e, a seguir, apresentam-se os indicadores por região geográfica e as estatísticas complementares da população atendida no PAEFI.



Indicador 17: Famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

Sobre as famílias acompanhadas pelo PAEFI, a média do município é seis a cada mil, a Região 1 (CRAS Itinerante) acompanha doze famílias, o dobro da média geral.

	Região geográfica	Total de domicílios	Famílias acompanhadas no PAEFI	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 11	8.665	39	4,5
	Região 6	6.483	31	4,8
	Região 10	10.915	55	5,0
Baixo	Região 2	946	5	5,1
	Região 8	2.610	14	5,4
Médio	Região 9	8.108	46	5,7
	Região 7	4.535	29	6,4
Alto	Região 12	12.207	85	7,0
	Região 3	2.372	17	7,2
Muito Alto	Região 4	6.089	47	7,7
	Região 5	4.233	34	8,0
	Região 1	1.062	13	12,2
	Município	68.225	415	6,1

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CREAS/2019

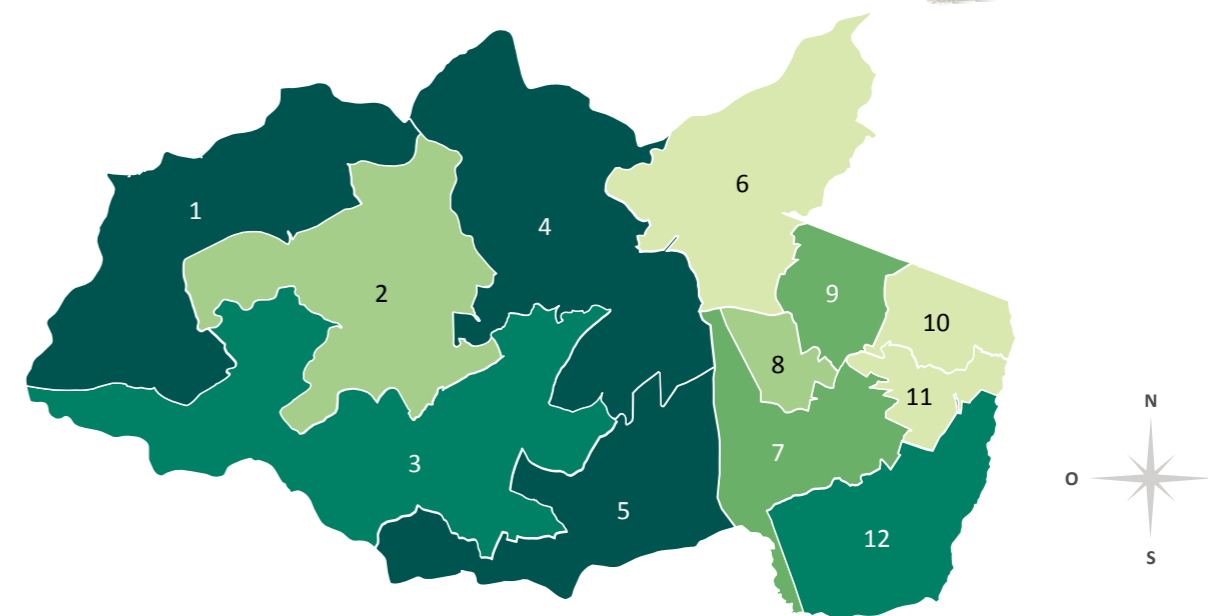
Definição

Total de famílias acompanhadas pelo PAEFI, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 1000.

Menor Valor	Região 11	4,5
Média	Embu das Artes	6,1
Maior Valor	Região 1	12,2

2,4 vezes

É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

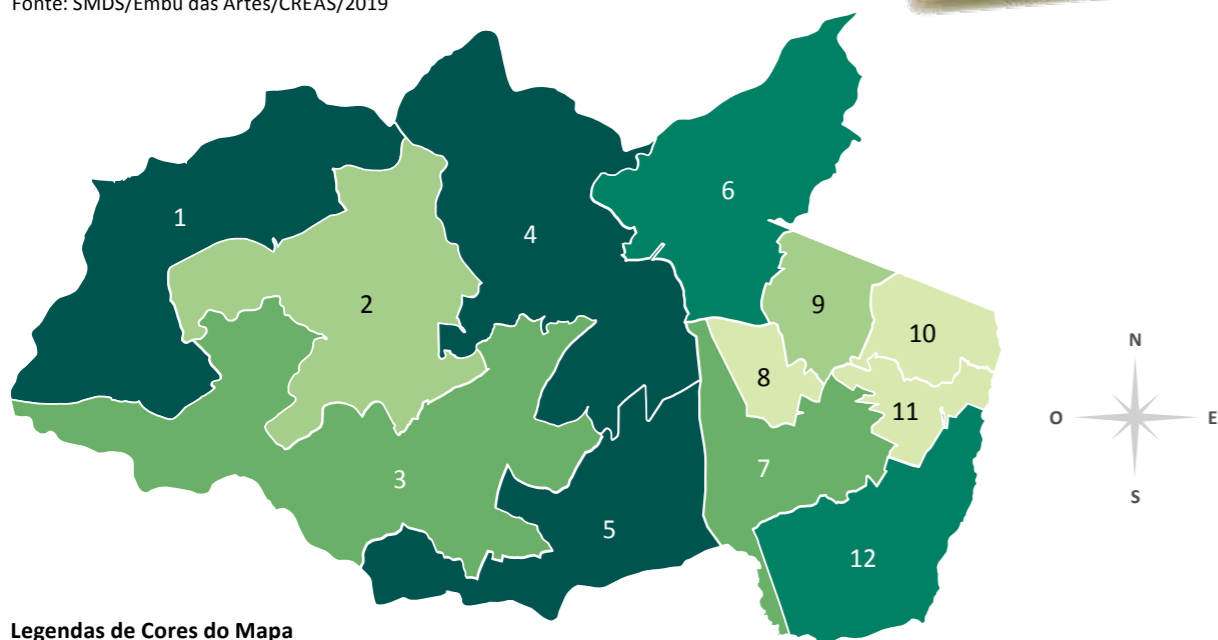
- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |

Indicador 18: Crianças e adolescentes acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

Quanto às crianças e adolescentes acompanhadas pelo PAEFI, a Região 1 possui o maior valor (11,4), e a Região 10 tem o menor valor (3,7), a razão entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 3,1 vezes.

	Região geográfica	População de 0 a 17 anos	População de 0 a 17 anos acompanhada no PAEFI	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 10	11.221	41	3,7
	Região 11	9.369	40	4,3
	Região 8	3.129	14	4,5
Baixo	Região 2	878	4	4,6
	Região 9	9.196	42	4,6
Médio	Região 3	1.902	9	4,7
	Região 7	5.412	29	5,4
Alto	Região 12	13.830	81	5,9
	Região 6	7.694	47	6,1
Muito Alto	Região 4	6.120	40	6,5
	Região 5	4.850	40	8,2
	Região 1	961	11	11,4
	Município	74.562	398	5,3

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CREAS/2019



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Definição

Total da população de 0 a 17 anos de idade acompanhada pelo PAEFI, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 10	3,7
Média	Embu das Artes	5,3
Maior Valor	Região 1	11,4

3,1 vezes

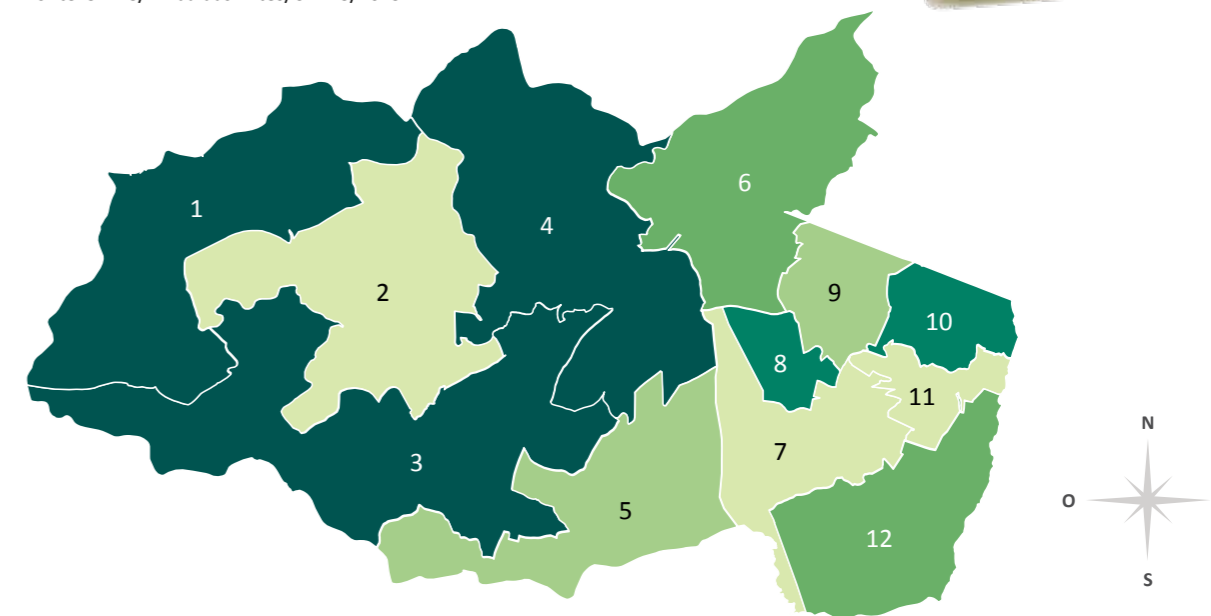
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Indicador 19: População de 60 anos e mais, acompanhada pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI

As Regiões 8, 1, 4 e 3 aparecem em destaque com os maiores valores da série.

	Região geográfica	População de 60 anos ou mais	População de 60 anos ou mais acompanhada no PAEFI	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 2	338	1	3,0
	Região 7	894	4	4,5
	Região 11	1.979	9	4,5
Baixo	Região 5	967	5	5,2
	Região 9	1.705	9	5,3
Médio	Região 6	1.248	7	5,6
	Região 12	3.110	21	6,8
Alto	Região 10	2.843	21	7,4
	Região 8	475	5	10,5
Muito Alto	Região 1	275	3	10,9
	Região 4	1.646	19	11,5
	Região 3	801	10	12,5
	Município	16.281	114	7,0

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CREAS/2019



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Definição

Total da população de 60 anos e mais, acompanhada pelo PAEFI, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 2	3,0
Média	Embu das Artes	7,0
Maior Valor	Região 3	12,5

4,2 vezes

É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Os dados da Tabela 35 demonstram que a maioria dos acompanhados são crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 17 anos, o que corresponde a 75,8% do total das pessoas acompanhadas pelo PAEFI; em segundo, estão os idosos, com 22,1%.

Tabela 35 – Faixa etária das pessoas acompanhadas no PAEFI

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	98	19,1%
De 6 a 11 anos	151	29,6%
De 12 a 17 anos	139	27,1%
De 18 a 29 anos	-	-
De 30 a 59 anos	-	-
De 60 anos ou mais	113	22,1%
Não informado	11	2,1%
Total	512	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Ainda abordando o mesmo tema, é relevante mencionar que o público atendido/acompanhado pelo PAEFI é o público potencial e prioritário ao SCFV, como já citado anteriormente nas análises da proteção social básica. Além disso, as equipes de referência precisam observar quais são as demandas comuns entre os indivíduos, com discernimento das faixas etárias, para, então, realizar atividades coletivas preventivas de reincidência em situações de vulnerabilidade e risco por violação de direitos.

Quanto ao sexo das crianças e dos adolescentes acompanhadas no PAEFI, 60,6% são do sexo feminino. A realidade apresentada na tabela abaixo demonstra, mais uma vez, que a prevalência da população atendida na assistência social é do sexo feminino; o que deve remeter os profissionais à reflexão, estudo e planejamento de estratégias que visem o enfrentamento das situações de risco, a fim de diminuir essa incidência.

Tabela 36 – Sexo das crianças e adolescentes acompanhadas no PAEFI

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	241	60,6%
Masculino	157	39,4%
Total	398	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Em relação à raça ou cor, aproximadamente 60% não foi informada.

Tabela 37 – Raça ou cor das crianças e adolescentes acompanhadas no PAEFI

Raça ou cor	Quant.	(%)
Não informado	235	59,0%
Branca	67	16,8%
Parda	62	15,6%
Preta	33	8,3%
Amarela	1	0,3%
Total	398	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

7,0% das crianças e adolescentes acompanhadas no PAEFI têm deficiência.

Tabela 38 – Crianças e adolescentes acompanhadas no PAEFI com deficiência

Possui deficiência?	Quant.	(%)
Não informado	227	57,1%
Não	143	35,9%
Sim	28	7,0%
Total	398	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Ainda citando-se as crianças e dos adolescentes acompanhadas no PAEFI, quatro são os principais motivos do acompanhamento: “Negligência ou abandono” (39,2%), “violência sexual – abuso” (32,7%), “violência física” (29,4%) e “violência psicológica” (8,8%). Tais dados remetem à necessidade de ponderação sobre cada um dos conceitos e sua incidência, especialmente no tocante às violações de direitos, pois a avaliação destes dados exige atuação e conhecimento técnico, bem como afastamento de senso comum. O trabalho também se torna mais exigente, tanto no que se refere à pessoa vitimada quanto ao possível autor da violência. Sobre os motivos de “negligência ou abandono” e “violência psicológica”, são situações que demonstram que, muitas vezes, a condição psicossocial, cultural e econômica das famílias não são consideradas. Nessas condições, é imprescindível que os profissionais estejam atentos à matricialidade sociofamiliar, que é uma diretriz da PNAS; essa diretriz exige, dos profissionais do SUAS, intervenções integradas focadas no trabalho voltado para a família e, ainda, entendendo que a família é o locus precípua de proteção dos indivíduos, nem sempre ela consegue executar esse papel que dela é esperado. Então, nesse sentido, é necessário que o Estado (nesse caso específico, representado pela Assistência Social) se responsabilize em acompanhar as situações, a fim de que as famílias ressignifiquem suas vivências e não produzam mais situações de violação de direitos, especialmente no que diz respeito à violência psicológica e à negligência.

Tabela 39 – Crianças e adolescentes acompanhadas no PAEFI por demanda

Motivo do acompanhamento	Quant.	(%)
Negligência ou abandono	156	39,2%
Violência sexual – abuso	130	32,7%
Violência física	117	29,4%
Violência psicológica	35	8,8%
Trabalho Infantil	30	7,5%
Ambiente familiar impróprio, conflituoso ou violento	25	6,3%
Evasão ou infrequência escolar	7	1,8%
Não informado	5	1,3%
Maus Tratos	5	1,3%
Disputa de guarda	3	0,8%
Exploração sexual comercial	2	0,5%
Transtornos mentais ou psicológicos	2	0,5%
Discriminação, outros tipos (bullying)	2	0,5%
Violência financeira pela família	1	0,3%
Violência patrimonial	1	0,3%
Cárcere privado	1	0,3%
Total	398	-

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Nota: Percentual maior de 100% pela opção de mais de um motivo de acompanhamento.



Em relação ao perfil das famílias com crianças e adolescentes acompanhadas no PAEFI, a maioria apresenta dependência de substâncias lícitas (álcool) e ilícitas (outras drogas), com percentuais equivalentes (21,9%). É importante refletir que essas famílias são afetadas por situações de risco e vulnerabilidades diversas, exigindo do Estado acompanhamento, não apenas das situações de violência ou violação de direitos – citados na tabela acima, sobre as demandas que levam as crianças e adolescentes para o acompanhamento no PAEFI –, mas também da busca pelo atendimento e encaminhamento adequados dessas famílias.

Tabela 40 – Perfil das famílias com crianças e adolescentes acompanhadas no PAEFI

Perfil da família	Quant.	(%)
Dependência de substância lícitas (álcool)	87	21,9%
Dependência de substância ilícitas (outras drogas)	87	21,9%
Dependência de substância lícitas (cigarro)	37	9,3%
Envolvimento em outras ocorrências criminosas	29	7,3%
Cumprimento de pena privativa de liberdade	18	4,5%
Situação de extrema pobreza ou mendicância	15	3,8%
Total	398	-

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Nota: O total é referente ao número de famílias acompanhadas.

Sobre os indivíduos idosos acompanhados pelo PAEFI, 69,0% são do sexo feminino.

Tabela 41 – Sexo das pessoas idosas acompanhadas pelo PAEFI

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	79	69,3%
Masculino	35	30,7%
Total	114	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Quanto à raça ou cor dessas pessoas idosas, 37,6% são brancas, 24,6% são pardas e 13,2% são pretas.

Tabela 42 – Raça ou cor das pessoas idosas acompanhadas pelo PAEFI

Raça ou cor	Quant.	(%)
Branca	43	37,6%
Parda	28	24,6%
Não informado	28	24,6%
Preta	15	13,2%
Amarela	-	-
Total	114	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Apenas 1,8% das pessoas idosas acompanhadas pelo PAEFI têm deficiência

Tabela 43 – Pessoas idosas com deficiência acompanhadas pelo PAEFI

Possui deficiência?	Quant.	(%)
Não	112	98,2%
Sim	2	1,8%
Não informado	-	-
Total	114	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

A Tabela 44 apresenta os motivos dos indivíduos idosos serem acompanhados pelo PAEFI, verifica-se que o motivo para 17,1% é a “negligência ou abandono”, que é o ato de omissão do responsável pelo idoso em proporcionar as necessidades básicas necessárias à sobrevivência; para 8,5% é a “violência psicológica”, que pode ser motivada pela rejeição, depreciação, humilhação, desrespeito e punições exageradas contra o idoso; e para 1,3% é a “violência física”, que é o uso da força com a finalidade de ferir.

Tabela 44 – Motivo das Pessoas idosas serem acompanhadas pelo PAEFI

Motivo do acompanhamento	Quant.	(%)
Negligência ou abandono	68	17,1%
Violência psicológica	34	8,5%
Violência física	5	1,3%
Ambiente familiar impróprio, conflituoso ou violento	3	0,8%
Violência financeira pela família	2	0,5%
Não informado	1	0,3%
Carcere privado	1	0,3%
Violência sexual – abuso	-	-
Trabalho Infantil	-	-
Disputa de guarda	-	-
Exploração sexual comercial	-	-
Transtornos mentais ou psicológicos	-	-
Maus Tratos	-	-
Violência patrimonial	-	-
Evasão ou infrequência escolar	-	-
Discriminação, outros tipos (bullying)	-	-
Total	114	-

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Nota: O total é referente ao número de famílias acompanhadas.

6.1.2. Serviço Especializado em Abordagem Social

De acordo com o disposto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço Especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada e programada, tendo a finalidade de assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Devem ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço visa resoluções imediatas e promoção à inclusão dos indivíduos na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos. A unidade de referência para esse serviço é o CREAS, e sugere-se que tenha uma equipe de referência conforme preconiza a NOB-RH/SUAS.

Sobre o perfil das pessoas atendidas no Serviço de Abordagem Social, 31,6% estão na faixa etária de 30 a 59 anos; o sexo preponderante nos atendimentos é o masculino (73,7%); a raça ou cor predominante é a branca (55,3%); e 7,9% apresentam alguma deficiência.

Tabela 45 – Faixa etária das atendidas no Serviço de Abordagem Social

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	-	-
De 4 a 5 anos	-	-
De 6 a 11 anos	-	-
De 12 a 17 anos	1	2,6%
De 18 a 29 anos	-	-
De 30 a 59 anos	12	31,6%
60 anos ou mais	-	-
Não informado	25	65,8%
Total	38	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Tabela 46 – Sexo das pessoas atendidas no Serviço de Abordagem Social

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	28	73,7%
Feminino	10	26,3%
Total	38	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Tabela 47 – Raça ou cor das pessoas atendidas no Serviço de Abordagem Social

Raça ou Cor	Quant.	(%)
Branca	21	55,3%
Preta	12	31,6%
Não informado	5	13,2%
Total	38	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Tabela 48 – Pessoas atendidas com deficiência no Serviço de Abordagem Social

PcD	Quant.	(%)
Não	18	47,4%
Não informado	17	44,7%
Sim	3	7,9%
Total	38	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019



6.1.3 Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (ME) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.

O serviço é ofertado aos adolescentes, entre 12 anos completos e 18 anos incompletos, que tenham praticado conduta análoga à contravenção penal ou aos crimes tipificados pelo Código Penal, mas que em função de sua idade, estão sujeitos à legislação especial, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são responsabilizados por determinação judicial a cumprir medidas socioeducativas, que contribuem, de maneira pedagógica, para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores pessoais e sociais dos adolescentes.

O já referido estatuto traça diretrizes para a política de atendimento do adolescente, a qual prevê a integração operacional dos diferentes órgãos e serviços atuantes do Sistema de Garantia de Direitos – como Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e Assistência Social – sem a obrigatoriedade de que tais serviços aconteçam num mesmo local, condição esta que é preferencial, cabendo aos órgãos envolvidos sua conveniência e oportunidade.

Assim, após cumpridos os procedimentos legais, e comprovadas a autoria e a materialidade da prática do ato infracional, poderão ser aplicadas pela entidade competente as medidas socioeducativas previstas pelo art. 112 do ECA, levando em consideração as características do ato (circunstâncias e gravidade), as peculiaridades do adolescente que o praticou (inclusive a sua capacidade de compreender e de cumprir as medidas que lhe serão impostas) e suas necessidades pedagógicas, priorizando as medidas que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e também incluindo as medidas protetivas e inserção em demais políticas públicas.⁷

Dentre as medidas previstas estão:

- Advertência;
- Obrigação de reparar o dano;
- Prestação de serviço à comunidade;
- Inserção em regime de semiliberdade;
- Internação em estabelecimento educacional;
- Liberdade Assistida.

O serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessária a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

⁷ Interpretação extensiva e combinada dos artigos 101, 112, 113 e 110 do ECA.

Na sua operacionalização é necessária a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente. O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade, o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais.

O efetivo cumprimento de tais medidas é regulamentado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)⁸, que traça diretrizes, recomendações, competências e atribuições às diferentes esferas de governo, aos órgãos de deliberação, gestão e execução da política socioeducativa, bem como às entidades e instituições envolvidas direta ou indiretamente, governamentais ou não governamentais, no processo de apuração, aplicação e execução das medidas em meio aberto e fechado.

Quadro 11 – Competências do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto e fechado

COMPETÊNCIA MUNICIPAL	COMPETÊNCIA ESTADUAL
<u>MSE em meio aberto</u>	<u>MSE em meio fechado</u>
Prestação de serviço à comunidade	Semiliberdade
Liberdade assistida	Internação provisória
	Internação

Ressalta-se que as informações apresentadas neste diagnóstico são apenas referentes às medidas em meio aberto, pois essas são as de competência dos municípios.

Com relação aos adolescentes que cumpriram MSE em meio aberto acompanhados pelo CREAS de Embu das Artes, no ano de 2019, prevalecem os jovens entre 12 a 17 anos. O dado referente à faixa etária é bastante significativo e deve ligar o sinal de alerta da gestão municipal para a necessidade de ações conjuntas e intersetoriais de prevenção no município, como, por exemplo, na inserção dessa população em atividades que gerem o protagonismo e o desenvolvimento de potencialidades, bem como investir na qualificação profissional e em projetos de aprendizagem.

⁸ O SINASE é coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – e compreende um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios destinados a regulamentar a política pública de execução das medidas socioeducativas pelo poder público, vinculando sistemas estaduais, distritais e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

Indicador 20: População de 12 a 17 anos em cumprimento de Medida Socioeducativa – MSE

Na média do município, quatro a cada mil adolescentes de 12 a 17 anos, cumprem MSE, a Região 9 aparece em destaque entre as regiões com 7 adolescentes.

	Região geográfica	População de 12 a 17 anos	População de 12 a 17 anos em MSE	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 1	363	-	-
	Região 4	2.135	1	0,5
	Região 3	705	1	1,4
Baixo	Região 12	5.008	14	2,8
	Região 7	1.946	6	3,1
Médio	Região 2	302	1	3,3
	Região 10	4.001	15	3,7
Alto	Região 6	2.862	11	3,8
	Região 5	1.785	7	3,9
Muito Alto	Região 11	3.295	15	4,6
	Região 8	1.294	7	5,4
	Região 9	3.382	24	7,1
	Município	27.078	102	3,6

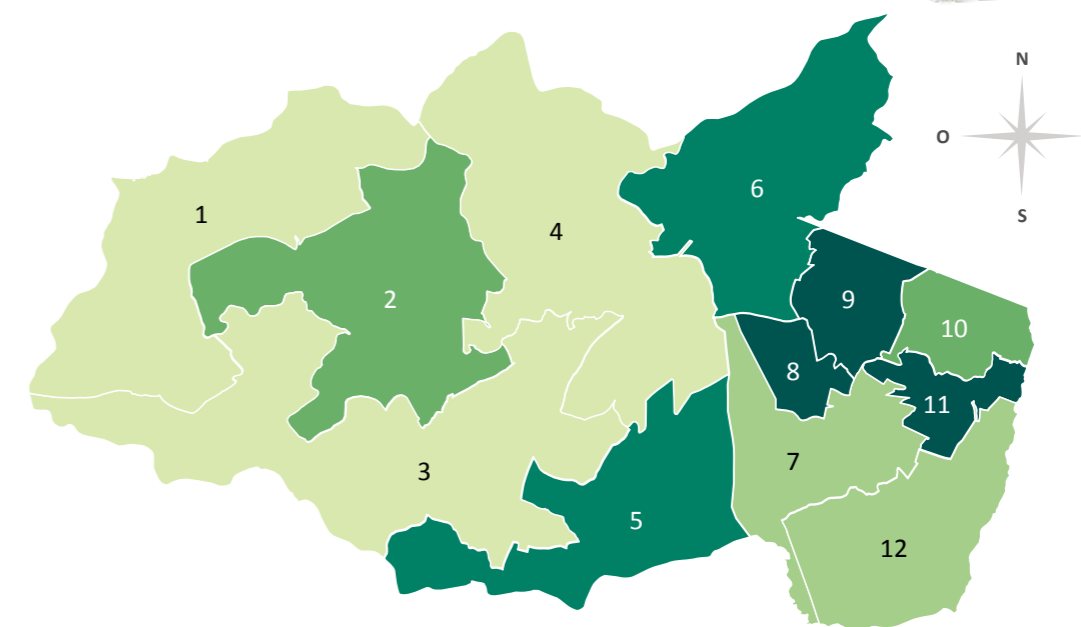
Fonte: SMDS/Embu das Artes/CREAS/2019

Definição

Total da população de 12 a 17 anos de idade em cumprimento de MSE, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 4	0,5
Média	Embu das Artes	3,6
Maior Valor	Região 9	7,1

14,2 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 21: População de 12 a 17 anos que cometeu ato infracional

Os registros na SMDS mostram 16 adolescentes que cometeram ato infracional no ano de 2019.

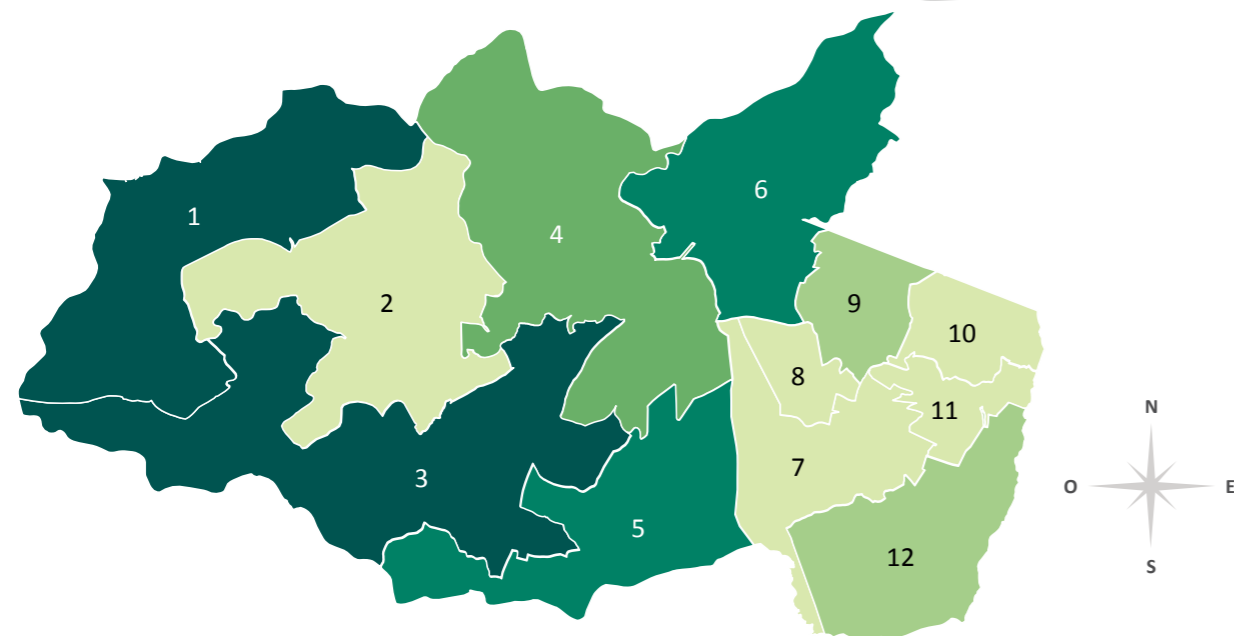
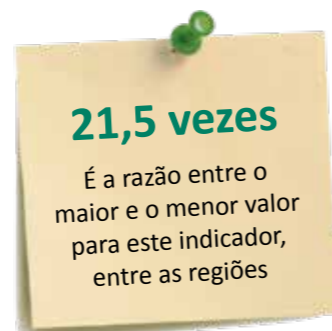
Região geográfica	População residente de 12 a 17 anos	População de 12 a 17 anos que cometeram ato infracional	Indicador (por mil habitantes)
Região 2	302	-	-
Região 7	1.946	-	-
Região 8	1.294	-	-
Região 10	4.001	1	0,2
Região 11	3.295	1	0,3
Região 9	3.382	1	0,3
Região 12	5.008	2	0,4
Região 4	2.135	1	0,5
Região 5	1.785	2	1,1
Região 6	2.862	4	1,4
Região 1	363	1	2,8
Região 3	705	3	4,3
Município	27.078	16	0,6

Fonte: IBGE (2010), Secretária de Segurança Pública

Definição

Total da população de 12 a 17 anos que cometeu ato infracional, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 10	0,2
Média	Embu das Artes	0,6
Maior Valor	Região 3	4,3



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 22: População de 18 a 21 anos de idade em cumprimento de Medida Socioeducativa MSE

Segundo dados da SMDS, em 2019, dois jovens de 18 a 21 anos, a cada mil habitantes da mesma idade, estavam cumprindo MSE, a Região 9 e 5 se destacam com 4 jovens, 50% acima da média.

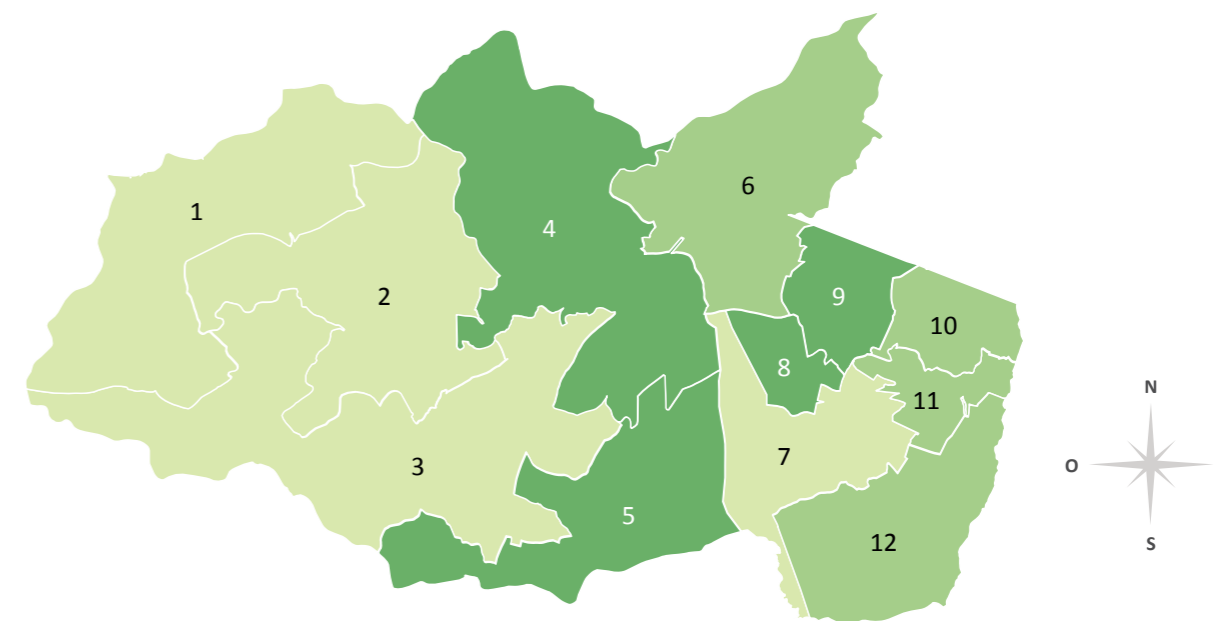
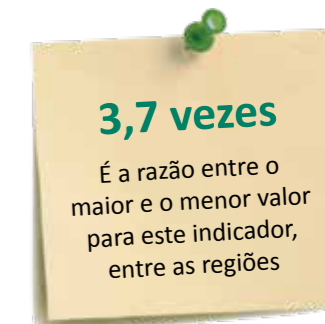
	Região geográfica	População residente de 18 a 21 anos	População de 18 a 21 anos em MSE	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 2	157	-	-
	Região 3	489	-	-
	Região 7	1.103	-	-
	Região 1	239	-	-
Baixo	Região 6	1.668	2	1,2
	Região 10	2.466	3	1,2
	Região 12	3.195	4	1,3
	Região 11	2.166	4	1,8
Médio	Região 4	1.477	3	2,0
	Região 8	682	2	2,9
	Região 9	1.915	7	3,7
	Região 5	1.105	5	4,5
Município	16.662	30	1,8	

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CREAS/2019

Definição

Total da população de 18 a 21 anos de idade em cumprimento de MSE, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 6	1,2
Média	Embu das Artes	1,8
Maior Valor	Região 5	4,5



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

A maioria dos adolescentes e jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas é do sexo masculino (88,6%).

Tabela 49 – Sexo dos adolescentes e jovens em MSE

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	117	88,6%
Feminino	15	11,4%
Total	132	100,0%

Fonte: CREAS (MSE), 2019

Dos adolescentes e jovens em MSE, 73,5% estão estudando.

Tabela 50 – Situação em relação aos estudos de adolescentes e jovens em MSE

Está estudando	Quant.	(%)
Sim	97	73,5%
Não	35	26,5%
Total	132	100,0%

Fonte: CREAS (MSE), 2019

A Tabela 51 demonstra, mais uma vez, a importância de atentar para as ações preventivas de reincidência que a PSE de Média Complexidade possui, já que dos jovens e adolescentes em MSE, 32,6% são reincidentes em atos infracionais. Observa-se que as mudanças sociais dos últimos anos culminam em uma sociedade mais excludente e violenta, em que os jovens, especialmente os que estão em situações diversas de vulnerabilidade, tornam-se vítimas dos resultados do sistema capitalista e chegam na Assistência Social como indivíduos que cometeram atos infracionais cada vez mais graves. Isso deve ser levado em conta pela gestão municipal, pois o serviço que atende e acompanha esses adolescentes e jovens e suas famílias, por si só, não é suficiente para minorar essas ocorrências. Trata-se de uma questão multifacetada que exige resposta intersetorial.

Tabela 51 – Situação em relação à reincidência de jovens e adolescentes em MSE

Reincidente	Quant.	(%)
Não	89	67,4%
Sim	43	32,6%
Total	132	100,0%

Fonte: CREAS (MSE), 2019

Ainda sobre os jovens e adolescentes em MSE, o principal ato infracional praticado é o “tráfico de drogas” (50,0%); em seguida, o roubo (41,5%).

Tabela 52 – Ato infracional praticado por Jovens e adolescentes em MSE

Ato infracional	Quant.	(%)
Tráfico de drogas	88	50,0%
Roubo	73	41,5%
Estupro	4	2,3%
Abuso	2	1,1%
Agressão	1	0,6%
Porte de arma	1	0,6%
Tentativa de homicídio	1	0,6%
Receptação	1	0,6%
Homicídio	1	0,6%
Latrocínio	1	0,6%
Furto	1	0,6%
Dano patrimonial	1	0,6%
Injúria	1	0,6%
Total	176	-

Fonte: CREAS (MSE), 2019

Nota: um adolescente ou jovem poderia cometer mais de um ato infracional



Indicador 23: População de 18 a 29 anos que cometeram infração penal

Em 2019 os registros da SMDS mostram que 211 jovens de 18 a 29 anos residentes em Embu das Artes, praticaram infração penal. As regiões 4, 3 e 5 se destacam com maior número de jovens a cada mil.

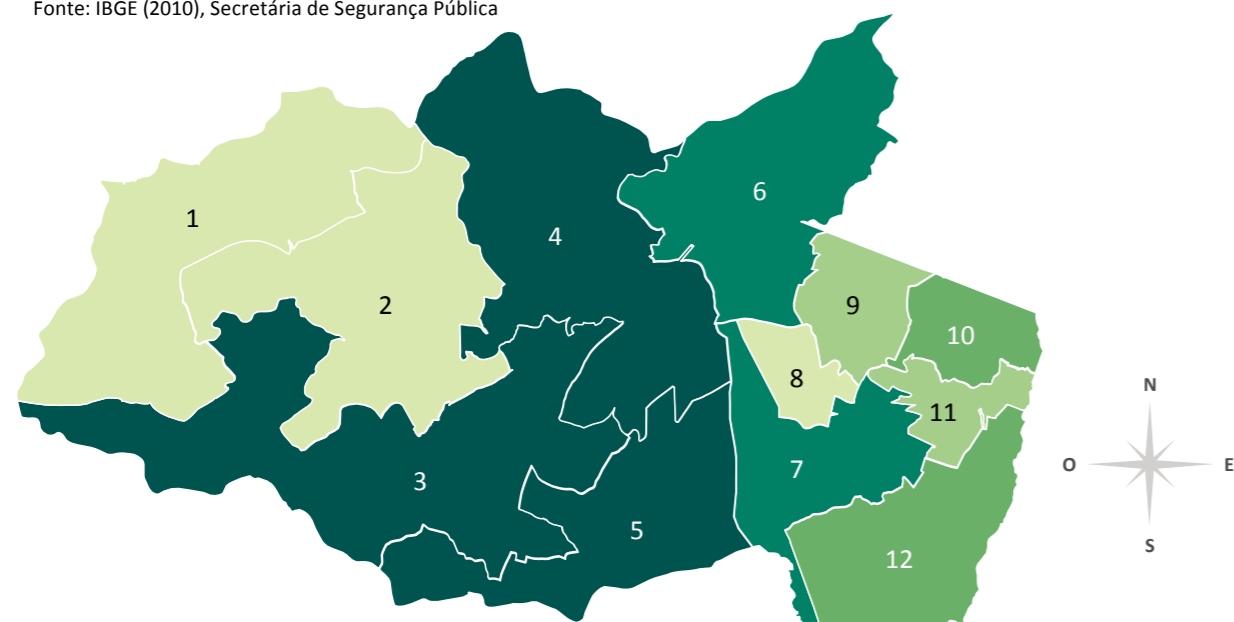
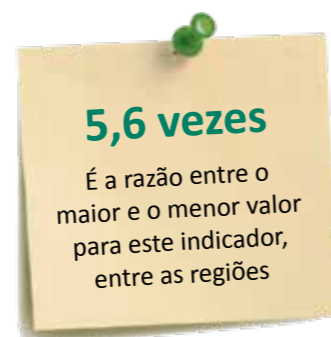
Região geográfica	População residente de 18 a 29 anos	População de 18 a 29 anos que praticaram infração penal	Indicador (por mil habitantes)
Região 1	709	-	-
Região 8	2.071	3	1,4
Região 2	496	1	2,0
Região 11	7.159	15	2,1
Região 9	8.559	27	3,2
Região 10	6.402	21	3,3
Região 12	9.919	34	3,4
Região 6	5.060	20	4,0
Região 7	3.694	17	4,6
Região 4	4.665	23	4,9
Região 3	1.510	8	5,3
Região 5	3.280	26	7,9
Não informado	-	16	-
Município	53.524	211	3,9

Fonte: IBGE (2010), Secretária de Segurança Pública

Definição

Total da população de 18 a 29 anos que cometeu infração penal, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 8	1,4
Média	Embu das Artes	3,9
Maior Valor	Região 5	7,9



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

6.1.4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias

Esse serviço objetiva prestar atendimento especializado às famílias que possuem pessoas idosas nas situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social por violação de direitos, violência e negligência, além de situações que agravam a condição da pessoa idosa e não permitem uma convivência saudável. A finalidade desse serviço é possibilitar formas de acesso de pessoas idosas aos direitos sociais, bem como contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Essa finalidade, quando desenvolvida por meio de articulação entre os serviços, possibilita autonomia aos usuários e amplia o universo informacional e cultural, ainda permite auxiliar a família e os cuidadores da pessoa idosa por meio de criação de estratégias que diminuam os agravos decorrentes da dependência e do isolamento social, promovendo, assim, a inserção familiar e social. O serviço é realizado e referenciado ao CREAS, com apoio de políticas públicas existentes, como a saúde e a educação.

Indicador 24: População de 60 anos e mais de idade, acompanhada pelo Serviço Especializado para Pessoa Idosa

A Região 3 se destaca com a maior taxa neste indicador, são onze pessoas idosas a cada mil, acompanhadas pelo serviço. As demais regiões as taxas variam entre sete e duas pessoas a cada mil.

	Região geográfica	População residente de 60 anos ou mais	População de 60 anos e mais acompanhada	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 2	338	-	-
	Região 5	967	2	2,1
	Região 8	475	1	2,1
Baixo	Região 10	2.843	10	3,5
	Região 12	3.110	13	4,2
Médio	Região 9	1.705	8	4,7
	Região 6	1.248	6	4,8
Alto	Região 11	1.979	11	5,6
	Região 4	1.646	11	6,7
Muito Alto	Região 1	275	2	7,3
	Região 7	894	7	7,8
	Região 3	801	9	11,2
	Município	16.281	80	4,9

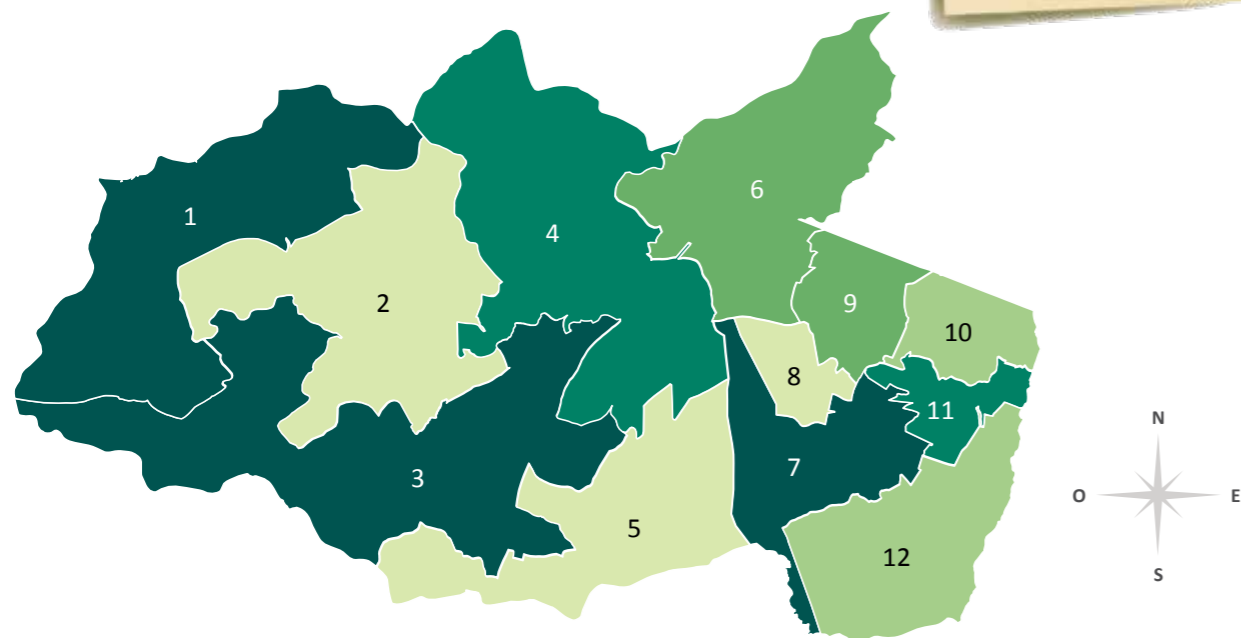
Fonte: SMDS/Embu das Artes/CREAS/2019

Definição

Total da população de 60 anos e mais de idade, acompanhada pelo serviço especializado para pessoas idosas, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 5	2,1
Média	Embu das Artes	4,9
Maior Valor	Região 9	11,2

5,5 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Sobre o perfil das pessoas idosas acompanhadas no serviço especializado, a maioria é da faixa etária de 60 a 79 anos (76,3%), do sexo feminino (75,0%) e da raça ou cor branca (33,7%).

Tabela 53 – Faixa etária das pessoas idosas acompanhadas no serviço especializado

Faixa etária	Quant.	(%)
De 60 a 69 anos	31	38,8%
De 70 a 79 anos	30	37,5%
De 80 a 89 anos	13	16,2%
90 anos e mais	6	7,5%
Total	80	100,0%

Fonte: CREAS-Serviço Especial Idoso (PAEFI), 2019

Tabela 54 – Sexo das pessoas idosas acompanhadas no serviço especializado

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	20	25,0%
Feminino	60	75,0%
Total	80	100,0%

Fonte: CREAS-Serviço Especial Idoso (PAEFI), 2019

Tabela 55 – Raça ou cor das pessoas idosas acompanhadas no serviço especializado

Raça ou Cor	Quant.	(%)
Branca	27	33,7%
Parda	25	31,3%
Preta	12	15,0%
Não informado	16	20,0%
Total	80	100,0%

Fonte: CREAS-Serviço Especial Idoso (PAEFI), 2019

No quesito dos motivos que levaram a pessoa idosa ao atendimento no serviço, o mais citado foi “ambiente familiar impróprio, conflituoso ou violento”, com 76,2%. Resultado bastante significativo e que requer ações específicas quanto ao convívio de familiares com as pessoas idosas, as quais fortaleçam os vínculos familiares e sociais.

Tabela 56 – Motivo de atendimento das pessoas idosas acompanhadas no serviço especializado

Motivo de atendimento	Quant.	(%)
Ambiente familiar impróprio, conflituoso ou violento	61	76,2%
Outro	14	17,5%
Violência psicológica	4	5,0%
Negligência ou Abandono	1	1,3%
Total	80	100,0%

Fonte: CREAS-Serviço Especial Idoso (PAEFI), 2019

6.1.4.1. Centro dia para Pessoas com Deficiência e Suas Famílias

É uma unidade especializada de atendimento que integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e oferece atenção integral aos jovens e adultos com deficiência para que conquistem autonomia, independência e socialização. Já para os familiares, o Centro-Dia serve de apoio ao cuidador para que possa realizar outras tarefas enquanto a pessoa com deficiência participa das atividades no espaço dedicado a ela. O público-alvo são jovens e adultos, entre 18 a 59 anos, que possuem algum tipo de deficiência, e as atividades estendem-se também aos familiares. O município ainda conta com instituição parceira para o atendimento de crianças e adolescentes com diagnóstico de autismo, ocorrendo na unidade especializada para esse atendimento em especial.

A seguir, apresentam-se as análises complementares dos dados referentes aos atendimentos do Centro-Dia; sendo que o município conta com duas unidades, que são: o Centro Dia para Pessoa com Deficiência, atendimento direto, e o Centro Dia 3 AAA, especializado para o devido atendimento de usuários com autismo, atende de forma indireta por meio de parceira.

Quanto ao perfil das pessoas com deficiência atendidas no Centro-Dia, a maioria é da faixa etária de 18 a 29 anos (68,7%), do sexo masculino (56,2%) e da raça ou cor branca (71,9%). Dos atendidos no Centro-Dia, 77,1% apresentam deficiência intelectual e 22,9% deficiência múltipla.

Tabela 57 – Faixa etária das pessoas atendidas no Centro-Dia.

Faixa etária	Quant.	(%)
De 18 a 29 anos	66	68,7%
De 30 a 59 anos	30	31,3%
Total	96	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Tabela 58 – Sexo das pessoas atendidas no Centro-Dia.

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	54	56,2%
Feminino	42	43,8%
Total	96	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Tabela 59 – Raça ou cor das pessoas atendidas no Centro-Dia.

Raça ou Cor	Quant.	(%)
Branca	69	71,9%
Parda	22	22,9%
Preta	5	5,2%
Total	96	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Tabela 60 – Pessoas atendidas por tipo de deficiência no Centro-Dia.

Tipo de deficiência	Quant.	(%)
Intelectual	74	77,1%
Múltipla	22	22,9%
Física	-	-
Total	96	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

6.1.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

Trata-se de uma unidade que desenvolve o Serviço Especializado para a população em situação de rua e o Serviço em Abordagem Social. A forma de acesso pode ser espontânea pela pessoa em situação de rua, a qualquer momento, pelo encaminhamento do serviço especializado em abordagem social, conforme citado acima, e outros serviços da assistência social, demais políticas públicas e órgãos do sistema judiciário.

Na unidade, são realizados atendimentos individuais e coletivos, oficinas, atividades de socialização, convívio e ações que propiciem a participação social e encaminhamentos das pessoas em situação de rua que perderam os vínculos familiares por situações adversas, as quais buscam o serviço na unidade para suprir as necessidades e serem encaminhadas aos demais serviços que o município oferece, como, por exemplo, o encaminhamento às unidades de acolhimento institucional para pernoite, possibilitando, assim, o retorno ao convívio familiar e interpessoal.

A seguir, apresentam-se as análises complementares dos dados coletados pelo Centro POP do município. Em relação ao perfil das pessoas atendidas no Centro POP, a prevalência é da faixa etária de 30 a 59 anos (66,6%) e do sexo masculino (85,9%). Também foram atendidas 20 pessoas que apresentavam alguma deficiência.

Tabela 61 – Faixa etária das pessoas atendidas no Centro POP

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	6	1,3%
De 4 a 5 anos	2	0,4%
De 6 a 11 anos	4	0,8%
De 12 a 17 anos	1	0,2%
De 18 a 29 anos	86	18,1%
De 30 a 59 anos	317	66,6%
60 anos ou mais	28	5,9%
Não informado	32	6,7%
Total	476	100,0%

Fonte: Centro POP, 2019



Tabela 62 – Sexo das pessoas atendidas no Centro POP

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	409	85,9%
Feminino	67	14,1%
Total	476	100,0%

Fonte: CREAS (PAEFI), 2019

Tabela 63 – Pessoas atendidas com deficiência no Centro POP

Possui deficiência	Quant.	(%)
Sim	20	4,2%
Não	456	95,8%
Total	476	100,0%

Fonte: Centro POP, 2019

6.2. SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

A proteção social especial de alta complexidade oferece serviços de proteção integral de acolhimento – moradia, alimentação, higienização e proteção – aos indivíduos ou famílias com vínculos totalmente rompidos, sem referência ou em situação de risco ou violência, em que há a necessidade do afastamento do convívio familiar. São modalidades de acolhimento, com diferentes funções e público, sendo estes: abrigo institucional, casa lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta e família acolhedora. O município oferta o serviço de acolhimento institucional, na modalidade de abrigo e família acolhedora (esse implantado no ano de 2020). Os atendimentos são realizados conforme preconizam as normativas do SUAS.

- Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: acolhimento provisório com capacidade máxima para 20 crianças e adolescentes por unidade. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade⁷.
- Serviço de acolhimento para crianças e adolescentes em família acolhedora (implantado em 2020): essa modalidade de acolhimento tem por objetivo, acolher temporariamente a criança e/ou adolescente que, por decisão judicial, foram afastadas do convívio familiar.
- Serviço de acolhimento institucional para população em situação de rua: unidades destinadas ao acolhimento da população que vive em situação de rua. Na unidade são ofertados outros serviços, cujo objetivo é possibilitar a retomada da autonomia e formular novos projetos de vida.
- Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências: não houve registro desse serviço no ano de referência deste diagnóstico.

⁷ <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-pessoas-idosas>

6.2.1. Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e Adolescentes

Analisaram-se os dados considerando o público acolhido no município: crianças, adolescentes e pessoas em situação de rua. O acolhimento para crianças e adolescentes é realizado por meio de parceria com duas organizações da sociedade civil, a saber, CECA e Lar Batista, unidades referenciadas ao CREAS. Já o acolhimento para pessoas em situação de rua é realizado de forma direta.

A seguir, apresenta-se o perfil das pessoas atendidas, no ano de 2019, nas três unidades de acolhimento. Reitera-se que a modalidade de acolhimento “família acolhedora” está em fase de implantação e não possui informações para referenciar neste diagnóstico, portanto, o item 6.2.2 destaca apenas a forma da implantação dessa modalidade de acolhimento no município.

Indicador 25: Acolhimento de crianças e adolescentes

Sobre o Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes, a Região 5 possui o maior valor (3,7), já a Região 12 tem o menor valor (0,2); a razão entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 18,5 vezes.

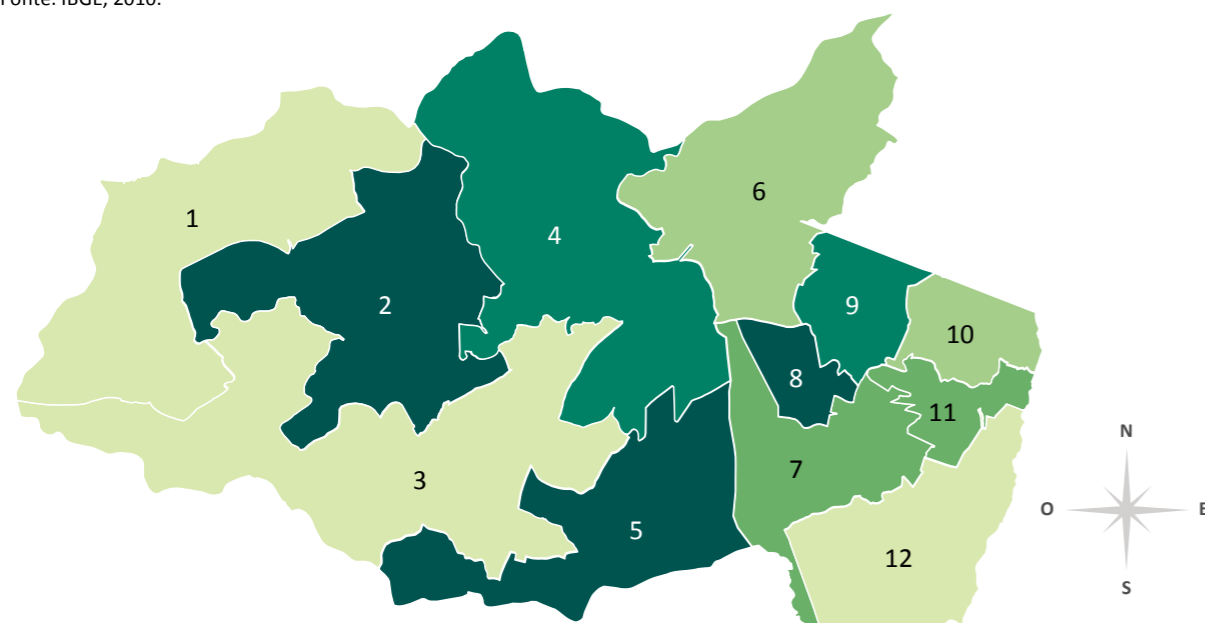
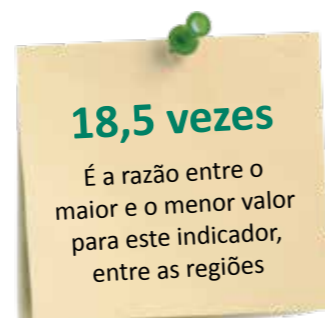
	Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	População de 0 a 17 anos acolhida	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 1	961	-	-
	Região 3	1.902	-	-
	Região 12	13.830	3	0,2
Baixo	Região 10	11.221	5	0,4
	Região 6	7.694	7	0,9
Médio	Região 7	5.412	5	0,9
	Região 11	9.369	12	1,3
Alto	Região 9	9.196	15	1,6
	Região 4	6.120	10	1,6
Muito Alto	Região 8	3.129	6	1,9
	Região 2	878	3	3,4
	Região 5	4.850	18	3,7
	Não informado	-	2	-
	Município	74.562	86	1,2

Fonte: IBGE, 2010.

Definição

Total da população 0 a 17 anos de idade, acolhida, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000

Menor Valor	Região 12	0,2
Média	Embu das Artes	1,2
Maior Valor	Região 5	3,7



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

O município conta com parceria da OSC's para o acolhimento provisório de crianças e adolescentes. Conforme demonstra a tabela abaixo, das crianças e adolescentes em abrigo institucional, a faixa etária com maior percentual é a "de 0 a 3 anos" (44,2%), seguida pela "de 6 a 11 anos" (29,1%). Quanto ao sexo, 58,1% são crianças e adolescentes do sexo feminino; e quanto à raça ou cor, 53,5% são pardas.

Tabela 64 – Faixa etária de crianças e adolescentes acolhidas

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	38	44,2%
De 4 a 5 anos	8	9,3%
De 6 a 11 anos	25	29,1%
De 12 a 17 anos	13	15,1%
Não informado	2	2,3%
Total	86	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2019

Tabela 65 – Sexo das crianças e adolescentes acolhidas

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	50	58,1%
Masculino	36	41,9%
Total	86	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2019

Tabela 66 – Raça ou cor das crianças e adolescentes acolhidas

Raça ou Cor	Quant.	(%)
Parda	46	53,5%
Branca	33	38,4%
Preta	7	8,1%
Total	86	100,0%

Fonte: Unidade de Acolhimento, 2019

6.2.2. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes

A lei que regulamenta o Serviço no município é a Lei Municipal N° 3004, de 16 de maio de 2018. A implantação começou no ano de 2020 com uma reunião informativa, realizada no dia 16/03, tendo a participação de **três famílias**. Atualmente o município tem **duas famílias habilitadas** pelo Poder Judiciário e que já estão acolhendo crianças. Está sendo finalizado o processo de capacitação dessas famílias e já estão abertas inscrições para a formação de uma nova turma, com famílias que tenham interesse em participar do Serviço.

Conforme definição da TNSS, Família Acolhedora é aquela que, temporariamente, tem a função social de acolher em sua casa uma criança ou adolescente, que sofreu afastamento do convívio familiar por uma decisão judicial. O serviço de Família Acolhedora é responsável por selecionar, capacitar e acompanhar as famílias que têm interesse em exercer essa função, bem como por realizar o acompanhamento da criança/adolescente acolhido e de sua família de origem.

A criança fica, por um período – no máximo 18 meses, segundo o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente –, com a família acolhedora até que seja decidido o seu retorno para a família de origem ou o seu encaminhamento para adoção. O principal objetivo do serviço é oferecer às crianças e adolescentes em acolhimento, a proteção e os cuidados necessários, oportunizando as condições de socialização e convivência familiar e comunitária que contribuirão para o seu pleno desenvolvimento.

A Família Acolhedora, independentemente de sua condição econômica, recebe subsídio financeiro no valor de um salário mínimo, enquanto as crianças e/ou adolescentes estiverem sob sua responsabilidade.

Os pré-requisitos, de acordo com a Lei Municipal N° 3004 de 16 de maio de 2018 são:

- Não estar respondendo a processo judicial nem apresentar potencialidade lesiva para figurar no cadastro;
- Ter moradia fixa no município de Embu das Artes há mais de 06 (seis) meses;
- Ter disponibilidade de tempo para oferecer proteção e apoio às crianças e aos adolescentes;
- Ter idade entre 21 (vinte e um) e 65 (sessenta e cinco) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;
- Ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho que o acolhido;
- Gozar de boa saúde;
- Declaração de não interesse em adoção;
- Apresentar concordância de todos os membros da família maiores de 18 anos que vivem no lar;
- Apresentar parecer psicossocial favorável.

6.2.3. Serviço de abrigo Institucional para População em Situação de Rua

Sobre as pessoas em situação de rua atendidas no Abrigo Institucional para pessoas nessa situação, no que se refere à faixa etária dos atendidos, 61,8% têm entre 30 a 59 anos; o sexo predominante é o masculino (80,9%); e 4,5% apresentam alguma deficiência.

Tabela 67 – Faixa etária das pessoas em situação de rua atendidas no Abrigo Institucional

Faixa etária	Quant.	(%)
De 30 a 59 anos	55	61,8%
De 18 a 29 anos	16	18,0%
Não informado	12	13,5%
60 anos ou mais	6	6,7%
Total	89	100,0%

Fonte: PSE/CREAS – 2019.

Tabela 68 – Sexo das pessoas em situação de rua atendidas no Abrigo Institucional

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	72	80,9%
Feminino	17	19,1%
Total	89	100,0%

Fonte: PSE/CREAS – 2019.

Tabela 69 – Pessoa em situação de rua, com deficiência, atendida no Abrigo Institucional

Pessoa com deficiência	Quant.	(%)
Não	85	95,5%
Sim	4	4,5%
Total	89	100,0%

Fonte: PSE/CREAS – 2019.

No que diz respeito ao uso de substâncias psicoativas por essas pessoas, 71,9% possuem “dependência de substâncias lícitas (álcool)” e 60,7% possuem “dependência de substâncias lícitas (cigarro)”.

Tabela 70 – Uso de substâncias psicoativas da população em situação de rua atendidas no Abrigo Institucional

Substância psicoativa utilizada	Quant.	(%)
Dependência de substância lícitas (álcool)	64	71,9%
Dependência de substância lícitas (cigarro)	54	60,7%
Dependência de substância ilícitas (outras drogas)	40	44,9%
Envolvimento em ocorrências criminosas	36	40,4%
Transtorno psíquico	14	15,7%
Sofre algum tipo de violência	13	14,6%
Total	89	-

Fonte: PSE/CREAS – 2019.

Nota: percentual maior de 100%, devido ao uso de mais de uma substância psicoativa pelas pessoas abrigadas.

6.2.4. Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergência

Em 2019, não houve registro dessa modalidade de serviço.

7. SERVIÇO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa de Segurança Alimentar e Nutricional está inserido na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e tem a finalidade de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à população de Embu das Artes. É composto por ações e serviços no âmbito do combate à fome, ao desperdício de alimentos e aos problemas alimentares e nutricionais, por meio do Banco Municipal de Alimentos, do Restaurante Popular e de Educação Alimentar e Nutricional.

7.1. SERVIÇOS EXECUTADOS PELO BANCO DE ALIMENTOS

O Banco de Alimentos Herbert José de Souza, “Betinho”, foi criado pela Lei nº 2983, de 09 de outubro de 2017; desde 2002, atua na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional da população Embuense e no combate ao desperdício de alimentos, captando e distribuindo gêneros alimentícios que estão bons para o consumo, porém estão fora do padrão de comercialização. O banco fornece alimentos produzidos por pequenos agricultores, obtidos por meio de Programas Federais e Estaduais de incentivo à agricultura familiar, além de alimentos comprados com verba municipal. Assim abastece, semanalmente, com aproximadamente 5.000 toneladas de alimentos, por meio de Cestas de Alimentos, famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, as quais são acompanhadas pelos CRAS (Centros de Referências de Assistência Social) do município.

Além das Cestas de Alimentos, o Banco de Alimentos também tem o Projeto Banca Solidária que consiste na exposição diária de alimentos in natura, provenientes da produção de cestas do Programa, para atender a quem tiver interesse e estiver presente no momento da exposição, reduzindo, assim, o desperdício e permitindo que um maior número de pessoas tenha acesso aos alimentos básicos de qualidade.



Indicador 26: Famílias beneficiárias do Serviço Banco de Alimentos - Cesta Alimento

A Região 8, CRAS Jardim do Colégio, destaca-se com o maior percentual de famílias que recebem a Cesta Alimento (7,5%), com 58,6% a mais em relação à Região 5, e na razão de 15 vezes se comparada com a Região 10, a qual aparece com o menor valor na série (0,5%). Os números indicam que a Região 8 está numa condição desassociada das demais e merece a maior atenção em relação ao serviço alimentar.

Definição

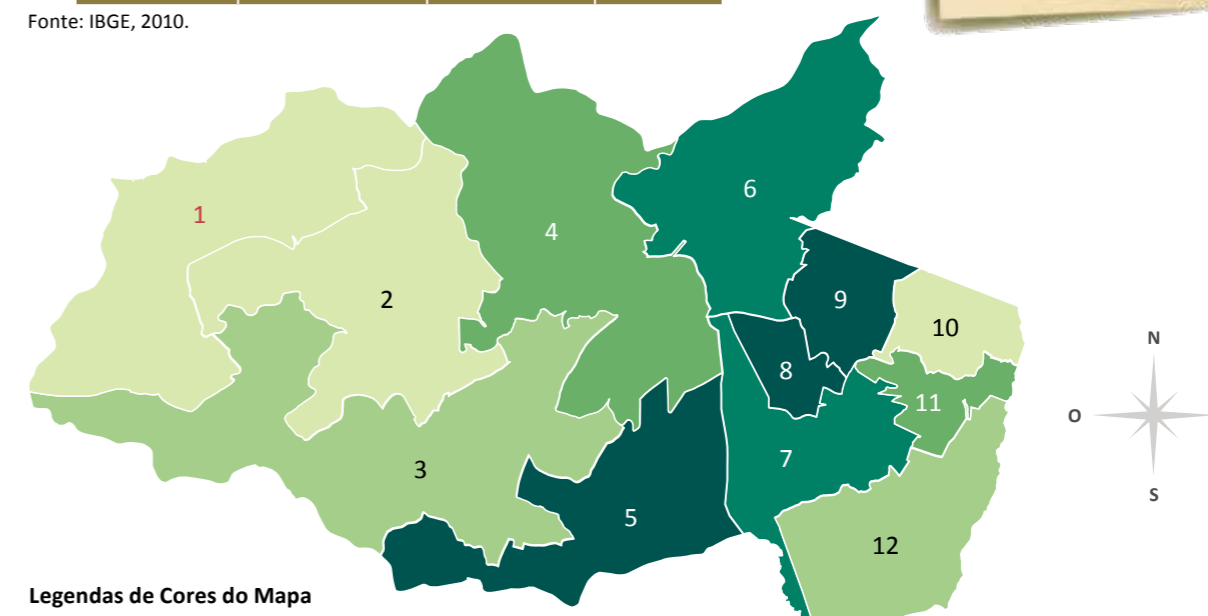
Total de famílias beneficiárias da “cesta alimento”, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100.

	Região Geográfica	Domicílios particulares ocupados	Famílias beneficiárias da Cesta de Alimentos	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 10	10.915	57	0,5%
	Região 2	946	5	0,5%
	Região 1	1.062	7	0,7%
Baixo	Região 3	2.372	26	1,1%
	Região 12	12.207	152	1,2%
Médio	Região 4	6.089	93	1,5%
	Região 11	8.665	173	2,0%
Alto	Região 7	4.535	98	2,2%
	Região 6	6.483	141	2,2%
Muito Alto	Região 9	8.108	225	2,8%
	Região 5	4.233	123	2,9%
	Região 8	2.610	195	7,5%
	Não informado	-	51	-
	Município	68.225	1.346	2,0%

Menor Valor	Região 10	0,5%
Média	Embu das Artes	2,0%
Maior Valor	Região 8	7,5%

15,0 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: IBGE, 2010.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Sobre as características das famílias beneficiárias, 51,8% são compostas por 4 a 6 moradores, sendo acima da média de Embu das Artes, que é de 3,5 moradores e acima de 3,7 moradores maior densidade entre todas as regiões. Cabe frisar a predominância da população na faixa etária de 0 a 17 anos.

Tabela 71 – Composição das famílias beneficiárias do serviço "Cesta Alimento"

Faixa etária	De 1 a 3 moradores		De 4 a 6 moradores		De 7 a 9 moradores		10 moradores ou mais		Não informado		Total geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 6 anos	277	14,9%	608	23,2%	77	17,4%	23	24,7%	1	2,1%	986	19,5%
De 7 a 14 anos	463	24,9%	699	26,6%	104	23,5%	18	19,4%	-	-	1.284	25,3%
De 15 a 23 anos	198	10,6%	472	18,0%	108	24,4%	28	30,1%	-	-	806	15,9%
De 24 a 65 anos	413	22,2%	516	19,6%	85	19,2%	19	20,4%	1	2,1%	1.034	20,4%
Acima de 65 anos	11	0,6%	11	0,4%	2	0,5%	0	0,0%	-	-	24	0,5%
Não informado	498	26,8%	320	12,2%	67	15,1%	5	5,4%	45	95,7%	935	18,4%
Total por grupo de moradores	1.860	100,0%	2.636	100,0%	443	100,0%	93	100,0%	47	100,0%	5.069	100,0%
Sobre o total de moradores	1.860	36,7%	2.626	51,8%	443	8,7%	93	1,8%	47	0,9%	5.069	100,0%

Fonte: SMDS/Embu das Artes/Segurança Alimentar/2019

Das Famílias beneficiárias da Cesta Alimento, 83,5% não são acompanhadas pelo PAIF e 48,1% são reincidentes; esses dados merecem atenção do gestor público, no sentido de identificar as causas determinantes da dependência de alimentos, assim como desenvolver ações para promoção econômica e ascensão social dessas famílias.

Tabela 72 – Famílias beneficiárias da Cesta Alimento versus acompanhadas pelo PAIF

Família acompanhada pelo PAIF	Quant.	(%)
Sim	222	16,5%
Não	1.124	83,5%
Total	82.275	100,0%

Fonte: SMDS/Embu das Artes/Segurança Alimentar/2019

Tabela 73 – Famílias beneficiárias pela Cesta Alimento versus reincidência

É reincidente	Quant.	(%)
Sim	647	48,1%
Não	699	51,9%
Total	82.275	100,0%

Fonte: SMDS/Embu das Artes/Segurança Alimentar/2019

A pesquisa de percepção realizada, em outubro de 2020, com 319 usuários da Assistência Social, avaliou a satisfação de 182 beneficiários da Cesta Alimento e apresentou os seguintes resultados:

Dos entrevistados, 182 (57,1%) recebem a cesta e a avaliaram como: "Ótimo" (44,5%) e "Bom" (50,0%). Alguns comentários sugerem melhorias, tais como: na qualidade do alimento, no tamanho da cesta – "poderia ser maior" – e na falta de alimentos – "veio só um óleo para família de 7 pessoas".

7.2. SERVIÇOS EXECUTADOS PELO RESTAURANTE POPULAR – JOSUÉ CASTRO

O Restaurante Popular de Embu das Artes, Josué de Castro, foi inaugurado em 28 de agosto de 2012, e é um projeto desenvolvido pelo Governo da Cidade de Embu das Artes em parceria com o Governo Federal. Criado para atender uma necessidade social imediata (fome), com foco no interesse comum e geral, promove acesso de todos às refeições prontas, nutritivas, saudáveis, produzidas em condições seguras, em quantidade e qualidade adequadas, respeitando os hábitos alimentares locais, e com preços acessíveis.

Oferece, diariamente, aproximadamente 100 (cem) refeições completas no café da manhã e 1.000 (mil) refeições completas, com cardápio variado, no almoço, servidas no local e destinadas à população em geral; são transportadas, por meio de marmiteix, às pessoas que trabalham nas ruas cumprindo tarefas de outras Secretarias Municipais.

O Programa executa a gestão dos dois equipamentos supramencionados e promove ações de Educação Alimentar e Nutricional por meio de oficinas, palestras e materiais educativos, objetivando que a Segurança Alimentar e Nutricional se dê em todo o município.

Dos atendidos pelo restaurante popular Josué Castro, a prevalência é da faixa etária "de 30 a 59 anos" (57,2%) e do sexo masculino (64,6%); 66,5% trabalham, dos quais 29,8% trabalham na prefeitura; a renda da maioria é "mais de 1 e 1/2 SM" (33,5%), seguida por "até 1 e 1/2 SM" (27,6%) e "até 1 SM" (24,1%).

Tabela 74 – Faixa etária dos atendidos pelo restaurante popular

Faixa Etária	Quant.	(%)
De 12 a 17 anos	5	1,9%
De 18 a 29 anos	31	12,1%
De 30 a 59 anos	147	57,2%
60 anos ou mais	74	28,8%
Total Geral	257	100,0%

Fonte: Segurança Alimentar, 2019.

Tabela 75 – Sexo dos atendidos pelo restaurante popular

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	166	64,6%
Feminino	91	35,4%
Total Geral	257	100,0%

Fonte: Segurança Alimentar, 2019.



Tabela 76 – Perfil de trabalho dos atendidos pelo restaurante popular

Trabalha	Quant.	(%)
Sim	171	66,5%
Não	47	18,3%
Aposentado	39	15,2%
Total Geral	257	100,0%

Fonte: Segurança Alimentar, 2019.

Tabela 77 – Perfil de trabalho dos atendidos pelo restaurante popular

Trabalha na prefeitura	Quant.	(%)
Não	120	70,2%
Sim	51	29,8%
Total Geral	171	100,0%

Fonte: Segurança Alimentar, 2019.

Tabela 78 – Renda dos atendidos pelo restaurante popular

Renda	Quant.	(%)
Mais de 1,1/2 SM	86	33,5%
De 1 até 1,1/2 SM	71	27,6%
Até 1 SM	62	24,1%
Não informado	28	10,9%
Até 1/2 SM	10	3,9%
Total Geral	257	100,0%

Fonte: Segurança Alimentar, 2019.



8. PROGRAMAS SOCIAIS

Este capítulo inclui informações, do ano de 2019, referentes aos Programas Federais do CadÚnico, Bolsa Família e PETI - Erradicação do Trabalho Infantil; e dos Programas Estaduais Renda Cidadã e Ação Jovem.

8.1. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS – CADÚNICO

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda¹⁰; sendo de responsabilidade compartilhada entre governo federal, estadual, distrital e municipal, a seleção, cadastro e inclusão dessas famílias em programas e benefícios socioassistenciais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa Minha Vida, Benefícios de Prestação Continuada (BPC), dentre outros.

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o CadÚnico foi integrado à Política de Assistência Social como porta de entrada para as famílias acessarem outras políticas públicas, o seu banco de dados pode ser consultado e extraído por meio da ferramenta CECAD (Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único), no qual são registradas informações socioeconômicas dos indivíduos e famílias, tais como: características da residência, informações pessoais, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. As informações extraídas do CECAD permitem identificar as famílias em maior vulnerabilidade social, podendo ser usadas pelos municípios, por exemplo, para melhor direcionar a implantação de políticas públicas, conforme as demandas apresentadas.

Salienta-se que para receber qualquer um dos benefícios é preciso estar cadastrado. Dessa forma, é importante que as informações estejam sempre atualizadas no CadÚnico, como preconiza a Portaria nº 231, de 26 de agosto de 2010¹¹, do Ministério da Cidadania, a qual dispõe que a regulamentação cadastral deve ocorrer no período de até dois anos, para fins de validade dos benefícios recebidos.

Com relação às famílias e pessoas cadastradas no Cadastro Único em Embu das Artes, 87,4% estão com o cadastro atualizado, ou seja, dentro do período de até dois anos. Para fins de análise, na apresentação do perfil a seguir, na próxima página, considerou-se todas as famílias e pessoas cadastradas no CadÚnico, com e sem atualização cadastral, pois contém outras informações relevantes, além de renda e recebimento de benefícios. No entanto na apresentação dos indicadores sociais, considerou-se somente as famílias com cadastro atualizado, permitindo análises em relação à renda dos beneficiários cadastrados.

¹⁰ Famílias de baixa renda são as que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal familiar total de até três salários mínimos.

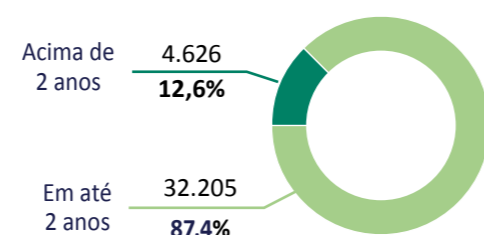
¹¹ http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Informes/informe231.pdf

A Tabela 79 mostra que Embu das Artes possui um número expressivo de cadastros atualizados. Nesse sentido, é primordial que a Assistência Social atente para o fato de que esse público é prioritário para as ofertas socioassistenciais. Evidentemente, não se espera que todas as famílias sejam acompanhadas pelos serviços, considerando as individualidades e peculiaridades de cada núcleo familiar, as quais nem sempre demandam inserção nas ofertas, porém cabe à Assistência Social conhecer tal público, fornecendo as respostas adequadas aos que dela precisam.

Tabela 79 – Atualização cadastral do CadÚnico

Período	Quant.	(%)
Acima de 2 anos	4.626	12,6%
Em até 2 anos	32.205	87,4%
Total Geral	36.831	100,0%

Fonte: CECAD, 2019



A seguir, apresentam-se os indicadores referentes à base de dados do CECAD-2019 por região, assim como os dados e análises complementares que reúnem informações acerca de famílias, pessoas, serviços e benefícios ofertados, com o objetivo de identificar as situações de risco e maior vulnerabilidade, possibilitando aos gestores da política municipal de assistência social o conhecimento sobre os territórios que mais necessitam de atenção.

Indicador 28: Famílias do Cadastro Único – CadÚnico

Em média 54% das famílias de Embu das Artes estão cadastradas no Cadastro Único. A região com a maior taxa é a Região 8 que corresponde a 93,6% das famílias residentes. A razão entre o maior e o menor indicador é de aproximadamente 3 vezes.

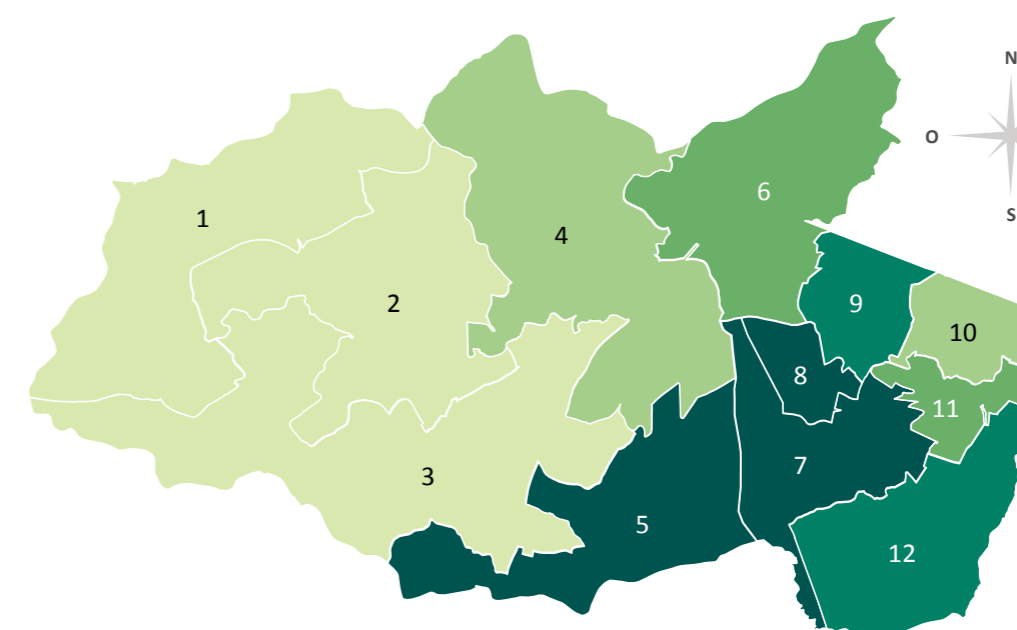
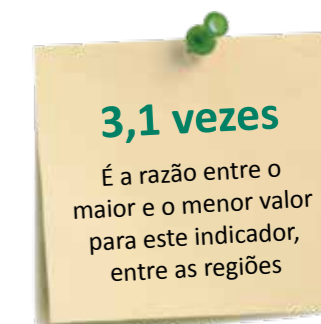
	Região geográfica	Total de domicílios particulares	Famílias no CadÚnico	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 2	946	286	30,2%
	Região 3	2.372	908	38,3%
	Região 1	1.062	428	40,3%
Baixo	Região 4	6.089	2.670	43,8%
	Região 10	10.915	4.970	45,5%
Médio	Região 11	8.665	4.331	50,0%
	Região 6	6.483	3.279	50,6%
Alto	Região 9	8.108	4.254	52,5%
	Região 12	12.207	7.266	59,5%
Muito Alto	Região 7	4.535	2.764	60,9%
	Região 5	4.233	3.232	76,4%
	Região 8	2.610	2.443	93,6%
	Município	68.225	36.831	54,0%

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CECAD/2019

Definição

Total de famílias no CadÚnico, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100.

Menor Valor	Região 2	30,2 %
Média	Embu das Artes	54,0%
Maior Valor	Região 8	93,6%



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José



Indicador 29: Famílias no CadÚnico com cadastro atualizado

A média de famílias com cadastro atualizado no CadÚnico é de 47,2%. O maior percentual encontra-se na região 8 (83,7%) e o menor na região 2 (25,4%).

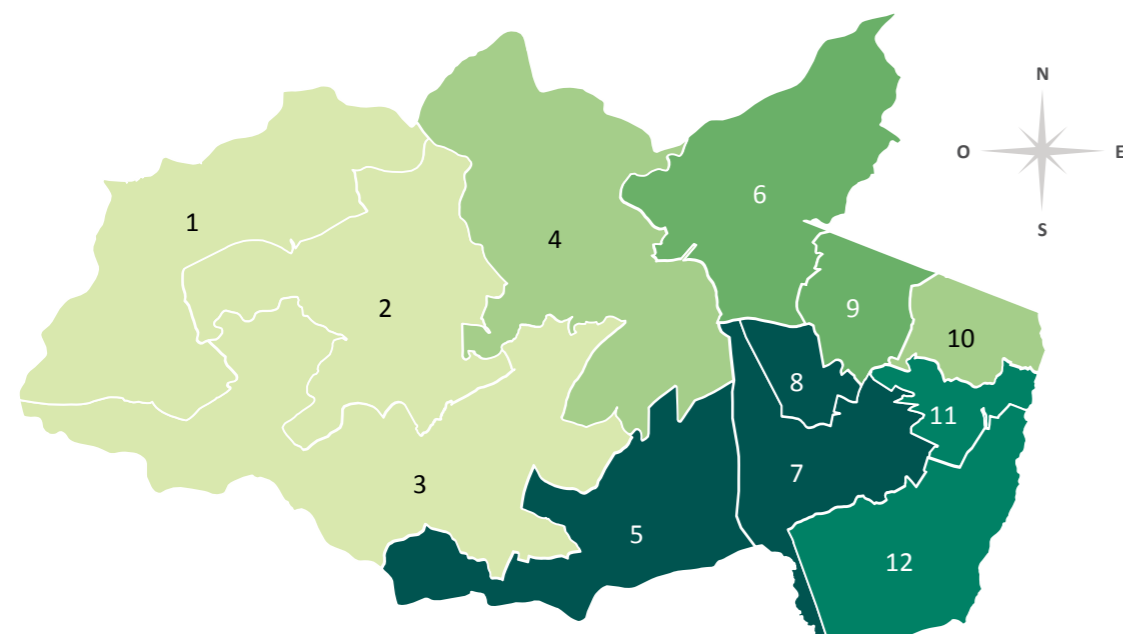
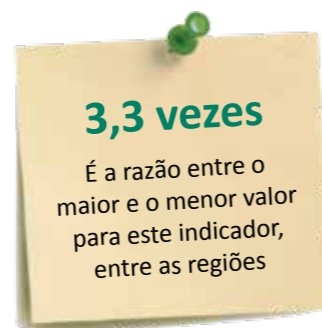
	Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	Famílias no CadÚnico com cadastro atualizado	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 2	946	240	25,4%
	Região 3	2.372	764	32,2%
	Região 1	1.062	351	33,1%
Baixo	Região 4	6.089	2.308	37,9%
	Região 10	10.915	4.276	39,2%
Médio	Região 6	6.483	2.840	43,8%
	Região 9	8.108	3.680	45,4%
Alto	Região 11	8.665	3.943	45,5%
	Região 12	12.207	6.290	51,5%
Muito Alto	Região 7	4.535	2.484	54,8%
	Região 5	4.233	2.845	67,2%
	Região 8	2.610	2.184	83,7%
	Município	68.225	32.205	47,2%

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CECAD/2019

Definição

Total de famílias no CadÚnico com cadastro atualizado, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100.

Menor Valor	Região 2	25,4 %
Média	Embu das Artes	47,2%
Maior Valor	Região 8	83,7%



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

8.1.1. Dados individuais das pessoas cadastradas

Dentre as pessoas cadastradas no CadÚnico, a maioria representa a faixa de etária de 30 a 59 anos (30,4%) e é do sexo feminino (59,1%).

Tabela 80 – Faixa etária das pessoas cadastradas no CadÚnico

Faixa Etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	9.406	11,4%
De 4 a 5 anos	3.987	4,9%
De 6 a 11 anos	10.781	13,1%
De 12 a 17 anos	9.642	11,7%
De 18 a 29 anos	14.737	17,9%
De 30 a 59 anos	24.999	30,4%
60 anos ou mais	8.723	10,6%
Total	82.275	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Tabela 81 – Sexo das pessoas cadastradas no CadÚnico

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	48.660	59,1%
Masculino	33.615	40,9%
Total	82.275	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Das pessoas cadastradas no CECAD 47,1% são beneficiárias do PBF, e 6,4% possuem alguma deficiência.

Tabela 82 – Situação em relação ao PBF das pessoas cadastradas no CadÚnico

Recebe PBF	Quant.	(%)
Não	43.534	52,9%
Sim	38.741	47,1%
Total	82.275	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Tabela 83 – Pessoas cadastradas no CadÚnico que apresentam alguma deficiência

Pessoa com deficiência	Quant.	(%)
Não	77.001	93,6%
Sim	5.274	6,4%
Total	82.275	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Em relação ao trabalho infantil, foram contabilizados 23 casos na base de dados do CadÚnico (0,1%).

Tabela 84 – Pessoas cadastradas no CadÚnico em situação de trabalho infantil na faixa etária de 6 a 17 anos.

Trabalho infantil	Quant.	(%)
Sim	23	0,1%
Não	20.405	99,9%
Total	20.425	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Prevalece a cor ou raça parda com 56,2% das pessoas cadastradas.

Tabela 85 – Cor ou raça das pessoas cadastradas no CadÚnico

Cor ou Raça	Quant.	(%)
Parda	46.284	56,2%
Branca	28.277	34,4%
Preta	7.241	8,8%
Amarela	399	0,5%
Indígena	60	0,1%
Não informado	14	-
Total	82.275	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

Das pessoas cadastradas que sabem ler e escrever, 39,0% são da faixa etária de 30 a 59 anos; dentre as idosas cadastradas, 11,1% sabem ler e escrever, percentual levemente superior ao da faixa etária de 6 a 14 anos, com 10,2%.

Tabela 86 – Pessoas cadastradas no CadÚnico em relação à leitura e escrita

Sabe ler e escrever	Sim		Não		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	186	0,3%	9.220	41,6%	9.406	11,4%
De 4 a 5 anos	356	0,6%	3.631	16,4%	3.987	4,9%
De 6 a 14 anos	6.146	10,2%	4.635	20,9%	10.781	13,1%
De 15 a 17 anos	9.045	15,0%	597	2,7%	9.642	11,7%
De 18 a 29 anos	14.286	23,8%	451	2,0%	14.737	17,9%
De 30 a 59 anos	23.421	39,0%	1.578	7,1%	24.999	30,4%
De 60 anos e mais	6.690	11,1%	2.033	9,2%	8.723	10,6%
Total Geral	60.130	100,0%	22.145	100,0%	82.275	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

A faixa etária de 0 a 3 anos é a que prevalece na afirmação “nunca frequentou” a escola (63,8%), seguida pela de 60 anos e mais (14,0%); em contrapartida, as faixas etárias que mais frequentam a escola são: de 6 a 11 anos, na rede pública, (41,9%) e de 18 a 29 anos, na rede particular (54,5%).

Tabela 87 – Pessoas cadastradas no CadÚnico em relação à leitura e escrita

Frequenta a escola	Sim, rede pública		Sim, rede particular		Não, já frequentou		Nunca frequentou		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	1.263	5,2%	57	2,8%	27	0,1%	8.059	63,8%	9.406	11,4%
De 4 a 5 anos	2.281	9,4%	76	3,7%	45	0,1%	1.584	12,5%	3.987	4,8%
De 6 a 11 anos	10.210	41,9%	323	15,6%	15	0,0%	233	1,8%	10.781	13,1%
De 12 a 17 anos	8.898	36,5%	225	10,9%	504	1,2%	15	0,1%	9.642	11,7%
De 18 a 29 anos	1.459	6,0%	1.129	54,5%	12.061	27,9%	88	0,7%	14.737	17,9%
De 30 a 59 anos	230	0,9%	260	12,6%	23.615	54,7%	894	7,1%	24.999	30,4%
60 anos ou mais	19	0,1%	2	0,1%	6.934	16,1%	1.768	14,0%	8.723	10,6%
Total Geral	24.360	100,0%	2.072	100,0%	43.201	100,0%	12.641	100,0%	82.275	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.

99,6% das pessoas cadastradas no CadÚnico residem na área urbana do município. Considerando os registros de situação Rural, que não existe em Embu das Artes, e os não informados, tem-se 0,4% de registros sem a informação da localidade.

Tabela 88 – Localidade de moradia das pessoas cadastradas no CadÚnico

Situação do domicílio	Quant.	(%)
Urbana	81.997	99,6%
Rural	150	0,2%
Não informado	128	0,2%
Total	82.275	100,0%

Fonte: CECAD, 2019.



Indicador 30: Pessoas por família do Cadastro Único – CadÚnico

A média de pessoas por família cadastradas no CadÚnico, é menor em relação à média de 3,5 moradores por domicílio, do censo do IBGE.

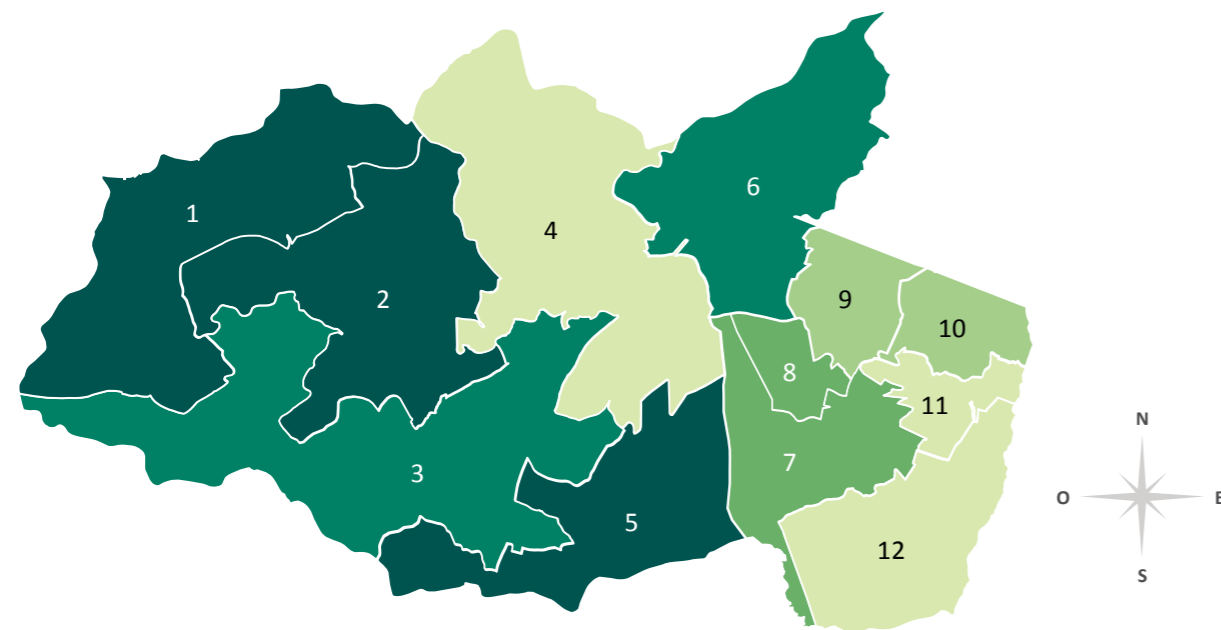
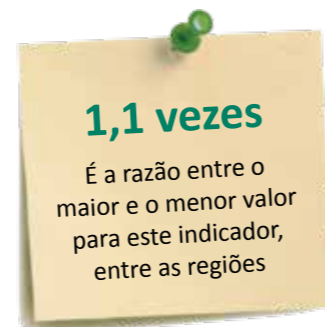
	Região geográfica	Total de famílias no CadÚnico	Total de pessoas cadastradas no CadÚnico	Indicador (pessoas por família)
Muito Baixo	Região 11	3.943	10.933	2,8
	Região 12	6.290	17.886	2,8
	Região 4	2.308	6.674	2,9
Baixo	Região 9	3.680	10.740	2,9
	Região 10	4.276	12.604	2,9
Médio	Região 7	2.484	7.363	3,0
	Região 8	2.184	6.513	3,0
Alto	Região 6	2.840	8.517	3,0
	Região 3	764	2.316	3,0
Muito Alto	Região 1	351	1.075	3,1
	Região 5	2.845	8.775	3,1
	Região 2	240	780	3,2
Município		32.205	94.176	2,9

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CECAD/2019

Definição

Total de pessoas cadastradas no CadÚnico, dividido pelo total de famílias cadastradas no CadÚnico.

Menor Valor	Região 11	2,8
Média	Embu das Artes	2,9
Maior Valor	Região 2	3,2



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 31: Famílias no CadÚnico com renda per capita de até R\$ 89,00

Do total de famílias com CadÚnico atualizado no município, 45,7% possuem renda per capita de até R\$89,00. O maior valor apresenta-se na região 8 (56,3%) e o menor na Região 1 (31,9%).

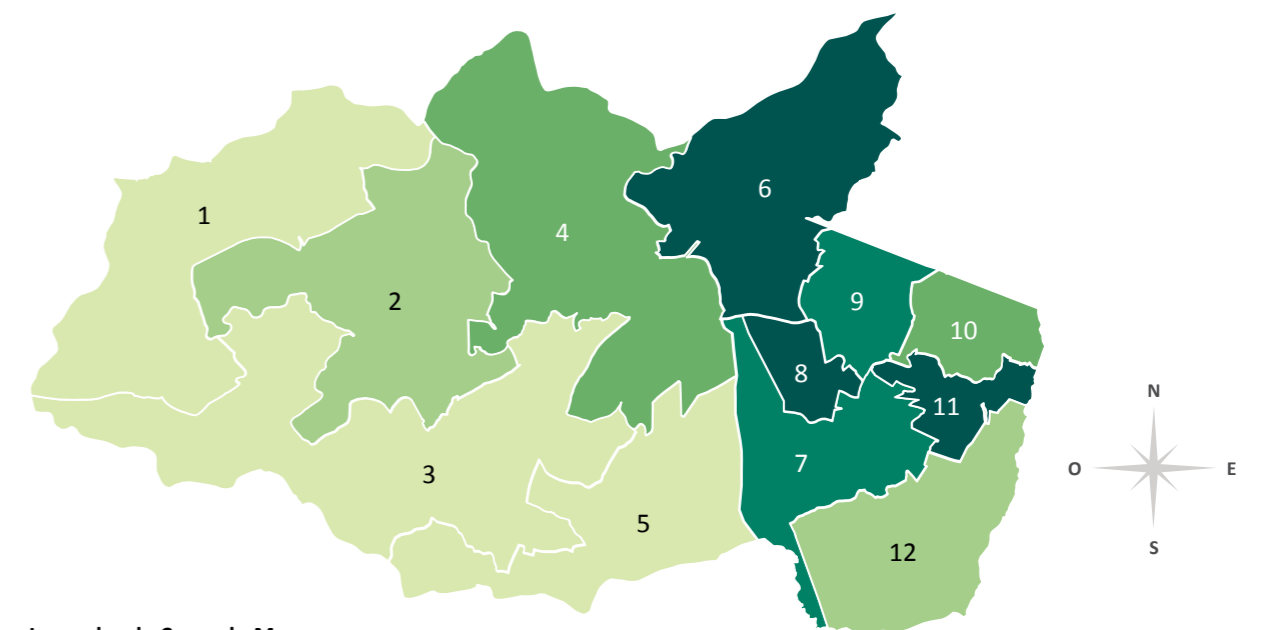
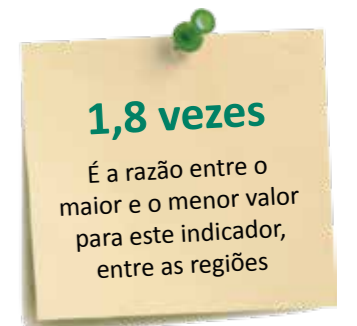
	Região geográfica	Total de famílias no CadÚnico	Famílias no CadÚnico com renda per capita de até R\$ 89,00	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 1	351	112	31,9%
	Região 3	764	261	34,2%
	Região 5	2.845	978	34,4%
Baixo	Região 12	6.290	2.493	39,6%
	Região 2	240	96	40,0%
Médio	Região 10	4.276	1.793	41,9%
	Região 4	2.308	1.020	44,2%
Alto	Região 7	2.484	1.206	48,6%
	Região 9	3.680	1.912	52,0%
Muito Alto	Região 11	3.943	2.056	52,1%
	Região 6	2.840	1.556	54,8%
	Região 8	2.184	1.230	56,3%
Município		32.205	14.713	45,7%

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CECAD/2019

Definição

Total de famílias no CadÚnico com renda per capita de até R\$ 89,00 dividido pelo total de famílias cadastradas no CadÚnico, vezes 100

Menor Valor	Região 1	31,9%
Média	Embu das Artes	45,7%
Maior Valor	Região 8	56,3%



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Indicador 32: Famílias no CadÚnico com renda *per capita* de R\$ 89,01 até R\$ 178,00

A média de famílias cadastradas no CadÚnico com renda *per capita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 é de 11,6%, sendo que o maior valor concentra-se na região 5, com 20,8%. A razão entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 2,9.

	Região geográfica	Total de famílias no CadÚnico	Famílias no CadÚnico com renda <i>per capita</i> de R\$89,01 até R\$178,00	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 11	3.943	281	7,1%
	Região 2	240	20	8,3%
Baixo	Região 7	2.484	263	10,6%
	Região 8	2.184	232	10,6%
Médio	Região 3	764	84	11,0%
	Região 9	3.680	405	11,0%
Alto	Região 12	6.290	719	11,4%
	Região 6	2.840	329	11,6%
Muito Alto	Região 4	2.308	268	11,6%
	Região 10	4.276	497	11,6%
	Região 1	351	42	12,0%
	Região 5	2.845	591	20,8%
	Município	32.205	3.731	11,6%

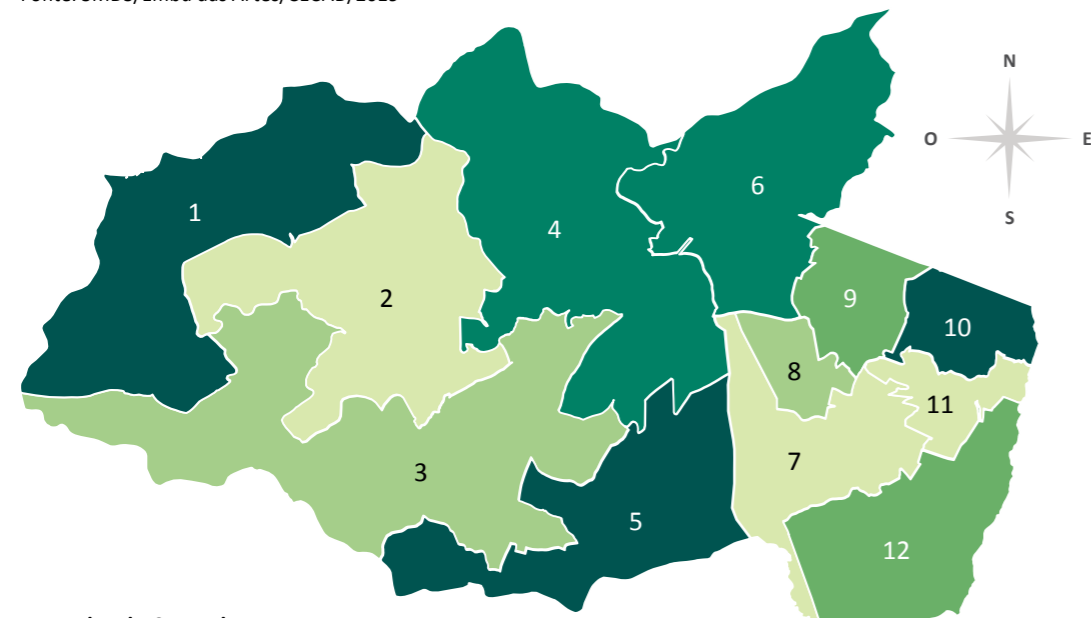
Definição

Total de famílias no CadÚnico com renda *per capita* de R\$89,01 até R\$ 178,00, dividido pelo total de famílias no CadÚnico, vezes 100.

Menor Valor	Região 11	7,1%
Média	Embu das Artes	11,6%
Maior Valor	Região 5	20,8%

2,9 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CECAD/2019



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |

Indicador 33: Famílias no CadÚnico com renda *per capita* de R\$ 178,01 até 1/2 Salário Mínimo (SM)

A média de famílias cadastradas no CadÚnico do município, com renda *per capita* entre R\$ 178,01 e 1/2 SM, é de 18,6%. O maior valor encontra-se na região 5, com 21%, e o menor valor na região 6, com 15,8%. A razão entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 1,3 vezes.

	Região geográfica	Total de famílias no CadÚnico	Famílias no CadÚnico com renda <i>per capita</i> R\$ 178,01 até 1/2 SM	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 6	2.840	450	15,8%
	Região 2	240	39	16,2%
Baixo	Região 8	2.184	359	16,4%
	Região 9	3.680	606	16,5%
Médio	Região 11	3.943	689	17,5%
	Região 4	2.308	428	18,5%
Alto	Região 3	764	144	18,8%
	Região 7	2.484	488	19,6%
Muito Alto	Região 10	4.276	841	19,7%
	Região 1	351	71	20,2%
	Região 12	6.290	1.284	20,4%
	Região 5	2.845	597	21,0%
	Município	32.205	5.996	18,6%

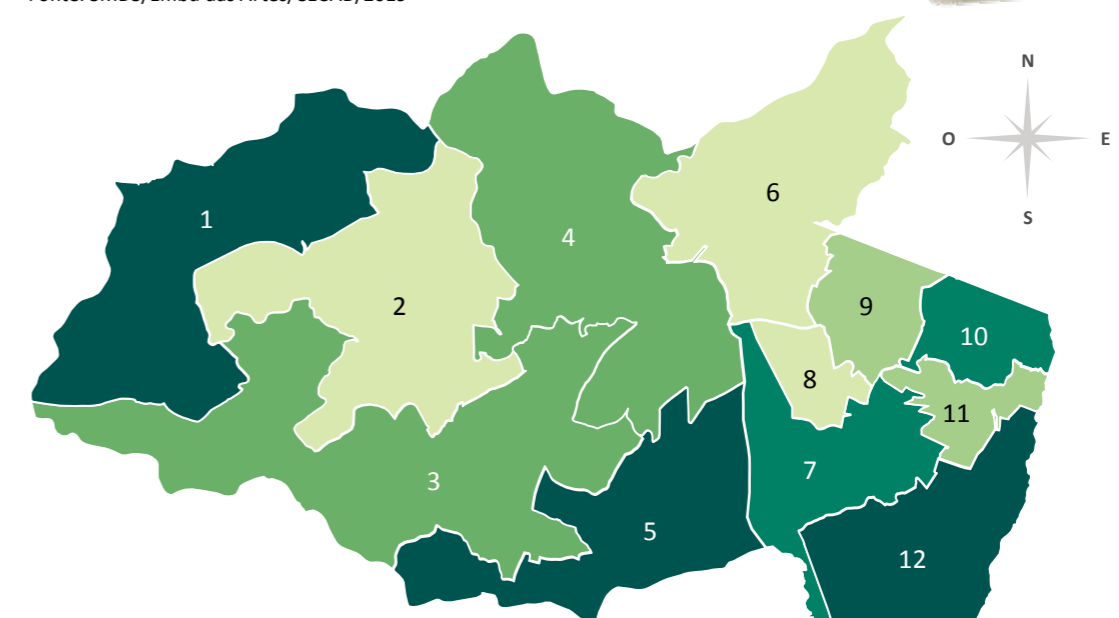
Definição

Total de famílias no CadÚnico com renda *per capita* de R\$ 178,01 até 1/2 SM, dividido pelo total de famílias no CadÚnico, vezes 100.

Menor Valor	Região 6	15,8%
Média	Embu das Artes	18,6%
Maior Valor	Região 5	21,0%

1,3 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: SMDS/Embu das Artes/CECAD/2019



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |

Indicador 34: Famílias no CadÚnico com renda *per capita* de ½ Salário Mínimo (SM) ou mais

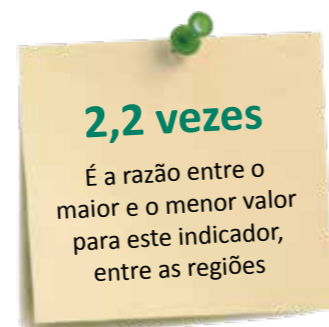
Com relação às famílias com renda *per capita* acima de ½ SM, tem-se a região 3 com o percentual mais representativo (36%), e a região 8 com o menor valor (16,6%).

	Região geográfica	Total de famílias no CadÚnico	Famílias no CadÚnico com renda <i>per capita</i> de ½ SM ou mais	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 8	2.184	363	16,6%
	Região 6	2.840	505	17,8%
	Região 9	3.680	757	20,6%
Baixo	Região 7	2.484	527	21,2%
	Região 11	3.943	917	23,3%
Médio	Região 5	2.845	679	23,9%
	Região 4	2.308	592	25,6%
Alto	Região 10	4.276	1.145	26,8%
	Região 12	6.290	1.794	28,5%
Muito Alto	Região 2	240	85	35,4%
	Região 1	351	126	35,9%
	Região 3	764	275	36,0%
	Município	32.205	7.765	24,1%

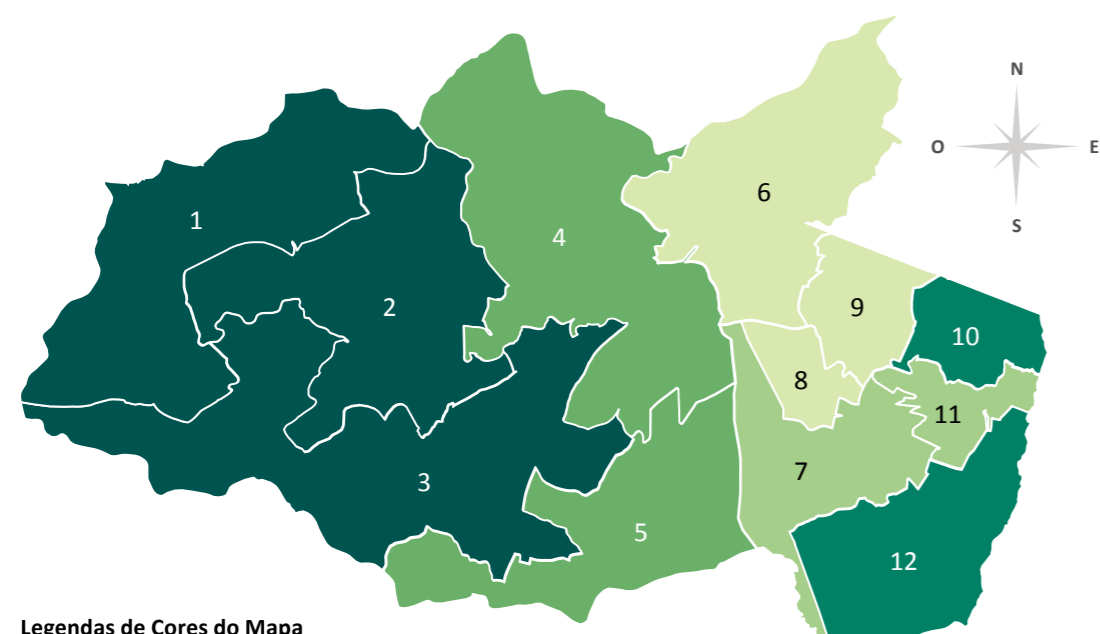
Definição

Total de famílias no CadÚnico com renda *per capita* de ½ SM ou mais, dividido pelo total de famílias no CadÚnico, vezes 100.

Menor Valor	Região 8	16,6%
Média	Embu das Artes	24,1%
Maior Valor	Região 3	36,0%



Fonte: SMDS/Embu das Artes/CECAD/2019



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

8.1.2. Programa Bolsa Família

É um programa do governo federal de transferência condicionada de renda que beneficia famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único. Tem como finalidade garantir a sobrevivência dessas famílias, além do acesso à rede de serviços públicos nas áreas da saúde, educação e assistência social.

Embora se trate de um programa, como o próprio nome diz, o Programa Bolsa Família realiza a transferência de renda por meio de benefícios, quais sejam, Benefício Básico; Benefícios Variáveis; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente e Benefício para Superação da Extrema Pobreza, por isso, neste diagnóstico, optou-se em dispô-lo junto aos demais benefícios, porém, tendo ciência de que, conforme dito acima:

O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: Complemento da renda, que garante o alívio mais imediato da pobreza; acesso a direitos, oferecendo condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social; e articulação com outras ações a fim de estimular o desenvolvimento das famílias. (SEDS, 2020)

O PBF beneficiou, em outubro de 2017, 893 famílias, representando uma cobertura de 40,3% da estimativa de famílias pobres no município, as quais recebem benefícios com valor médio de R\$121,78, e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 108.748,00 no mês.

Todas essas beneficiárias estão com o cadastro atualizado, conforme prerrogativas da Portaria nº 231, de 26 de agosto de 2010, que menciona atualização no Cadastro Único em até dois anos, podendo ocorrer o bloqueio do benefício, caso não haja atualização dentro do período mencionado.

Tabela 89 – Período de atualização cadastral no PBF

Periodicidade	Total de Famílias beneficiárias do PBF	%
Acima de 2 anos	-	-
Em até 2 anos	13.443	100,0%
Total	13.443	100,0%

Fonte: CECAD, 2019

A seguir estão apresentadas demais informações do PBF, na forma de indicadores sociais da Política de Assistência Social, objetivando correlacionar com as outras bases de dados, identificando as vulnerabilidades e demandas sociais por território.



Indicador 35: Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF)

O percentual de famílias beneficiadas do PBF em relação ao total de domicílios particulares é de 19,7%. Na região 8 concentra-se o maior percentual (43,6%) e a região 2 com o menor (8,7%). A diferença entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 5,0 vezes.

	Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	Famílias beneficiárias PBF	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 2	946	82	8,7%
	Região 1	1.062	106	10,0%
	Região 3	2.372	253	10,7%
Baixo	Região 10	10.915	1.711	15,7%
	Região 4	6.089	975	16,0%
Médio	Região 12	12.207	2.208	18,1%
	Região 11	8.665	1.662	19,2%
Alto	Região 9	8.108	1.660	20,5%
	Região 6	6.483	1.361	21,0%
Muito Alto	Região 7	4.535	1.107	24,4%
	Região 5	4.233	1.179	27,9%
	Região 8	2.610	1.139	43,6%
	Município	68.225	13.443	19,7%

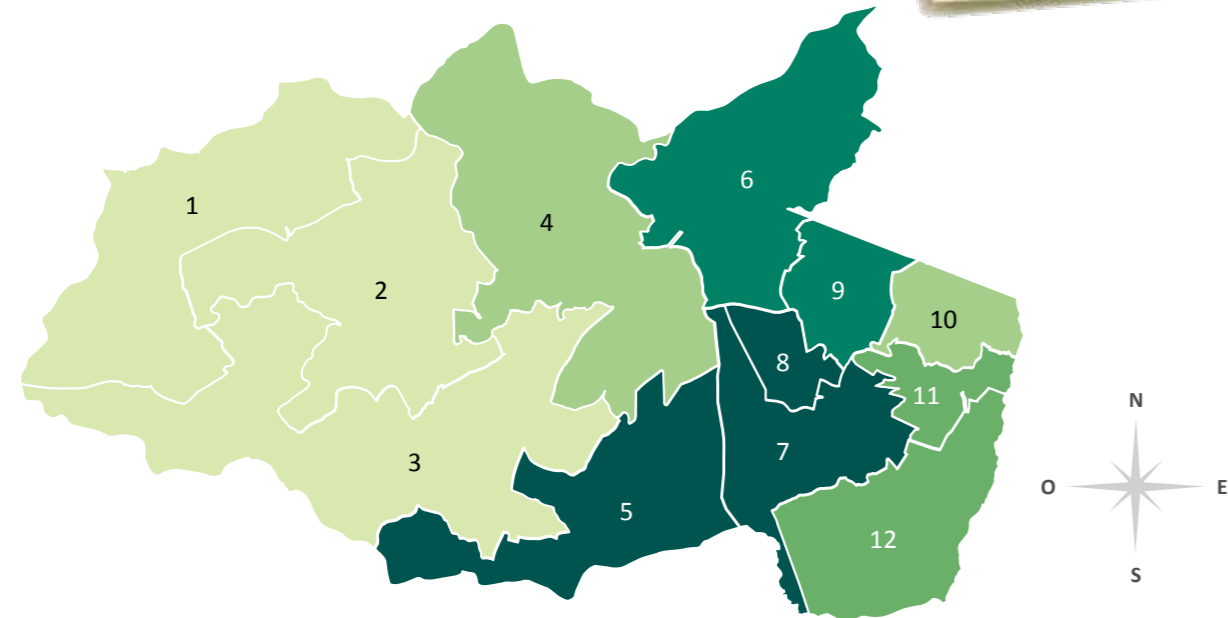
Fonte: CECAD/2019

Definição

Total de domicílios particulares ocupados, dividido pelo total de famílias beneficiadas PBF, vezes 100.

Menor Valor	Região 2	8,7%
Média	Embu das Artes	19,7%
Maior Valor	Região 8	43,6%

5,0 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |

Indicador 36: Famílias do CadÚnico com renda per capita de até R\$ 89,00 não beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF

Famílias em situação de extrema pobreza são aquelas cuja renda familiar per capita é de até R\$ 89,00. Nessa perspectiva, um dos critérios do PBF é beneficiar aquelas que se encontram na situação descrita. Ao analisar as famílias com cadastro atualizado no CadÚnico, cerca de 27,1% delas encontram-se em extrema pobreza e não recebem o benefício. Analisando-se por território, a região 8 apresenta o menor valor entre os beneficiários (22,5%) e o maior valor concentra-se na região 1 (32,1%).

	Região geográfica	Total de famílias no CadÚnico com renda per capita de até R\$ 89,00	Famílias no CadÚnico com renda per capita de até R\$ 89,00 e NÃO beneficiárias do PBF	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 8	1.230	277	22,5%
	Região 3	261	60	23,0%
	Região 4	1.020	241	23,6%
Baixo	Região 7	1.206	288	23,9%
	Região 5	978	254	26,0%
Médio	Região 10	1.793	481	26,8%
	Região 6	1.556	419	26,9%
Alto	Região 9	1.912	529	27,7%
	Região 2	96	28	29,2%
Muito Alto	Região 11	2.056	601	29,2%
	Região 12	2.493	773	31,0%
	Região 1	112	36	32,1%
	Município	14.713	3.987	27,1%

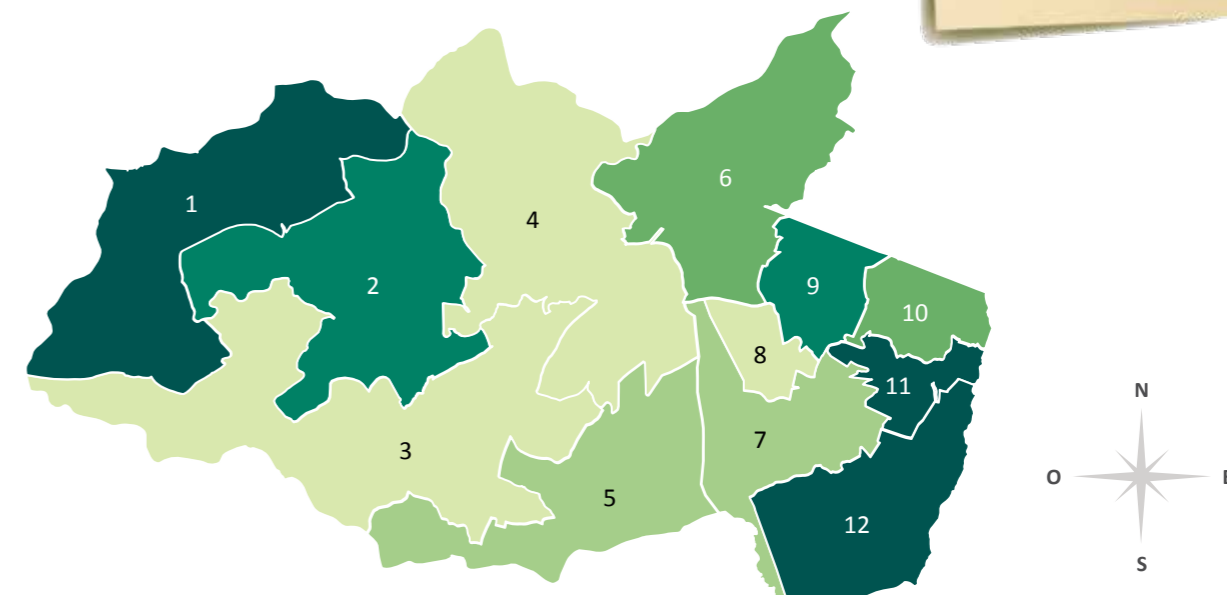
Fonte: CECAD/2019

Definição

Total de famílias no CadÚnico com renda per capita de até R\$ 89,00 e NÃO beneficiárias do PBF, dividido pelo total de famílias no CadÚnico com renda de até R\$ 89,00, vezes 100.

Menor Valor	Região 8	22,5%
Média	Embu das Artes	27,1%
Maior Valor	Região 1	32,1%

1,4 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |

Indicador 37: Famílias no CadÚnico com cadastro atualizado, com crianças e adolescentes, com renda *per capita* de R\$ 89,01 até R\$ 178,00, e NÃO beneficiárias do PBF

Famílias em situação de pobreza são aquelas cuja renda familiar *per capita* é de R\$ 89,01 até R\$ 178,00. Um dos critérios do PBF é beneficiar as famílias que se encontram na situação descrita, desde que tenham como membros familiares crianças, adolescentes ou gestantes. Das famílias com cadastro atualizado no CadÚnico, cerca de 27,7% delas encontram-se em situação de pobreza e não recebem o benefício.

	Região geográfica	Total de famílias no CadÚnico com crianças e adolescentes e renda de R\$ 89,01 até 178,00	Famílias no CadÚnico NÃO beneficiárias do PBF	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 8	1.230	277	22,5%
	Região 3	261	60	23,0%
	Região 4	1.020	241	23,6%
Baixo	Região 7	1.206	288	23,9%
	Região 5	978	254	26,0%
Médio	Região 10	1.793	481	26,8%
	Região 6	1.556	419	26,9%
Alto	Região 9	1.912	529	27,7%
	Região 2	96	28	29,2%
Muito Alto	Região 11	2.056	601	29,2%
	Região 12	2.493	773	31,0%
	Região 1	112	36	32,1%
Município		14.713	3.987	27,1%

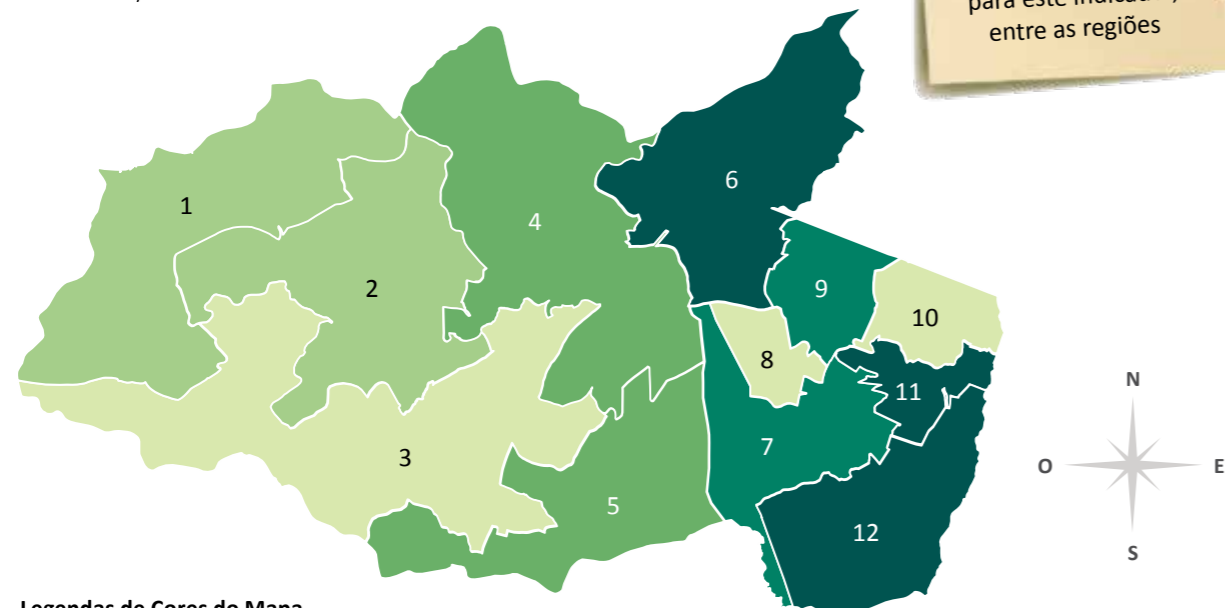
Fonte: CECAD/2019

Definição

Total de famílias no CadÚnico com cadastro atualizado, com crianças e adolescentes e renda *per capita* de R\$ 89,01 até 178,00, NÃO beneficiárias do PBF, dividido pelo total de famílias com o mesmo perfil, vezes 100.

Menor Valor	Região 8	23,4%
Média	Embu das Artes	27,4%
Maior Valor	Região 1	31,4%

1,3 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |

Indicador 38: Famílias no CadÚnico com cadastro atualizado que atendem aos critérios do Programa Bolsa Família (PBF) e não recebem o benefício

De um modo geral, considerando-se os critérios de pobreza e de extrema pobreza apresentados nos indicadores anteriores, cerca de 27,2% das famílias cadastradas no CadÚnico se encontram nessas condicionalidades e não recebem o benefício, destaque para a região 12 (30,7%).

	Região geográfica	Total de famílias no CadÚnico com cadastro atualizado que atendem aos critérios do PBF	Famílias no CadÚnico que NÃO recebem o PBF.	Indicador (%)
Muito Baixo	Região 8	1.414	320	22,6%
	Região 3	320	74	23,1%
	Região 4	1.253	304	24,3%
Baixo	Região 7	1.435	354	24,7%
	Região 10	2.210	580	26,2%
Médio	Região 5	1.498	399	26,6%
	Região 6	1.846	510	27,6%
Alto	Região 9	2.248	624	27,8%
	Região 2	112	32	28,6%
Muito Alto	Região 11	2.276	665	29,2%
	Região 1	144	44	30,6%
	Região 12	3.061	941	30,7%
Município		17.817	4.847	27,2%

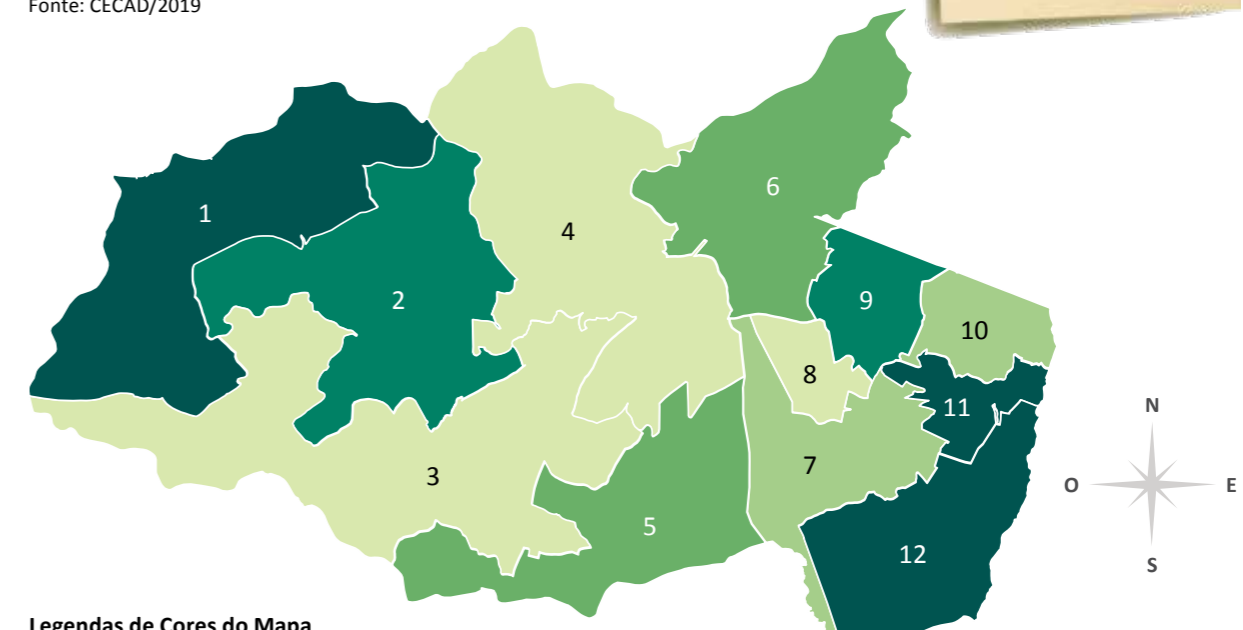
Fonte: CECAD/2019

Definição

Famílias no CadÚnico com cadastro atualizado, que atendem os critérios do PBF e que NÃO recebem o benefício, dividido pelo total de famílias do CadÚnico com as mesmas características, vezes 100.

Menor Valor	Região 8	22,6%
Média	Embu das Artes	27,7%
Maior Valor	Região 12	30,7%

1,4 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |

8.2. PROGRAMA FEDERAL: ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um programa de gestão que articula um conjunto de ações socioassistenciais e intersetoriais que visam à identificação e ao atendimento dos casos de trabalho infantil. Prevê às famílias, a transferência direta de renda e inclusão nos serviços de acompanhamento familiar, por meio dos CRAS, CREAS e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Desde 2014, com a implementação do redesenho do PETI, passou a executar ações estratégicas estruturadas em 5 diferentes eixos.

Beneficiários:

- População de 0 a 17 anos de idade (crianças e adolescentes residentes em Embu das Artes);
- Data de Assinatura do Termo de Aceite: 20/05/2014;
- Valor mensal do cofinanciamento federal para AEPETI: R\$ 8.300,00;
- Em junho 2019, o total de 10 crianças e de adolescentes foram registradas no CadÚnico em situação de trabalho infantil.

O PETI foi criado no ano de 1996 e, segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), é um programa de caráter intersetorial e integrante da Política Nacional de Assistência Social que, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho infantil, identificados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Programa tem abrangência nacional e se desenvolve de forma articulada pelos entes federados, tendo a participação da sociedade civil.

Em decorrência das mudanças das características do trabalho infantil e da dinâmica das políticas públicas desde a criação do Programa, o PETI passou, em 2013, por um processo de redesenho que consiste na realização de ações estratégicas estruturadas em cinco eixos (Informação e Mobilização, Identificação, Proteção, Defesa e Responsabilização e Monitoramento), com o objetivo de acelerar a erradicação do trabalho infantil nos municípios.

Por se tratar de uma violação de direitos, o acompanhamento das famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho deve ser realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no âmbito da Proteção Social Especial, as famílias podem ser encaminhadas ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) se a equipe considerar necessário, bem como serem encaminhadas ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS/TRABALHO) e/ou a outros programas de inclusão produtiva. A busca ativa realizada pelas equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social, da proteção social especial, identifica situações de trabalho infantil em espaços públicos.

Fundamentação legal

- Constituição Federal de 1988;
- Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1989;
- Convenção nº138, da OIT de 1973, ratificada pelo Brasil em 28 de junho de 2001;
- Convenção nº182 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2 de fevereiro de 2000;
- Decreto 6.481, de 12 de junho de 2008, que define a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP);
- Estatuto da Criança e do Adolescente.

8.2.1. Contexto do trabalho infantil em Embu das Artes

A população de Embu das Artes, segundo os dados do IBGE de 2010, é de 240.230 habitantes. Desse total, o número de crianças e adolescentes é de 83.391, o que representa 34,17% da população geral.

Os indicadores de trabalho infantil em Embu das Artes apresentam um sinal de alerta. Embora existam reservas e críticas quanto à metodologia do IBGE para a apuração dos dados de trabalho infantil, esses são os dados oficiais, os quais mostram que a população de 10 a 19 anos, em 2010, era de 22.590 crianças e adolescentes, e desse total, 1.376 estavam em situação de trabalho infantil, o que equivale a 12,3% da população dessa faixa etária; isso indica que uma em cada dez crianças e adolescentes trabalha. Entre os adolescentes de 16 e 17 anos de idade, o nível de ocupação era de 27,7%, o que representa quase um terço dessa população.

Segundo o diagnóstico feito pela instituição NECA (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente), realizado no ano de 2016, em Embu das Artes, existem 95 crianças/adolescentes em situação de trabalho infantil. Já os dados do Cadastro Único dos Programas Sociais do governo federal, consultados em novembro de 2019, apontam que existem 24 crianças/adolescentes com marcação de situação de trabalho Infantil no formulário do cadastro.

8.2.2. Caracterização do território, considerando o público a ser atendido

O município de Embu das Artes pertence à Microrregião de Itapecerica da Serra; localiza-se na Zona Sudoeste da Grande São Paulo e é cortado pela BR116 – Rodovia Régis Bittencourt, cruzando o território municipal de nordeste a sudoeste por uma extensão de 9,2 km – e pelo Rodoanel Mario Covas (SP-021).

Densamente ocupada (3.590 habitantes por km², enquanto a média da mesorregião é 2.552, e a do Estado é 171,92), Embu das Artes caracteriza-se por ser, na prática, uma extensão da periferia da capital paulista. Apesar de ter crescido muito nos últimos anos, ainda carrega o rótulo de “cidade dormitório” e mobiliza grande contingente de mão de obra para a capital, principalmente a região de Pinheiros.

Em 2014, a população total do município passou a ser de 252.729 habitantes, segundo dados da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), dentre a qual a maior parte é composta por mulheres (123.506 contra 116.731), e a razão entre os sexos foi de 94,54 homens para cada 100 mulheres.

Embu pode ser considerada uma cidade jovem. A faixa etária de zero a 15 anos é bastante expressiva, com 69.442 indivíduos (27,47%); jovens de 15 a 29 anos totalizam 67.340 pessoas (26,64%); a população ativa madura, de 30 a 59 anos, soma 94.461 cidadãos (37,37%); e os idosos, a partir de 60 anos, totalizam 16.486 indivíduos (6,52%) – de acordo com os dados do IMP - Informações dos Municípios Paulistas - SEADE.

Dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) apontam que, em 2010, quase 35% das famílias de Embu das Artes encontravam-se em condição alta de vulnerabilidade social

(23,5%) ou muito alta (11,1%), enquanto a média da microrregião foi de 26,14%. Em termos de vulnerabilidade muito alta, Embu das Artes supera todos os municípios próximos – em quatro deles, o percentual não chega a 1%. (SEADE – IPVS, 2010).

Dentro desse contexto, cresceu a dependência de programas assistenciais do Governo Federal: em 2007, foram destinados R\$ 5.3 milhões do “Bolsa Família” para o município, sendo que, em 2014, esse valor mais que dobrou, chegando a quase R\$ 14 milhões. (PORTAL DA TRANSPARENCIA)

Dessa forma, entende-se que o contexto geográfico e socioeconômico de Embu das Artes favorece a ocorrência do trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

8.2.3. Objetivos da gestão do PETI:

- Promover articulação, sensibilização e mobilização dos diversos setores do governo e da sociedade, no âmbito municipal/distrital;
- Constituir comissão ou grupo de trabalho intersetorial com a finalidade de planejar, acompanhar a execução e monitorar as ações de enfrentamento do trabalho infantil;
- Elaborar diagnóstico das situações de trabalho infantil;
- Desenvolver campanhas de prevenção e combate ao trabalho infantil nos territórios;
- Orientar a execução dos serviços, programas e projetos de proteção social especial e de proteção social básica para atendimento dos casos de trabalho infantil;
- Realizar monitoramento e avaliação das ações de enfrentamento ao trabalho infantil;
- Realizar capacitação dos trabalhadores do SUAS e da intersetorialidade que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil;
- Acompanhar o registro das situações de trabalho infantil no Cadastro Único e nos sistemas pertinentes ao PETI (sistemas da Rede SUAS: SIMPETI, SISC e outros), monitorar e avaliar o Programa e sua esfera.
- Buscar soluções regionais e interssetoriais, em conjunto com o Estado, para as formas de trabalho infantil que necessitem de intervenções regionalizadas.



8.3. PROGRAMA RENDA CIDADÃ

O Programa Renda Cidadã tem como finalidade atender famílias em situação de pobreza, com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional e, prioritariamente, até ¼ do salário mínimo nacional, mediante transferência direta de renda e da oferta de ações complementares que contribuam para promover a autossustentação e a melhoria na qualidade de vida dessas famílias.

Beneficiários: Famílias

Exercício	Média Mensal de Atendidos	Previsão de Repasse Anual
2019	229	R\$ 219.840,00

Data de assinatura do Termo de Adesão ao Programa Renda Cidadã: 27/09/2001

8.4 PROGRAMA ESTADUAL: AÇÃO JOVEM

O Programa Estadual Ação Jovem tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos, pertencentes às famílias com renda per capita mensal de até meio salário mínimo nacional, mediante transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada às ações complementares e de apoio à iniciação profissional.

Beneficiários: População de 15 a 24 anos de idade (jovens residentes em Embu das Artes)

Exercício	Média Mensal de Atendidos	Previsão de Repasse Anual
2019	32	R\$ 30.720,00

Data de assinatura do Termo de Adesão ao Programa Ação Jovem: 07/07/2004



9. BENEFÍCIOS EVENTUAIS

No âmbito do SUAS, os benefícios eventuais são ofertados em situações nas quais o indivíduo não possui meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família e nos casos de situações emergenciais, precisando suprir temporariamente a indisponibilidade de recursos do usuário.

Os benefícios eventuais são caracterizados por serem suplementares e temporários, prestados aos cidadãos e às famílias que vivenciam situação temporária de vulnerabilidade, como em casos de nascimento, morte, situações de calamidade pública (situações de risco, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou sua família, bem como outras situações de vulnerabilidade que estejam sofrendo); foram criados por entes da federação: Estados, Distrito Federal e Municípios¹².

9.1. AUXÍLIO NATALIDADE

- Regulamentado pela resolução 07/2016
- Quais os critérios usados para concessão desse benefício:
- Renda per capita de até ¼ de salário-mínimo
- Situação de contingência social
- Média Mensal anual de beneficiários em 2019: 120 famílias
- O benefício atende: necessidade do nascituro com enxoval
- Órgãos responsáveis pela execução do benefício eventual concedido pelo município: CRAS e CREAS

9.2. AUXÍLIO FUNERAL

- Regulamentado pela resolução 07/2016
- Quais os critérios usados para concessão desse benefício:
- Renda per capita de até ¼ de salário mínimo
- Situação de contingência social
- Média Mensal anual de beneficiários em 2019: 476
- O benefício atende: despesas de urna funerária, velório e sepultamento
- Órgãos responsáveis pela execução do benefício eventual concedido pelo município: Órgão Gestor da Assistência Social e CRAS

9.3. CALAMIDADES PÚBLICAS E EMERGÊNCIAS

- Regulamentado pela resolução 07/2016
- Quais os critérios usados para concessão desse benefício: Situação de Calamidade Pública
- O auxílio é concedido por meio de auxílio material
- Média Mensal anual de beneficiários em 2019: 41
- Benefícios eventuais que o município oferece: Aluguel Social, Cestas Básicas de urgência, Distribuição de Cobertores e Roupas, Passagens, Produtos de Limpeza e Higiene, Documentação e fotografia

9.4. VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

- As famílias são inclusas no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional.

¹² [Fhttp://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes-sobre-beneficios-eventuais-e-divulgado](http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes-sobre-beneficios-eventuais-e-divulgado)

10. BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

O Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa idosa, acima de 65 anos, ou à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de dois anos, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas)¹³. Quando observados os registros do BPC - Pessoa com deficiência, não é possível calcular a taxa de incidência sobre a população residente por território que possui alguma deficiência, pois essa informação não é disponibilizada por região.

Esse público é prioritário para os serviços socioassistenciais ofertados no município, em especial o PAIF e o SCFV. Então cabe à Assistência Social organizar e realizar a busca ativa desses indivíduos e famílias para possível inserção nas ofertas.

10.1. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Garantir a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo às pessoas com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, sejam estas de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Beneficiários: Pessoas com deficiência

Exercício	Número de Beneficiários	Previsão de Repasse Anual
2019	2.613	R\$ 31.293.288,00

10.2. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC IDOSOS

Garantir a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo aos idosos, com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Beneficiários: População de 60 anos ou mais (idosos residentes em Embu das Artes)

Exercício	Número de Beneficiários	Previsão de Repasse Anual
2019	3.497	R\$ 41.880.072,00

¹³ <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>

No município de Embu das Artes, sobre o público beneficiário do BPC, 58,9% referem-se ao BPC - Pessoa Idosa e 41,1% ao BPC - Pessoa com deficiência.

Tabela 90 – BPC por público

Espécie do benefício	Quant.	(%)
Idoso	3.844	58,9%
Pessoa com deficiência	2.683	41,1%
Total	6.527	100,0%

Fonte: BPC, 2019

Dos beneficiários idosos, 92,7% estão com os dados atualizados no CadÚnico e 98,9% encontram-se com o benefício ativo.

Tabela 91 – Atualização CadÚnico BPC Pessoa Idosa

Espécie do benefício	Quant.	(%)
Sim	3.562	92,7%
Não	269	7,0%
Não informado	13	0,3%
Total	3.844	100,0%

Fonte: BPC, 2019

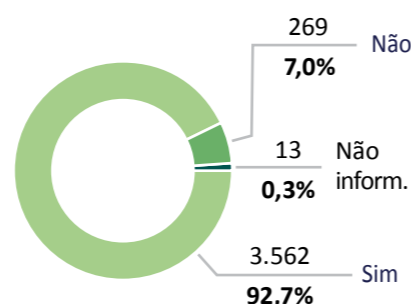
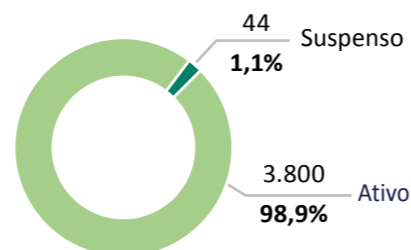


Tabela 92 – Situação cadastral BPC Pessoa Idosa

Situação	Quant.	(%)
Ativo	3.800	98,9%
Suspensão	44	1,1%
Total	3.844	100,0%

Fonte: BPC, 2019



Sobre a faixa etária dos BPC - Pessoa com deficiência, 23,2% são crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e idosos, e 40,2% são pessoas de 30 a 59 anos.

Tabela 93 – Faixa etária BPC PcD

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	45	1,7%
De 4 a 5 anos	53	2,0%
De 6 a 11 anos	250	9,3%
De 12 a 17 anos	274	10,2%
De 18 a 29 anos	501	18,7%
De 30 a 59 anos	1.080	40,2%
60 anos ou mais	480	17,9%
Total	2.683	100,0%

Fonte: BPC, 2019

A maioria encontra-se com o cadastro atualizado no CadÚnico (91,5%), e 96,0% estão com o benefício ativo.

Tabela 94 – Atualização CadÚnico BPC PcD

Cad. Único	Quant.	(%)
Sim	2.455	91,5%
Não	190	7,1%
Não informado	38	1,4%
Total	2.683	100,0%

Fonte: BPC, 2019

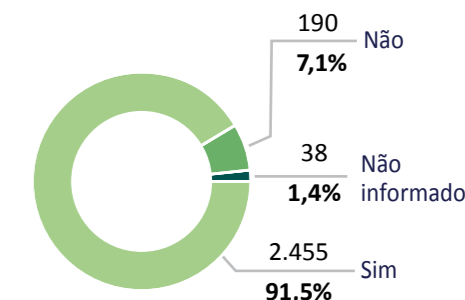
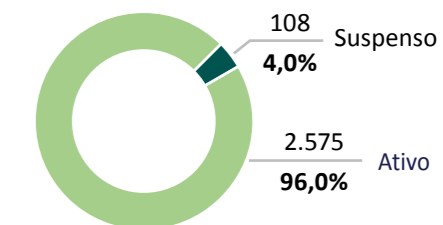


Tabela 95 – Situação cadastral BPC PcD

Situação	Quant.	(%)
Ativo	2.575	96,0%
Suspensão	108	4,0%
Total	2.683	100,0%

Fonte: BPC, 2019



11. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Parte 1.1.

Classificação Quintil	Parâmetro/média	>9,3	>3,7	>20,5%	>1,7	>6,1	>5,3
		Famílias acompanhadas no Serviço de PAIF (por mil habitantes)	Crianças e adolescentes acompanhadas pelo SCFV (por mil habitantes)	Crianças e adolescentes das Famílias acompanhadas no PAIF sobre o total de crianças e adolescentes inseridas no SCFV (%)	População de 60 anos e mais atendidos no PSB em Domicílio (por mil habitantes)	Famílias acompanhadas pelo Serviço de PAEFI (por mil habitantes)	Crianças e adolescentes acompanhados pelo Serviço de PAEFI (por mil habitantes)
10 Casa Branca	10,0	0,8	4,0%	0,4	5,0	3,7	
2 Centro II	1,1	-	-	3,0	5,1	4,6	
11 Vazame	4,4	0,4	4,2%	1,5	4,5	4,3	
3 Centro III	4,6	-	-	1,2	7,2	4,7	
9 Nossa Sra. de Fatima	6,5	0,8	6,9%	1,2	5,7	4,6	
6 Vista Alegre	12,6	2,1	8,0%	0,8	4,8	6,1	
12 Dom José	2,0	-	-	1,9	7,0	5,9	
1 Centro I (Itinerante)	3,8	-	-	-	12,2	11,4	
4 Centro IV	13,8	22,1	88,8%	2,4	7,7	6,5	
7 São Marcos	20,7	0,9	2,9%	-	6,4	5,4	
8 Jardim do Colégio	18,4	1,3	3,3%	4,2	5,4	4,5	
5 Pinheirinho	20,1	19,4	55,0%	6,2	8,0	8,2	
Média município	9,3	3,7	20,5%	1,7	6,1	5,3	

Parte 1.2.

Classificação Quintil	Parâmetro/média	>7,0	>3,6	>0,6	>1,8	>3,9	>4,9
		População de 60 anos ou mais acompanhada pelo Serviço de PAEFI (por mil habitantes)	População de 12 a 17 anos em cumprimento de MSE (por mil habitantes)	População de 12 a 17 anos que cometeu ato infracional (por mil habitantes)	População de 18 a 21 anos em cumprimento de MSE (por mil habitantes)	População de 18 a 21 anos que cometeram infração penal (por mil habitantes)	População de 60 anos e mais acompanhados pelo Serviço Especializado para Pessoa Idosa (por mil habitantes)
10 Casa Branca	7,4	3,7	0,2	1,2	3,2	3,5	
2 Centro II	3,0	3,3	-	-	2,0	-	
11 Vazame	4,5	4,6	0,3	1,8	2,1	5,6	
3 Centro III	12,5	1,4	4,3	-	5,3	11,2	
9 Nossa Sra. de Fatima	5,3	7,1	0,3	3,7	3,3	4,7	
6 Vista Alegre	5,6	3,8	1,4	1,2	4,9	4,8	
12 Dom José	6,8	2,8	0,4	1,3	3,4	4,2	
1 Centro I (Itinerante)	10,9	-	2,8	-	-	7,3	
4 Centro IV	11,5	0,5	0,5	2,0	4,9	6,7	
7 São Marcos	4,5	3,1	-	-	4,6	7,8	
8 Jardim do Colégio	10,5	5,4	-	2,9	1,4	2,1	
5 Pinheirinho	5,2	3,9	1,1	4,5	7,9	2,1	
Média município	7,0	3,6	0,6	1,8	3,9	4,9	

Continuação

Parte 1.3.

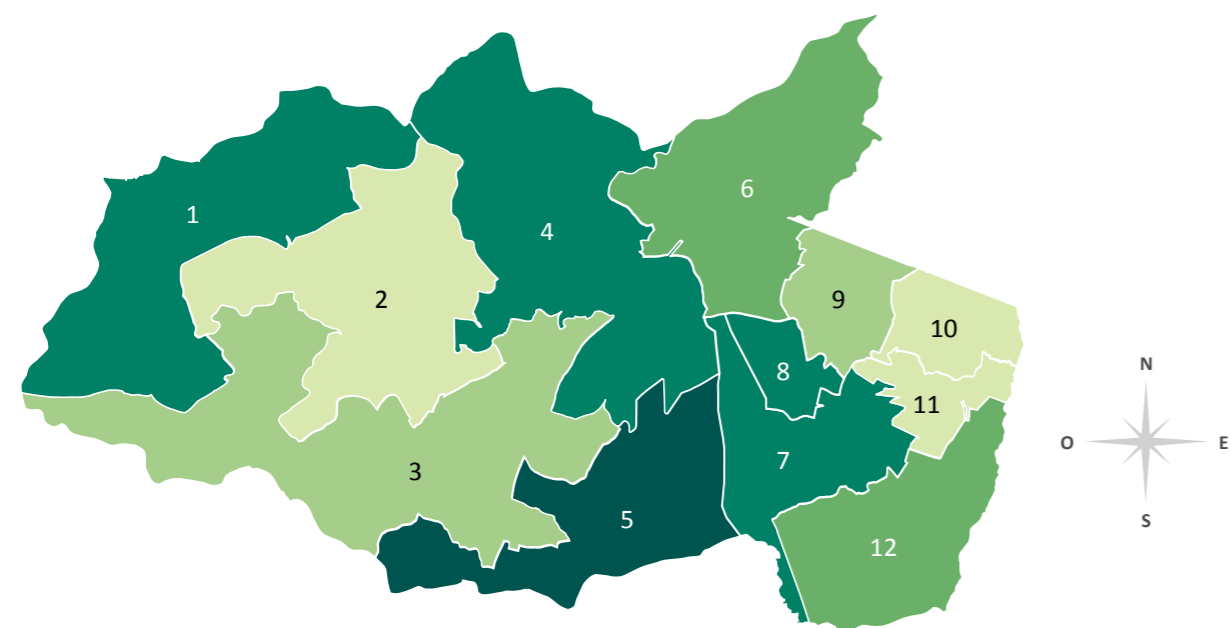
Classificação Quintil	Parâmetro/média	>1,2	>2,0%	>54,0%	>47,2%	>2,9	>45,7%	>11,6%
		Acolhimento de crianças e adolescentes (por mil habitantes)	Famílias beneficiárias do Serviço Banco Alimentar - Cesta Alimentar	Famílias no Cadastro Único - CadÚnico	Famílias no CadÚnico com cadastro atualizado	Pessoas por família do Cadastro Único - CadÚnico (média de moradores)	Famílias no CadÚnico com renda per capita de até R\$ 89,00	Famílias no CadÚnico com renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00
10 Casa Branca	0,4	0,5%	45,5%	39,2%	2,9	41,9%	11,6%	
2 Centro II	3,4	0,5%	30,2%	25,4%	3,2	40,0%	8,3%	
11 Vazame	1,3	2,0%	50,0%	45,5%	2,8	52,1%	7,1%	
3 Centro III	-	1,1%	38,3%	32,2%	3,0	34,2%	11,0%	
9 Nossa Sra. de Fatima	1,6	2,8%	52,5%	45,4%	2,9	52,0%	11,0%	
12 Dom José	0,2	1,2%	59,5%	51,5%	2,8	39,6%	11,4%	
6 Vista Alegre	0,9	2,2%	50,6%	43,8%	3,0	54,8%	11,6%	
1 Centro I (Itinerante)	-	0,7%	40,3%	33,1%	3,1	31,9%	12,0%	
4 Centro IV	1,6	1,5%	43,8%	37,9%	2,9	44,2%	11,6%	
7 São Marcos	0,9	2,2%	60,9%	54,8%	3,0	48,6%	10,6%	
8 Jardim do Colégio	1,9	7,5%	93,6%	83,7%	3,0	56,3%	10,6%	
5 Pinheirinho	3,7	2,9%	76,4%	67,2%	3,1	34,4%	20,8%	
Média município	1,2	2,0%	54,0%	47,2%	2,9	45,7%	11,6%	

Parte 1.4.

Classificação Quintil	Parâmetro/média	>18,6%	>24,1%	>19,7%	>27,1%	>27,7%	>27,2%	25
		Famílias no CadÚnico com renda per capita de R\$ 178,01 até 1/2 SM	Família no CadÚnico com renda per capita de 1/2 SM ou mais	Famílias beneficiárias do PBF	Famílias do CadÚnico com renda per capita de até R\$ 89,00 e não beneficiárias do PBF	Famílias do CadÚnico atualizado com crianças e adolescentes, renda per capita de R\$ 89,01 até R\$ 178,00 e não beneficiárias do PBF	Famílias com CadÚnico atualizado que atendem aos critérios do PBF e não recebem o benefício	Contagem Indicadores acima da média do município
10 Casa Branca	19,7%	26,8%	15,7%	26,8%	23,7%	26,2%	5	
2 Centro II	16,2%	35,4%	8,7%	29,2%	25,0%	28,6%	6	
11 Vazame	17,5%	23,3%	19,2%	29,2%	29,1%	29,2%	7	
3 Centro III	18,8%	36,0%	10,7%	23,0%	23,7%	23,1%	8	
9 Nossa Sra. de Fatima	16,5%	20,6%	20,5%	27,7%	28,3%	27,8%	9	
12 Dom José	20,4%	28,5%	18,1%	31,0%	29,6%	30,7%	10	
6 Vista Alegre	15,8%	17,8%	21,0%	26,9%	31,4%	27,6%	11	
1 Centro I (Itinerante)	20,2%	35,9%	10,0%	32,1%	25,0%	30,6%	11	
4 Centro IV	18,5%	25,6%	16,0%	23,6%	27,0%	24,3%	12	
7 São Marcos	19,6%	21,2%	24,4%	23,9%	28,8%	24,7%	12	
8 Jardim do Colégio	16,4%	16,6%	43,6%	22,5%	23,4%	22,6%	12	
5 Pinheirinho	21,0%	23,9%	27,9%	26,0%	27,9%	26,6%	19	
Média município	18,6%	24,1%	19,7%	27,1%	27,7%	27,2%	25	

O mapa dos indicadores das demandas da Assistência Social os mostra classificados pelo método Quintil, ou seja, em cinco categorias, conforme a legenda de cores.

Destaque e maior atenção para as Regiões **1, 4, 5, 7 e 8** dos CRAS: **Centro I (Itinerante), Centro IV, Pinheirinho, São Marcos e Jardim do Colégio** respectivamente; principalmente para a Região **1**, que na classificação socioeconômica aparece entre as melhores regiões do município, porém nesta matriz, está classificada entre as mais vulneráveis, isso se explica porque naquela matriz, os indicadores retratam o perfil da região com base no censo demográfico do IBGE, e nesta matriz, os indicadores referem-se às demandas da Região 1 e do CRAS Itinerante.



Legendas de Cores do Mapa



Regiões por CRAS

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|
| 1 - CRAS Centro I (Itinerante) | 4 - CRAS Centro IV | 7 - CRAS São Marcos | 10 - CRAS Casa Branca |
| 2 - CRAS Centro II (Itinerante) | 5 - CRAS Pinheirinho | 8 - CRAS Jardim do Colégio | 11 - CRAS Vazame |
| 3 - CRAS Centro III | 6 - CRAS Vista Alegre | 9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima | 12 - CRAS Dom José |



12. VIOLAÇÕES DE DIREITO

De modo geral, violação de direito é toda e qualquer situação que ameace ou viole os direitos da criança, do adolescente, da pessoa idosa, da família, da mulher ou de qualquer cidadão inserido em meio à sociedade e comunidade em que vive, em decorrência da ação ou omissão de terceiros, da sociedade ou do Estado, ou até mesmo em face do seu próprio comportamento. Dessa forma, a não efetivação dos direitos básicos, tais como: “a vida e a saúde; liberdade, respeito e a dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, cultura, esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à proteção ao trabalho” (ECA ,1990), chama-se violação dos direitos.

Neste capítulo, apresentam-se os dados referentes ao total de violações de direito por equipamento, sendo estes: SIM, SINAN, Conselho Tutelar, Delegacia da Mulher e Secretaria da Mulher. Inicia-se por uma análise geral, seguida por uma análise específica por grupos sociais, no caso do equipamento atender mais de um grupo; sendo que os grupos sociais são: de crianças e adolescentes, de mulheres, de idosos e de pessoas com deficiência.

Figura 11 - Grupos Sociais



12.1. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVO DE NOTIFICAÇÃO (SINAN)

O SINAN é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória (Portaria de Consolidação n. 4, de 28 de setembro de 2017, anexo V – capítulo I), mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Sua utilização efetiva permite a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população, podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo, assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. É, portanto, um instrumento relevante para auxiliar no planejamento da saúde e definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções.

Indicador 42: Notificações de agravo de violências registradas no SINAN

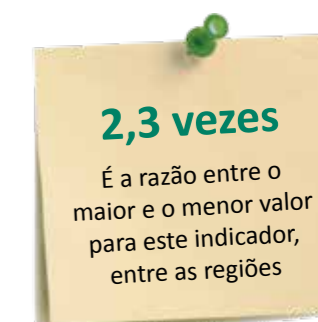
Neste indicador, a Região 5 destaca-se com a maior quantidade de notificações, 59,1% acima da média geral do município.

Definição

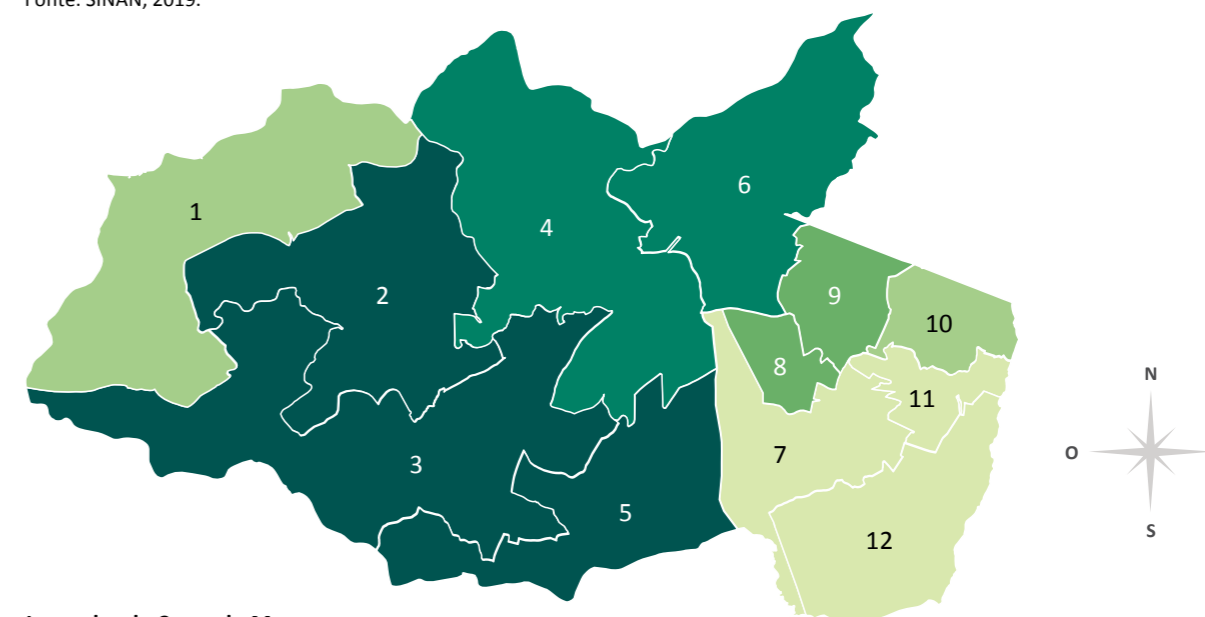
Total de notificações de agravo de violência, dividido pelo total da população residente, vezes 1000.

	Região geográfica	Total da População residente	Notificações de agravo de violências no SINAN	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 11	30.237	45	1,5
	Região 7	16.396	27	1,6
	Região 12	43.848	80	1,8
Baixo	Região 1	3.605	6	1,7
	Região 10	37.158	69	1,9
Médio	Região 9	28.827	57	2,0
	Região 8	9.531	22	2,3
Alto	Região 6	23.434	62	2,6
	Região 4	20.819	55	2,6
Muito Alto	Região 2	3.313	10	3,0
	Região 3	7.761	23	3,0
	Região 5	15.301	54	3,5
	Não informado	-	17	-
	Município	240.330	527	2,2

Menor Valor	Região 11	1,5
Média	Embu das Artes	2,2
Maior Valor	Região 5	3,5



Fonte: SINAN, 2019.



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Sobre as vítimas de violações registradas no SINAN, as faixas etárias que prevalecem são “de 18 a 29 anos” e “de 30 a 59 anos”, representando 73,8% dos casos.

Tabela 96 – Faixa etária vítimas de violações registradas no SINAN

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	21	4,0%
De 6 a 11 anos	38	7,2%
De 12 a 17 anos	69	13,1%
De 18 a 29 anos	194	36,8%
De 30 a 59 anos	195	37,0%
De 60 anos ou mais	10	1,9%
Total	527	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2019.

63,8% das vítimas são do sexo feminino.

Tabela 97 – Sexo das vítimas de violações registradas no SINAN

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	336	63,8%
Masculino	191	36,2%
Total	527	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2019.

Quanto à raça ou cor, a maioria é parda (56,6%).

Tabela 98 – Tipos de violência registrados no SINAN

Raça ou cor	Quant.	(%)
Parda	299	56,6%
Branca	150	28,5%
Preta	42	8,0%
Não informado	32	6,1%
Amarela	4	0,8%
Total	527	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2019.

A Tabela 100 apresenta os tipos de violência mais comuns registrados no SINAN, dentre estes, a violência física representa a maioria dos casos (86,5%).

Tabela 99 – Tipos de violência registrados no SINAN

Tipo de violência	Quant.	(%)
Física	456	86,5%
Psicológica ou moral	101	19,2%
Sexual	40	7,6%
Outros	21	4,0%
Tortura	18	3,4%
Negligência ou abandono	12	2,3%
Financeira ou econômico	6	1,1%
Trabalho infantil	2	0,4%
Tráfico de seres humanos	-	-
Intervenção legal	-	-
Total	527	-

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram violência registradas no SINAN.

Indicador 43: Notificações de agravo de violências contra crianças e adolescentes, registradas no SINAN

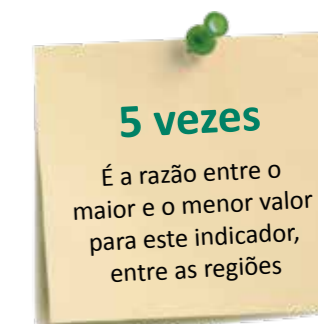
Foram registradas 128 notificações de agravo envolvendo crianças e adolescentes, com idade de 0 a 17 anos, residentes no município, o que representa uma taxa de 1,7 notificações a cada mil habitantes da mesma faixa etária.

Definição

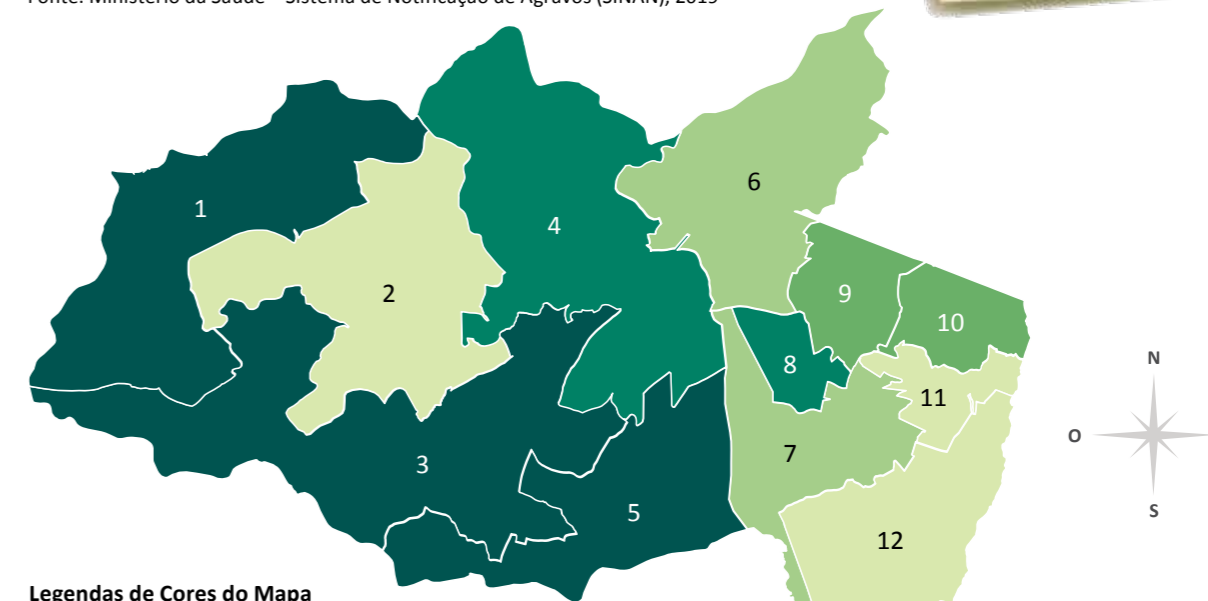
Total de notificações de agravo de violências contra população de 0 a 17 anos de idade, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

	Região geográfica	População de 0 a 17 anos	Vítimas de 0 a 17 anos	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 12	13.830	10	0,7
	Região 11	9.369	7	0,7
	Região 2	878	1	1,1
Baixo	Região 6	7.694	12	1,6
	Região 7	5.412	9	1,7
Médio	Região 10	11.221	21	1,97
	Região 9	9.196	19	2,1
Alto	Região 4	6.120	13	2,1
	Região 8	3.129	8	2,6
Muito Alto	Região 1	961	3	3,1
	Região 3	1.902	6	3,2
	Região 5	4.850	18	3,7
	Não informado	-	1	-
	Município	74.562	128	1,7

Menor Valor	Região 12	0,7
Média	Embu das Artes	1,7
Maior Valor	Região 5	3,7



Fonte: Ministério da Saúde – Sistema de Notificação de Agravos (SINAN), 2019



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Com relação aos dados do SINAN, foram consultados na base de dados do Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net – que disponibiliza apenas as informações do ano de 2017.

A próxima tabela apresenta os tipos de violações contra crianças e adolescentes, sendo que a principal notificação registrada é a violência física, que representa 69,5% dos casos de violência.

Tabela 100 – Tipos de violações contra crianças e adolescentes no SINAN

Tipo de violência	Quant.	(%)
Física	89	69,5%
Sexual	30	23,4%
Psicológica ou moral	29	22,7%
Negligência ou abandono	9	7,0%
Outros	7	5,5%
Tortura	6	4,7%
Trabalho infantil	2	1,6%
Tráfico de seres humanos	0	-
Financeira ou econômico	0	-
Intervenção legal	0	-
Total	128	-

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram violência registradas no SINAN.

Quando observado por faixa etária, a maioria dos casos registrados de violência ocorre com adolescentes de 12 a 17 anos, representando 53,9% do total dos registros. Somando as faixas etárias, 46,1% dos casos representam crianças de 0 a 11 anos.

Tabela 101 – Registros de violência contra crianças e adolescentes no SINAN.

Faixa etária	Quant.	(%)
De 12 a 17 anos	69	53,9%
De 6 a 11 anos	38	29,7%
De 0 a 5 anos	21	16,4%
Total	128	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

Considerando apenas a lesão autoprovocada, a prevalência é da faixa etária de 12 a 17 anos (79,6%).

Tabela 102 – Registros de violência por lesão autoprovocada no SINAN.

Faixa etária	Quant.	(%)
De 12 a 17 anos	35	79,6%
De 6 a 11 anos	6	13,6%
De 0 a 5 anos	3	6,8%
Total	44	100,0%

Fonte: SINAN, 2019.

Indicador 44: Notificações de agravo de violências contra as mulheres, registradas no SINAN

Sobre os registros de violência contra as mulheres no SINAN, a Região 2 apresenta o maior valor, e a Região 1 o menor da série. A média do município é: 3 a cada mil mulheres de 18 a 59 anos sofreram algum tipo de violência.

	Região Geográfica	População feminina de 18 a 59 anos	Mulheres de 18 a 59 anos vítimas	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 1	995	1	1,0
	Região 7	5.231	7	1,3
	Região 9	9.257	18	1,9
Baixo	Região 11	9.893	20	2,0
	Região 10	12.223	26	2,1
Médio	Região 12	14.034	44	3,1
	Região 8	2.984	12	4,0
Alto	Região 6	7.416	31	4,2
	Região 3	2.375	10	4,2
Muito Alto	Região 4	6.587	28	4,3
	Região 5	4.483	24	5,4
	Região 2	1.018	6	5,9
	Não informado	-	11	-
	Município	76.496	238	3,1

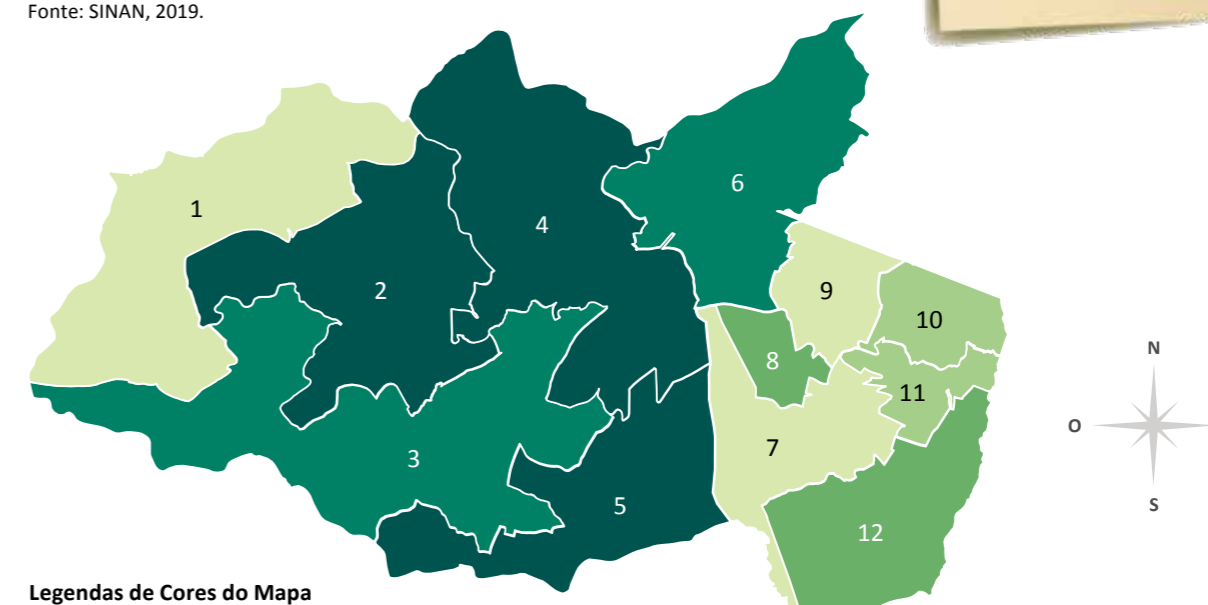
Fonte: SINAN, 2019.

Definição

Total de notificações de agravo de violências contra a população feminina de 18 a 59 anos, dividido pelo total de mulheres da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 12	1,0
Média	Embu das Artes	3,1
Maior Valor	Região 5	5,9

6 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

A próxima tabela mostra os tipos de violência contra as mulheres, registrados no SINAN; dentre estes, a principal notificação registrada é a violência física, que representa 89,1% dos casos de violência.

Tabela 103 – Tipos de violência contra as mulheres no SINAN

Tipo de violência	Quant.	(%)
Física	212	89,1%
Psicológica ou moral	63	26,5%
Lesão autoprovocada	60	25,2%
Outros	11	4,6%
Sexual	9	3,8%
Tortura	7	2,9%
Financeira ou econômica	5	2,1%
Negligência ou abandono	3	1,3%
Tráfico de seres humanos	-	-
Trabalho infantil	-	-
Intervenção legal	-	-
Total	238	-

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram violência registradas no SINAN.

Quando observado por faixa etária, não há grande diferença entre as faixas etárias, sendo que 51,7% dos casos registrados ocorreram com mulheres de 18 a 29 anos e 48,3% com mulheres de 30 a 59 anos.

Tabela 104 – Registros de violência contra as mulheres no SINAN

Faixa etária	Quant.	(%)
De 18 a 29 anos	123	51,7%
De 30 a 59 anos	115	48,3%
Total	238	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.



Indicador 45: Notificações de agravo de violências contra a População de 60 anos e mais, registradas no SINAN

Referente à violência contra a pessoa idosa registrada no SINAN, há baixo número de notificações, sendo a região 4 a com o maior número.

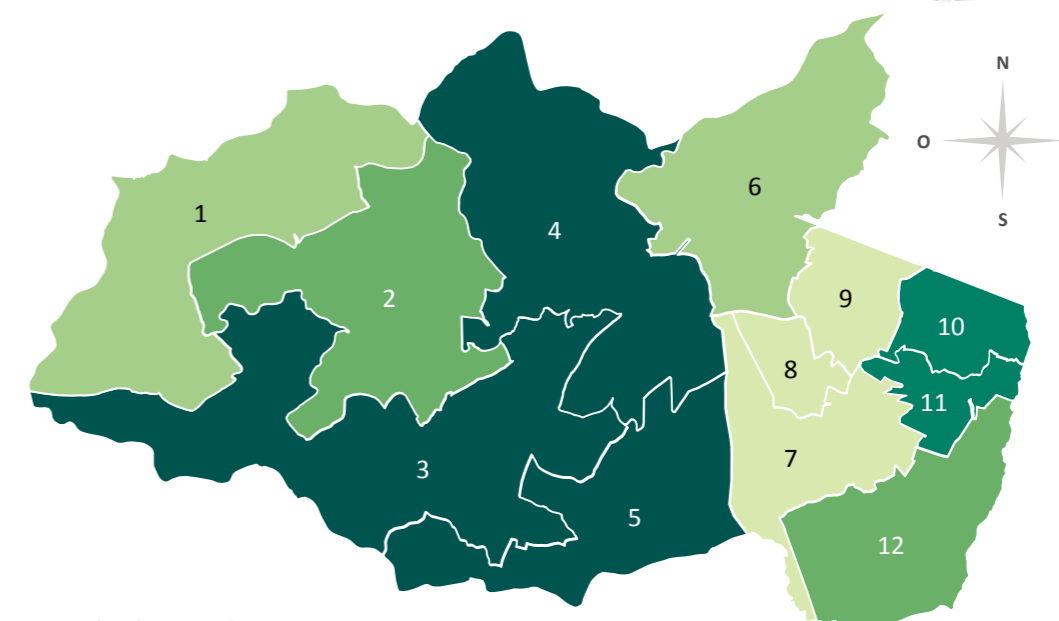
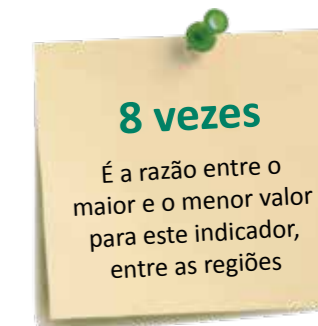
	Região Geográfica	População de 60 anos ou mais	Pessoa idosa de 60 anos ou mais vítima	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 8	475	-	-
	Região 9	1.705	-	-
	Região 7	894	-	-
Baixo	Região 1	275	-	-
	Região 6	1.248	-	-
Médio	Região 2	338	-	-
	Região 12	3.110	1	0,3
Alto	Região 10	2.843	1	0,4
	Região 11	1.979	1	0,5
Muito Alto	Região 5	967	1	1,0
	Região 3	801	1	1,2
	Região 4	1.646	4	2,4
	Não informado	-	1	-
	Município	16.281	10	0,6

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Notificação de Agravos (SINAN), 2019

Definição

Total de notificações de agravo de violências contra a população de 60 anos e mais, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 12	0,3
Média	Embu das Artes	0,6
Maior Valor	Região 4	2,4



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Em todas as notificações de violência contra a população idosa, há ocorrência de violência física, podendo haver ou não outros tipos de violência – como “psicológica ou moral” e/ou “financeira ou econômica” – na mesma ocorrência, sendo que 70% das vítimas são mulheres idosas.

Tabela 105 – Tipos de violência contra as pessoas idosas no SINAN

Tipo de violência	Quant.	(%)
Física	10	100,0%
Psicológica ou moral	2	20,0%
Financeira ou econômico	1	10,0%
Lesão autoprovocada	-	-
Tortura	-	-
Tráfico de seres humanos	-	-
Negligência ou abandono	-	-
Trabalho infantil	-	-
Intervenção legal	-	-
Outros	-	-
Total	10	-

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram violência registradas no SINAN.

Tabela 106 – Registros de violência contra as pessoas idosas no SINAN

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	7	70,0%
Masculino	3	30,0%
Total	10	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net, 2017.

12.2. COMPARATIVO DE NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA

A seguir, foram selecionados, dentre os dados de violação de direito, aqueles que representam algum tipo de violência. Dentre todos os equipamentos listados que notificam violações de direito, **existe uma intersecção das categorias de violência mais comuns com variância quantitativa entre os equipamentos em cada grupo social**. O objetivo é apresentar a diferença no número de notificações da mesma categoria de violência entre dois equipamentos distintos. Idealmente, os equipamentos devem ter um número similar de notificações para o mesmo tipo de violência, refletindo uma boa sinergia entre a rede de atendimento.

Tabela 107 – Comparativo dos registros de violência contra crianças e adolescentes

Tipo de violência contra crianças	PAEFI	SINAN	C.T.	Maior	C.T.	814
Violência Física	117	89	172	Menor	SINAN	157
Violência Sexual	130	30	99	Razão	5,2 vezes	
Violência Psicológica	35	29	39			
Negligência ou abandono	156	9	504			
Violência doméstica	-	-	-			
Total	438	157	814			

Fonte: PAEF/SINAN/CT, 2019

Tabela 108 – Comparativo dos registros de violência contra mulheres

Tipo de violência contra mulheres	Secretaria da Mulher	SINAN	Delegacia da Mulher	Maior	Delegacia	1.701
Violência Física	6	212	817	Menor	Sec. Mulher	267
Violência Sexual	7	9	27	Razão	6,4 vezes	
Violência Psicológica	10	63	857			
Negligência ou abandono	-	3	-			
Violência doméstica	244	-	-			
Violência Patrimonial	-	5	-			
Total	267	292	1.701			

Fonte: Secretaria da Mulher/SINAN/Delegacia da Mulher, 2019.

Tabela 109 – Comparativo dos registros de violência contra idosos

Tipo de violência contra idosos	PAEFI	SINAN	Maior	PAEFI	109
Violência Física	5	10	Menor	SINAN	13
Violência Sexual	-	-	Razão	8,4 vezes	
Violência Psicológica	34	2			
Negligência ou abandono	68	-			
Violência doméstica	-	-			
Violência Patrimonial	109	13			

Fonte: PAEF/SINAN, 2019



12.2. SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Desde 1995, a SSP publica trimestralmente as estatísticas criminais no Diário Oficial do Estado (DOE). A Lei Estadual 9.155, de 1995, estabeleceu a divulgação de 12 modalidades criminais da Capital e Grande São Paulo. Posteriormente, o Governo do Estado agregou a informação de todos os 645 municípios do Estado e ampliou para 14 a lista de delitos, com a inclusão do roubo de carga e roubo a banco. Foram selecionados, para a análise a seguir, os dados gerais, sem especificação por região, das taxas de delito do município de Embu das Artes.

12.2.1. Delegacia da Mulher

A Polícia Civil é o órgão vinculado à segurança pública, cuja atribuição é garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, assim como a proteção da vida e do patrimônio por meio da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança na prevenção e contenção da criminalidade e da violência, do controle e posse de armas, além de administrar o serviço penitenciário.

Sua principal função é prevenir, reprimir e investigar crimes. Atua por meio das delegacias – unidades policiais utilizadas como base e administração de operações policiais –, investigação, atendimento e registro de ocorrências. Possui unidades especializadas, como no caso da delegacia de proteção à mulher, criança, adolescente e pessoa idosa, dentre outros.

A seguir, são apresentadas as taxas de notificações de violência por região de ocorrência e as taxas de notificações por região de residência dos envolvidos nos registros da delegacia.

Indicador 46: Violências registradas na delegacia da mulher

Com base no total de registros na delegacia da mulher, a Região 3 possui a maior taxa, em torno de 14 mulheres a cada mil, variação de (+) 148,3% alta em relação à média do município, enquanto que a Região 11 apresenta a menor taxa, a variação é de (-) 34,5%.

	Região Geográfica	Total da População residente	Total de registros de violências	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 11	30.237	115	3,8
	Região 12	43.848	217	4,9
	Região 10	37.158	184	5,0
Baixo	Região 7	16.396	82	5,0
	Região 8	9.531	49	5,1
Médio	Região 9	28.827	151	5,2
	Região 1	3.605	18	5,0
Alto	Região 6	23.434	144	6,1
	Região 2	3.313	21	6,3
Muito Alto	Região 4	20.819	147	7,1
	Região 5	15.301	145	9,5
	Região 3	7.7761	112	14,4
	Não informado	-	8	-
	Município	240.230	1.393	5,8

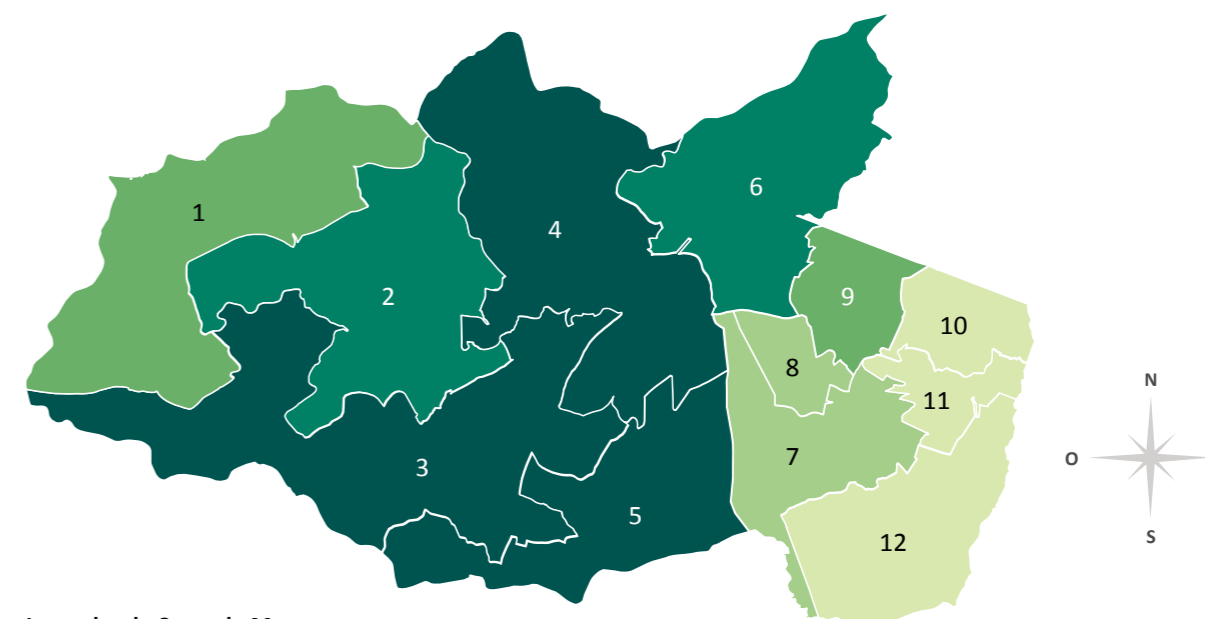
Definição

Total de registros de violência, dividido pelo total da população residente, vezes 1000.

Menor Valor	Região 11	3,8
Média	Embu das Artes	5,8
Maior Valor	Região 3	14,4

4 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José



Sobre os registros de violência na Delegacia da Mulher, a faixa etária predominante das vítimas é de 30 a 59 anos, com 47,7% das notificações; e, por se tratar da Delegacia da Mulher, 92,5% são do sexo feminino.

Tabela 110 – Faixa etária nas notificações registradas na Delegacia da Mulher

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	29	2,1%
De 4 a 5 anos	23	1,7%
De 6 a 11 anos	81	5,8%
De 12 a 17 anos	130	9,3%
De 18 a 29 anos	370	26,6%
De 30 a 59 anos	666	47,7%
60 anos ou mais	79	5,7%
Não informado	15	1,1%
Total	1.393	100,0%

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

Tabela 111 – Sexo nas notificações registradas na Delegacia da Mulher

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	1.288	92,5%
Masculino	105	7,5%
Total	1.393	100,0%

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

Das categorias nas notificações registradas, 106,7% são referentes às infrações de natureza física e/ou psicológica, o que proporcionalmente corresponde a mais de uma ocorrência do total de vítimas.

Tabela 112 – Categoria nas notificações registradas na Delegacia da Mulher

Categoria	Quant.	(%)
Infrações penais contra a Integridade Física e Psicológica	1.487	106,7%
Infrações penais contra a Liberdade Individual	811	58,2%
Infrações penais contra a Dignidade da pessoa	778	55,9%
Infrações penais contra o Patrimônio	127	9,1%
Infrações penais contra a Dignidade Sexual	107	7,7%
Infrações penais contra o Interesse e a Administração Pública em Geral	35	2,5%
Infrações penais de Ordem Familiar	21	1,5%
Infrações penais caracterizadas como contravenção	20	1,4%
Infrações penais com armas de fogo	4	0,3%
Infrações penais com armas de fogo	4	0,3%
Fato atípico - Condutas meramente informativas	3	0,2%
Infrações penais em espécie previstas pelo ECA	1	0,1%
Infrações penais relacionadas aos Entorpecentes	1	0,1%
Infrações penais contra a Vida	1	0,1%
Total	1.393	-

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão, o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram infrações registradas na delegacia. Cada categoria de infração pode conter mais de um fato comunicado.

Indicador 47: Violência contra a população de 0 a 17 anos de idade, registradas na Delegacia da Mulher

A Região 3 destaca-se com a maior quantidade de registros de violência contra a população de 0 a 17 anos, 11 a cada mil habitantes, e está 110% acima da Região 1 – penúltima posição –, que aparece com 5 vítimas a cada mil pessoas da mesma idade.

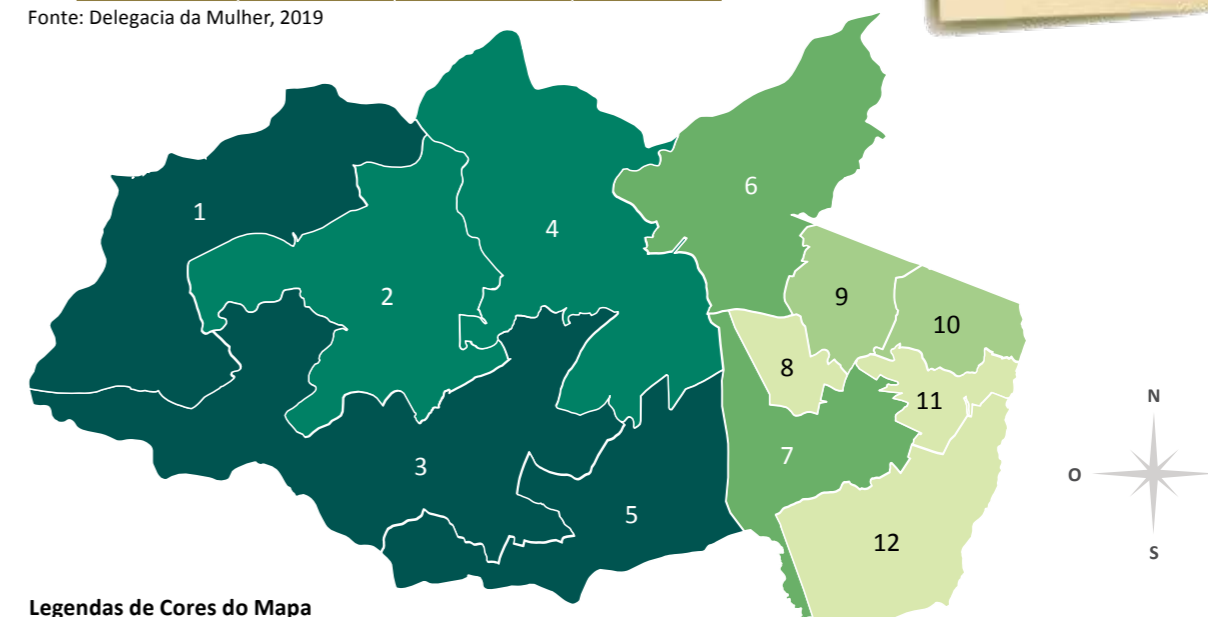
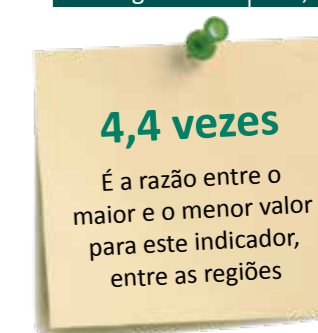
	Região geográfica	População de 0 a 17 anos	População de 0 a 17 anos vítimas de violências	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 11	9.369	23	2,5
	Região 12	13.830	36	2,6
	Região 8	3.129	9	2,9
Baixo	Região 9	9.196	27	2,9
	Região 10	11.221	33	2,9
Médio	Região 7	5.412	21	3,9
	Região 6	7.694	30	3,9
Alto	Região 4	6.120	27	4,4
	Região 2	878	4	4,6
Muito Alto	Região 5	4.850	25	5,2
	Região 1	961	5	5,2
	Região 3	1.902	21	11,0
	Não informado	-	2	-
	Município	74.562	263	3,5

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019

Definição

Total da população de 0 a 17 anos vítimas de violência e com registro na Delegacia da Mulher, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 11	2,5
Média	Embu das Artes	3,5
Maior Valor	Região 3	11,0



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Referente à faixa etária das vítimas que são crianças e adolescentes, a prevalência é “de 12 a 17 anos”, com praticamente metade dos casos (49,5%).

Tabela 113 – Faixa etária nas notificações de crianças e adolescentes, registradas na Delegacia da Mulher

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	29	11,0%
De 4 a 5 anos	23	8,7%
De 6 a 11 anos	81	30,8%
De 12 a 17 anos	130	49,5%
Total	263	100,0%

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

Ainda no grupo social de crianças e adolescentes, dentre todas as notificações, 28,9% das vítimas são do sexo masculino.

Tabela 114 – Sexo nas notificações de crianças e adolescentes, registradas na Delegacia da Mulher

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	187	71,1%
Masculino	76	28,9%
Total	263	100,0%

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

A maior quantidade de infrações é de natureza física e/ou psicológica, representando 71,9% das ocorrências.

Tabela 115 – Categorias nas notificações de crianças e adolescentes, registradas na Delegacia da Mulher

Categoria	Quant.	(%)
Infrações penais contra a Integridade Física e Psicológica	189	71,9%
Infrações penais contra a Liberdade Individual	89	33,8%
Infrações penais contra a Dignidade Sexual	80	30,4%
Infrações penais contra a Dignidade da pessoa	53	20,2%
Infrações penais de Ordem Familiar	21	8,0%
Infrações penais contra o Patrimônio	11	4,2%
Infrações penais caracterizadas como contravenção	5	1,9%
Fato atípico - Condutas meramente informativas	3	1,1%
Infrações penais em espécie previstas pelo ECA	1	0,4%
Infrações penais relacionadas aos Entorpecentes	1	0,4%
Infrações penais contra a Vida	1	0,4%
Infrações penais contra o Interesse e a Administração Pública em Geral	-	-
Infrações penais com armas de fogo	-	-
Total	263	-

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram infrações registradas na delegacia. Cada categoria de infração pode conter mais de um fato comunicado.

Indicador 48: Violências contra mulher, registrada na Delegacia da Mulher

A média geral do município, em relação às mulheres vítimas de violência, é em torno de 13 a cada mil mulheres. A Região 3 destaca-se com a maior taxa, quase 35 a cada mil mulheres, e a Região 2 tem a menor taxa (8,7). A maior variação da taxa – (+) 40,7% – está entre as Regiões 3 e 5; nas demais regiões, a variação das taxas é baixa.

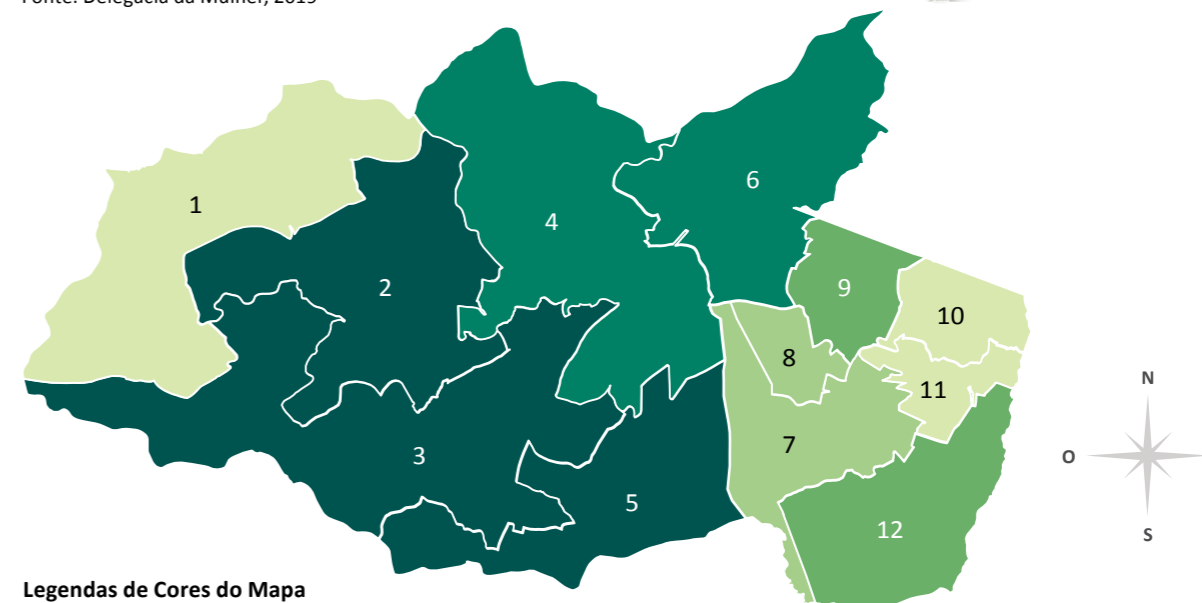
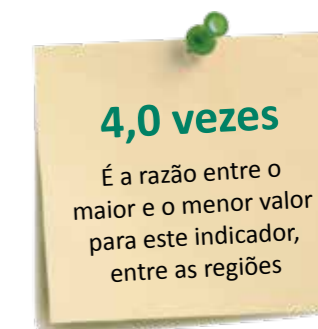
Definição

Total de mulheres de 18 a 59 anos de idade vítimas de violência, dividido pelo total de mulheres da mesma idade, vezes 1000.

	Região geográfica	População feminina de 18 a 59 anos	Mulheres de 18 a 59 anos vítimas de violência	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 11	9.893	86	8,7
	Região 1	995	10	10,1
	Região 10	12.223	129	10,6
Baixo	Região 7	5.231	56	10,7
	Região 8	2.984	34	11,4
Médio	Região 9	9.257	110	11,9
	Região 12	14.034	169	12,0
Alto	Região 6	7.416	103	13,9
	Região 4	6.587	103	15,6
Muito Alto	Região 2	1.018	16	15,7
	Região 5	4.483	111	24,8
	Região 3	2.375	83	34,9
	Não informado	-	6	-
	Município	76.496	1.016	13,3

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019

Menor Valor	Região 11	8,7
Média	Embu das Artes	13,3
Maior Valor	Região 3	34,9



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

A faixa etária predominante das vítimas mulheres é a de 30 a 59 anos, com 64,7% das notificações.

Tabela 116 – Faixa etária nas notificações de mulheres, registradas na Delegacia da Mulher

Faixa etária	Quant.	(%)
De 18 a 29 anos	359	35,3%
De 30 a 59 anos	657	64,7%
Total	1.016	100,0%

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

Das categorias nas notificações registradas, 118,2% são referentes às infrações de natureza física e/ou psicológica, o que proporcionalmente corresponde a mais de uma ocorrência do total de vítimas.

Tabela 117 – Categorias nas notificações de mulheres, registradas na Delegacia da Mulher

Categoria	Quant.	(%)
Infrações penais contra a Integridade Física e Psicológica	1.201	118,2%
Infrações penais contra a Liberdade Individual	655	64,5%
Infrações penais contra a Dignidade da pessoa	661	65,1%
Infrações penais de Ordem Familiar	107	10,5%
Infrações penais contra o Patrimônio	31	3,1%
Infrações penais contra a Dignidade Sexual	27	2,7%
Infrações penais em espécie previstas pelo ECA	14	1,4%
Infrações penais contra o Interesse e a Administração Pública em Geral	4	0,4%
Infrações penais com armas de fogo	4	0,4%
Infrações penais relacionadas aos Entorpecentes	-	-
Infrações penais contra a Vida	-	-
Infrações penais caracterizadas como contravenção	-	-
Infrações penais com armas de fogo	-	-
Fato atípico - Condutas meramente informativas	-	-
Total	1.016	-

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram infrações registradas na delegacia. Cada categoria de infração pode conter mais de um fato comunicado.



Indicador 49: Violências contra pessoas idosas, registradas na delegacia da mulher

Nesta série, as taxas das Regiões 8 e 1 destacam-se das demais regiões, com variação de (+) 40% em relação à Região 3 – 3ª maior taxa – e variação maior de (+) 100% em relação à média geral do município.

Definição

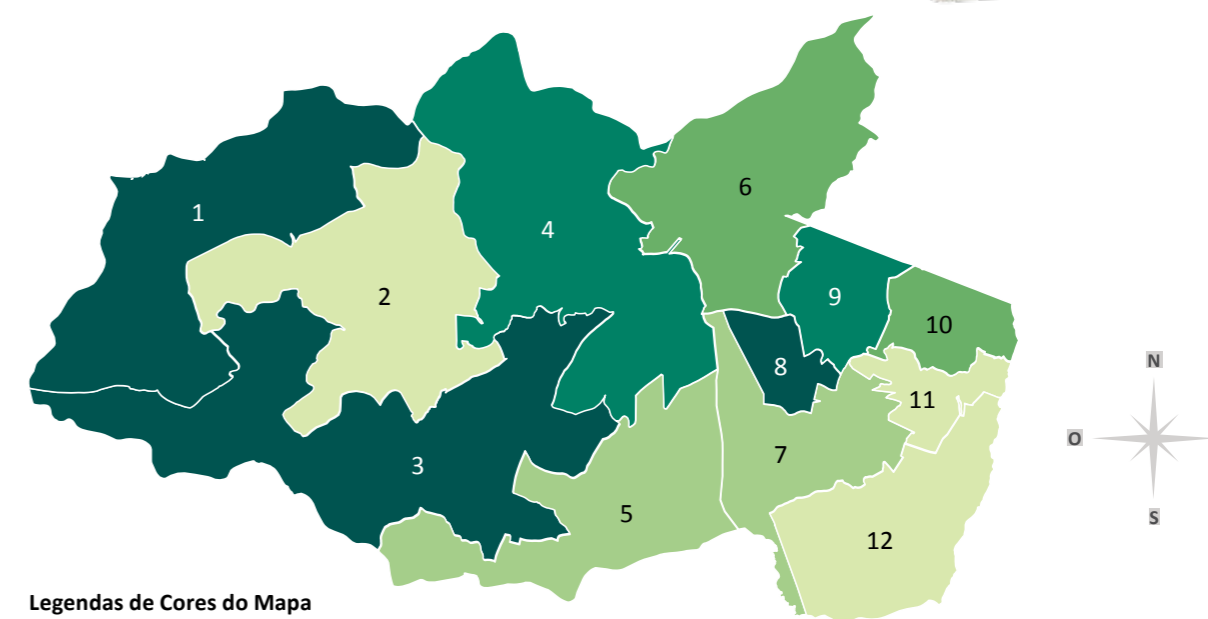
Total da população de 60 anos e mais de idade, vítima de violência e com registro na Delegacia da Mulher, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000.

	Região geográfica	População de 60 anos ou mais	População de 60 anos ou mais vítima de violência	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 11	1.979	5	2,5
	Região 12	3.110	9	2,9
	Região 2	338	1	3,0
Baixo	Região 5	967	3	3,1
	Região 7	894	4	4,5
Médio	Região 6	1.248	6	4,8
	Região 10	2.843	16	5,6
Alto	Região 9	1.705	10	5,9
	Região 4	1.646	11	6,7
Muito Alto	Região 3	801	6	7,5
	Região 8	475	5	10,5
	Região 1	275	3	10,9
	Município	16.281	79	4,9

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019

Menor Valor	Região 11	2,5
Média	Embu das Artes	4,9
Maior Valor	Região 1	10,9

4,4 vezes
É a razão entre o maior e o menor valor para este indicador, entre as regiões



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

Em referência ao grupo social de idosos, praticamente todas as vítimas são do sexo feminino (97,5%).

Tabela 118 – Faixa etária nas notificações de idosos da Delegacia da Mulher, registradas na Delegacia da Mulher

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	77	97,5%
Masculino	2	2,5%
Total	79	100,0%

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

Das categorias nas notificações registradas na Delegacia da Mulher, a maioria é de natureza física e/ou psicológica (84,8%), representando a maior frequência entre os idosos.

Tabela 119 – Categorias nas notificações de idosos, registradas na Delegacia da Mulher

Categoria	Quant.	(%)
Infrações penais contra a Integridade Física e Psicológica	67	84,8%
Infrações penais contra a Liberdade Individual	54	68,4%
Infrações penais contra a Dignidade da pessoa	52	65,8%
Infrações penais contra o Patrimônio	5	6,3%
Infrações penais contra o Interesse e a Administração Pública em Geral	3	3,8%
Infrações penais caracterizadas como contravenção	1	1,3%
Infrações penais contra a Dignidade Sexual	-	-
Infrações penais de Ordem Familiar	-	-
Fato atípico - Condutas meramente informativas	-	-
Infrações penais em espécie previstas pelo ECA	-	-
Infrações penais relacionadas aos Entorpecentes	-	-
Infrações penais com armas de fogo	-	-
Infrações penais contra a Vida	-	-
Infrações penais com armas de fogo	-	-
Total	79	-

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019.

Nota: Uma pessoa pode ter mais de uma violação de direito, por essa razão o percentual é referenciado pelo total de pessoas que sofreram infrações registradas na delegacia. Cada categoria de infração pode conter mais de um fato comunicado.

13. SECRETARIA DA MULHER

Desde 2001, o atendimento ao munícipe em situação de violência doméstica, em Embu das Artes, era ofertado no Centro de Referência da Mulher. Em 08 de março de 2019, a Secretaria da Mulher foi inaugurada com o objetivo de ampliar o olhar para as mulheres do município, ou seja, propor, desenvolver e apoiar programas, campanhas, projetos de valorização da mulher nas diferentes áreas de atuação, incentivando sua participação social, política, econômica e cultural, bem como elaborar e coordenar planos, programas e projetos relativos à educação, à inserção no mercado de trabalho e ao acesso às demais políticas públicas. Ainda tendo a finalidade de formular, coordenar e executar políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres e combatam todas as formas de preconceito, discriminação e violência contra mulher, herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.

Portanto a Secretaria da Mulher é um espaço de acolhimento à mulher e sua família, onde elas possam buscar – e exigir – os seus direitos e o fortalecimento da sua identidade. É um espaço com privacidade e individualidade, com serviços integrados de apoio psicológico, assistência social e jurídica. A equipe é preparada para iniciar e acompanhar processos de reflexão que possibilitem uma nova postura da mulher diante da situação de violência, discriminação e violação de direitos, entre outras possibilidades de intervenção. Os serviços desenvolvidos são: plantão 24 horas, palestras com temas sobre violência, leis de proteção, atendimento psicossocial com escuta qualificada, orientação jurídica e encaminhamentos, além de parcerias com a Secretaria de Esporte e Lazer e Saúde, para socialização e cuidados com saúde e corpo.



Indicador 50: Violências contra a mulher, registradas na Secretaria Municipal da Mulher

Com relação às violências contra a mulher, registradas na Secretaria Municipal da Mulher, a Região 3 possui o maior valor (14,3), e a Região 11 tem o menor (4,1), logo a média do município é 7,7. A diferença entre o maior e o menor valor das regiões do município é de 3,5 vezes, o que é considerada uma desigualdade relativamente grande.

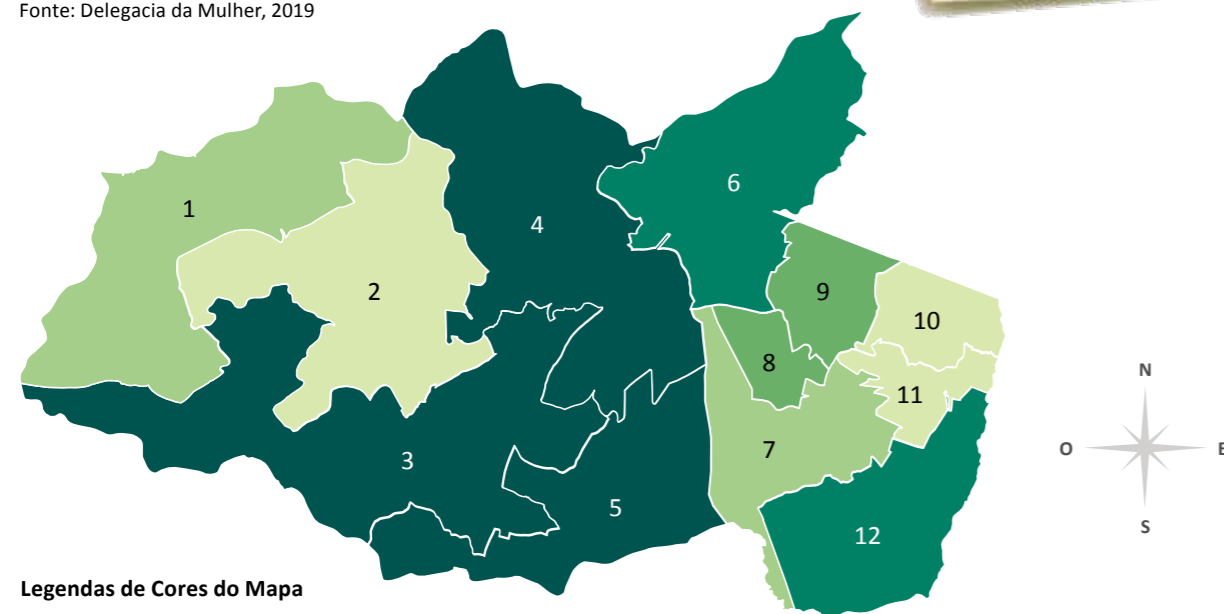
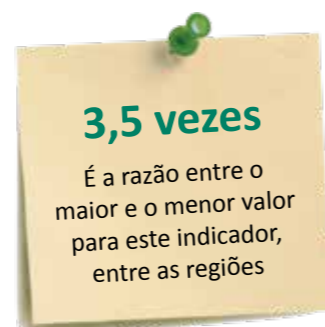
	Região geográfica	População feminina de 18 a 59 anos	Mulheres de 18 a 59 anos vítimas	Indicador (por mil habitantes)
Muito Baixo	Região 11	9.893	41	4,1
	Região 10	12.223	51	4,2
	Região 2	1.018	6	5,9
Baixo	Região 1	995	6	6,0
	Região 7	5.231	33	6,3
Médio	Região 8	2.984	19	6,4
	Região 9	9.257	62	6,7
Alto	Região 6	7.416	51	6,9
	Região 12	14.034	98	7,0
Muito Alto	Região 5	4.483	54	12,0
	Região 4	6.587	86	13,1
	Região 3	2.375	34	14,3
	Não informado	-	45	-
	Município	76.496	586	7,7

Fonte: Delegacia da Mulher, 2019

Definição

Total de mulheres de 18 a 59 anos de idade, vítimas de violências, dividido pelo total da população feminina da mesma idade, vezes 1000.

Menor Valor	Região 11	4,1
Média	Embu das Artes	7,7
Maior Valor	Região 3	14,3



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

A faixa etária predominante das vítimas é de 30 a 59 anos, com 61,6% das notificações. A raça ou cor parda está presente em 50,0% das notificações.

Tabela 120 – Faixa etária nas notificações registradas na Secretaria Municipal da Mulher

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 3 anos	-	-
De 4 a 5 anos	-	-
De 6 a 11 anos	-	-
De 12 a 17 anos	21	3,6%
De 18 a 29 anos	126	21,5%
De 30 a 59 anos	361	61,6%
60 anos ou mais	48	8,2%
Não informado	30	5,1%
Total	586	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Mulher, 2019.

Tabela 121 – Raça ou Cor nas notificações registradas na Secretaria Municipal da Mulher

Raça ou Cor	Quant.	(%)
Parda	293	50,0%
Branca	210	35,9%
Preta	79	13,5%
Amarela	2	0,3%
Não informado	2	0,3%
Total	586	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal da Mulher, 2019.

Dentre os motivos das notificações registradas, 41,6% são referentes à violência doméstica, correspondendo a quase o dobro do segundo colocado, orientação psicossocial (26,5%).

Tabela 122 – Motivos das notificações registradas na Secretaria Municipal da Mulher

Motivo	Quant.	(%)
Violência doméstica	244	41,6%
Orientação psicossocial	155	26,5%
Consultas médicas	72	12,3%
Orientação Jurídica	44	7,5%
Cursos profissionalizantes ou outros tipos de aulas e atividades	19	3,2%
Não informado	14	2,4%
Violência psicológica	10	1,7%
Abuso ou violência sexual	7	1,2%
Solicitação de comparecimento	6	1,0%
Violência física	6	1,0%
Atendimento psicológico	5	0,9%
Acompanhamento	5	0,9%
Abrigo	1	0,2%
Total	586	-

Fonte: Secretaria Municipal da Mulher, 2019.

Nota: uma pessoa pode ter mais de uma notificação.



14. CONSELHO TUTELAR

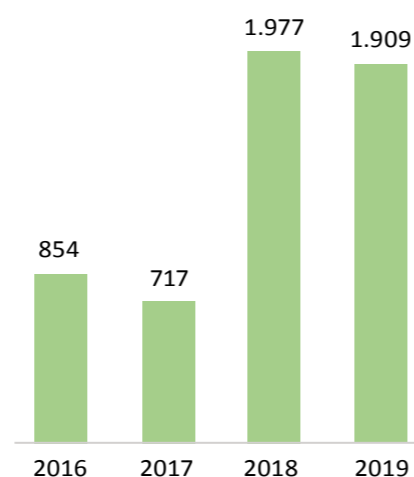
O Conselho Tutelar é órgão não jurisdicional, estabelecido por lei municipal, eletivo, com atributos de permanência, autonomia, e objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, a ser acionado sempre que forem identificadas situações de abuso, ameaça ou risco contra elas. Suas atribuições e competência de atuação estão disciplinadas no ECA, o qual compreende a aplicação de medida protetiva às crianças e adolescentes (artigo 101), bem como aos pais e responsáveis (artigo 129).

Comparando a evolução dos registros de atendimento no Conselho Tutelar – pela série histórica –, nota-se que, em 2016 (854) e 2017 (217), houve diminuição dos atendimentos, e no ano de 2018 (1.977), ocorreu um aumento expressivo no volume de atendimentos, já em 2019 (1.909), houve pequena queda em comparação ao ano de 2018.

Tabela 123 – Atendimentos realizados no Conselho Tutelar

Série histórica de atendimentos realizados	
Ano	Total
2016	854
2017	717
2018	1.977
2019	1.909

Fonte: CREAS/CT, 2019



A tabela abaixo mostra os atendimentos por tipo de violação, verifica-se que o mais incidente é a “negligência”, tendo a maior representação em todos os anos da série histórica; sendo que, em 2019, apresenta o maior percentual (26,4%) de todos os casos, seguido por “conflito familiar” (11,4%) e “falta de vaga em escola” (10,4%) respectivamente

Tabela 124 – Atendimentos por tipo de violação

Tipo de violação	2016		2017		2018		2019	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Negligência	251	29,4%	197	27,5%	466	23,6%	504	26,4%
Infrequência, defasagem ou impermanência no sistema escolar	131	15,3%	141	19,7%	172	8,7%	138	7,2%
Em razão de sua conduta	108	12,6%	10	1,4%	104	5,3%	40	2,1%
Violência física	102	11,9%	78	10,9%	168	8,5%	172	9,0%
Violência sexual	75	8,8%	57	7,9%	109	5,5%	99	5,2%
Falta de vaga escolar	66	7,7%	35	4,9%	167	8,4%	198	10,4%
Conflito familiar	59	6,9%	89	12,4%	321	16,2%	217	11,4%
Maus tratos	44	5,2%	-	-	-	-	-	-
Trabalho Infantil	18	2,1%	-	-	-	-	-	-
Ato atentatório contra a própria vida	-	-	14	2,0%	-	0,0%	21	1,1%
Conflito escolar	-	-	-	-	33	1,7%	17	0,9%
Convívio com dependente	-	-	13	1,8%	30	1,5%	45	2,4%
Documentação irregular	-	-	16	2,2%	46	2,3%	0	0,0%
Entrega ou abandono de incapaz	-	-	17	2,4%	42	2,1%	23	1,2%
Evasão domiciliar	-	-	-	-	21	1,1%	18	0,9%
Evasão hospitalar	-	-	29	4,0%	33	1,7%	45	2,4%
Falta de atendimento especializado	-	-	11	1,5%	46	2,3%	54	2,8%
Sem violação	-	-	-	-	127	6,4%	157	8,2%
Situação irregular	-	-	10	1,4%	92	4,7%	122	6,4%
Violência psicológica	-	-	-	-	-	-	39	2,0%
Total	854	100,0%	717	100,0%	1.977	100,0%	1.909	100,0%

Fonte: CT, 2019.

Sobre os atendimentos realizados, como demonstra a tabela abaixo, conforme a série histórica, nos anos de 2018 e 2019, o maior percentual aparece como “novos atendimentos”, e os “reincidentes” despontam com o maior percentual em todos os anos da série histórica.

Tabela 125 – Atendimentos realizados

Tipo de atendimento	2016		2017		2018		2.019	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Reincidentes	462	34,7%	581	21,7%	638	27,6%	604	26,6%
Plantões noturnos/ Finais de semana	226	17,0%	174	6,5%	177	7,7%	129	5,7%
Denúncias recebidas e averiguadas	627	47,1%	547	20,4%	-	-	-	-
Recâmbio	7	0,5%	9	0,3%	8	0,3%	5	0,2%
Acolhimentos	9	0,7%	17	0,6%	30	1,3%	30	1,3%
Número de Crianças acolhidas	-	-	-	-	53	2,3%	49	2,2%
Novos	-	-	755	28,1%	926	40,0%	1.048	46,2%
Orientações	-	-	600	22,4%	481	20,8%	405	17,8%
Total atendimentos	1.331	100,0%	2.683	100,0%	2.313	100,0%	2.270	100,0%

Fonte: CT, 2019.

76,5% dos atendimentos concentram-se em “demanda espontânea” e “denúncia”.

Tabela 126 – Origem dos atendimentos

Origem dos atendimentos	Quant.	(%)
Demanda espontânea	1.054	52,5%
Denúncia	481	24,0%
Equipamentos da política de educação	179	8,9%
Equipamentos da política da saúde	167	8,3%
Secretaria da Mulher	9	0,4%
Ministério Público	30	1,5%
Disque 100	29	1,4%
Equipamentos da política de assistência social	20	1,0%
Outros Conselhos Tutelares	19	0,9%
Polícia militar	10	0,5%
Equipamentos da política da saúde	9	0,4%
Total	2.007	100,0%

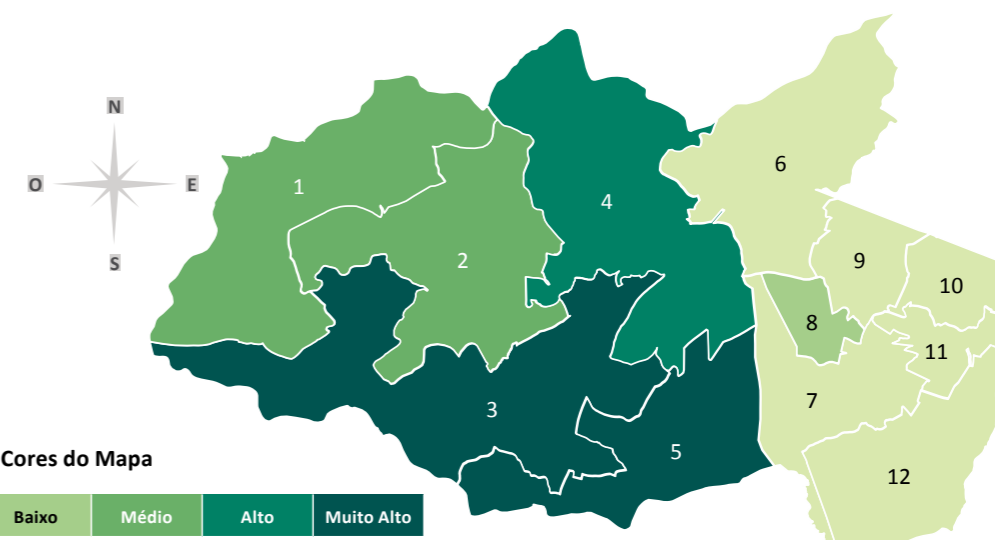
Fonte: Secretaria Municipal da Mulher, 2019.

15. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DE VIOLAÇÃO DE DIREITO DO SINAN E DA MULHER

As regiões 5 e 3 destacam-se na contagem, com valores acima da média geral do município (8).

Tabela 127 – Mapa social dos indicadores de violação de direito

Classificação quintil	Região geográfica	Notificações de Agravo no SINAN (por mil habitantes)	Notificações de Agravo contra crianças e adolescentes no SINAN (por mil habitantes)	Notificações de Agravo contra a mulher no SINAN (por mil habitantes)	Notificações de agravo contra a pessoa idosa no SINAN (por mil habitantes)	Violências registradas na Delegacia da Mulher	Violências contra pessoas de 0 a 17 anos registradas na Delegacia da Mulher (por mil habitantes)	Violências contra a mulher registradas na Delegacia da Mulher (por mil habitantes)	Violências contra a mulher registradas na Secretaria Municipal da Mulher (por mil habitantes)	Contagem de indicadores acima da média do município	
Parâmetro/média		2,2	1,7	3,1	0,6	5,8	3,5	13,3	4,9	5,8	9
	Região 7	1,6	1,7	1,3	-	5,0	3,9	10,7	4,5	5,0	-
	Região 11	1,5	0,7	2,0	0,5	3,8	2,5	8,7	2,5	3,8	-
	Região 12	1,8	0,7	3,1	0,3	4,9	2,6	12,0	2,9	4,9	-
	Região 9	2,0	2,1	1,9	-	5,2	2,9	11,9	5,9	5,2	1
	Região 10	1,9	2,0	2,1	0,4	5,0	2,9	10,6	5,6	5,0	1
	Região 8	2,3	2,6	4,0	-	5,1	2,9	11,4	10,5	5,1	1
	Região 6	2,6	1,6	4,2	-	6,1	3,9	13,9	4,8	6,1	3
	Região 1	1,7	3,1	1,0	-	5,0	5,2	10,1	10,9	5,0	3
	Região 2	3,0	1,1	5,9	-	6,3	4,6	15,7	3,0	6,3	3
	Região 4	2,6	2,1	4,3	2,4	7,1	4,4	15,6	6,7	7,1	4
	Região 3	3,0	3,2	4,2	1,2	14,4	11,0	34,9	7,5	14,4	8
	Região 5	3,5	3,7	5,4	1,0	9,5	5,2	24,8	3,1	9,5	8
	Média Mun.	2,2	1,7%	0,3%	0,10%	5,9	0,4%	13,3	4,9	0,8%	9



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

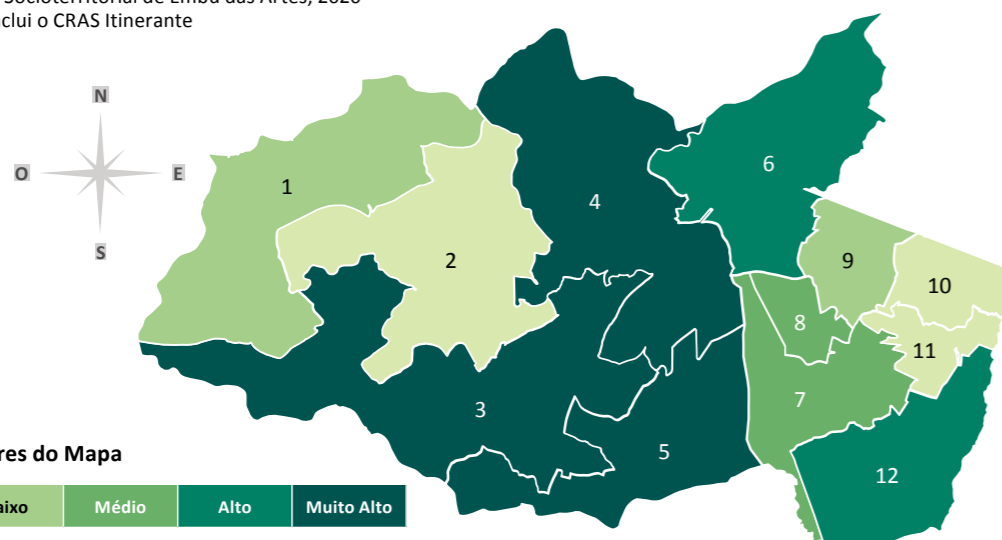
16. CLASSIFICAÇÃO DAS REGIÕES CONFORME CONTAGEM DOS INDICADORES ACIMA DA MÉDIA DO MUNICÍPIO

A contagem geral dos indicadores do Perfil Socioeconômico, Demandas da Assistência Social e Violações de Direito, com taxa maior do que a média do município, tem como principal destaque a Região 5 que aparece 31 vezes (1ª posição) na contagem dos 39 indicadores analisados, além do mais aparece com 14 indicadores a mais do que Região 4 (31 para 17) e, entre todas as regiões, considerando o cenário retratado neste diagnóstico, é a que mais necessita de atenção do gestor público no que se refere às ações para melhoria da qualidade de vida da população.

Região geográfica	Indicadores acima da média do município – 12 regiões geográficas				Posição geral das Regiões
	Indicadores do Perfil Socioeconômico	Indicadores das demandas da Assistência Social	Indicadores de Violações de Direito	Contagem Geral	
Região 5	4	19	8	31	1ª
Região 4	1	12	4	17	2ª
Região 3	1	8	8	17	3ª
Região 6	3	10	3	16	4ª
Região 12	5	10	-	15	5ª
Região 8	2	12	1	15	6ª
Região 7	3	12	-	15	7ª
Região 1	1	11	3	15	8ª
Região 9	4	9	1	14	9ª
Região 2	1	6	3	10	10ª
Região 11	1	7	-	8	11ª
Região 10	2	5	1	8	12ª
Total	5	25	9	39	-

Fonte: diagnóstico Socioterritorial de Embu das Artes, 2020

Nota: a Região 1 inclui o CRAS Itinerante



Legendas de Cores do Mapa

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Regiões por CRAS

1 - CRAS Centro I (Itinerante)	4 - CRAS Centro IV	7 - CRAS São Marcos	10 - CRAS Casa Branca
2 - CRAS Centro II (Itinerante)	5 - CRAS Pinheirinho	8 - CRAS Jardim do Colégio	11 - CRAS Vazame
3 - CRAS Centro III	6 - CRAS Vista Alegre	9 - CRAS Nossa Senhora De Fatima	12 - CRAS Dom José

17. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Embu das Artes possui 26 instituições de ensino com atendimento em creche. No ano de 2019, segundo a Secretaria de Educação, faltaram 840 vagas; sendo que as 5 Instituições com maior quantidade na lista de espera totalizam 432 crianças, representando 51,4% do total da demanda reprimida.

Tabela 128 – Demanda reprimida de 0 a 3 anos

Instituição	Quant.	(%)
Creche Centro Educacional Josefa Rodrigues - (Marina)	144	17,2%
EM Maria das Graças	91	10,8%
EM Nilza Prestes	81	9,6%
Creche Santa Inês	70	8,3%
EM Jeanete Beauchamp	46	5,5%
Creche Betel	44	5,2%
Creche Pequenininhos do Parque	40	4,8%
EM José Arnaldo Mellone	39	4,6%
EM Milton Almeida	34	4,0%
Creche Ave Maria	28	3,3%
Creche Ressaca	24	2,9%
Creche Cristo Ressuscitado	22	2,6%
Creche Engenho Velho	21	2,5%
Creche Madre Tereza - Unidade I	21	2,5%
EM Estela	17	2,0%
Creche kolping Embu	15	1,8%
Creche Associação Fraternidade Assistencial Rio Pequeno	15	1,8%
Creche Jardim Silvia	15	1,8%
Creche Solar dos Pássaros	12	1,4%
Creche Bosquinho	10	1,2%
Creche Asmoreji	10	1,2%
Creche Madre Tereza - Unidade II	10	1,2%
Creche Santa Luzia	10	1,2%
EM Santo Antônio	9	1,1%
Creche Gabriela Pires	7	0,8%
Creche Santa Terezinha	5	0,6%
Total	840	100,0%

Fonte: Secretaria de Educação, 2019

Quanto à demanda reprimida por vaga na Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos, foram 133 vagas faltantes, e as três escolas que concentram a maior quantidade de crianças na lista de espera somam 70,7% do total.

Tabela 129 – Demanda reprimida de 4 a 5 anos

Instituição	Quant.	(%)
EM Primavera	52	39,1%
EM Ipê	25	18,8%
EM José Carlos	17	12,8%
EM NEI Ressaca	9	6,8%
EM NEI Francisco Marcatto	8	6,0%
EM Vista Alegre	6	4,5%
EM Mikio Umeda	6	4,5%
EM Janaína Agostinho	4	3,0%
EM NEI Jardim de Lourdes	4	3,0%
EM Jatobá	2	1,5%
Total	133	100,0%

Fonte: Secretaria de Educação, 2019

18. SECRETARIA DA HABITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Pró-Habitação tem o objetivo de propor e planejar Políticas Habitacionais para ocupação ordenada do solo urbano. Tendo como foco o atendimento prioritário à população de baixa renda, o setor tem a atribuição de integrar a Política Habitacional do Município com outros órgãos e instituições; negociar áreas dos governos municipal, federal ou estadual para implantação de programas habitacionais; identificar vazios urbanos infraestruturados, onde possam ser produzidas novas habitações, além de elaborar estudos e projetos para a construção de moradias.

Com relação às demandas habitacionais registradas na Secretaria Municipal de Pró-Habitação, foram ofertados aluguéis sociais ao público que necessitava desse auxílio. A demanda é atendida via Secretaria Pró-Habitação; em 2019, foram 470 beneficiados pelo programa, sendo que o valor variou de aluguel – de R\$ 400,00 a R\$ 1.400,00 –, conforme base de dados disponibilizada pela Secretaria de Habitação.

Tabela 130 – Valor do aluguel

Valor do aluguel	Quant.	(%)
R\$ 400,00	386	99,1%
R\$ 420,00	1	0,3%
R\$ 500,00	1	0,3%
R\$ 1.400,00	1	0,3%
Total	389	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação, 2019

Tabela 131 – Situação do contrato

Situação do contrato	Quant.	(%)
Em vigência	311	79,9%
Encerrado e atendido	78	20,1%
Total	389	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação, 2019

Tabela 132 – Origem da família

Origem da família	Quant.	(%)
Embu das Artes - SP	316	81,2%
Outros municípios de São Paulo	73	18,8%
Total	389	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação, 2019



19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diagnóstico Socioterritorial da Assistência Social do município de Embu das Artes/SP, ora apresentado, possibilitou o conhecimento e reconhecimento da realidade local do município no tocante à Política Pública da Assistência Social. Pode ser utilizado tanto pelos governos quanto pela sociedade civil organizada, a fim de propor, planejar e executar políticas públicas voltadas à realidade local, bem como para reivindicar as melhorias necessárias ao enfrentamento das fragilidades municipais apresentadas nos dados aqui postos. As considerações e ajustes propostos nesse diagnóstico são essenciais para melhor organização do planejamento das ações da Assistência Social no município, bem como permite um olhar mais abrangente das ofertas e/ou ausências de políticas públicas.

Nessa construção conjunta, destaca-se a atribuição do setor de Vigilância Socioassistencial, que é a de subsidiar planos de Assistência Social, utilizando os dados obtidos nesse diagnóstico. Ainda, ajustes podem ser realizados visando qualidade nos serviços prestados, bem como a possibilidade de planejar ações e atividades, levando-se em conta que a análise da realidade deve ser tratada tanto pelos dados numéricos, como também pelo que pensam e propõem os indivíduos e a comunidade do município em questão.

Assim sendo, realizar-se-á, aqui, uma análise geral conclusiva e propositiva, dando-se ênfase ao conteúdo específico da Política de Assistência Social que merecem, sob o ponto de vista crítico e interpretativo das informações colhidas, uma atenção especial do município.

Para fins de compreensão, destaca-se que os apontamentos não devem ser avaliados de forma isolada, haja vista que a análise considera todo o diagnóstico e a lógica do SUAS que, como o próprio nome diz, é único, muito embora, em alguns momentos, o foco poderá ser em temas específicos. É necessário ter em conta, também, que as sugestões aqui realizadas possuem o objetivo de iluminar e estimular as diversas áreas e responsáveis pela Assistência Social do município, no entanto, não se tem a pretensão de esgotar as possibilidades. Além do mais, tem-se a ciência de que nem sempre é possível ao município, pelos mais diversos motivos, a execução das ações sugeridas, mesmo que sejam reconhecidas como necessárias. Sabe-se também que é possível que os apontamentos e as recomendações aqui realizados já sejam do conhecimento e estejam no planejamento da gestão e das equipes do SUAS de Embu, no entanto, pela natureza do diagnóstico, não se pode deixar de aqui registrá-los.

Assim sendo, inicia-se as considerações finais, cujo conteúdo pode ser aproveitado por todos os profissionais envolvidos com a Política de Assistência Social no município; recomenda-se que seja discutido em cada uma das equipes das ofertas socioassistenciais, tanto públicas quanto privadas, objetivando levar a todos o conhecimento do resultado aqui obtido e planejar ações que contribuam no avanço e na melhoria da qualidade dessas ofertas, de acordo com as normativas e as demandas apresentadas. Esse processo pode ser incorporado por todas as diretorias, sob coordenação da gestão, de modo a garantir que o presente diagnóstico de fato chegue ao conhecimento e seja discutido por toda a rede.

Principia-se esta etapa com a importância da busca ativa para atualização cadastral no CadÚnico das famílias para atendimento, acompanhamento e benefícios ofertados; a pesquisa demonstrou que o município está com **87,44% das famílias com cadastro atualizado no CadÚnico**, resultado considerado positivo, porém na busca de excelência para alcançar a totalidade da atualização. Sendo a atualização um critério para a manutenção do benefício, é imprescindível que 100% das famílias sejam alcançadas por esse direito. **Quanto ao percentual faltante da atualização cadastral**, levanta-se, aqui, também, a possibilidade de que, apesar de constarem na base do CECAD de Embu das Artes, essas famílias podem ter migrado para outro município e até mesmo outro estado. Diante do exposto, reforça-se a imprescindibilidade da identificação dessas famílias e de um planejamento para a busca ativa delas, podendo resultar na atualização do CadÚnico ou em outras providências cabíveis, no caso de não serem localizadas no território municipal. (MDS/Busca- Ativa 2015.)

[...] a Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias pobres, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social. A Busca Ativa se desdobra em três estratégias: (1) Busca Ativa para inclusão no Cadastro Único: trata-se de localizar as famílias extremamente pobres, incluí-las no CadÚnico e manter suas informações sempre atualizadas; (2) Busca Ativa para Acessar Benefícios: incluir no Bolsa Família, no Bolsa Verde, no Fomento a Atividades Produtivas, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e no Benefício de Prestação Continuada todas as famílias que atendam os critérios de elegibilidade; (3) Busca Ativa para Acessar Serviços: nesse caso, o Estado assegura que as famílias extremamente pobres tenham acessos aos serviços sociais básicos de saúde, saneamento, educação, assistência social, trabalho e segurança alimentar e nutricional, entre outros.

Assim sendo, cabe ao Setor de Cadastro colaborar com as equipes, analisando periodicamente os dados do CECAD, para planejar e orientar sobre a busca ativa dessas famílias, em especial, naqueles territórios em que há maior incidência de situações de pobreza e extrema pobreza, apontadas no presente diagnóstico.

O município conta com **09 (nove) CRAS, 04 (quatro) instituições parceiras para a execução do SCFV, 01 (um) CREAS, 01 (um) Centro POP, 02 (dois) Centros Dia para pessoas com deficiência – sendo um de execução direta e um de execução indireta –, 01 (um) Abrigo Institucional para pessoas em situação de rua – execução direta –, 02 (duas) Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes – ambas de execução indireta –, além do serviço de acolhimento em Família Acolhedora – serviço instituído em 2020–**; assim formando a rede de atendimento governamental e não governamental para o desenvolvimento dos serviços, programas e projetos do município. É importante salientar sobre as articulações e parcerias com as demais secretarias governamentais existentes e instituições da sociedade civil organizada. De igual importância, também conta com uma **rede de apoio** do segmento de proteção e defesa, sendo constituída por: dois conselhos de direitos, onze conselhos de políticas públicas e dois conselhos tutelares; atuando de forma integrante e constante na defesa e garantia de direitos da população.

Outra questão a ser considerada, em relação às **famílias beneficiárias do PBF**, é a necessidade de **analisar** profundamente, por meio dos serviços socioassistenciais do município, se o principal objetivo do acompanhamento a essas famílias está sendo alcançado, ou seja, se realmente estão sendo retiradas das situações de vulnerabilidade e risco em que se encontram.

O **BPC** tem o seguinte panorama: são, ao total, 6.527 pessoas que recebem o benefício, dos quais 41,1% são para pessoas com deficiência e 58,9% para pessoas idosas; em média, 90,0% estão com o CadÚnico atualizado

Outra demanda, observada durante o tratamento dos dados desta pesquisa, diz respeito ao **baixo índice de famílias atendidas/acompanhadas pelo PAIF**. Esse dado deve ser foco de atenção da Gestão do SUAS, da Vigilância Socioassistencial e da Coordenação dos CRAS, pois, como se sabe, essa é uma demanda que precisa ser resolvida em articulação e conjunto com a equipe. A comparação aqui feita referente às **famílias com benefícios recebidos**, público prioritário para acompanhamento, **versus famílias acompanhadas no PAIF**, apresenta disparidade nos resultados, sugere-se, portanto, observar atentamente o fato.

A **representatividade feminina** desponta como responsável familiar e nos atendimentos do **PAIF**, a faixa etária dos responsáveis fica entre 30 e 59 anos. Quanto à composição das famílias atendidas no **PAIF**, a maioria possui crianças e adolescentes e é do sexo feminino; 90% das famílias recebem benefícios de transferência de renda. Quanto ao PBF, 64% dos responsáveis recebem o benefício. A maior demanda para o atendimento no PAIF é sobre insegurança alimentar e, nessa questão, quanto aos benefícios eventuais solicitados, 42% recebem a cesta de alimentos; destes, 16,5% são acompanhados no PAIF e 48,1% são reincidentes, sendo que a Região 8 possui o maior percentual. Cabe uma avaliação dos dados supramencionados, quanto ao baixo nível de acompanhamento no PAIF e ao alto índice de reincidentes beneficiários, **recomenda-se** que as famílias beneficiárias, tanto do PBF como de benefícios eventuais, sejam acompanhadas sistematicamente em trabalho coletivo pelo PAIF, conforme previsto nas orientações sobre o papel da Proteção Social Básica. Nesse mesmo tema, **sugere-se** que haja uma avaliação minuciosa sobre qual processo de trabalho está sendo executado com as famílias, verificando se o acompanhamento do PAIF está alcançando seus objetivos. Orienta-se, também, o planejamento de ações e articulação intersetorial para facilitar o acesso aos serviços da rede socioassistencial do município.

Sobre o **SCFV**, verificou-se que a maior demanda para o serviço são crianças e adolescentes consideradas público prioritário, e que a demanda que desponta é a **situação de isolamento**. Cabe à gestão um olhar minucioso sobre o fato, sugere-se que sejam inseridos em outras atividades voltadas para a prevenção de riscos, vulnerabilidades e violações de direito, podendo ser executadas por outras políticas públicas ou mesmo pelas OSCs, considerando a baixa oferta ou nula ofertada de serviço como ocorre na região do 12.

Como visto no decorrer deste diagnóstico, o **SCFV** é realizado em sua totalidade por OSCs. Vale refletir que essas instituições não abrangem toda a demanda existente no município. Cabe lembrar que as atividades específicas são referenciadas e monitoradas pelos CRAS, o qual tem o dever de realizar as orientações sobre a metodologia e as estratégias a serem utilizadas para o alcance efetivo dos objetivos do serviço em questão. Para tal, é importante construir, em conjunto com as instituições, um protocolo de referenciamento, no qual deve constar o cronograma anual e o passo a passo do referenciamento, definir o técnico de referência, definir o processo de inclusão das situações prioritárias, elaborar documento técnico e critérios mínimos para o apontamento dessas situações, de

acordo com as prerrogativas da Secretaria Nacional de Assistência Social e inserção dos dados no SISC. **Sugere-se**, ainda, que o referenciamento conte com orientações sistemáticas, sobre as diretrizes, os princípios e os objetivos da PNAS, à equipe responsável pela execução do serviço.

Ainda no que se refere ao SCFV:

É importante esclarecer que as situações prioritárias para o atendimento no SCFV estão elencadas na Resolução CIT nº 1/2013 e na Resolução CNAS nº1/2003. O § 2º do art. 3º, de ambas as resoluções, afirma que a comprovação das situações prioritárias ocorre por meio de documento técnico que deverá ser arquivado na unidade que oferta o SCFV ou no órgão gestor, por um período mínimo de cinco anos, à disposição dos órgãos de controle. Isso significa que nenhuma situação de prioridade para o atendimento no SCFV deverá ser atribuída ao usuário sem que haja possibilidade de comprová-la por meio de documento técnico no qual a situação vivenciada pelo usuário esteja descrita. [...] É importante que os profissionais do SCFV estejam atentos para perceber quando usuários que, a princípio, não estavam em situação de prioridade para o atendimento no SCFV ao chegarem aos grupos, passam a vivenciá-la(s). Ao fazer essa constatação, cabe ao técnico de referência do serviço fazer o registro da situação de prioridade relacionada ao usuário e encaminhá-lo aos profissionais do PAIF, que tomarão as providências técnicas cabíveis junto à família (MDS/SNAS, 2015, p. 9)

Como se pode observar, o supracitado documento, que é um material de consulta para os profissionais do SUAS, deixa claro que a avaliação deve ser feita pelos técnicos responsáveis, dos quais espera-se capacidade técnica para a identificação, o registro e os encaminhamentos das situações prioritárias, seguindo-se as normativas vigentes. Para colaborar com a construção desse conhecimento, **indica-se** que a Gestão do SUAS, em estreita colaboração da Coordenação do CRAS, realize o processo de educação permanente sobre essa temática aos profissionais do PAEFI, do PAIF e, especialmente, do SCFV, tomando por fundamento o documento acima referido, o qual traz base teórica sobre cada situação prioritária sob a luz da PNAS.

A pesquisa demonstrou que o município oferece esse serviço somente para o público de crianças e adolescentes. Tendo isso em vista e o conhecimento sobre o processo de reordenamento do SCFV, **sugere-se** que o planejamento das ações contemple os demais públicos, como as pessoas idosas, as pessoas adultas atendidas e/ou acompanhadas no PAIF e os beneficiários do BPC. Desse modo, **propõe-se novamente** que seja realizada a busca ativa, no mínimo, dos beneficiários do BPC Pessoa Idosa e PcD que são público potencial, além de serem público prioritário para as ofertas da Assistência Social, especialmente nos SCFV. Não se pretende, aqui, insinuar que todos os beneficiários, tanto pessoa idosa como pessoas com deficiência do município, necessitam de atendimento/accompanhamento da Assistência Social, mas a gestão precisa ter a segurança de ter realizado a busca ativa, por meio das ofertas, e de ter incluído aqueles que precisam da Política de Assistência Social.

Quanto ao **Serviço de Proteção Social Básica em Domicílio** para pessoas idosas e pessoas com deficiência, a faixa etária dos atendidos está entre 60 anos e mais. A demanda para o atendimento aponta a **falta de acesso aos serviços da rede municipal** como um todo, aqui, sugere-se as ações e articulações intersetoriais para um resultado positivo nos atendimentos.

No **PAEFI**, os dados demonstram que a maior parcela de pessoas acompanhadas é de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, e a demanda para o atendimento se refere à negligência ou

abandono. Outro público que aparece é o de pessoas idosas com violações de direitos que, como aponta a pesquisa, também sofrem com negligência ou abandono e convivem em ambiente familiar impróprio, conflituoso ou violento. Diante disso, considerando o importante papel que a Assistência Social pode ter na vida dessas pessoas, **indica-se** que o município planeje ações coletivas de prevenção aos riscos e reincidências de violação de direitos nessa população, bem como estudar sobre as principais demandas trazidas pelos indivíduos ao acompanhamento do PAEFI, além de articular com os SCFV para que trabalhem as questões de maior incidência em caráter preventivo. O PAIF, também, **poderá trabalhar as demandas mais apontadas nas suas ações comunitárias**, devido à capilaridade de seu alcance. Salienta-se a importância na articulação de ações entre as proteções básica e especial.

Sobre a maior incidência de atendimentos aos indivíduos do sexo feminino no PAEFI, **propõe-se** que o planejamento das ações dessa oferta considere essa característica e que o PAEFI realize prevenção de reincidências voltada a esse público, haja vista que, em maioria, as relações de poder permeiam as violações de direito, tanto na intimidade das relações familiares quanto nas relações sociais; sendo que as mulheres são as mais atingidas negativamente.

Quando analisados os dados dos atendimentos no **MSE**, em relação à **maior incidência por faixa etária, novamente encontra-se as crianças e adolescentes**, assim como em diversos outros serviços, portanto, essa **faixa etária merece atenção da gestão**, sendo imprescindível que sejam incluídas em ações de prevenção, especialmente no âmbito do seu território de vivência, por meio de oficinas/grupos/atividades que incentivem a ressignificar vivências, oportunizem aprendizados de relações não violentas e promovam a ampliação e fortalecimento de vínculos.

Na oferta do serviço de **MSE**, cabe a **sugestão** para uma aprofundada avaliação de cada caso, incluindo-se esses indivíduos também no SCFV, pois são públicos em especial para essa oferta e, nos casos de adolescentes até os 18 anos incompletos, são também públicos prioritários. No entanto, essa inserção deve estar estreitamente refletida e planejada com a PSB, para que o SCFV atinja as demandas de prevenção específicas nesses casos. Não se pode deixar de realizar um trabalho intenso, atento e integral às famílias desses indivíduos, sendo que o acompanhamento simultâneo entre as proteções especial e básica se faz imprescindível. Ainda sobre esse tema, **indica-se** que a Gestão da Assistência Social do município realize intensa articulação com as demais políticas sociais públicas, a exemplo da educação e cultura, da geração de emprego e renda, da formação e qualificação profissional, entre outras; para realizar um planejamento macro de corresponsabilidade pela prevenção de atos infracionais, haja vista que a responsabilidade é de toda a sociedade, em especial do poder público, restando à Assistência Social o papel de executar o serviço de MSE e a articulação de ações intersetoriais que atendam às necessidades dos indivíduos e famílias em questão. Não é muito relembrar que, para a política de Assistência Social, o território tem forte incidência na vida das famílias que nele vivem, então é preciso aprofundar o estudo caso a caso, periodicamente, para compreender onde residem ou vivem os adolescentes e jovens autores de ato infracional, qual é o perfil socioeconômico de suas famílias, quais são os principais atos infracionais que ocorrem por território e, de acordo com os resultados, planejar, de forma integrada e coletiva, as ações de prevenção de novos atos infracionais e de reincidência. Nessa seara, a área de Vigilância Socioassistencial deve colaborar, levantando e tratando os dados, sugerindo ações e contribuindo para o mais acertado planejamento do município.

Outro público que sofre nas intempéries de sua condição de vida é a **população em situação de rua**, a pesquisa revela que são pessoas na faixa etária de 30 a 59 anos, usuárias de substâncias lícitas e ilícitas, e os atendimentos ocorrem em equipamentos específicos do município. Ressalta-se que não houve condições de elaborar indicadores com o público em questão, devido à falta de dados realistas referentes ao número de pessoas em situação de rua no município, tem-se somente dados dos atendimentos. Cabe uma sugestão ao município, a **elaboração do diagnóstico da população em situação de rua**.

Recomenda-se, a construção de um plano de identificação e acompanhamento das ações de enfrentamento do trabalho infantil.

Quanto à avaliação da gestão, seguem apontamentos que podem ser recebidos como indicação de melhorar e qualificar os serviços no município. Como se sabe, a gestão do trabalho no SUAS é a responsável pela educação permanente, podendo estar estabelecida como área específica no município, ou ser realizada por trabalhadores da área de gestão. No entanto, devido ao seu imprescindível papel, **sugere-se** que o município estude a possibilidade da criação de uma área específica para tratar das questões a ela atinentes ou, em caso de impossibilidade, minimamente defina um profissional que seja referência em gestão do trabalho.

Sobre essa temática, observando-se os resultados obtidos neste diagnóstico, **sugere-se** que a gestão do SUAS de Embu das Artes construa anualmente o plano de educação permanente, que atenda às necessidades dos profissionais e das ofertas executadas pelo município, de modo a ampliar a qualidade entregue aos usuários da Política de Assistência Social. Corrobora esse pensamento o MDS (2012, p. 8):

O SUAS tem exigido cada vez mais um trabalhador comprometido com a realização e a ampliação do direito socioassistencial. Nessa esteira, a Gestão do Trabalho se configura como área de abrangência que vai tratar do Trabalho e dos Trabalhadores com o propósito de produzir e disseminar conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades, potencialidades e competências técnicas, éticas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública.

Nesse sentido, **sugere-se** que o município aprofunde na execução da educação continuada, sistemática e permanente, fundada no modo como está prevista na Política Nacional de Educação Permanente, com atividades diversificadas que incluam a construção coletiva de saberes por meio de trocas de experiências exitosas, formações, rodas de conversa, seminários, capacitações, além de incluir práticas de discussões internas das equipes sobre seus processos de trabalho, normativas, orientações técnicas, entre outros temas atinentes à Política de Assistência Social.

Recomenda-se, também, que o plano de educação permanente contemple as capacitações à distância disponibilizadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social, em sua plataforma própria, cuja organização sobre as informações, as inscrições e a contabilização de horas cursos deverá constar no plano e ser executada pela Gestão do Trabalho do município. Aponta-se, também, a possibilidade de utilizar recursos do IGD SUAS e do IGD PBF para prover a contratação de capacitações pontuais e especializadas. Essas sugestões cabem e incluem tanto os trabalhadores do SUAS quanto os conselheiros da Assistência Social. De acordo com os dados levantados na pesquisa com os trabalhadores do SUAS (Volume 2), verificou-se a necessidade de melhoria na informação sobre as ações de capacitação ou

formação. Diante dessa informação, é importante reforçar que a educação permanente não deve ser concebida pela gestão nem pelos trabalhadores como atividades pontuais e externas. O investimento primordial deve ser feito na educação permanente interna das equipes, com discussões diversas sobre a PNAS, construindo coletivamente saberes, processos de trabalho e mudanças estratégicas de rumos. É nessa forma de executar a educação permanente que as equipes conseguem ampliar suas visões, realizar planejamentos, conceber novas práticas e quebrar paradigmas que já não servem para o atual momento. Sendo assim, **reafirma-se a sugestão** de que a área de Gestão do Trabalho planeje junto às ofertas socioassistenciais, públicas e privadas, pausas para estudos técnicos periódicos, sistemáticos e organizados, que explorem temas que aludem ao trabalho, alimentando e iluminando as práticas diárias. Esse planejamento deve incluir os trabalhadores dos três níveis de ensino: fundamental, médio e superior; haja vista a importância de cada um nas atividades da Assistência Social.

Sobre os temas a serem abordados nas ações de educação permanente, **recomenda-se** que, além das questões específicas que envolvem a Assistência Social, o município observe os indicadores de violações de direitos e os inclua nas formações, a fim de que os trabalhadores estejam capacitados a trabalhar com essas questões, as quais afetam indivíduos e famílias que podem precisar da Assistência Social.

Não obstante, não se pode deixar de refletir sobre o papel da Gestão do Trabalho no cuidado e na busca pela qualidade das condições de trabalho dos trabalhadores do SUAS, contribuindo para a “desprecarização” das relações trabalhistas na área, bem como incentivando a qualificação profissional, melhores salários e vínculos trabalhistas seguros.

Para contribuir com todo o processo de trabalho no SUAS, desde o planejamento até a execução das ofertas dos serviços, programas e projetos, de maneira que se avance na qualidade e na possibilidade de se atender todas as demandas, **sugere-se** que o município invista em RMAs (Relatórios Mensais de Atendimento) ampliados que qualifiquem os dados e os resultados obtidos pelas ofertas, a fim de que sirvam de base para a análise sistemática da gestão, para o planejamento de novas ações ou permanência e ampliação daquelas que estão alcançando seus objetivos. Além disso, recomenda-se que a área de Vigilância Socioassistencial construa metodologia de monitoramento e avaliação periódica e sistemática das ofertas socioassistenciais, de modo que se possa medir a qualidade e a adequação do volume ofertado em relação às demandas identificadas.

Quanto às informações territorializadas, as **regiões 5 e 8** merecem atenção, pois tiveram **maior incidência nos indicadores** representados neste diagnóstico social; além do mais, as **regiões 3, 4, 6 e 10**, mesmo que em menor intensidade, merecem um olhar quanto às problemáticas apontadas. Essas regiões merecem cuidado especial, bem como a intervenção dos trabalhadores sociais de forma interdisciplinar, a **busca ativa** mais intensificada e as articulações entre os serviços e equipamentos.

Sobretudo, recomenda-se ao município que faça extenso uso dos dados aqui apresentados e que os retroalimente periodicamente, utilizando-os no planejamento de melhorias e adequações na Política de Assistência Social do município.

20. REFERÊNCIAS

- ACADEMIA QEDU. Censo Escolar. Disponível em:<<http://academia.qedu.org.br/censo-escolar/o-que-e-o-censo-escolar/>> Acessado em: 19 de maio de 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).
- _____. Estatuto da Criança e do Adolescente: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação).
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.
- _____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.
- _____. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2006.
- _____. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em:<<http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-113.pdf>>. Acessado em: 24 de abril de 2020.
- _____. Secretaria de Desenvolvimento Humano. Disponível em:<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/fortalecimento-de-conselhos/garantia-de-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acessado em: 15 de março de 2020.
- _____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Disponível em:<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acessado em 20 de março de 2020.
- CUSTÓDIO, André Viana. Direito da Criança e do Adolescente. Criciúma, SC: UNESC, 2009.
- DATASUS. SINAN-Sistema de Informações de Agravos de Notificação. Disponível em:<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060702>> Acessado em: 19 de junho de 2020.
- FREITAS, Leana Oliveira. Políticas públicas, descentralização e participação popular. Revista Katálysis: Estado e Política na América Latina: Assistência Social, Florianópolis, v. 18, n. 1, p.113-121, 2015. Semestral.
- GONH, Maria da Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 128 p.
- INEP. Censo Escolar. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acessado em: 29 de junho de 2020.
- IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de novembro de 2019.
- IBGE. Microdados2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 05 de maio de 2020.
- IBGE, Cidades. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em 09 de junho de 2020.
- IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS, Rio de Janeiro – RJ, 2018.
- IBGE. Censo Escolar. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>> Acessado em: 19 de agosto de 2020.
- INEP. Censo Escolar. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/>>. Acessado em: 13 de maio de 2020.
- JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. 3. ed. Campinas: Alínea; Campinas: PUC, 2004.
- MACHADO, Martha de Toledo. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos. São Paulo: 2003.
- MDS, 2009. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução nº 109, de 3 de agosto de 2020. Brasília, DF – 2009.
- MDS, 2011. Departamento de proteção Social Especial. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF – 2011.
- MDS, 2015. Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC). Disponível em:<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>>. Acessado em: 11 de maio de 2020.
- MDS. Perguntas Frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_230315.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2020.
- MDS, 2016. Caderno de Orientações. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

MDS, 2016. Perguntas frequentes Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_03022016.pdf>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

MDS. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Disponível em:<<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protacao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>> Acessado em: 7 de abril de 2020.

MDS. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>> Acessado em: 4 de maio de 2020.

MDS. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Disponível em:<<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/paefi>> Acessado em: 2 de julho de 2020.

Pinto; mecheletti et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. In Serviço Social e Sociedade n. 105. São Paulo: Cortez

Ripsa. Indicadores e Dados Básicos para a Saúde no Brasil. Disponível em: <http://www.ripsa.org.br/fichas IDB/pdf/ficha_A.16.pdf>. Acessado em: 06 de maio de 2020.

SANTOS, Milton. Território e Sociedade - Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2000. pg. 22.

SINAN. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Disponível em:<<http://portalsinan.saude.gov.br/>> Acessado em: 13 de agosto de 2020.

SOLIGO. Valdecir. Indicadores: Conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. Maio, 2012.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Ltr, 1997.

YASBECK, Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social. Cadernos ABONG, n.º 19. outubro de 1997.



www.painelpesquisas.com.br
Rua: Ibirapuera 705 – Floresta – Joinville/SC
Tel: (55) 47 3025 5467 Cel: (55) 47 9 9993 1043
atendimento@painelpesquisas.com.br





painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

Idealização:



Realização:



Financiamento:

